

agosto/outubro - 1987
Ano IV Cz\$ 66,50

Humanidades

14

per
war

**Jovem
te quero
jovem**

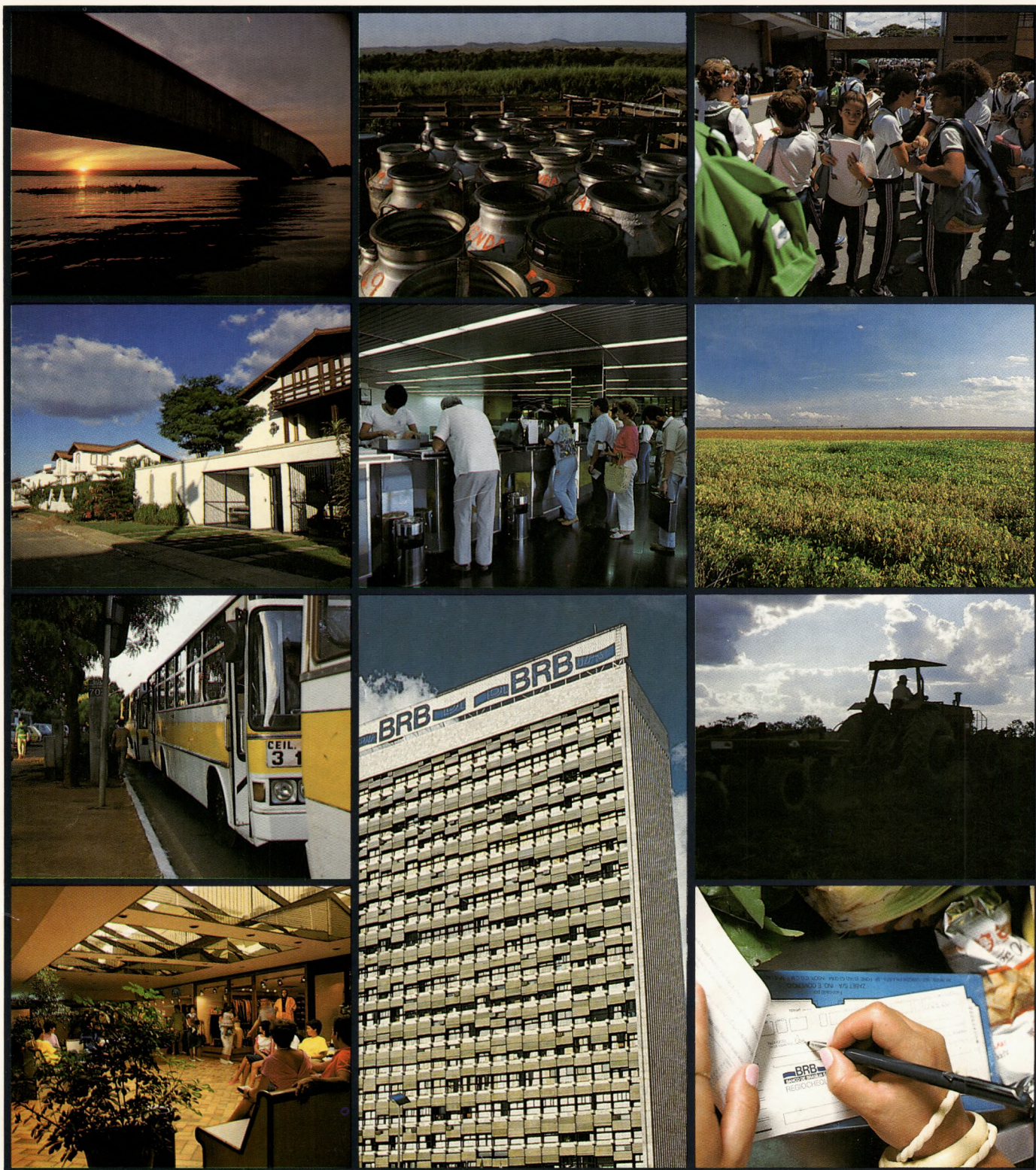
**O jovem e a política:
os argumentos
da "apatia"**

**Inflação: um jogo
de cartas marcadas**

O negro e a democracia



20 anos de BRB no dia-a-dia de Brasília.



BRB
BANCO DE BRASÍLIA S.A.

GOVERNO
JOSÉ APARECIDO
Brasília. Capital de todos.



Cada vez mais presente na região do futuro.



Foto da capa: Salomão Cytrynowicz/14

Comportamento/Capa	Jovem te quero jovem	Gonzaga Motta	5
	Depoimentos – O jovem e a política: os argumentos da “apatia”		11
	O jovem e a transgressão	Richard Bucher	16
	A ideologia do corpo	Luiz Renato Vieira	22
	Yuppies: o jovem materialismo urbano	Berilo Vargas	24
Literatura	Jornalismo e literatura: fronteira e autonomia	Oswaldino Marques	28
Sociedade	Humanidades: beco, trilha ou variantes	Carlos Eduardo de Senna Figueiredo	34
Saúde	Sífilis, AIDS – a história se repete	Moacyr Scliar	40
Comunicação e Cultura	Televisão à moda da casa ou a aldeia global “made at home”	Sérgio Dayrell Porto	43
Perfil	Quarenta anos do criador do realismo mágico	Ézio Pires	50
Política	A nova velha censura – do Pacotão a Mário Covas	Hélio Marcos Doyle	52
Cinema e Psicanálise	Simbiose e identificação, completude e incompletude em “Betty Blue 37,2º de manhã”	Nahman Armony	56
Internacional	As benesses de uma visita do papa ao Chile tradução de Edson Cardoso	Elga Pérez-Laborde,	58
Origens	O conto da milésima segunda noite	Airton L. Lima Câmara	62
Questão Racial	O negro e a democracia	Florestan Fernandes	69
Economia	Inflação e conflito distributivo: um jogo de cartas marcadas Rollemberg Mollo e Maria Luiza Falcão Silva	Maria de Lourdes	73
Mercado de Trabalho	Brasília: utopia e realidade e Francisco Galvão Carneiro	Valdery Frota de Albuquerque	77
Universidade	O conhecimento e seus proprietários	Luís Humberto	83
UnB e Democracia	Educação à distância: a universidade sem fronteiras Maria Rosa de Abreu		85
Tecnologia e Sociedade	A crise do industrialismo: novas tecnologias, capital e trabalho	Ricardo Toledo Neder	90
América Latina y el Caribe	La guerra y la paz en Nicaragua	Jorge Jenkins M.	97
Cosmologia	A consciência do cosmo	Oscar Toshiaki Matsuura	100
Futuro	Conhecimento e sobrevivência	Jorge de Albuquerque Vieira	113
Painel	Crítica		118
	Editora da UnB – Lançamentos		124
	Sugestões aos Editores		125
	Estante Infante-Juvenil		126

A criação transformadora

Um dia, no Saara, Borges recolheu um punhado de areia seca do deserto e, deixando-o cair aos poucos, disse: "Estou transformando o universo".

Ele poderia ter dito: "Estou transformando duplamente o universo".

Primeiro porque, depois de mover um grão de areia, o mundo já não era o mesmo. Mas isto o vento faz todos os dias. Mais importante foi a segunda transformação: a do gesto poético, que consistiu em pensar a transformação, senti-la ocorrendo e manifestá-la ao mundo. Esta segunda transformação o vento não é capaz de fazer. Só os homens, de preferência os poetas, e sobretudo aquele tipo de poeta chamado filósofo.

Lamentavelmente, porém, há filósofos que não são capazes de entender a fenomenologia do processo de transformação que a filosofia – a mais pura filosofia pura – é

capaz de realizar. Quando se fala no papel transformador da universidade, muitos filósofos se assustam, como se isto os excluísse e só o ato da transformação física tivesse significado; e um significado autônomo. É como se o ato de criação intelectual não tivesse qualquer significado transformador em si, nem tivesse um papel fundamental como orientador da transformação física.

Ora, a criação, sob todas as suas formas, é necessariamente um ato transformador. E nenhuma área da criação é tão fundamental ao processo de transformação quanto a filosofia, que, além da capacidade de transfiguração inerente ao ato de criação intelectual, se empenha na busca de um sentido ao processo de transformação física em que o homem está envolvido, esquizofrenicamente, desde a Revolução Industrial.

No *Foundation*, Isaac Asimov analisou a hierarquia dos saberes transformadores: o da tecnologia física das engenharias e o da mente pura, na estética das poesias (sob todas as suas formas), na reflexão da filosofia. E mostrou a supremacia destes últimos.

Pena que os nossos filósofos não leiam ficção científica, nem entendam o que significa filosofar, sinônimo de transformar, e assustem-se com a supremacia da transformação física que a revolução industrial impôs ao mundo.

Com isto, cometem três erros: um metodológico, pelo desentendimento da fenomenologia da transformação; outro psicológico, pelo complexo de inferioridade que assumem diante das demais áreas do conhecimento; e, terceiro, um erro político, porque ao temerem a transferência os filósofos isolam-se de um mundo que carrega dentro de si uma ânsia tão forte de transformar-se que usa transformação como sinônimo de existir.

Ao invés de temer a idéia de que a universidade é um instrumento de transformação, os filósofos devem ajudar na captação do sentido do verbo transformar (nas suas manifestações físicas e naquelas próprias do espírito), na descoberta da lógica do processo transformador, e, finalmente, na condução da transformação (condução da transformação do mundo real, dando-lhe um sentido, buscando-lhe um projeto).

É preciso, portanto, que os filósofos não pensem a transformação como algo que lhes é externo, mas sim como algo que lhes é inerente. E entendam assim o papel transformador da filosofia e da universidade.

Cristovam Buarque
Reitor da UnB

Humanidades

A revista **Humanidades** é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Editora-chefe: Sílvia Távora

Conselho Editorial: Bárbara Freitag, Dércio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson e José Carlos Córdova Coutinho.

Autores: Airton Lugarinho de Lima Câmara, Berilo Vargas, Carlos Eduardo Senna Figueiredo, Elga Pérez-Laborde, Ézio de Souza Pires, Florestan Fernandes, Francisco Galvão Carneiro, Jorge de Albuquerque Vieira, Jorge Jenkins M., Luiz Gonzaga Motta, Hélio Marcos Doyle, Luís Humberto, Luiz Renato Vieira, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, Maria Luiza Falcão Silva, Maria Rosa Abreu, Moacyr Scliar, Nahman Armony, Oscar Toshiaki Matsuura, Oswaldino Marques, Ricardo Toletto Neder, Richard Bucher, Sérgio Dayrell Porto, Valdery Frota de Albuquerque.

Painel: Alberto R. Cavalcanti, Alexandre Marino, Guido Heleno (edição), Fábio Lucas, Lourenço Cazarré, Mariluce Moura, Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Paulo Roberto de Almeida, Reynaldo Valinho Alvarez, Severino Francisco, Tarcísio Meira César.

Traduções e versões: Mark Ridd, Sara Almarza e Edson Lopes Cardoso.

Edição de texto e revisão geral: Edson Lopes Cardoso.

Edição de iconografia: Luís Humberto e Douglas Marques de Sá.

Ilustradores: Charles Mayer, Elisa de Souza, Fernando Lopes, Fernando Secchin, Las Casas, Luís Humberto Rezende de Brito (Reza), Suzana Gruber, Terezinha Losada.

Fotógrafos: Carlos Cruz, Ricardo Malta, Salomon Cytrynowicz.

Edição de arte, diagramação e arte-final: Fernando Secchin.

Secretaria de produção: Elmano Rodrigues Pinheiro.

Publicidade e marketing: José Humberto Mancuso.

Promoção, vendas, assinaturas: Alexandre Lima.

Apoio administrativo: Elias Romcy Pereira, Marisa Angélica Ramalho.

Cadastro de assinantes: Rosa Maria Dantas de Oliveira.

Preços: Cz\$ 66,50 (exemplar avulso).

Cz\$ 230,00 (assinatura – quatro números)

Cz\$ 190,00 (assinatura para estudantes)

Endereço: Revista HUMANIDADES – Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte – Prédio Dois Candangos
Caixa Postal: 153001

71810 – Brasília – DF – Brasil
Telefones: (061) 274-3182, 273-1055 (diretos), 274-0022 R. 2110, 2101
Telex: (061) 1083 UNBS-BR

Fotocomposição, fotolitos e impressão: Escopo Editora.

Os artigos publicados são da inteira responsabilidade de seus autores. Todo o material publicado – artigos, resenhas, ilustrações e fotos – só pode ser reproduzido com a autorização expressa da Edição.

NOTA: A Edição agradece a colaboração dos estudantes Adriana Moreira Amado, Eraldo Sérgio Barbosa, Mauro Pereira Porto e Sérgio Gonçalves Dutra pelos depoimentos prestados a esta revista.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Mulholland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor)

João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)





Jovem te quero jovem

Gonzaga Motta

O movimento jovem passa por um momento de desmobilização e apatia. O individualismo e a despolitização prevalecem, muito embora não como privilégio dessa faixa etária. Nada disso é necessariamente sintoma de alienação. Se o afastamento da política partidária e o descaso pelas instituições forem atos conscientes, a apatia poderá corresponder a uma atitude política de profundo conteúdo crítico.

A rebeldia e o idealismo são a marca registrada das gerações jovens dos anos 60, manifestados tanto no enfrentamento direto ao poder instituído quanto em movimentos alternativos que buscavam substituir a sociedade corrompida por outra mais saudável. Era preciso destruir valores, quebrar tabus, mudar o regime. A repressão sexual, religiosa e política tinha que ser vencida. A obsessão pela liberação levou à prática política permanente em organizações, em partidos políticos e no cotidiano da vida.

Entre os jovens de hoje, isto não existe mais. A militância partidária perdeu expressão, as entidades estudantis estão desaparecendo, as preocupações coletivas estão sendo substituídas por uma exacerbada noção de liberdade individual e pela contraditória convivência com a família e com valores antes considerados conservadores.

Não há mais revoltas. Talvez não haja mais o que conquistar. No plano dos costumes, as conquistas foram feitas pelas gera-

ções anteriores. No plano político, parece haver um desencanto generalizado e nenhuma nova proposta fascina. Não há modelos pelos quais lutar e os mecanismos de luta – o movimento estudantil, os partidos políticos, a mobilização de base – perderam a força atrativa e catalisadora.

Simultaneamente, o jovem hoje convive com a decadência das grandes idéias e ideais, com um vazio de valores, com o declínio das grandes filosofias. O militarismo, a corrupção, o oportunismo político, a insegurança urbana exacerbaram as neuroses do nosso tempo e o jovem, descrente, refugia-se em si próprio. Instala-se entre a juventude o pessimismo que pode desembocar perigosamente no conformismo e na apatia.

Ao mesmo tempo, a sociedade industrial instala o domínio da moda, do esportivismo, da malhação, do culto exagerado ao corpo, do narcisismo individualista. É preciso gozar o mundo, conviver prazerosamente com as novas tecnologias, aproveitar tudo. É o reino do hedonismo.

Enquanto as gerações de jovens anteriores lutavam pela sua liberação – a liberação sexual, existencial, religiosa ou política –, as gerações atuais debatem-se na liberdade de ser, de fazer, de gozar. Enquanto nas gerações anteriores havia uma necessidade explícita de rompimento com tudo – com os tabus, os dogmas, o sistema –, para as gerações atuais estas conquistas já foram obtidas, não há muito pelo que lutar. As gerações atuais herdaram a liberdade de costumes e de escolha individual e hoje se pode dispor delas sem necessidade de prová-las.

Tudo isto, entretanto, não significa que a atual geração jovem seja menos idealista ou mais conservadora que as anteriores. Significa apenas a constatação de uma situação nova cujas dimensões e consequências ainda não podemos avaliar com segurança. O desinteresse pela prática política corrupta e oportunista não pode ser tomado como sinônimo de alienação e a rejeição das instituições públicas pode ser uma resistência velada à cooptação. Ainda não se pode afirmar nada com convicção. O potencial de rebeldia do jovem é permanente, pelo próprio descompromisso dessa categoria social com o sistema, e, além do mais, facilmente detonável.

O momento é contraditoriamente vivido pelos jovens. Instala-se o moderno enquanto reaparecem em cena valores tradicionais. Alguns tabus antes vencidos são resgatados e revividos, como o da virgindade e o da fidelidade conjugal, revalorizando a família. Isto parece não significar uma volta ao passado mas expressar a busca de algo novo, ainda não estabelecido. Se o casamento deixou de ser uma instituição obrigatória, a troca frequente de parceiros também não vingou. O jovem parece viver hoje uma época de transformações materiais muito rápidas mas de grandes perplexidades culturais. A saída, ele ainda não a encontrou.

Indiferença política

Existe hoje uma generalizada preocupação com a apatia dos jovens em relação aos fatos políticos e sociais. Esta apatia se manifesta no desinteresse pelos acontecimentos, na falta de mobilização e de organização e na supervalorização do prazer e das liberdades individuais. Confrontadas com gerações anteriores, questionadoras e reivindicativas, as atuais gerações de jovens seriam indiferentes aos problemas sociais e políticos do país, autocentradas, preocupando-se apenas com modismos consumistas e com uma exacerbada e difusa noção de liberdade individual.

Na Universidade de Brasília, alguns fatos recentes confirmam esta preocupação. Há quatro anos o DCE não consegue eleger uma nova diretoria por falta de quorum e desinteresse dos alunos pelas eleições estudantis, os CAs de muitos departamentos simplesmente fecharam suas portas e o próprio reitor da UnB, professor Cristovam Buarque, depois de desafiar por muito tempo os estudantes a se mobilizarem e participar de sua gestão, acabou entregando os pontos. "Foi frustrante não obter dos alunos a motivação que o debate requer, mas não adianta tentar impor-lhes algo que não querem", resignou-se o reitor depois de fracassadas iniciativas da Reitoria em promover discussões sobre a Assembléia Nacional Constituinte no campus. O reitor, resignado, declarou: "a opção da UnB é pelo público externo".¹

Além de não participar do movimento estudantil e desprezar as atividades políticas realizadas no campus, os alunos da Universidade de Brasília parecem também não se interessar pelas grandes questões locais ou nacionais. Uma pesquisa desenvolvida no campus no primeiro semestre de 1986 revelou que menos de 20% dos estudantes sabiam definir adequadamente o que é uma Assembléia Nacional Constituinte. A pesquisa revelou também que 45% não sabiam sequer quais cargos estavam em disputa nas eleições de novembro de 86 e só 12% acertaram dizer quantas vagas havia para cada cargo. Aquelas eram as primeiras eleições da cidade e havia uma intensa mobilização em torno delas.²

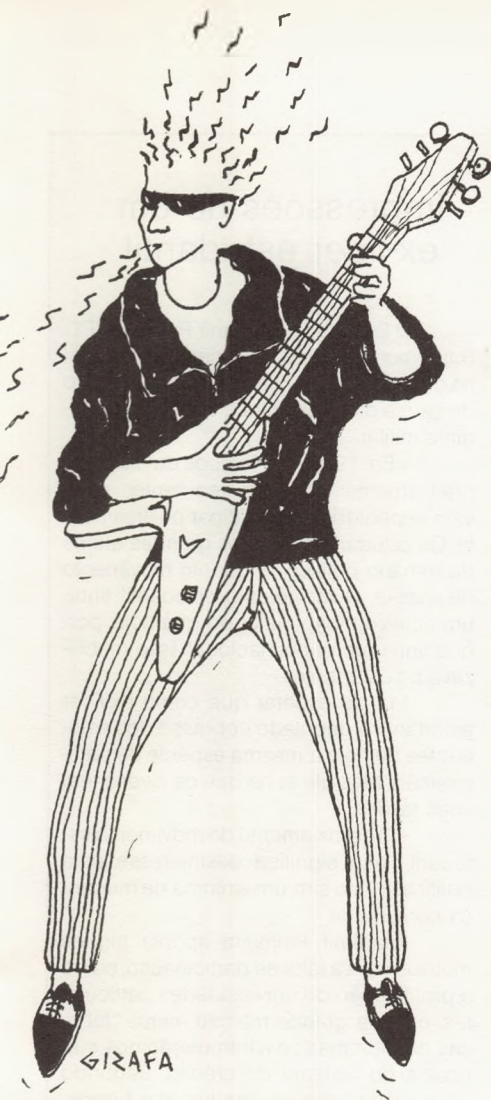
Estes fatos, entretanto, não são privilégios dos estudantes da Universidade de Brasília nem são um fenômeno tão recente. O refluxo no movimento estudantil talvez seja um fenômeno universal e, no Brasil, vem desde o final da década de 70. Pesquisa realizada pela DataFolha entre universitários paulistanos revelou que apenas 1% dos entrevistados sabia dizer o nome do presidente da UNE e 18% não souberam sequer dizer o que significa a sigla UNE.³ Para Ivônio Barros, com a retomada das lutas sindicais e da reorganização partidária na segunda metade dos anos 70, a luta política brasileira redefine seu

enfrentamento com a ditadura e o movimento estudantil é deslocado à margem da pugna social: "Ao perderem o referencial social... Os estudantes tornaram-se incapazes de repensar a universidade neste momento de reconquista da democracia interna. Participam das diversas e múltiplas eleições internas, elegem dos chefes de departamentos até o reitor, mas não como movimento organizado e sim como indivíduos pulverizados pela apatia e inércia da crise".⁴

Uma pesquisa desenvolvida entre 600 jovens de 15 a 24 anos do Rio e de São Paulo pela MPM Propaganda, em 1986, mostrou que o interesse pela política foi definido como médio (34%) ou pequeno (34%). Os jovens, segundo a pesquisa, não se sentem disponíveis para se dedicarem à política e nem estão sendo estimulados. "A gente tem que curtir a vida do jeito que ela vem", dizia um dos entrevistados. Para os pesquisadores, a frase revela o conformismo de uma geração que, apesar de viver o conflito entre o "anseio de liberdade" e o desejo de integração ao meio social, não se julga rebelde, até por uma questão de "falta de saco".⁵ O "saco" parece mesmo ser uma justificativa permanente para a apatia. Sônia Kouzak, aluna de Sociologia da Universidade de Brasília recorre à mesma expressão para justificar o marasmo da universidade: "Tá todo mundo de saco cheio!"⁶

Outra pesquisa de uma agência de publicidade, a McCann-Erickson, feita em 1983/84, mostrou que ao contrário da postura rebelde geralmente atribuída ao jovem, eles, na maioria, prezam os valores estabelecidos, ou seja, são muito mais conservadores do que se pensa. Segundo a revista *Veja*, que publicou em oito páginas os dados da pesquisa, a noção corrente de que o jovem é, por natureza, um rebelde em potencial, é falsa. "Nosso trabalho – diz Vera Aldrighi, socióloga vice-presidente da McCann-Erickson – revelou a existência de uma maioria silenciosa de jovens que não estão interessados em romper com a tradição". Jens Olesen, presidente da agência, generaliza os resultados: "já se intuía há algum tempo que a juventude como um todo não era contestadora, como dão a entender alguns setores da vanguarda dentro dela. Agora se tem dados precisos baseados em estatísticas, para afirmar que o fenômeno existe no Brasil".⁷

Na tentativa de explorar um pouco mais a questão do jovem e a política, ainda que apenas de maneira descritiva, desenvolvemos na Universidade de Brasília, durante o ano de 1986, dois projetos de pesquisa. A época era bastante favorável a estudos sobre o assunto pois a capital do país viveu durante este período um momento de grande efervescência política. Além de ser palco dos acontecimentos nacionais relacionados à consolidação da Nova República, Brasília realizou em 86 a primeira eleição de sua história, que mobilizou políticos, partidos, governo e toda a população.



Desinteresse e desmobilização

A primeira pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 1986 e abrangeu um contingente de 1.323 alunos do total de 9.064, (14,5%) da Universidade de Brasília. Dali a alguns meses seriam realizadas as primeiras eleições da história de Brasília, que, por coincidência, eram também as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Havia uma grande mobilização política na cidade e pretendia-se, com a pesquisa, verificar o nível de envolvimento da população estudantil com as questões eleitorais. O momento favorecia, portanto, uma averiguação do envolvimento político dos jovens.

Os resultados mostraram um elevado nível de alheamento dos jovens em relação às questões político-partidárias naquele momento. Só 19,2% dos estudantes universitários conseguiram definir adequadamente o que é uma Assembléia Nacional Constituinte, enquanto 41,9% acertaram parcialmente (a resposta certa exigida era apenas uma definição mínima). Vinte e cinco por cento deu respostas incorretas e 13,8% não souberam sequer responder à pergunta. Ou seja, menos de 20% dos estudantes conseguiram, naque-

le momento, articular uma resposta certa para um fato político nacional de extraordinária importância e impacto. Mais de quarenta e cinco por cento não sabiam quais os cargos que estariam em disputa naquelas importantes eleições, enquanto só 12% podiam dizer quantas vagas havia para cada cargo.

Esta pesquisa mostrou também o alto grau de desmobilização política do jovem. Mais de noventa e três por cento deles não estavam filiados a nenhum partido político, num momento de grande mobilização e organização partidária em Brasília e no país. Só o PT e o PMDB (ambos com 1,9%) conseguiram atrair mais de 1% dos estudantes entrevistados para os seus quadros. Estes dados foram confirmados pelo baixíssimo nível de envolvimento dos estudantes com atividades relacionadas à Assembléia Nacional Constituinte: 94,2% declararam não participar de nenhuma atividade relacionada a esta assembléia num momento em que havia intensos apelos e enorme efervescência político-partidária e popular em relação à elaboração da nova constituição para o país.

A mesma tendência à desmobilização política desenvolveu-se a nível interno da universidade, no movimento estudantil. Só 5,8% afirmaram participar de atividades relacionadas à política dentro do campus. A maioria dos estudantes não só não participava de atividades políticas naquele momento como declarava explicitamente não ter nenhuma intenção de participar destas atividades futuramente. Apesar de 80% afirmarem que consideravam necessária a organização político-estudantil na universidade, só 36,2% disseram que gostariam de participar de alguma atividade relacionada com a organização do movimento estudantil.

Em síntese, a pesquisa mostrou que os estudantes da Universidade de Brasília (média de 18 a 26 anos) não estavam interessados na luta político-partidária que se desenvolvia na cidade e no país naquele momento e não se motivavam sequer pelas eleições ou pelas questões relacionadas à Assembléia Nacional Constituinte. Este alheamento em relação à política local e nacional se refletia, a nível interno da universidade, na ausência de participação da grande maioria dos estudantes no movimento estudantil e na falta de vontade deles em se mobilizarem em torno deste assunto.

Descrença nas instituições

O desinteresse pela política partidária e a desmobilização estudantil revelados na primeira pesquisa motivaram uma reação no grupo de jovens que acompanhava a preparação do segundo projeto. Segundo eles, o desinteresse se daria devido à descrença generalizada entre jovens na política institucional, aquela praticada por autoridades públi-

cas, políticos profissionais, partidos, membros do Congresso, das Assembléias Legislativas e outras instituições políticas. O desgaste destes políticos e instituições seria tão grande que a rejeição da atividade política revelada na pesquisa significaria, na verdade, uma atitude de desprezo pela política formal.

O segundo estudo foi então orientado para verificar o conceito de política prevalente entre os estudantes universitários, sua postura em relação aos partidos tradicionais e grau de credibilidade de algumas instituições. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 1986 compreendendo como universo os estudantes das quatro universidades de Brasília.⁸ Foi entrevistada uma amostra de 1.444 jovens, mantendo-se a proporcionalidade pelo total de alunos de cada universidade.

Com relação à concepção de política, menos de 10% dos jovens limitam este conceito a atividades políticas tradicionais (política partidária). A maioria (38,8%) expressou um conceito do tipo idealista (lutar pela melhoria do padrão de vida da população, praticar a democracia, etc.), enquanto 15,9% identificou política como uma atividade corrupta e oportunista, negativa por natureza. Ou seja, parece evidente a pouca identificação dos jovens com a atividade política formal e uma tendência para valorizar o lado idealista do conceito. Quando perguntados se participavam da política partidária, apenas 3,9% responderam afirmativamente e 15% disseram que participavam às vezes. A grande maioria raramente (29,8%) ou nunca (50,4%) participa da política partidária (80,2%, somados os dois últimos resultados).

A descrença dos estudantes com a política tradicional ficou ainda mais evidente quando eles responderam diretamente a uma pergunta sobre o grau de confiança em relação a algumas instituições. O maior índice de rejeição é em relação à polícia, 54,7% não confiam, 41,9% confiam pouco e só 1,5% confiam muito. Logo em seguida, entretanto, vêm as instituições políticas. Em relação aos partidos políticos, 54,5% dos jovens não confiam neles, 38,2% confiam pouco e apenas 4,6% confiam muito. Em relação ao Congresso Nacional, 40,5% não confiam, 52,5% confiam pouco e só 4,6% confiam muito. Ou seja, a polícia, os partidos políticos e o Congresso Nacional são as instituições que a juventude menos confia. Os dados indicam uma desconfiança generalizada entre os universitários com relação às instituições públicas nacionais. Só a família, como instituição, obteve um índice de aprovação maior de 21,5% (um índice de 73,8% de confiança, por sinal surpreendentemente alto).

Entretanto, esta descrença na política partidária parece não haver ainda produzido uma prática política alternativa entre a juventude. Ou seja, os jovens parecem não saber ainda como substituir a política partidária por outras práticas. Perguntados se a melhor ma-

neira de se atuar politicamente é através dos partidos, eles se dividiram: 48,3% disseram não e 45,8% disseram sim. Para os que responderam não, perguntamos quais seriam as alternativas e 11,8% responderam mobilização de base, 9,8% reivindicaram uma depuração político-ideológica, 6,6% acharam que é necessária uma mobilização da opinião pública, 5,5% responderam que seria através de ações no cotidiano, 3,1% preferiram as atividades culturais. Ou seja, apesar da descrença na política formal, os estudantes não conseguem vislumbrar novas alternativas catalisadoras da militância.

Isto fica mais evidente ainda na pergunta sobre o que significava votar no dia 15 de novembro. Para ser coerente com as respostas anteriores, deveria haver uma descrença generalizada. É verdade que 18,5% dos jovens responderam que votar não significava nada ou significava algo negativo (perder tempo, desperdiçar uma oportunidade, etc.) enquanto outros 14,7% limitaram-se a dizer que era apenas cumprir uma obrigação. Mas, a grande maioria (49,2%) expressou uma postura idealista (oportunidade para mudar, transformar as coisas, etc.).

Como explicar?

Todos estes fatos e dados revelam a apatia, o desinteresse e a desmobilização dos jovens hoje, que supostamente demonstrariam uma alienação em relação aos problemas sociais e políticos, principalmente se comparados ao ativismo estudantil do passado. Entretanto, uma explicação sociológica do fenômeno não pode satisfazer-se com reduções do tipo “geração coca-cola”, “geração AI-5”, “juventude transviada” e outras generalizações simplistas que estigmatizam a figura do jovem alienado. Mesmo porque a desmobilização política e a apatia em relação aos grandes problemas sociais não são hoje prerrogativas de pessoas da faixa etária comumente classificada como jovem. A juventude, no máximo, reflete com maior evidência alguns fenômenos contemporâneos por ser ela, por natureza, mais reativa e transparente que outras faixas etárias.

O desinteresse político do jovem hoje é um fenômeno social complexo e, embora sujeito a fatores conjunturais, está diretamente relacionado com a questão dos valores culturais da sociedade contemporânea. A tentativa de compreender os comportamentos da juventude em uma dada situação histórica deve considerar necessariamente a conjunção de fatores conjunturais e estruturais da sociedade em questão e seus reflexos sobre esta faixa etária.

No caso brasileiro, parecem confluir alguns fatores político-institucionais com outros fatores ideológicos para reproduzir aqui comportamentos distintos daqueles das ge-

rações anteriores. Por um lado, os vinte anos de repressão e controle, assim como o aparecimento de novos fatores sociais no processo de abertura, deslocaram o eixo político para mais além do movimento estudantil. Por outro, uma “cultura jovem” típica do capitalismo industrial internacionalizado – individualista, hedonista e desmobilizadora – parece ter chegado através da indústria cultural para ficar entre nós. Ou seja, as razões para a aparente apatia, descrença e desmobilização política do jovem no Brasil de hoje são produtos de uma complexa inter-relação de fatores. Embora seja difícil generalizar qualquer explicação para toda a população jovem, porque ainda persistem no país acentuadas diferenças sociais, podemos sugerir, a título de hipóteses e merecedoras de estudos posteriores, algumas considerações preliminares, que chamaremos de questões políticas conjunturais e questões culturais/estruturais.

Fatores inibidores

A correlação de forças políticas da conjuntura nacional nas últimas décadas parece ter deslocado os eixos da luta política e colocado o movimento estudantil em uma situação diferente. Apresentamos aqui quatro causas que chamamos de conjunturais e cuja ordem de apresentação não significa hierarquia de importância. Em cada momento ou situação, uma delas pode ter tido maior ou menor relevância, dependendo do contexto. O mais provável é que elas tenham ocorrido e atuado quase que simultaneamente sobre o movimento estudantil e sobre a juventude nacional em geral, conformando o quadro que foi revelado pelas pesquisas apresentadas acima.

Em primeiro lugar, os vinte anos de ditadura militar reprimiram severamente as manifestações estudantis, perseguiram lideranças e desorganizaram, através da força, suas entidades representativas, com reflexos imediatos sobre o movimento como um todo. Embora isto não explique tudo, é inegável que o papel dos estudantes perdeu importância política na medida em que permaneceu vigiado e controlado durante anos. Um estudo mais detalhado sobre o assunto está por ser feito mas, se estes fatos não tivessem ocorrido, inegavelmente a importância do movimento estudantil e o comportamento da juventude hoje poderia ser diferente.

Em segundo lugar, o desgaste interno das lideranças políticas do movimento estudantil minou gradativamente sua capacidade de sensibilização e mobilização da massa dos estudantes. Este desgaste decorre em parte da própria repressão, mas muito mais do seu “envelhecimento” enquanto liderança. Areladas à ortodoxia dos partidos de esquerda, as lideranças continuavam levando ao movimento conteúdos e formas de organiza-

Impressões de um ex-líder estudantil

O Deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ) tomou parte no movimento estudantil na década de 60 e fala com conhecimento de causa da luta contra a opressão do regime militar.

– Em 1968, nos tempos da ditadura, praticamente todos os segmentos estavam impedidos de participar politicamente. Os estudantes eram os grandes atores do cenário político, enquanto movimento de massa. O movimento estudantil tinha um atrativo muito maior do que hoje, porque tinha um papel nacional. Isso mobilizava os estudantes.

Era de esperar que como ex-líder estudantil o deputado cobrasse dos estudantes de hoje a mesma espécie de participação. Mas ele acha que os jovens têm suas razões.

– O esvaziamento do movimento estudantil não significa desinteresse pela política. É, isto sim, um sintoma de mudança conjuntural.

Wladimir Palmeira aponta alguns motivos para a falta de participação, como a proliferação de universidades particulares, em sua grande maioria meras “fábricas de diplomas”, e a introdução nos currículos do sistema de crédito. Segundo ele, o crédito altera a estrutura das turmas, dificultando a formação de laços de solidariedade entre os estudantes.

– E no panorama nacional grandes mudanças ocorreram. Institucionalizaram-se os partidos políticos, os movimentos camponeses – como os “sem-terra” – organizaram-se e a juventude está engajada nesses segmentos, formando organismos próprios dentro das legendas e atuando na vida comunitária. Dizer que o jovem não participa, mesmo com base em pesquisas, poderia ser uma leviandade.

O deputado, além de julgar satisfatória a participação dos estudantes na vida política através dos partidos organizados, encoraja os movimentos de reivindicação dentro das universidades.

– Os organismos de participação estudantil não estão se preocupando com interesses e reivindicações próprias da atividade estudantil. É preciso que se crie um movimento adaptado à época, mais voltado para dentro da universidade, questionando, por exemplo, a formação profissional e as ligações da universidade com a comunidade, sem que isso signifique perder a noção do nacional – conclui o ex-líder estudantil.

ção superadas pela própria dinâmica da conjuntura nacional. Elas não foram capazes de compreender as mudanças ocorridas na sociedade brasileira e de perceber que os velhos apelos radicais se distanciavam das preocupações contemporâneas do cotidiano do jovem de hoje.

Vinculado a esta questão, em terceiro lugar, os partidos políticos tolerados durante a ditadura, o PMDB, o PDS e outros, assim como os partidos organizados mais recentemente, igualmente se distanciaram das questões que preocupam o jovem moderno. Nossos partidos políticos, assim como nossos políticos profissionais, continuam sendo fisiologistas e imediatistas, seguindo difusas posições ideológicas, mais preocupados com a conquista imediata do poder. Nenhum deles pratica um trabalho pedagógico coerente e moderno, que sensibilize a juventude para a política partidária. O resultado é que os partidos – assim como a atividade política como um todo – caíram num imenso descrédito entre a juventude, que os vê como instituições oportunistas, longe dos ideais de justiça e mudanças típicos do jovem.

Finalmente, em quarto lugar, entre as causas conjunturais de desmobilização da juventude (mas não menos importante) está a reorganização da sociedade civil e dos movimentos populares nos últimos anos, que introduziu na cena política brasileira novos atores sociais. Estes novos atores – um movimento sindical mais independente do Estado, diversas combativas associações profissionais, inúmeros movimentos e associações populares urbanas, etc. – introduziram na luta política demandas próprias que outrora eram prerrogativas do movimento estudantil, roubando-lhe diversas bandeiras. Esvaziado de conteúdos mobilizadores, o movimento estudantil perdeu para estes movimentos muitos de seus ativos militantes. As lutas em torno do nacionalismo, das questões ecológicas e até da educação deslocaram-se para outros espaços.

É difícil dizer quais dessas causas tiveram maior ou menor peso e em que momento atuaram de forma mais incisiva. É difícil também dizer até que ponto elas tiveram um reflexo apenas sobre o movimento estudantil ou marcaram de maneira generalizada a formação de toda uma geração da juventude brasileira. É inegável, porém, que todas elas têm sua importância enquanto causa no estreitamento da relação juventude-militância política. O problema, entretanto, parece ser ainda mais complexo.

Uma nova cultura jovem

As razões anteriores, todas relacionadas ao desenvolvimento da conjuntura política brasileira nas últimas décadas, têm cada qual a sua importância relativa. Mas a razão

principal do alheamento dos jovens dos grandes temas nacionais parece transcender questões de conjuntura. Com a ascensão das classes médias e o ingresso da massa da população jovem na sociedade de consumo, ainda que apenas periféricamente para grandes segmentos sociais, uma nova postura cultural centrada no individualismo e no hedonismo generaliza-se.

Esta nova postura – própria das sociedades industrializadas, mas internacionalizada pela moderna indústria cultural – está calcada não apenas no intenso desejo consumista mas também na liberdade individual, nas verdades próprias, no descaso e descompromisso com tudo e com todos, na identificação com modismos imediatos. Ela é, por natureza, não-coletiva. O culto e a prática desta nova postura afastam as massas e especialmente os jovens das grandes mobilizações políticas, das organizações, sejam elas estudantis, sindicais ou partidárias, da militância coletiva e principalmente da política tradicional praticada pelos partidos e pelos políticos profissionais.

Esta ideologia do bem-estar e da auto-satisfação individual começa a aparecer entre nós no início dos anos 50, com a urbanização e a industrialização do país, mas só se generaliza como ideologia de massas na década de 80. É verdade que, no Brasil, persistem hoje acentuadas diferenças sociais que colocam os grupos sociais em diferentes patamares de acesso à sociedade de consumo. A maioria, é certo, só tem acesso periféricamente e a realização dos desejos só se completa entre grupos de classe média para cima. Mas a indústria cultural distribui uniformemente os mesmos apelos a todas as classes sociais, generalizando modelos e aspirações.

O consumo personalizado, o hedonismo, o narcisismo individualista produzem a ausência de novos valores, a despolitização e a mobilização exclusivamente em funções do cotidiano personalizado no culto ao corpo, ao esporte, à moda, ao lazer, à música rock, aos hobbies e bricolages, a práticas esotéricas e psicanalíticas (estas duas últimas, apenas enquanto objetos de consumo). No máximo, realizam-se alguns movimentos ecologistas ou pacifistas. Nada de política partidária, nada de ideologia, nada de revoluções. As mudanças, se vierem, realizam-se a nível do cotidiano. Qualquer forma de organização significa imposição, limitação dos desejos e práticas pessoais, qualquer disciplina coletiva é conservadora e castrante. Por isto, não vinga.

A questão já foi exaustivamente tratada pelos sociólogos da sociedade de consumo. Para Jean Baudrillard, por exemplo, o que caracteriza a sociedade de consumo é a universalidade do *fait-divers* na comunicação de massa, onde toda a informação política, histórica e cultural é dramatizada de forma espetacular para ser contemplada, dando-nos o prazer profundo de nela não participar. Vivemos

ao abrigo dos sinais e na recusa do real. O conteúdo das mensagens é indiferente e os meios de comunicação não nos orientam para o mundo, oferecem-nos para consumo sinais do real. A relação do consumidor com o mundo real não é a da responsabilidade mais sim a da curiosidade. Somos gulosos de acontecimentos, contanto que nos sejam servidos em casa. Todo o jogo político consiste em ultrapassar as próprias contradições, intensificando o volume dos bens, na perspectiva de uma igualização automática através da quantidade e de um nível de equilíbrio final, que seria o bem-estar social para todos. A posse de objetos e bens de consumo é, entretanto, individualizante, dessolidarizante e desistorizante. O objeto de consumo isola.⁹

Mais recentemente, são os críticos do pós-modernismo que melhor descrevem a questão. J. F. dos Santos comenta que nos anos 80 o pós-modernismo chegou aos jornais e revistas, caiu na boca da massa. É um novo estilo colorido de vida, que vai do videogame à FM, do New-Wave ao pacifismo, do pornô à astrologia, passando pela ecologia, esportivismo e apatia social, estilo que gira em torno de três eixos básicos: o consumismo, o hedonismo e o narcisismo. O pós-modernismo é o túmulo da fé, a valsa do adeus das grandes filosofias (cristianismo, iluminismo, marxismo), está associado à decadência das grandes idéias e valores ocidentais (Deus, razão, verdade, revolução, ciência).

A participação se orienta para pequenos objetivos da micrologia do cotidiano: esportes, ecologia, macrobiótica. São participações brandas, sem estilo militante. O individualismo exacerbado conduz à desmobilização e à despolitização. Saturada de informações, a massa fica indiferente às coisas públicas, vive no conformismo, acha-se seduzida e fragmentada pelos "mass media", querendo o espetáculo em lugar do poder. Pela desmobilização e despolitização, o neo-individualismo pós-moderno tende ao descompromisso, ao "não tenho nada com isto" (vide acima "tá todo mundo de saco cheio" ou "não tenho saco", respostas frequentes dos jovens quando perguntados sobre participação política).

Segundo J. F. dos Santos, a esta mudança os sociólogos estão chamando deserção social. As eleições passam a depender muito mais da performance do candidato que de suas idéias. E ninguém acredita mais que os políticos apinhados no Estado representem o povo ou possuam altos ideais. Esta descrença no político faz a massa pós-moderna dar as costas às grandes causas. Ela cobra eficiência na administração e serviços. O indivíduo pós-moderno evita a militância disciplinada. Ele prefere movimentos com fins práticos, participa, sem grandes envolvimento, de pequenas causas inseridas no cotidiano: defesa do consumidor, associações de bairro, minorias raciais ou sexuais, ecologia. E fim.¹⁰

Alienação ou consciência crítica?

Assim, enquanto fenômeno coletivo, o momento é de refluxo para o movimento jovem. Existe uma apatia generalizada, a desmobilização é evidente em todo lugar, enquanto se consolidam valores que priorizam o individualismo e a busca permanente de prazeres imediatos. Se bem que a despolitização não seja prerrogativa dos grupos jovens, é junto a esta faixa etária que os apelos consumistas têm maior impacto, além de se tornarem os jovens o próprio modelo da sociedade pós-moderna. Talvez eles sejam, pela ânsia de renovação, mais suscetíveis aos modismos contemporâneos.

Tudo isto, entretanto, não é necessariamente sinônimo de alienação. Se o desinteresse pelas coisas do "sistema", pela política partidária e pelas instituições públicas situasse a um nível mínimo de ação consciente, a descrença do jovem pode revelar, de fato, uma atitude política, ainda que difusa, de profunda crítica social. Não haveria propriamente uma alienação mas um alheamento político em relação à desgastada política profissional e às instituições que a representam. O jovem contemporâneo, neste caso, estaria agindo politicamente quando despreza as mesquinhas ações políticas voltadas apenas

para a conquista imediata do poder e volta-se para temas de relevância mais contemporânea (como a questão da violência urbana, o meio ambiente, a ameaça nuclear, etc.), que ainda não foram absorvidos pelos nossos ultrapassados partidos políticos.

A questão da contradição entre o rompimento com o velho e a incorporação dos valores dominantes pelos jovens é complexa e pouco estudada, envolve aspectos psíquicos e sócio-antropológicos. Um dos poucos trabalhos nesta linha é o de T. Salem. Ela afirma que a "diferenciação" do jovem se dá através de um processo de afastamento da família (rompimento). Esta "diferenciação" busca a afirmação de um projeto pessoal novo, que rompa com os valores familiares tradicionais. Mas o rompimento nas sociedades ascendentes está se prolongando para além dos 25 anos entre as classes médias e altas, na medida em que o jovem permanece vivendo cada vez mais tempo com a família. Este fato "atrasa" a adolescência e o rompimento não se realiza. O jovem, nesta situação, valoriza a transgressão, mas incorpora os valores dominantes, vivendo intensamente situações de conflito e ambigüidade.¹¹

No caso em que estamos analisando, é difícil dizer se existe de fato no desprezo dos jovens pelas instituições uma consciência de ruptura ou apenas simples apatia generalizada, que revelaria muito mais um estado de degenerescência política. As reflexões sobre

o tema são poucas e recentes, os movimentos jovens são efêmeros, suas posições pouco cristalizadas e as análises, em sua maioria, demasiado emocionais. Que existe sinais evidentes de cooptação do potencial renovador do jovem, é inegável. Nos anos recentes, a publicidade, a escola, a indústria do lazer assimilaram inteligentemente o potencial transformador do jovem e estimulam permanentemente a renovação pela moda. Procura-se reduzir toda a mudança a simples transformações superficiais de aparências e modismos.

Mas por causa disso tratar a questão apenas como uma expressão de alienação pode levar a equívocos políticos. É certo que o potencial de contestação e de enfrentamento implícito nos movimentos jovens não é necessariamente revolucionário. A contestação pode ficar limitada à superfície, a nível de vitrine de boutique. Mas é certo também que a energia revolucionária represada é facilmente detonável no jovem, até mesmo pelo seu descompromisso social, pela sua vontade permanente de derrubar o velho e de instalar o novo, de mudar, de transformar. O que parece adormecido pode despertar quando menos se espera. Tudo depende apenas do aparecimento de fatores precipitantes. ■

Gonzaga Motta é jornalista, professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília e PhD em Comunicação.

Referências bibliográficas e Notas

1. "Reitor da UnB Desiste de Reativar Alunos com Debate", *Jornal do Brasil*, 09/10/86. O reitor, professor Cristovam Buarque, em ocasiões anteriores, havia tentado motivar os alunos da Universidade de Brasília a se mobilizarem e participar mais da vida acadêmica. Depois de várias tentativas frustradas, o reitor escreveu: "Realmente, tem sido negativamente surpreendente a pouca motivação dos alunos em quase todo tipo de atividades intelectuais em geral. Apesar de todos os esforços da Reitoria, dos institutos e dos departamentos na promoção de eventos, não se tem observado reação positiva, com assistência, com participação, com empolgação, por parte dos alunos", in *Boletim da UnB*, 4 a 10/12 de 1985.
2. Para uma síntese de pesquisa ver "Quase Metade da UnB Não Tem Noção Precisa do Que É Constituinte", *Jornal do Brasil*, 27/06/86; e para suas repercussões, ver "Geração Ôrfã", editorial, *Jornal do Brasil*, 30/06/86, Austregésilo de Athayde, "Teoria e Pragmatismo", *Estado de Minas*, 29/06/86 e "O ABC dos Estudantes", editorial, *Jornal de Brasília*, 02/07/86.

3. "Apenas 12% dos Estudantes Acham UNE Representativa", *Folha de S. Paulo*, 18/05/86.
4. Barros, Ivônio, "UnB e Democracia", *Humanidades*, Nº 11, nov./jan., 1986/7.
5. "Uma Juventude sem Rebelião", *Jornal do Brasil*, 02/07/86.
6. "Movimento Estudantil Decai e É Ficção na UnB", *Correio Braziliense*, 15/06/86.
7. "A Voz da Maioria", *Veja*, 09/05/84, pp. 52-60. O relatório da pesquisa "construiu" cinco modelos de jovens, que representariam os tipos básicos: conservadores, integrados, modernos, independentes e contestadores. A construção dos tipos é muito artificial, é bastante discutível, mas é interessante notar que só os contestadores (5% do total) seriam portadores da rebeldia que se acostumou associar à juventude.
8. UnB, CEUB, UDF e PUC.
9. Baudrillard, Jean, *A Sociedade de Consumo*. Edições 70, Lisboa, 1986.
10. Santos, Jair Ferreira, *O Que é Pós-Moderno*. Brasiliense, S. Paulo, 1986.
11. Salem, Tânia, "Os Filhos do Milagre", *Ciência Hoje*, Vol. 5, nº 25.

Resumen

Conducta/Portada

JOVEN TE QUIERO JOVEN

Como fenómeno colectivo, el presente es de retroceso para el movimiento joven. Existe una apatía generalizada y la desmobilización es evidente, mientras se consolidan valores que priorizan el individualismo y la búsqueda permanente de placeres inmediatos. Aunque la despolitización no es una prerrogativa de los grupos jóvenes, es junto a ellos que los apelos consumistas tienen mayor impacto. Todo eso, sin embargo, no es necesariamente sinónimo de alienación. Si el desinterés por el "sistema", por la política partidaria y por las instituciones públicas se sitúa a un nivel mínimo de acción consciente, la duda del joven puede revelar, de hecho, una actitud política, aún difusa, de profunda crítica social. No habría propiamente una alienación, pero sí un distanciamiento político en relación a la desgastada política profesional y a las instituciones que representa.

Abstract

Behaviour/Cover

YOUTH I WANT YOU YOUNG

The youth movement is undergoing a period of demobilisation and apathy. Individualism and depolitisation prevail, though not as a privilege of this age bracket. None of this is necessarily a symptom of alienation. If the distance from party politics and the disregard for institutions are conscious acts, the apathy may correspond to a political attitude with profound critical content.

Depoimentos

O jovem e a política: os argumentos da "apatia"

A "apatia" do jovem pode ser atribuída às mudanças que ocorreram no país, sobretudo na estrutura do ensino superior. Foram elas que modificaram o perfil do estudante universitário brasileiro. Esse é o principal argumento apresentado pelos jovens para explicar a falta de participação política da juventude.

O Brasil de hoje é diferente do Brasil dos tempos da ditadura, e do Brasil anterior ao golpe militar de 1964 – lembram eles. As divergências políticas institucionalizaram-se em partidos e movimentos organizados, dos quais o jovem participa como qualquer outro cidadão.

As universidades particulares suplantaram numericamente as universidades públicas. O ensino superior privatizou-se. Estudantes que trabalham durante o dia buscam nos cursos noturnos o diploma que lhes facilitará a ascensão no emprego. Provêm de faixas onde os bens materiais têm mais importância do que as atividades do espírito. É mínimo o seu interesse por questões políticas.

Quatro estudantes registraram para Humanidades suas idéias e impressões sobre a apatia política dos jovens. Têm aproximadamente a mesma idade. Os argumentos assemelham-se, em alguns casos coincidem.

Um dos estudantes reflete sobre sua participação pessoal no movimento estudantil. Mais

Paralelamente, o acesso às universidades públicas foi elitizado. Os jovens que conseguem aprovação no vestibular são aqueles que tiveram a oportunidade de freqüentar colégios particulares, onde o ensino é melhor do que nos colégios gratuitos. Esses contingentes também provêm de segmentos favorecidos, cooptados pela ideologia do consumo, e estão desmotivados para a participação.

E assim o ativismo torna-se apanágio de uma pequena parcela que estuda em universidades gratuitas. Mas nessas há problemas específicos, que exigem atenção imediata, como falta de verbas, falta de equipamento, falta de

professores qualificados, falta de vagas, elitização do acesso. Ou seja: ao mesmo tempo que é solução, a universidade pública é parte do problema. E os poucos estudantes politizados, em vez de se envolverem na discussão de grandes temas da vida nacional, procuram as entidades estudantis com a intenção de resolver suas dificuldades acadêmicas. O inconformismo encontra outras formas de expressão.

Nesse novo quadro, a retórica tradicional de entidades como a UNE e os partidos de esquerda torna-se inadequada. Já não cala fundo, já não conquista corações e mentes.

São esses os argumentos da apatia.

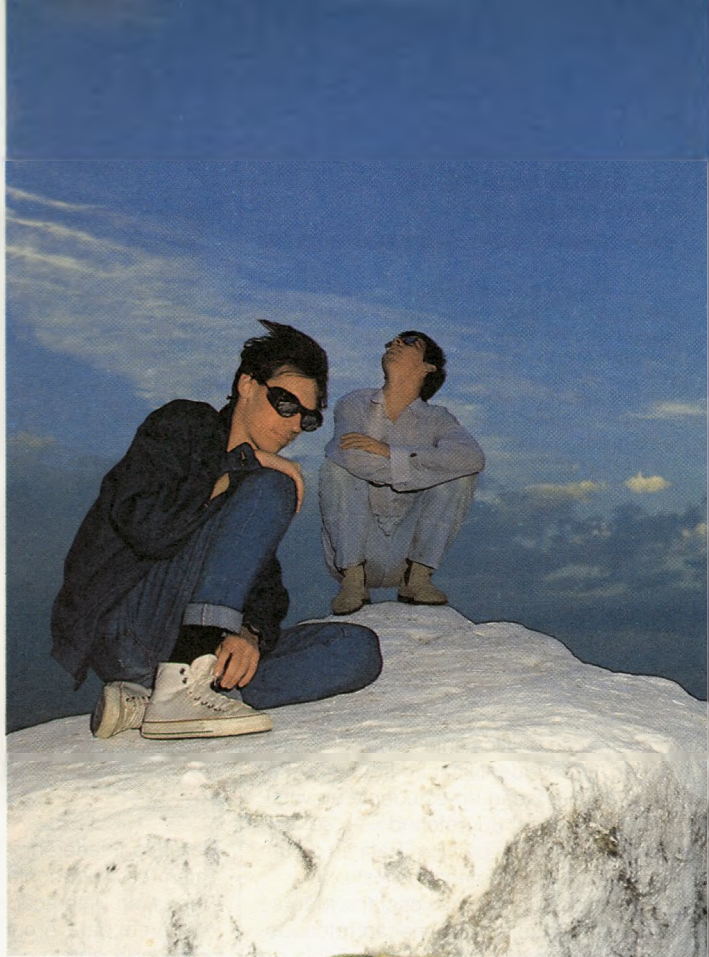


Foto: Salomon Cytrynowicz/14

Os depoimentos

ativo que reflexivo, lançou-se de corpo e alma à tarefa de corrigir as falhas do ensino superior. Sofreu decepções. Mas, aparentemente, é daqueles que tiram lições dos insucessos.

Outro reage com argumentos filosóficos. Inquisitivo, prefere investigar conceitualmente o problema, antes de propor soluções. Pode

ser que afinal se trate de um falso problema, de um simples erro de perspectiva.

Outro ainda apresenta explicações sistematizadas, com frieza lógica. Mas a linguagem do seu pequeno ensaio, no qual ainda não se percebe uma voz própria, trai as incertezas e angústias da idade.

Os novos caminhos da participação

Eraldo Sérgio Barbosa, 22 anos, estudante de Economia. Antes de agir, socorre-se de pensadores como Marx, Hannah Arendt e Santayana para investigar o conceito de alienação política. Procura refutar algumas explicações em voga e apresenta sua própria versão: são outros os tempos, os estudantes, as universidades – e a uma nova realidade deve corresponder um novo modelo de participação.

"Para bem situar a temática da desmotivação do estudante universitário para a participação política eu gostaria de adotar o procedimento da discordância em relação a algumas idéias amplamente veiculadas.

A primeira dessas idéias é a falta de participação política entendida como alienação. É uma identificação frequente. Fala-se da alienação do estudante universitário dos anos 80 referindo-se ao seu desinteresse pela política. Trata-se de um empréstimo da doutrina marxista.

Em seus primeiros escritos, Marx se utiliza do conceito de alienação, referindo-se a uma distinção entre a essência do homem e sua vida aparente. Há uma unidade originária entre homem e mundo, entre a essência do homem e seu mundo contingente. Ocorre que a história humana se encarregou de separar a essência da aparência. O homem está então alienado. Segue-se o projeto social proposto por Marx de resgatar o homem substancial e afastar o homem feito mercadoria. A essência do homem é o trabalho e a reconciliação histórica do homem alienado pelo sistema capitalista é o comunismo marxista. Em resumo, o trabalho é a essência do homem porque o reconcilia com o mundo.

No capitalismo, os homens não estão em relação humanamente autêntica. Estão coisificados enquanto mercadorias – estão alienados. O projeto comunista, que visa a reconduzir o homem alienado à sua essência, surge como indicação para a atividade política, ao mesmo tempo que se apresenta como profecia de uma nova sociedade. Quem discorda desse projeto social é colocado ao lado da maldade, como reacionário. Há um maniqueísmo em Marx, não há uma teoria política strictu sensu.

Hannah Arendt, ao contrário de Marx, considera o trabalho uma atividade que impossibilita as pessoas de atingirem o pleno desenvolvimento humano. Ao trabalhar, o homem partilha com os outros animais a servidão à necessidade, preocupando-se tão-somente com a preservação da vida. Esta é a esfera privada da existência – e é fútil. Na esfera pública, não



existe a interferência dos objetos e o homem está em contato com os outros homens, em interação política. A política é, portanto, para Arendt, nossa garantia de sanidade, aquilo que dá sentido à vida, a mais alta fonte de felicidade. A natureza essencial do homem é a busca da imortalidade, diz Arendt. Na esfera pública, movimentando-se entre seus pares, que têm a capacidade de julgar suas ações e testemunhar seus feitos, o homem pode assegurar sua imortalidade.

Mas essa interessante visão, exposta em *The Human Condition* (1958), deixa de considerar a ciência e a arte, atividades humanas que também podem conduzir à imortalidade.

Outros autores consideram a política uma atividade de segunda ordem, nem arte nem ciência, que ao mesmo tempo corrompe a alma e cansa o espírito, exercida por aqueles que não conseguem viver sem a ilusão de "negócios", ou que têm tanto receio de ser governados por outros que dariam sua vida para evitá-lo (M. Oakeshott, 1960).

G. Santayana, em *Dominations and Powers* (1951), observa que os políticos não conhecem seu lugar na sociedade, não se dando conta do sentido de sua atividade, incapazes de apreender os menores da vida, a não ser os mais triviais. Com poucas exceções, diz ele, os políticos são cegos.

Falta de participação política, portanto, não deve ser inquestionavelmente identificada com alienação. O menu teórico é variado, havendo respaldo conceitual para tudo, até mesmo para um posicionamento contrário a "fazer política".

Mas deixando de lado a especulação inconclusiva e admitindo que seja

desejável a participação política de todos os cidadãos e em particular dos estudantes universitários, passemos a analisar as explicações mais comuns para a não-participação dos universitários.

Para alguns, a falta de participação é consequência de um projeto voluntário dos mentores do golpe de Estado de 1964. Trata-se de uma meia-verdade. A UNE era uma instituição de papelão, fazia muito barulho mas não tinha o apoio das massas, o que se evidenciou pela ausência de resistência organizada quando do golpe de abril. Não se tratava, pois, de desarticular um movimento estudantil poderosíssimo.

O que ocorreu, de fato, na esteira da modernização implantada à força nas últimas duas décadas, foi uma modificação muito grande na universidade brasileira. Em 1968, época das passeatas que antecederam o AI-5, cerca de oitenta por cento das universidades eram públicas, apenas vinte por cento eram privadas. Ultimamente, as coisas se inverteram – só vinte por cento são públicas. E nessas universidades públicas, onde é melhor o nível de ensino, estudam os beneficiários da concentração de renda. A maioria trabalha durante o dia para pagar à noite um ensino sofrível. Nenhuma das duas situações favorece a participação política. O estudante da escola privada é forçado a trabalhar, não lhe sobrando tempo para a atividade política. O estudante da escola pública, além de menos numeroso, está desmotivado.

Outra idéia em voga é a de que a UNE atua no sentido da mobilização para a participação política. A verdade é que a UNE, ao invés disso, funciona como catalisador para o crescente desencanto dos estudantes com a política. O problema é que tanto ela como os partidos de esquerda que subjazem ao movimento estudantil apresentam um discurso quixotesco e anacrônico, já sem credibilidade entre os estudantes. Se a UNE e o movimento estudantil atualizassem seu marxismo oitocentista e adotassem qualquer variante de contracultura, pregando a "não-política" ou coisa parecida, talvez atendessem a uma parte da demanda de idéias dos universitários que desejam ansiosamente concluir a adolescência com alguma causa para se rebelarem. Sem isso nada se produz, a não ser apatia diante dos mega-problemas políticos.

Diz-se também que o estudante universitário médio não se envolve com política porque é desinformado. Falso. Na UnB, por exemplo, não é por falta de informação, mas talvez por excesso, que os estudantes se posicionam contra a política tradicional de cunho partidário. As tentativas de reconstrução do diretório central foram deliberadamente frustradas, por tratar-se de uma criação institucional indese-

jável para a maioria. Depois houve uma revisão dessa atitude e hoje parece que os estudantes já desejam a reconstrução do diretório central, talvez por acharem que esse já não venha a constituir-se numa máquina descontrolada de fazer greves.

De resto, está havendo uma maré de conservadorismo na geração de 1980, que não gosta dos cabelos grandes e sujos dos professores e é favorável à monogamia. Isso é produto do bem-estar proporcionado pela generalização dos bens de consumo. Ocorre não apenas no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos. Bens materiais substituem (por bem ou por mal) os bens espirituais, como o gosto pela política, pelas artes e pelas ciências. A próxima geração, mais habituada aos bens materiais, talvez se volte para os bens do espírito, optando, quem sabe, pelas artes e pela ciência e não simplesmente, como tem ocorrido, pela atividade política."

É possível ser idealista?

Sérgio Gonçalves Dutra, 21 anos.
Tem prática de participação como diretor do Centro Acadêmico de Agronomia da UnB. Esperava que a universidade resolvesse a maior parte dos problemas que o afligiam. Mas logo descobriu que a universidade também tinha problemas graves, alguns mais graves que os seus. A exemplo de muitos, poderia ter desanimado, mas preferiu reagir e dar sua contribuição, ingressando no movimento estudantil. Sofreu novos desapontamentos, mas acha que aprendeu boas lições.

"Primeiramente, devemos ter a humildade de assumir a nossa própria incompetência e passar a lutar com todas as nossas forças para sairmos dela. Devemos pensar também que, para mudar o mundo, é preciso que nos mudemos a nós mesmos. Isso é trabalhoso e exige sacrifícios. Uma autocritica sincera é sempre um bom começo.

Temos que admitir que o universitário de hoje é bastante carente. Não me refiro apenas à carência econômica, mas sim à carência de ideais mais nobres, de maturidade, mesmo a carência afetiva. Ele espera que a universidade, de forma paternalista, consiga suprir o mais rápido possível essas carências.

Mas após um curto período de deslumbramento por ter sido capaz de ingressar na universidade, o estudante percebe que esta também tem suas carências, como falta de dinheiro, de estrutura e, especialmente, de recursos humanos de boa qualidade. Como resultado dessa constatação, alguns simplesmente se acomodam e o diploma passa a ser o objetivo principal. Há os que, em vez de buscar



soluções concretas, preferem viver num mundo de faz-de-conta, acreditando que estágios e cursos de pós-graduação suprirão as lacunas de uma formação acadêmica deficiente. Muitos se revoltam e procuram "inimigos" para descarregar suas frustrações.

Existem, ainda, aqueles que, de forma desordenada, tentam solucionar seus dilemas. Percebem que há uma inter-relação entre as dificuldades pessoais e as deficiências da universidade. Eu me incluo neste grupo.

Envolvei-me na participação política, mais especificamente no movimento estudantil. Via grandes erros ao meu redor e, talvez num misto de onipotência e ingenuidade, sentia-me capaz de corrigi-los.

A crise de lideranças fez com que eu tivesse uma ascensão rápida. Isso foi prejudicial, pois, na hora de tomar decisões, faltou-me equilíbrio e vivência. Houve da minha parte, o que foi pior, um grande erro de cálculo quanto ao interesse e disponibilidade das pessoas para trabalhar por uma causa comum. Senti na pele o despreparo do brasileiro para trabalhar em equipe, o que é muito ruim, pois limita nossa capacidade de ação. Mas de forma alguma lamento os insucessos, já que as lições que deles pude tirar são muito úteis.

E as tão faladas entidades estudantis? Serão válidas? Tudo depende de quem as compõe. Se são pessoas dispostas a trabalhar pelo estudante, ótimo. Mas se o que querem é criar satélites de partidos políticos (ainda mais com esses partidos que existem atualmente), sem autonomia e sem compromisso com a universidade, já está mais do que provado que este casamento não dá certo. Uma coisa é oferecer ao universitário uma opção partidária. Outra bem diferente é querer que uma entidade de base, um centro acadêmico, assumam um partido. Isto significa usar duzentos, trezentos, quinhentos estudantes como massa de manobra, como se todos eles defendessem um único partido, coisa que evidentemente não acontece.

Existe o grave problema dos erros de conceito e de objetivos. A maioria dos

estudantes acredita que um Centro Acadêmico é um centro de promoções de festas, torneios esportivos, cursos de extensão e coisas no gênero. Ou, pior ainda, que a finalidade de um diretório central é organizar greves. Nesse sentido, as entidades são dispensáveis.

Outro erro do movimento estudantil é a chamada "queimação", processo muito usado pelas lideranças para obterem cargos de direção nas entidades. Em vez de apresentarem propostas de melhoria, concentram-se na crítica destrutiva. Cada tendência política trata de denunciar os "podres" das demais. A maior vítima desse processo de destruição mútua é a própria UNE, entidade máxima dos estudantes, que está se extinguindo.

O que acabo de dizer retrata, em linhas gerais, uma realidade nacional. Foi o que observei nas viagens que tive a oportunidade de fazer pelo país.

Vejamos o caso da Universidade de Brasília. Todos conhecem a história da queda da ditadura Azevedo e da opção por um processo paritário na escolha do novo reitor. Passada a euforia da vitória, cabe uma pergunta: houve alguma mudança real?

Existem pontos positivos. A liberdade de expressão tem sido garantida. As eleições para diretor de faculdade e para chefia de departamentos têm sido paritárias. Existe um boletim informativo para divulgar as atividades em que a UnB está envolvida. A questão das transferências foi moralizada. Inúmeros debates foram realizados nas dependências do campus. Mas que dizer das aulas?

Pelo menos no Departamento de Engenharia Agrônoma são as aulas de sempre, com pouco conteúdo, pouca orientação prática, quase nenhum questionamento dos pacotes tecnológicos na agricultura. Isso para não mencionar a falta de apoio aos grupos de estudo mantidos pelo Centro Acadêmico de Agronomia.

Os grupos de estudo permitem ao estudante, tanto de agronomia como de qualquer outra área, através de um trabalho de equipe, estudar e discutir certas técnicas, certos assuntos, e, em seguida, aplicar esses conhecimentos em condições que se aproximam às condições da realidade brasileira. O primeiro grupo de estudo foi criado há quase dez anos, mas até hoje esse tipo de atividade continua sem o reconhecimento e apoio que merece.

São essas angústias que levam o estudante a mobilizar-se e a lutar, dentro de suas possibilidades, por algo melhor. Eu, pessoalmente, não pretendo propor nada de empolgante ou revolucionário. Move-me apenas a vontade de partilhar

minhas experiências de estudante comum e o desejo de que sejamos capazes de transformar, sempre para melhor, a nossa realidade."

O sonho não acabou

Mauro Pereira Porto, 23 anos, estudante de Comunicação. Descarta as explicações fáceis e oportunistas, que podem levar à repetição de equívocos desastrosos. Lembra que o movimento tem algumas limitações naturais, determinadas pela origem social dos estudantes. Aponta como causas da apatia a elitização do ensino e a incapacidade de renovação de entidades como a UNE. Segundo ele, novas formas de atuação devem ser tentadas, porque o sonho está vivo.

"Um espectro ronda as universidades brasileiras: a apatia política dos estudantes. As discussões sobre sua participação na vida política estão na ordem do dia. É importante, pois, analisarmos algumas das correntes que tentam elaborar uma reflexão e apontar soluções.

Alguns se limitam a constatar os fatos, deles tirando conclusões simplistas, do tipo: "o estudante não participa porque é alienado", "o estudante só almeja o diploma", "o estudante não quer mais saber de política". Por essa via, não se consegue chegar à essência da questão.

Outros constatarem a falta de participação e procuram corrigi-la com uma prática cada vez mais defasada, o que leva a um afastamento da realidade. Esses grupos, presos a um passado de lutas gloriosas, não acompanharam as profundas transformações ocorridas na sociedade e na universidade.

Para analisar a crise de participação política do estudante universitário, deve-se usar uma metodologia diferente. Refiro-me à práxis. Nesse posicionamento está, conseqüentemente, embutida uma clara definição política. Trata-se da elaboração de alternativas para a crise do movimento estudantil através da atuação política, mediante a experimentação de novas formas de organização/atuação. Assim, a prática transformará as hipóteses e, dialeticamente, a teoria transformará a prática.

Em toda sociedade marcada pela desigualdade, o acesso e a estrutura do ensino superior têm um caráter de dominação de classe. Vindos em sua maioria da pequeno-burguesia, os estudantes universitários sabem que pertencem a uma elite, sabem que sua situação é privilegiada. Este reconhecimento, aliado à desilusão quanto ao seu projeto de carreira, coloca o estudante numa perspectiva de engajamento, que redundará num anseio de transformação social. Por isto, o movimento estudantil sempre esteve do lado dos anseios populares. Mas não se pode igno-



rar que os estudantes estão limitados por sua origem de classe. Apesar de não neutralizar as possibilidades verdadeiramente "revolucionárias" do movimento estudantil, esse fato indica uma limitação de sua atuação.

É levando em consideração essa contradição do estudante, colocado entre o apelo do engajamento e as limitações de sua classe, que devemos analisar o movimento estudantil. Eis um exemplo dessa contradição: durante a década de 50, período conhecido como "o tempo de Paulo Egydio", a direita preponderou no movimento; já a fase de resistência à ditadura implantada em 1964 caracterizou-se pela hegemonia de grupos esquerdistas, que acabaram conduzindo à luta armada.

Com o golpe militar de 1964, a União Nacional dos Estudantes é uma das primeiras entidades a serem reprimidas. Decretada sua ilegalidade, a sede da UNE é incendiada. Durante o período autoritário, os estudantes destacam-se como um dos poucos segmentos da sociedade a se oporem ao regime militar de forma decidida. Neste período de resistência, o movimento estudantil concentra-se exclusivamente em questões relacionadas à conjuntura nacional. Sem a derrubada da ditadura sabia-se que não haveria uma universidade capaz de atender aos anseios dos estudantes e da sociedade. Com a deterioração do regime militar, após a fase do "milagre econômico", segmentos das camadas médias se incorporaram à oposição, ocasionando as primeiras grandes derrotas eleitorais do regime. O movimento estudantil foi deixando de ser o quase único protagonista da resistência. Com o início do processo de abertura, registram-se simultaneamente o crescimento e a mobilização do movimento operário e popular.

A UNE foi reconstruída em 1979, mas o que se verifica desde então é o crescente afastamento dos estudantes de suas entidades. Na UnB, por exemplo, há quase quatro anos inexistiu um diretório central, por falta de quorum nas eleições. A UNE passa pela mais grave crise dos seus quase 50 anos de existência. Várias são as hipóteses para explicar o decréscimo da participação dos estudantes.

A hipótese de alienação deve ser considerada em sua validade e limitação. Enormes transformações ocorreram no ensino superior brasileiro. Se antes de 1964 setenta por cento dos universitários estudavam em escolas públicas, hoje o quadro se inverteu e a maioria estuda em universidades particulares. O acesso à universidade pública é cada vez mais restrito e elitizado. Uma das principais contradições do ensino no Brasil é exatamente essa. Os estudantes que fazem primeiro e segundo graus em escolas particulares, onde o ensino tem melhor nível, são os que conseguem ingressar nas universidades públicas.

Nos últimos vinte anos, houve uma elitização do ensino, apesar do crescimento do número de vagas. Essa massificação foi acompanhada por uma nova concepção de ensino universitário, cujo objetivo passou a ser a formação de profissionais técnicos, meros reprodutores de tecnologia importada, consolidando uma reserva de mão-de-obra para as multinacionais e para os conglomerados nacionais a elas associados. No âmbito da classe média, o diploma valorizou-se como forma de ascensão social. A universidade teve dessa maneira desvirtuados os seus objetivos, abrindo para a juventude uma perspectiva de passividade e acomodação a valores que lhe são impostos.

Essa concepção de universidade gera frustrações. Mesmo um jovem de origem social pequeno-burguesa, dominado pelas ideologias das classes dominantes, sente-se insatisfeito com um curso distanciado da realidade nacional, sem as mínimas condições de ensino e com poucas possibilidades de facilitar-lhe o ingresso no mercado de trabalho.

Segundo outra hipótese, o afastamento dos estudantes é causado pelos grupos que disputam a hegemonia do movimento estudantil. Essa hipótese costuma ser levantada pelos que condenam a participação de partidos políticos no movimento estudantil, acusados de instrumentalizar as entidades.

A participação dos partidos contribui sem dúvida para o fortalecimento e politização do movimento. Por outro lado, são evidentes os erros e as práticas defasadas da maior parte dos chamados grupos de vanguarda. Os estudantes passaram a encarar a vanguarda como defensora de interesses próprios, alheios aos interesses dos estudantes, o que provoca um distanciamento entre a cúpula do movimento e sua base. Mesmo assim, muitas correntes continuam insistindo nas mesmas práticas já envelhecidas e defasadas. É esta a postura do grupo que desde 1979 detém a hegemonia da UNE, como também de muitas forças do chamado bloco de opo-

sição – que pelo menos nesse aspecto em nada se diferencia da situação.

Apesar disso, não se deve impedir a participação no movimento de estudantes filiados a partidos, pois não é esta a melhor forma de consolidar novas formas de atuação.

Em meio à crise do movimento estudantil, surgem novas opções, novas concepções de participação política. Formas tradicionais de organização são substituídas por outras menos rígidas, mais dinâmicas. Os jargões do passado, que tinham sentido na época da resistência, mas que hoje estão defasados, são substituídos por outras formas de comunicação. Muitas dessas novas experiências têm-se mostrado ineficazes, mas na dialética dessas novas formas e na atuação das entidades talvez se viabilize uma participação massiva.

Os grupos de estudo e os núcleos de cultura têm despertado considerável interesse. São apenas um exemplo. Analisando criticamente avanços e recuos poderemos aglutinar os anseios dos estudantes por uma universidade renovada, pluralista e democrática, bem como uma sociedade livre da exploração e das desigualdades. O sonho ainda não acabou.”

O movimento e suas etapas

Adriana Moreira Amado, 20 anos, estudante de Economia. Coloca o movimento em sua perspectiva histórica e identifica três fases. A cada fase corresponde um momento diferente na história do país, que de 1945 até hoje teve três momentos. Atualmente, registra-se uma abertura para a participação dos diversos setores da sociedade e parece-lhe inevitável que os estudantes abandonem a discussão dos grandes temas nacionais e se voltem para os problemas internos da vida universitária. Trata-se no entanto, segundo Adriana, de um momento de transição.

“O movimento estudantil universitário tem três momentos específicos, que, por sua vez, estabelecem padrões de comportamento político diferenciados: a) lutas nacionais, de 1945 a 1964; b) resistência política, de 1964 a 1979; e c) o repensar do movimento, de 1980 em diante.

a) Da derrocada do Estado Novo ao Golpe de 1964, o movimento estudantil definiu-se como ação política de cunho nacionalista de esquerda, envolvido nas grandes demandas nacionais, desde a luta pela criação da Petrobrás até a reforma agrária. As discussões externas ao mundo universitário, propriamente dito, são as que mais aglutinam o esforço comum dos estudantes, não obstante ser nesse momento, especialmente em seu final, que se iniciam as lutas pela democra-



tização do ensino: mais verbas, mais vagas, autonomia universitária e democratização do poder interno.

b) O período que vai de 1964 a 1979 é definido pela luta contra a ditadura militar. O movimento estudantil, até 1968 e depois de 1976, levanta bandeiras pelas liberdades democráticas. Por tratar-se de momento em que, aos poucos, a autoridade militar vai se fixando através de ações policiais e paramilitares de repressão política e social, os partidos de esquerda vêm no movimento estudantil elemento de grande importância para a manifestação de sua militância geral e fixam sua ação neste setor como forma de atingir outros segmentos e traduzir os anseios das massas oprimidas.

c) Com o processo de democratização, abriam-se caminhos e organismos passíveis de absorverem a ação política da sociedade: os sindicatos reconstruídos retomam seu papel e importância no cenário nacional, os partidos de esquerda iniciam ações combinadas em partidos legalizados tradicionais ou na formação de novos partidos, os demais setores classistas ou movimentos reivindicatórios encontram formas variadas de representação e manifestação, e o movimento estudantil perde a importância que tinha quando predominavam as características do momento de resistência e passa a referenciar-se em menor grau nos acontecimentos nacionais.

Nesse momento ganham força as tendências que conduzem o movimento estudantil para o interior da universidade, colocando-o frente aos problemas internos das escolas: democratização, reforma

curricular, verbas, vagas, mais professores, melhoria da qualidade do ensino, co-gestão universitária etc. Dois fatores contudo vêm dificultar a manifestação dessa tendência, diminuindo-lhe o impacto e a eficácia. O primeiro é o ensino tecnicificado, departamentalizado e afastado dos reais problemas da nação, em grande parte produto do acordo MEC-USAID. Gerou um estudante pouco interessado no coletivo, na ação política geral, nos problemas nacionais, pouco afeito a questões que fogem ao âmbito de sua formação profissional e do futuro emprego. O outro diz respeito ao aumento do número de estudantes universitários. Apesar de passar de 150 mil em 1964 para 1.200 mil em 1986, este aumento não se traduziu em democratização do ensino. No âmbito da política interna, esse crescimento fez-se acompanhar de uma maior centralização do poder. No âmbito do ensino, a massificação produziu uma drástica redução de qualidade.

Isso porém não é tudo. O novo padrão de consumo das classes médias, a cultura e a ideologia que acompanham e difundem o consumo de massa e de luxo envolveram as classes médias num profundo processo de alienação, que não se rompe nos filhos que ingressam nas universidades, antes pelo contrário. Há nas universidades amplo espaço para o fortalecimento desse comportamento individualista, produto da expectativa gerada pelo diploma, aliada ao conteúdo das mensagens disseminadas pelo departamentalizado e acomodado trabalho acadêmico.

Nos centros mais industrializados, o discurso político das lideranças tradicionais perde rapidamente o poder de interferência no seio do movimento estudantil. Novas formas de atuação, novos conceitos e perspectivas condicionam mudanças profundas na prática política desse movimento de juventude. Por ser ainda pouco entendida, essa nova prática é vista algumas vezes como alienada da problemática geral da sociedade e mesmo do atual processo universitário. Nos centros onde os reflexos da industrialização e urbanização ainda não se fizeram sentir de forma corrente e consolidada, permanecem fortes os elementos difusores de propostas políticas alicerçadas em discursos tradicionais, semelhantes ao da fase anterior a 1964.

Esse momento que chamamos de “repensar do movimento” define-se por seu caráter de transição. Apesar dos elementos negativos apontados, manifesta-se no seio do movimento estudantil um forte processo de revitalização das lutas estudantis. Isso implicará mudanças substanciais tanto no discurso como na prática política das lideranças e dos diversos movimentos e grupos envolvidos.” ■

A vontade de transgredir leis, regras e normas é um impulso comum entre os adolescentes. Algumas transgressões são benéficas tanto para o jovem como para a sociedade. Outras, como o consumo de drogas, deixam um saldo de dúvidas. Qual a diferença entre o jovem que consome drogas com a intenção de transgredir e contestar e o jovem que já se tornou dependente? Um precisa de compreensão, outro de terapia.

O jovem e a transgressão

Richard Bucher

Será a adolescência uma doença ou um estado criminoso? Questão descabida, mas nem tanto se pensarmos nas numerosas reações de rejeição e condenação de pais e adultos em geral, ou ainda pensando nos epítetos que adornam a fase adolescente, indo da "idade ingrata" aos qualificativos de revolta, insubordinação, rebeldia, excentricidade, desafio, malandragem, baderna, vadiagem e outras alusões a desvios de comportamento – mas desviantes de que norma, tão intocável? – e terminando na idéia de marginalização, de insurreição e de delinquência.

Se tais idéias, ou melhor, tais preconceitos, circulam na sociedade adulta, eles devem ter algum fundamento, mesmo que seja tão-somente defensivo. Cabe descobrir as razões profundas desta rejeição, encobertas por argumentos moralistas e críticas soberbas, se se quer entender algo dos conflitos (seculares) entre gerações, e se se quer entender as características predominantes da adolescência.

Começamos por enumerar algumas destas características – amplamente discutidas nas publicações dos especialistas do assunto^{1, 2} – antes de nos atermos àquela, principal, da transgressão, tentando submetê-la a uma análise mais detalhada.

A adolescência consiste, em primeiro lugar, em uma fase crítica, pelo seu caráter de transição entre a criança que o jovem não mais é, e o adulto que não é ainda – mas que almeja ser com todas as suas forças. Mas eis que aponta uma outra característica, singular, deste processo de transição, a saber, de incluir um conflito de ambivalência que raramente se revela de modo direto, mas que de-

ve ser responsabilizado pelas incongruências que vêm à tona na conduta do adolescente. Se é um fato que ele almeja ser adulto "com todas as suas forças", cabe a ressalva de que se trata aí apenas de suas forças conscientes; estas o levam a "bançar" o adulto, a querer imitar aqueles adultos (mais ou menos jovens) que considera como modelos, como ídolos, como "bem-sucedidos" em consequência de um ou outro traço que chama a sua atenção, frequentemente de maneira exorbitante.

Mas há o outro lado da medalha, menos aparente mas não menos incisivo: aquele do pesar diante da infância perdida, da "saúde" daquele estado privilegiado onde pouco faltava, onde pouco se exigia, onde podia receber sem ter que prestar conta, sem ter que se responsabilizar demasiadamente pelos seus atos... Este pesar – do qual o adolescente freqüentemente tem vergonha, se é que se torna consciente – induz então uma série de veleidades regressivas, contribuindo para as contradições que acumula em sua conduta e atitudes.

Os conflitos que balizam os seus caminhos são, portanto, não apenas externos, não se limitam aos conflitos de geração, mas originam-se em seus próprios desejos ambivalentes quanto a progredir (e amadurecer) ou regredir (à infância, idealizada e superestimada); disto resultam todas aquelas manobras de camuflagem e escamoteamento que proporcionam a bem conhecida conotação artificial ou forçada de suas expressões.

Eis a crise da adolescência, pela qual o jovem é palco de tendências antagonistas que não entende e que o ultrapassam, embo-



ra desenrolando-se dentro dele mesmo. A saída mais comum que encontrará será aquela da fuga: fuga dos seus parceiros de vida habituais, a começar pela família, procurando refúgio em si mesmo – o famoso enclausuramento do adolescente, impenetrabilidade pela qual protege a sua fragilidade – ou refugiando-se em grupos de pares, desenvolvendo estilos de vida herméticos como as sociedades secretas.

Pode-se apontar aqui outra característica da vida intrapsíquica do adolescente: a sua dificuldade em estabelecer uma identidade segura, estável e convincente (para ele e para os outros). Se o processo de identificação com figuras parentais foi bem-sucedido – o que não quer dizer que ocorra sem conflitos –, a crise da adolescência será atravessada sem maiores rebuliços. Eis que os grupos de jovens têm a importante função de pólo identificatório, condensando as identificações fragmentadas e dispersas através da coesão afetiva da convivência grupal.

Esta suprime uma série de barreiras, erigidas entre os próprios jovens pelas suas inibições naturais – basta lembrar a vergonha que com freqüência o jovem sente do seu corpo – e pelas dificuldades iniciais de comunicação, de abertura e confiança. A emergência de um líder dentro do grupo, o surgimento de regras às vezes rígidas, embora informais, de uma gíria compartilhada por todos ou de um código de honra que compromete os seus membros reforçam esta coesão e destacam o grupo de outros, rivais senão inimigos, mas destacam sobretudo dos adultos e da família de cada um.

A coesão afetiva do grupo vem portan-



Foto: Ricardo Malta/14

to substituir a da família de origem, rejeitada pelo jovem à procura de emancipação, mas também rejeitante porque não consegue (e nem pretende) acompanhar as demonstrações tantas vezes excessivas de uma independência que de fato não existe.

A uniformidade do grupo, no entanto, evidentemente não é real; ela corresponde mais a um mito, escudo construído para proteger e escorar a fragilidade do jovem – tanto maior que se sente incompreendido ou mesmo abandonado pela família. O novo mito, sustentado a toque de caixa por idéias, manchetes e fantasias tomadas de empréstimo das correntes ideológicas vanguardistas – de preferência contestatórias –, substitui, pois, ao mito da unidade familiar, mantida como ban-

deira de uma união que raramente existe – e cuja hipocrisia o jovem se apressa em denunciar com veemência cada vez maior, à medida em que toma consciência das contradições, segredos e não-ditos que o mito familiar tenta escamotear.

A constituição do grupo tem assim uma função importante na procura da verdade que impregna o jovem. Desiludido quanto à possibilidade de descobrir a verdade pelos outros, pais e autoridades extrafamiliares (que sempre acha autoritários, senão mentirosos), ele quer assegurar-se de sua verdade, perscrutando todas aquelas formações do espírito humano das quais consegue inteirar-se. Movido por uma curiosidade insaciável – que alguns chamam de mórbida, mas que é muito

mais o reflexo de sua insegurança e de sua procura de balizas firmadoras – ele pode assim percorrer todas as doutrinas, das mais ortodoxas às mais extravagantes, das mais facciosas às mais cósmicas, catando nelas elementos que se deixem coadunar, ideologicamente, com a visão de mundo (e com a identidade própria) que idealiza, sem saber exatamente em que possa consistir.

A idealização, pois, é uma outra característica que ressalta da adolescência. Como o jovem acredita na possibilidade de encontrar a verdade, a sua verdade, assim ele acredita na possibilidade de um mundo melhor, mais justo, mais harmonioso e mais luminoso. E não somente acredita, mas também se engaja na construção ou conquista deste mun-



do melhor, com aquele entusiasmo do idealista intrépido disposto a deslocar montanhas para que seus ideais se realizem.

Este engajamento, impregnado pela autenticidade de sua procura profunda, raramente adapta-se à realidade que de fato ele pretende transformar; aos olhos do adulto, aquele é pois irreal e suspeito, enquanto coloca em questão os valores tradicionais, contestados quanto à sua pertinência e sinceridade. Não se vê assim o que esta procura e este engajamento contêm de promotor para o futuro, capaz de induzir transformações originais quando bem aproveitados, ao invés de reprimidos...

Uma última característica que desejamos destacar, é aquela do **prazer**, inscrito no âmago do mundo adolescente pela maturação sexual, mas também pelo seu despertar mais amplo para as dimensões do amor, do belo e prazeroso. O adolescente **sabe curtir e quer curtir**, aumentando cada vez mais o espectro de suas experiências, sensações e impressões. Ele as acha ilimitadas mas enfrenta, em seu cotidiano, em seu corpo e sua cabeça, dentro e fora dele, **limitações** mil que o exasperam e com as quais tem que aprender a lidar. Aprendizado cruel e contraditório pelo qual tem que colocar entaves ao seu ideal de expansão total – o que significa que tem que se infligir uma nova ferida, que tem que golpear seu esforço de curar a ferida narcísica de sua incompletude e imperfeição.

Eis a tarefa mais dura desta fase: apreender e aceitar que estas são inelutáveis, que não se pode viver sem falta, e que aquelas feridas nunca cicatrizam em totalidade... Ou, se se preferir o linguajar psicanalítico, que não se pode viver sem castração, que esta é a estampa da humanização e que a emancipação é viável somente se submetida ao seu tempero – mais amargo que o leite materno, é verdade, mas criando menos dependências...

A consciência dos próprios limites

Enumeradas estas características (e fazendo abstração de outras), como é que a transgressão se inscreve nelas? Devemos reconhecer nela uma outra marca fundamental

da adolescência, mas para entender o seu alcance cabe situá-la no devido contexto, aquele da estruturação simbólica da vida humana e da sociedade. Estas não são possíveis sem a presença de uma lei que organize a convivência social pela prescrição de regras elementares.

Segundo a psicanálise e a antropologia, a convivência social se fundamenta na **interdição do incesto**, garantia da distinção das gerações (e dos sexos) e primeiro signo de negatividade que escande os primórdios da humanidade. Mas ela oferece uma garantia também à criança, aquela de não ser reincorporada pela mãe nem possuída pelo pai, ou ainda, de não ser devorada pela mãe fálica nem castrada pelo pai tirânico.

Para falar em termos menos esotéricos: representa a garantia dada à criança de ser reconhecida em seu estado filial de sujeito, prometida a uma emancipação e individualização sem correr o risco de ser (re-) absorvida pelos seus progenitores.

A lei representa pois o fundamento da sociedade, a começar pela família. Ela é sempre "lei-do-pai", sendo o atributo fundamental da "função paterna" aquele de **representar** a lei, a autoridade e a instância ético-moral capaz de impor sanções quando as regras básicas da convivência forem infringidas. Esta função pouco tem a ver com o pai real; ela pode (e deve) ser representada por outras pessoas do ambiente da criança, a começar pela mãe.

Ora, "representar" a lei significa ser marcado por ela, aceitar os seus preceitos e as limitações em que implicam; implica pois a aceitação da castração, psicanaliticamente falando. É esta aceitação das limitações, esta consciência dos próprios limites (e daqueles dos outros) que se trata de transmitir aos jovens.

A lei faz nitidamente parte do **registro simbólico**, o institui, possibilita e representa enquanto código formal (mas não necessariamente consciente) que norteia e regula as interações humanas. Mas ela tem prolongamentos nos dois outros registros que perfazem a existência, a influenciam e permeiam, a saber, o **imaginário** e o **real**. Os três registros, de fato, são interdependentes, e somente a nível formal é possível atribuir uma prioridade ao simbólico.

Este impõe a necessidade da castração, isto é, da presença (e do reconhecimento, da aceitação) de limites na vida do sujeito – mas refere-se precisamente à **castração simbólica**, isto é, estruturante e não mutilante. Pois bem, a lei produz repercussões também no real, na realidade social do jovem apanhado pela polícia e apanhando dela – o que faz com que se revolte (mais ainda) contra "as autoridades", tendo sofrido o seu impacto de modo injusto e mutilante; ela produz repercussões no imaginário, apanágio individual de cada um onde sonha, inventa, fantasia uma lei diferente, mais suave, mais branda e de preferência prometendo ilimitações...

A transgressão necessária

Aplicando isto à adolescência, eis que intervém a **transgressão**. Aceitar a lei custa, custa muito em termos de renúncia, de resignação diante das inevitáveis limitações da vida. A nível imaginário, cada um elabora a sua solução pessoal, reconciliando as exigências da lei simbólica com as suas execuções encontradas no real, em uma solução de compromisso (ou, se se quiser, em um sintoma) pelo qual escapa ao rigor da lei sem renegá-la.

Esta tendência é particularmente presente na adolescência e se oferece para abarcar minitransgressões, através da vivência grupal por exemplo. Nela, contesta-se a lei do pai, das autoridades externas, mas erigem-se outras leis e regras, pela necessidade de uma estruturação própria diante da ameaça do caos, devido aos impulsos e veleidades egoístas de cada um.

Porém, se a lei simbólica foi interiorizada sem mutilações, e se a lei real foi experimentada sem maiores traumatismos, os compromissos imaginários não afastarão muito o sujeito de seus semelhantes, permitindo-lhe, pelo contrário, encontrar um **modus vivendi** pessoal entre eles. Senão, suas transgressões ultrapassarão o seu espaço imaginário e penetrarão no campo social real, notadamente através da violência. O sujeito corre então o risco de enveredar cada vez mais na exploração de todo tipo de transgressão, contornando o proibido (ou provocando) nas áreas da sexualidade, das perversões, do jogo, das



drogas, da delinquência..., tornando-se um jogador desafiador (e auto) destruidor de toda ordem estabelecida.

Acontece que todo adolescente é um tal jogador, desafiando as autoridades, como vimos, à procura de um mundo ideal. Vistas as características gerais da adolescência que mencionamos, a transgressão nela é normal; o problema é saber até onde se estende, se não toma conta do conjunto de sua existência, não conseguindo mais parar nos confins daquilo que é socialmente aceitável – até para o próprio jovem, se pensarmos nas tendências autodestrutivas que muitas vezes vestem a máscara da revolta social para se satisfazerem.

Podemos ousar um passo a mais. A transgressão apresenta-se, na fase adolescente, não somente como normal, mas também como necessária, para resgatar a autoafirmação e a auto-estima abaladas. Transgredindo, o jovem pode (se) provar que é alguém, que tem valor, que dispõe de uma existência própria, que é (quase) independente, produzindo assim um bálsamo para suas feridas narcísicas. E se as transgressões tradicionais, dentro de uma determinada cultura, se tornam aceitas demais, banalizando-se e esvaziando-se quanto ao caráter de ilegalidade, os jovens têm que inventar outras, mais ousadas, mais contestatórias – mas também, muitas vezes, mais perigosas.

Isto se verifica em particular no domínio da sexualidade. A famosa “liberação sexual” fez com que a vida sexual esteja hoje de portas abertas para a maioria de nossos jovens. Saudáveis, isto é, pouco atingidos pela repressão sexual e pela moral puritana (hipócrita) das gerações anteriores, os jovens de hoje sabem “curtir o corpo”, “transam numa boa” e se entregam sem maiores reticências aos prazeres chamados anteriormente, e pejorativamente, de “carnais”. Contudo, com esta banalização perderam também algo, a saber, a oportunidade de contestar, de transgredir, de se pôr transitoriamente à sombra da lei, de se sentir momentaneamente um herói a la Robin Hood...

Quais as transgressões modernas então? Uma delas inscreve-se na própria área sexual, através da afirmação, provocadora ou mais secreta, de interesses bissexuais (mais do que diretamente homossexuais). Esta ten-

dência sem dúvida está aumentando hoje em dia, capaz de scandalizar as famílias de hoje da mesma maneira como o fez ontem aquela moça com o seu grafite “Mãe – dei e gozei!”...

Uma outra área, no entanto, chama mais a atenção como campo de transgressões por excelência: aquela das drogas. Não se há de se admirar disto: desde sempre as drogas exerceram grande atração sobre os jovens (senão sobre os adultos também), e não raramente foram utilizadas em ritos iniciáticos³. As drogas prometem algo, prometem muito, em particular prazer, sensações desconhecidas, experiências inéditas – e não apenas prometem, mas também cumprem, e imediatamente. Que o preço para esta experiência nova é alto e terrível, disto o jovem não tem consciência e nem quer saber: viver no imediato lhe basta, e quanto mais insólito e fora do comum, melhor.

Diante dos adultos, pois, que advertem quanto ao perigo da dependência de drogas, os jovens não lhes atribuem muita fé e acham que estão vilipendiando aquilo que não têm coragem de experimentar.

À transgressão da advertência dos adultos, junta-se aquela da ilegalidade: as drogas ilegais suscitam, na fase da adolescência, os maiores interesses, sendo elas consideradas como “menos caretas” do que as drogas legais, em particular do que o álcool (que há muito tempo já perdera seu caráter de transgressão).

E é aí que intervêm várias das características da adolescência, cumulando os seus efeitos na procura desta novidade radicalmente diferente que são as drogas. A questão então não é mais “to be or not to be”, mas de “ser ou não ser careta”⁴, num estreitamento da problemática existencial, reduzida a um problema de consumo. Mas pelas suas implicações ideológicas, este último abarca, na visão do adolescente, o mundo inteiro, assumindo uma dimensão cósmica, ou melhor, mítica, aquela de um mundo prazeroso ilimitado, isto é, paradisíaco. E qual é a droga que não promete a reconquista do paraíso perdido, e qual o jovem que não acredita nesta possibilidade...?

Em uma publicação recente⁵, analisamos a evolução do consumo de drogas nas sociedades ocidentais desde os anos 60. Naquela época, a contestação underground, a

busca do belo, do prazeroso, do *flower-power*..., a efervescência intelectual das discussões políticas dos jovens, a intensidade da agitação cultural, o entusiasmo pelos caminhos cosmopolíticos novos eram acompanhados pelo surgimento de um novo misticismo, oscilando entre a ingenuidade e o fanatismo, ambos típicos da adolescência (e tão fáceis de serem usados e abusados).

Contudo, estas promissoras tentativas de vida alternativa, boicotadas ou recuperadas pelo “sistema” social, eram intrinsecamente inviáveis e se apagaram diante do impacto da crise econômica, chamando à realidade cruel das necessidades básicas e exigindo aquela luta monótona para assegurá-las. Desiludido, o movimento hippie se desarticulou, deixando em seu rastro uma imensa decepção, soterrada pelo ritmo implacável da vida social que se pretendia transformar.

Se aquela geração se acomodou com resignação, a geração jovem dos anos 70 (e 80) procura uma outra saída, recorrendo não mais à contestação psicodélica, mas apostando em vias de resistência mais passivas. No extremo, acredita na potencialidade das drogas “duras” (tanto legais quanto ilegais, pensando em particular nos barbitúricos e anfetaminas), de poderem satisfazer as suas ânsias. Estes produtos “pesados”, devidamente divulgados pelos meios de comunicação, lhe prometem o esquecimento dos seus problemas e inseguranças, a superação de sua solidão e das recordações sombrias das incompreensões sofridas, além de permitir encontros grupais onde a camaradagem suplanta o vazio interno – sem conseguir eliminá-lo de todo...

Compreensão e ajuda terapêutica

Será que as drogas representam o grande flagelo da época contemporânea, como tantas autoridades se apressam em dramatizar? Não há dúvida de que elas provocam imensos estragos, e que uma proporção importante dos jovens que chegam a experimentar torna-se mais tarde dependente delas. Não obstante, considerando sob o prisma da transgressão, enquanto fenômeno normal e até necessário da adolescência, o con-



sumo de drogas perde muito de sua dramaticidade: o problema não é que o jovem queira experimentar drogas para "não ser careta", isto é, para transgredir as normas que acha obsoletas, mas sim que nisso ele está sendo rechaçado e condenado em bloco por aquela sociedade adulta da qual precisa – mas contesta por todas aquelas razões enumeradas. Trata-se de compreender, e não de abafar.

É, portanto, de suma importância não condenar todo e qualquer consumo de drogas; isto de fato nem é possível sem cair em profundas contradições, em uma sociedade que enfatiza sobremaneira o consumo – e não somente o consumo de produtos benéficos, mas também de álcool, de fumo e de medicamentos, substâncias com um alto poder de provocar dependências. No caso de medicamentos em particular, não é raro a instalação de dependências iatrogênicas, provocadas por aqueles que foram designados como os guardiões da saúde da população...

Tais contradições, o jovem as percebe de maneira aguda, tirando argumento delas para alimentar a sua contestação, para justificar a sua transgressão. Para que estas sejam dignas das suas ambições, elas têm que visar alto, no seu próprio entender; quanto mais proibida na sociedade, mais uma determinada prática se presta a seus designios, a

começar pelo primeiro baseado... Mas todos aqueles que experimentam maconha, ou inalantes, ou medicamentos, ou, num passo a mais, cocaína, a "droga da moda" na classe média e alta, não se tornam com isto "viciados", não entram necessariamente no desastroso caminho da dependência – pelo contrário, sabe-se estatisticamente que apenas uma pequena minoria é levada para a escalada de um consumo crescente e cada vez mais danoso.

São aqueles para os quais a transgressão inicial se transforma paulatinamente em marginalização, por razões que ultrapassam a "adolescência normal"⁶ e dizem respeito a perturbações pessoais e familiares profundas e precoces. Somente quando marcado por tais falhas em sua estruturação psíquica é que o jovem transgressor ingressa em uma carreira de toxicômano, ao invés de contentar-se com um uso ocasional ou intermitente. Os dependentes, podemos concluir, precisam não de repressão, mas de uma ajuda terapêutica; os experimentadores, não de condenação, mas de compreensão, sobretudo na própria família, e de medidas sócio-educativas adequadas.

Fechar os olhos diante da problemática existencial dos jovens (que nós todos atravessamos, cada um a sua maneira) e con-

denar sem mais os erros que cometem porque acreditam na criação de um mundo melhor, significa rejeitá-los mais ainda e empurrá-los para aqueles extremos onde os riscos se transformam em dramas e tragédias, seguindo determinações causais que muitas vezes se deixariam evitar. Transgredir a lei implica reconhecê-la, sob a condição de que ela seja apresentada com autenticidade pelos seus representantes, a começar pelos pais⁷; neste caso, a transgressão será momentânea, estruturante e iniciática para o jovem, sem maiores danos para o seu futuro (e para a sociedade); caso contrário, isto é, sem a presença firme mas flexível desta autenticidade, a transgressão ultrapassará a "medida necessária", enveredando para um beco sem saída, onde a teimosia natural do jovem e, com frequência, o desespero verídico que segue os ataques mutilantes sofridos podem impossibilitar qualquer retorno conciliatório. Neste momento, as drogas representam uma tentação terrível, capazes de arruinar aquela humanização da vida e do mundo pela qual o jovem se engaja. Se ele falhar, será dele a culpa? ■

Richard Bucher é psicanalista, professor do departamento de Psicologia da UnB e fundador do Cordato – Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos.

Referências bibliográficas

1. MUSS, R. E. *Teorias da adolescência*. Belo Horizonte, Editora Interlivros, 1976.
2. TIBA, J. *Puberdade e adolescência*. São Paulo, Editora Agora, 1986.
3. NÉRY, A. F. "A droga: uma questão a esclarecer". *Psiquiatria hoje* 11, 1/3, 1986.

4. BENETI, A. "Careta". In: *O toxicômano faz a droga*. FHEMIG, fascículo nº 4, 1987.
5. BUCHER, R. "O consumo de drogas: evoluções e respostas recentes". *Psicologia – teoria e pesquisa*, 2/2, 133-144; 1986.
6. ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1981.
7. CHARBONNEAU, P. E. (org.) *Pais, filhos e tóxicos*. São Paulo, Editora Almed, 1983.

Resumen

Conducta/Portada

LOS JÓVENS Y LA TRANSGRESIÓN

¿ Es un fenómeno patológico la transgresión del adolescente a las leyes y normas de la sociedad y de la familia? Más bien ¿ no sería algo necesario para su autoafirmación, para su integración social y para las transformaciones de la sociedad en algo más humano? Frente a la tremenda liberación sexual que marca nuestra época, las transgresiones ocurren en otras áreas, particularmente en la de las drogas. Se discute hoy la diferencia fundamental entre el que consume drogas ocasionalmente, el que se rebela y el transgresor, y el que es un adicto. Este último necesita, antes que nada, comprensión y medidas socio-educativas, y luego un cuidado terapéutico.

Abstract

Behaviour/Cover

YOUTH AND TRANSGRESSION

Is the adolescent's breaching of the law, rules and regulations of society and the family a pathological phenomenon? Is it not rather a necessary for of self-affirmation and social integration whose purpose is to make society more humane? As a result of the sexual liberation that marks contemporary life, breaches now occur in other spheres, especially that of drugs. There is a discussion regarding the fundamental difference between the rebellious, occasional drug user who commits misdemeanours and the dependent user. The latter requires therapeutic treatment, the former, understanding and socio-educational measures.

UM BANCO QUE SE TOCA POR MÚSICA.

Dizem que o Banco do Brasil trabalha afinado como uma orquestra. Mas, você ainda não ouviu nada.

O que pouca gente sabe é que toda a harmonia que o Banco do Brasil consegue em seus serviços vem do empenho de cada um dos seus integrantes. Funcionários e clientes, que acreditam ser mais fácil tocar a vida tendo um grande banco como instrumento de apoio.

E como orquestra apreciadora da melhor música, o Banco do Brasil dentro da Lei Sarney de incentivo à cultura, decidiu apoiar também 12 das principais sinfônicas brasileiras.

Juntamente com o Ministério da Cultura está desenvolvendo um

projeto que vai desde a criação de um banco de partituras, para manutenção de um acervo de obras, até à aquisição e importação de instrumentos.

Além disso, apoio financeiro será garantido para a contratação de músicos, regentes, e para a realização de concertos populares.

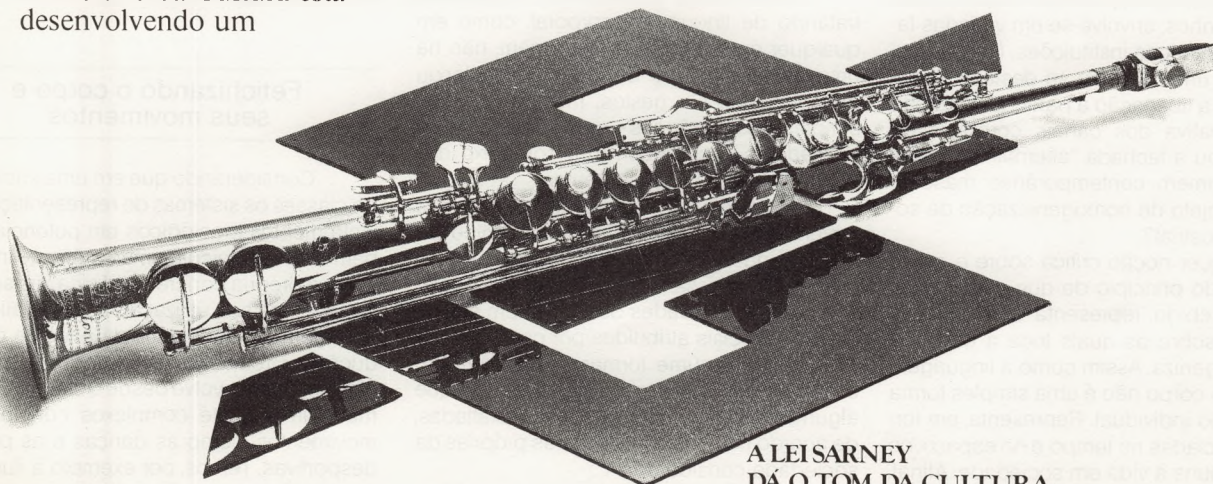
Inicialmente, estas foram as orquestras incluídas no projeto – a do Teatro Nacional de

Brasília, a da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Sergipe, de Recife, de Minas Gerais, Sinfônica Municipal de Campinas, a Municipal de São Paulo, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal da Bahia e a Sinfônica do Paraná.

Todo esse empenho é para manter nosso acervo de obras, nossos instrumentos e músicos no mesmo tom das principais sinfônicas do mundo. E que bom seria se outras empresas se tocassem como o Banco do Brasil, quando se trata de música. Assim teríamos mais orquestras ajudando outras.



BANCO DO BRASIL



**A LEI SARNEY
DÁ O TOM DA CULTURA.**

Com injeções de hormônio e levantamento de peso, os novos narcisos desenvolvem seus músculos à procura de uma identidade.

A ênfase nas atividades físicas deu origem a uma ideologia do corpo, que trouxe benefícios visíveis, como a redescoberta e aceitação do nosso lado material. Mas pode conduzir a novas formas de alienação e apresenta perigos que os espelhos das academias tendem a ofuscar.



Foto: Ricardo Malta/14

A ideologia do corpo

Luiz Renato Vieira

Todo o movimento recente da civilização ocidental no sentido de redescobrir as possibilidades de expressão através das práticas corporais, ao mesmo tempo que evidencia a constatação generalizada da histórica negação do corpo, abre também enormes espaços para a ação ideológica tão característica das sociedades de massas. A negação dos tabus repressivos acerca do corpo e do prazer toma os mais diversos caminhos, envolve-se em variadas faces, resgata antigas instituições. Nessa busca frenética uma questão se destaca: caminha-se para a libertação a partir da utilização crítica e criativa dos canais corporais de expressão, ou a fachada "alternativa" e sua-remota do homem contemporâneo mascara mais um projeto de homogeneização da sociedade industrial?

Qualquer noção crítica sobre o corpo deve partir do princípio de que este, socialmente concebido, representa os elementos simbólicos sobre os quais toda a estrutura social se organiza. Assim como a linguagem articulada, o corpo não é uma simples forma de expressão individual. Representa, em formas diferenciadas no tempo e no espaço, os valores comuns à vida em sociedade. Afinal, mesmo atitudes aparentemente tão banais como o caminhar e a maneira de se segurar

um copo ao tomar água são elementos integrados numa organização maior, que envolve toda a dimensão corpóreo-gestual. Percebe-se então a riqueza do estudo de conjuntos de habilidades corporais socialmente instituídas – como as danças, os jogos, as maneiras de se alimentar e as posições sexuais – para o conhecimento mais profundo da maneira pela qual a sociedade se pensa a si mesma.

Sem dúvida, observamos que em se tratando de linguagem corporal, como em qualquer outra forma de linguagem, não há uma maneira "natural" de ser, de gesticular ou de se postar. Os gestos, mesmo os mais simples e espontâneos – e estes são os mais reveladores –, compõem um complexo discurso elaborado culturalmente.

Obviamente existem práticas corporais inerentes à fisiologia, o esteio biológico do homem, que vão além das barreiras sócio-culturais. Interessa-nos, porém, que a satisfação das necessidades do corpo tem significados especiais atribuídos por cada realidade cultural, assume formas específicas em escalas de prioridades particulares em que algumas são reprimidas e outras exaltadas, de acordo com as características próprias da sociedade considerada.

Temos, portanto, no corpo um importante fator para a análise social e histórica. O

campo de possibilidades gestuais dos indivíduos, integrado na dinâmica social num sentido mais amplo, apresenta-se como um receptáculo de informações ao longo da história, passando por sucessivas transformações. Muitas vezes tais transformações, antes de expressarem particularidades individuais, estão ligadas a formas de socialização, modismos, conveniências e diferentes posições na estratificação social.

Fetichizando o corpo e seus movimentos

Considerando que em uma sociedade de classes os sistemas de representação são instrumentos ideológicos em potencial, também o corpo veicula uma estética – inserida em sua própria concretude física, em sua roupa e na sua utilização na gestualidade – de alguma forma vinculada à lógica da produção e circulação da mercadoria. A ideologia do corpo envolve desde o seu movimento mais simples até complexos conjuntos de movimentos, como as danças e as práticas desportivas. Temos, por exemplo a ilusão da ascensão social na introdução, nas atitudes cotidianas, da expressão corporal da forma

como a sociedade capitalista a apresenta e difunde pelos meios de comunicação de massa. Pode ser que o operário não fume aquele cigarro “fino que satisfaz”, mas seus gestos e expressões fisionômicas, ao fumar seu cigarro mais barato, mostram que ele fuma como “quem sabe o que quer”. Esta difusão social de determinados hábitos corporais insere-se num processo mais amplo de subversão do senso crítico das massas. A reprodução do *status quo* na sociedade contemporânea passa pela homogeneização das formas do pensamento e da ação do homem, e aí encaixam-se os hábitos corporais.

De tempos em tempos os mecanismos globais de massificação criam surtos de idolatria do corpo, estimulando práticas como o jazz, musculação, ginástica aeróbica, cooper, alongamento, etc. Junto à ilusão do reencontro da essência humana perdida na alienação cotidiana via práticas corporais vai embutido um violento *merchandising* a favor das academias e seus infinitos acessórios. Eis o corpo-tornado-mercadoria na dinâmica capitalista, na lógica da obsolescência planejada dos bens de consumo. Cada prática surgida traz consigo todo um aparato de apetrechos necessários. Do *joggino* ao recente *triathlon*, são disputados nos balcões de lojas de equipamentos desportivos acessórios como roupas e calçados especiais, relógios, luvas, bicicletas e tantos outros componentes da parafernália desportiva.

Eis a dialética fundamental das atividades físicas no mundo urbano-industrial: ao mesmo tempo que propõem uma “libertação” no sentido do reencontro do homem com sua mais concreta natureza, integram-no em mais um setor capitalista do consumo, fetichizando o corpo e seus movimentos. Ocorre uma apropriação da possibilidade de se (re)descobrir a sensibilidade corporal inibida nos gestos mecanizados e estereotipados, tão arraigados em nosso cotidiano. Nas sociedades de massas o papel libertador das atividades corporais foi cooptado junto com a crítica. Ao mesmo tempo que as danças e as práticas corporais em geral, na maioria dos casos, apresentam a negação de uma realidade alienante, uma proposta de evidenciação do significado original de cada simples ação corporal – como o significado de qualquer ato humano – nega esta possibilidade. A alienação reaparece em nova roupagem, com uma

aparência mais saudável e muito mais sutil. A prática das atividades físicas em academias é um luxo para os estratos superiores na hierarquia social. O indivíduo de classe média é o “malhador” por excelência, tendo acesso às satisfações narcísicas ali encontradas. Levantando pesos e injetando em seu corpo esteróides anabolizantes (hormônios capazes de acelerar o processo de hipertrofia muscular), o homem busca sua identidade perdida no processo de massificação. Estes novos *Narcisos*, montes de músculos destituídos de hominidade, miram-se extasiados nos espelhos das academias.

Veja-se a atual tendência do cinema norte-americano, com seus heróis animalizados, halterofilistas ou agentes secretos superdotados. Em geral falam muito pouco, mas são violentos lutadores desejosos de vingança. Além de toda uma ideologia corporal-consumista calcada no valor da hipertrofia muscular, veicula-se o ufanismo norte-americano através de heróis que resgatam guerras perdidas no passado ou defendem o *american way of life* conquistando títulos de peso-pesado nos ringues de boxe.

A pretensa redescoberta contemporânea do corpo não se restringe porém ao esquema estritamente comercial das academias. Toda uma tradição de pensadores pós-freudianos foi ressuscitada para legitimar a crítica à tão propalada repressão sexual. Proliferam-se as técnicas de psicorelax, a bioenergética, a ginástica psicofísica, juntamente com a importação algo fanática da cultura oriental. De um momento para o outro o mundo ocidental passou a ser observado pela ótica biopolar do taoísmo. Analisa-se toda a realidade, ainda que um tanto forçadamente, segundo o modelo de oposição entre *yang* e *yin*. Não se pretende negar aqui o valor e a profundidade dos sistemas de pensamento orientais. Porém, é inegável que tais concepções, ao lado das relações simplistas estabelecidas entre repressão sexual e autoritarismo, têm sido utilizadas a torto e a direito, servindo para justificar todo tipo de proposta “alternativa” de negação da cultura.

O historiador do pensamento e das instituições Michel Foucault inclui no âmbito geral dos discursos sobre o sexo as teorias que vinculam de forma mecanicista o modo de produção capitalista à repressão sexual. Segundo Foucault, esta “hipótese repressiva”

coloca-se na histórica “vontade de saber” da sociedade ocidental sobre o corpo e a sexualidade. Então, temos que a ação do poder não pode ser reduzida à pura repressão, negação da sexualidade. A cultura e suas instituições se apropriam dos discursos de negação da repressão, adequando-os e aproveitando-se de suas aparências críticas. É nesse quadro que se encaixa grande parcela da atual busca alucinada da recuperação da sensibilidade e das possibilidades das ações corporais, inclusive a sexualidade. Tudo fica mais claro se considerarmos aí a inconsistência teórica da maioria das propostas atuais, seja na destruição, através de terapias, da “courage” que supostamente envolveria o homem contemporâneo – segundo Wilhelm Reich –, seja através de práticas corporais na forma que vêm sendo difundidas.

São os caminhos recentes da contracultura no mundo urbano-industrial, via importação frenética. Forma-se um amálgama em que cada forma particular de cultura, fora do contexto que lhe deu origem, assume significado completamente diferente do original. Um exemplo: a noção de integralidade do ser presente na filosofia oriental do Tao pode, em nosso universo “pós-moderno”, adequar-se de uma forma ou de outra à visão dicotômica atualmente vigente, separando infinitamente corpo e mente. Tudo isso porque a importação apressada de visões de mundo sem o devido enquadramento em nossa realidade, além de construir utopias, provoca violentas alterações que subvertem seu potencial crítico.

É necessário conhecermos o significado político de uma proposta de contracultura que não consegue argumentar senão sob a forma de dogmas e discursos estereotipados. Concordo com Sérgio Paulo Rouanet quando destaca a ascensão de um novo irracionalismo no Brasil, afirmando que o não-saber tem sido transformado paulatinamente em norma de vida, servindo de sustentáculo para a construção de modelos de organização social absolutamente impraticáveis. Assim a crítica se desvanece e acentua-se o individualismo corrente. ■

Luiz Renato Vieira, 23, é mestrando em Sociologia/UnB. Suas pesquisas se voltam para a sociologia da cultura, através da expressão corporal. É mestre de capoeira.

Resumen

Conducta/Portada

LA IDEOLOGÍA DEL CUERPO

Voilà la dialéctica fundamental de la actividad física en el mundo moderno. Al mismo tiempo que se propone una “libertad” en el sentido de un reencuentro del hombre con su naturaleza más concreta, éste se integra en un nuevo sector capitalista de consumo, al idolatrar el cuerpo en sus movimientos. La alienación reaparece con un nuevo ropaje y con una apariencia más saludable. Al levantar pesas y inyectarse hormonas capaces de acelerar el proceso de hipertrofia muscular, el hombre busca su identidad perdida en el proceso de masificación. Estos nuevos *Narcisos* llenos de músculos pero sin hombría, se miran extasiados en los espejos de los gimnasios.

Abstract

Behaviour/Cover

THE IDEOLOGY OF THE BODY

The fundamental dialectics of physical activity in the modern world is as follows: at one and the same time, it proposes “liberation” in the sense of man's return to his most concrete nature, and goes on to enlist him in yet another capitalist consumer sector, fetishizing the body and its moements. Alienation makes a come-back in a new outfit, wearing a healthier look. Weigh-lifting and injecting hormones capable of accelerating muscular hypertrophy are evidence that man is on the look-out for the identity he lost in the process of massification. This novos *Narcisos*, a bundle of muscles, utterly destitute of masculinity, stares ecstatically at his reflection in the mirrors of gymnastics academies.



Nos grandes centros urbanos, como Nova Iorque, Washington e Tóquio, eles são cada vez mais visíveis. Na campanha para as eleições presidenciais de 1984, tornaram-se os favoritos da imprensa. Desde então, vêm sendo transformados pela máquina publicitária no modelo de comportamento dos anos 80. Serão os yuppies um fenômeno pré-fabricado ou a vanguarda de uma nova atitude?



Yuppies: o jovem materialismo urbano

Berilo Vargas

Imagens clássicas de Nova Iorque: arranha-céus na linha do horizonte, a silhueta que se desdobra em mil silhuetas à medida que circunavegamos ao redor da ilha de Manhattan, a cidade que se transforma num

abismo de canyons quando a observamos da torre do World Trade Center, os altos edifícios por trás das árvores do Central Park, o perfil que se descortina da ponte de Brooklyn... Cada turista tem sua própria coleção de lem-

branças da cidade.

Mas, da última visita que fiz a Nova Iorque em julho do ano passado, a imagem que me persegue é a de uma tarde de sexta-feira num pavilhão de lojas e restaurantes em

South Street Seaport, à beira do East River, perto de Wall Street.

A plataforma de madeira ao redor do pavilhão estava vazia quando ali cheguei, exceto por alguns casais de namorados atirando migalhas às gaivotas. Distraí-me contemplando a silhueta do Brooklyn, de onde pouco antes eu me distraíra contemplando a silhueta de Manhattan. Quando me dei conta, a plataforma, o próprio pavilhão, a praça em frente ao pavilhão estavam superlotados. Uma multidão de moças e rapazes bem vestidos conversava com animação e bebia cerveja. Seria uma comemoração de colegiais, uma festa de formatura? Pergunta ociosa. Jovem bem vestidos numa sexta-feira à tarde perto de Wall Street bebericando e falando de negócios só podiam ser **yuppies**. E não tenho dúvida de que eram. A maior concentração de **yuppies** que eu já vi.

Dali em diante, passei a identificá-los em toda a cidade: restaurantes, teatros, lojas. E a vê-los na rua, nas calçadas, dentro dos BMWs, Volvos e carros esportivos. Onde passava um jovem ao volante de um carro dispendioso eu tinha certeza de que via passar um **yuppie**.

Voltei para Washington, e lá estavam eles, em Georgetown, em Sutton Place, fazendo **jogging** no Mall. Confirmando a existência de **yuppies** no French Quarter em Nova Orleans e nas ruínas do Alamo em San Antonio. Tive a impressão de que haviam tomado conta do mundo, impressão que só se desfez quando desembarquei em Brasília. Aqui, pelo menos, parece que cheguei antes deles.

A presença de **yuppies** tem sido detectada ultimamente no Japão, principalmente na área de Tóquio, e com as mesmas características do modelo norte-americano. Como fenômeno, vingue com facilidade em países afluentes. A razão disso parece clara. Por trás da aparência codificada, dos hábitos estruturados, das reuniões em lugares públicos para falar de negócios, mostrar-se e trocar cartões de visita e dos símbolos de **status** existe a realidade dos altos salários, de um setor privado capaz de satisfazer a demanda de um grupo numeroso por empregos altamente remunerados.

Mas o que há de mais curioso nos **yuppies** é sua possível representatividade, é a provável extensão de sua influência como modelo. Serão eles o termômetro dos desejos e aspirações da geração que chega aos vinte anos na década de 80? Serão a vanguarda de uma nova atitude, de um neomaterialismo que estaria prestes a prevalecer em todo o mundo? Ou será que se trata apenas de uma faixa minoritária, não representativa mas altamente visível, que chamou a atenção da mídia e foi logo promovida pela máquina publicitária ansiosa por capitalizar qualquer nova tendência e explorar suas potencialidades comerciais?

Jovens profissionais urbanos

Yuppie, sigla para **young urban professionals**, jovens profissionais urbanos. Foi usada pela primeira vez por um jornalista chamado Bob Greene, em 1983. Parece que ele ouviu a expressão numa discoteca nova-iorquina, durante um **networking party**, espécie de reunião de negócios em que a principal atividade é a troca de cartões de visita entre os participantes, com vistas à ajuda mútua.

Em janeiro de 1984, apareceu um livro chamado **The Yuppie Handbook**, meio sério e meio brincalhão, em que as autoras Marissa Piesmann e Marilee Harthley se divertem descrevendo a aparência, os costumes e o jargão dos jovens profissionais. Ao preparar o livro, conheceram um casal tão carreirista – ou esnobe – que levava o telefone sem fio quando saía de casa para passear com o cachorro.

Era o ano da campanha para as eleições presidenciais. Um dos candidatos, o senador Gary Hart, chamou a atenção menos pela novidade de sua mensagem do que pela juventude dos seus auxiliares imediatos. Um dos coordenadores da campanha, Eric Schwartz, tinha apenas 23 anos. Trevor Cornwell, que organizou as coisas no Wyoming, tinha 19. Havia até um garoto de 14 anos levantando fundos para a campanha do senador. A imprensa cunhou uma expressão: **Gary Hart's Young Army**. E, por trás do jovem exército de Gary Hart, descobriu-se a existência do novo mundo dos jovens profissionais urbanos da década de 80, um mundo com códigos e valores próprios. A revista **Newsweek**, em sua edição de 31 de dezembro de 1984, publicou uma reportagem de capa intitulada **The Year of the Yuppie**. Estava identificado e consagrado um fenômeno. 1984, se não tinha sido o ano de Gary Hart, foi com certeza o ano da nova geração de onde ele havia convocado o seu jovem exército de auxiliares.

O yuppie segundo a imprensa

A imprensa descobriu um tema e esmerou-se nos detalhes descritivos. Dos inúmeros artigos e reportagens que se publicaram, emergiu um primeiro retrato de corpo inteiro do **yuppie**. Jovem adulto obcecado, não por sexo, nem por droga, nem por violência, mas por altos salários, boa aparência, boa comida, automóveis caros. E bem-sucedido profissionalmente. Ganha em média 40 mil por ano – 40 mil dólares (alguns ganham acima de 200 mil). E como trabalha! Sessenta horas semanais, fora o tempo que dedica depois do expediente à tarefa de estabelecer uma verdadeira rede de contatos, através das fronteiras da corporação para a qual trabalha – um sistema de ajuda mútua importantíssimo para o sucesso do grupo.

Tem uma aparência definida, pelo menos reconhecível, uma espécie de senha. Nem sequer se lembra do tempo em que os jovens usavam cabelos longos, a não ser para maldizer. Nunca deve ter vestido um par de jeans, pois ele se veste não para sentar-se no chão e rolar na grama, mas para causar a melhor impressão possível no mundo das altas transações comerciais. Terno completo – paletó, calças e colete. As mulheres usam qualquer coisa equivalente ao terno masculino – qualquer coisa com aparência de seriedade e eficiência, e com estilo. O tecido de fibra natural substitui o poliéster, a fibra sintética. A criatividade individual em matéria de indumentária é vista com desconfiança. O **yuppie** prefere pagar a quem entende do assunto. É para isso que trabalha duro.

Vai a restaurantes com frequência, restaurantes com atmosfera, plantas penduradas, tonalidades naturais, menus escritos em quadro negro. Gosta de queijo **brie**, de **croissant**, de **kiwi**, uma fruta asiática de sabor agridoce. Cozinha poucas vezes em casa – o **Newsweek** refere-se a um casal que comeu apenas duas vezes em casa no período de um ano – e, quando o faz, prepara receitas exóticas, com temperos e ingredientes raros. A revista inventariou na cozinha de um casal de Washington cinco tipos de vinagre, e coisas como páprica da Hungria, molho de pimenta de Barbados e mostarda de Londres.

Escolhe o restaurante e a comida tanto pela qualidade como pelo status, as mesmas razões que o orientam na aquisição do automóvel: BMW, Volvo, Jaguar, e outras marcas dispendiosas.

As autoras de **The Yuppie Handbook** resumem a nova atitude: "A palavra de ordem agora é 'melhor': comprar, possuir, usar, comer, vestir, cultivar, cozinhar e dirigir o melhor".

De onde vem o yuppie

Há **yuppies** e **yuppies**. Alguns são mais conspicuos e visíveis, outros mais discretos. A imprensa se ocupa necessariamente dos primeiros. Os mais visíveis são jovens na casa dos vinte anos, mas há **yuppies** menos jovens, já na casa dos quarenta. Tecnicamente, **yuppies** e **hippies**, apesar das diferenças e dos quase vinte anos que separam os dois fenômenos, pertencem à mesma geração – a geração **baby-boom**. **Baby-boomer** é todo mundo que nasceu nos Estados Unidos entre 1946 e 1964, aproximadamente 60 milhões de pessoas. A geração tem esse nome porque marcou um período de extraordinário aumento nos índices de fertilidade do povo americano. Quer com os **hippies** dos anos 60, quer com os **yuppies** dos anos 80, os **baby-boomers** vêm exercendo influência em todos os aspectos da vida americana nas últimas quatro décadas.

As pessoas mais idosas, nascidas antes da explosão demográfica do pós-guerra,

pensam mal da geração **baby-boom**. Achem que os **hippies** e os **yuppies** têm o mesmo defeito de caráter: egoísmo, tendência a fazer tudo que querem, como crianças mimadas. O fato de terem nascido dos escombros da Segunda Guerra Mundial não lhes dá o direito de se comportarem como bem entendem – argumentam. Os **hippies** teriam fugido do dever através do escapismo da droga, do sexo, da música atordoante, do rompimento com valores tradicionais. Os **yuppies** parecem abraçar esses valores, mas na verdade o que fazem é buscar a auto-satisfação através do mais crasso materialismo. Assim dizem os mais velhos.

Yuppies versus hippies

Da mesma maneira que os mais idosos falam mal de **hippies** e de **yuppies**, os **yuppies** pensam e falam mal dos **hippies**. Alguns **yuppies** são **hippies** desencantados, outros são filhos desencantados dos **hippies**.

As maiores críticas que fazem aos **hippies** dizem respeito a questões de sexo, religião e dinheiro, sobretudo dinheiro. Em política, concordam com algumas posturas.

Segundo eles, a liberação sexual foi uma fraude, uma faca de dois gumes, que começou sob a bandeira do amor livre e terminou nos esgotos da promiscuidade. Os mais radicais atribuem à conduta irresponsável da geração passada o surto de moléstias como herpes e AIDS. De leito em leito, parecem dizer, o sonho do amor livre acabou no pesadelo do leito de hospital.

Tradicionalistas em matéria de religião – em verdade quase não se preocupam com o assunto – os **yuppies** condenam as falsas aberturas para o Oriente sob a liderança de **maharishis** e gurus que consideram oportunistas. Citam o exemplo de Charles Manson como prova de que a busca de caminhos próprios em religião pode levar ao nirvana da eliminação do corpo alheio. E preferem voltar ao seio largo das velhas religiões, como o catolicismo, o protestantismo e o judaísmo.

Em política, concordam com algumas posturas **hippies** – temem a guerra nuclear, são contrários ao intervencionismo americano, pró-aborto e pró-igualdade de direitos. Mas, bons adeptos da auto-suficiência como o mais alto princípio existente, condenam gastos do governo com programas sociais. A maioria apoiou Hart mas convive bem com Reagan.

Em finanças, são quase cínicos, pois conhecem o preço de tudo – como o cínico de Oscar Wilde. Sabem quanto custa manter as aparências, mesmo os valores, na sociedade americana. Herdeiros da ética do trabalho, detestam a ociosidade, principalmente a ociosidade remunerada. Acusam os **hippies** de oportunismo financeiro.

– Naquele tempo, os Estados Unidos estavam no topo do mundo, com a economia



florescente e empregos em abundância. Era fácil cruzar os braços e contestar – diz um **yuppie** de 20 anos. – Tudo que se precisava fazer era batalhar por um diploma de graduação em filosofia, história, ou línguas. Com isso, a alimentação estava garantida, e você podia ser **hippie** pelo resto da vida.

Acham eles que sem dinheiro nem a idéia de família subsiste.

– Na geração de meus pais, muita gente queria constituir família mas não tinha dinheiro nem mesmo para se manter. Por isso maldizia o casamento, afirmando que a melhor coisa do mundo era ser solteiro. A verdade é que essas pessoas não podiam se dar ao luxo de ter filhos – diz um jovem de 19 anos, de Ohio.

– Pouco importa o que digam, mas casais com dinheiro são geralmente mais felizes do que casais sem dinheiro. Eu também quero amor em minha vida, como todo o mundo, mas sei que não se pode viver apenas disso – diz outro.

Ao contrário dos **hippies**, acreditam e investem em educação. A idéia é graduar-se em administração, direito, economia, qualquer coisa que dê dinheiro, e sair o mais depressa possível da faculdade para ingressar no mercado de trabalho e disputar os melhores empregos. “Não pretendo repetir os erros que meus pais cometeram. Quero cuidar dos meus negócios, planejar minha família e minha carreira, viver por minha conta. É assim que darei minha contribuição à sociedade. Primeiro temos que cuidar de nós próprios para depois ajudarmos os outros, pois a caridade começa em casa. O salário deve vir antes, o idealismo depois”. São frases típicas, colhidas por pesquisadores em entrevistas com **yuppies**.

Um patrono ilustre

Acusam os **hippies** de romantismo irresponsável e por sua vez são acusados de materialismo grosseiro. Contra-argumentam, naturalmente. A revista *The American Scholar* publicou em princípios de 1986 um artigo intitulado *Confessions of a Reluctant Yuppie*, em que o colunista Peter Baida, fazendo-se de porta-voz dos jovens profissionais, procura

provar que a imprensa vem distorcendo grotescamente a imagem do **yuppie**. Por má-fé, burrice, ou inveja. Jovem e bem-sucedido – precocemente bem-sucedido – o **yuppie** seria hostilizado por pessoas já não tão jovens e nem tão bem-sucedidas. “A mensagem subjacente na maioria dos artigos é que os **yuppies** são jovens simplórios. Mas são eles – somos nós – realmente piores do que as gerações anteriores? Será que nunca se batalhou por um dólar nos Estados Unidos? Será que nunca houve advogados de corporações, executivos, investidores, corretores da bolsa? Fomos nós que inventamos a afluência? Fomos nós que inventamos o consumo?”

Demonstra que os administradores com curso superior desta e de qualquer década são todos iguais, farinha do mesmo saco. Diz que os **yuppies** trabalham 12 horas por dia porque geralmente, como advogados e consultores, ganham por hora de serviço. E uma tradição no mundo dos negócios ensina que trabalhar além do horário regulamentar é uma maneira de conferir importância ao trabalho que se executa. Um dos homens mais admirados do país, Benjamin Franklyn, o “mais sábio dos americanos”, já aconselhava essas e outras práticas e malandragens àqueles que pretendem fazer sucesso. Recomendava, por exemplo, as reuniões para troca de cartões de visita e ajuda mútua – os **networking parties**, que tanto confundiram o colunista Bob Greene. E, se não fosse o apego que tinha à poupança, expresso com insistência nos aforismos do *Poor Richard's Almanack*, o mais sábio dos americanos seria um perfeito precursor dos **yuppies** – um **yuppie** avant la lettre.

Uma benesse para a indústria

Enquanto prossegue o debate sobre os padrões de comportamento dos **yuppies** e os valores tradicionais da sociedade americana, as grandes indústrias aproveitam a confusão conceitual para ganhar dinheiro explorando a imagem, distorcida ou não, dos jovens profissionais urbanos. Essa imagem é tudo aquilo que o publicitário mais delirante poderia desejar, uma verdadeira benesse da dialética das gerações. Dispendiosas campanhas têm sido arquitetadas com o objetivo de transformar os **yuppies** em modelo desta e de todas as futuras gerações de consumidores.

– Além de perseguirem a auto-expressão e a auto-satisfação, eles servem de modelo e aspiração para os mais jovens – diz o presidente da Grey Advertising.

Fabricantes de automóveis, marcas de café e de bebidas disputam a ferro e fogo a preferência **yuppie** para seus produtos mais requintados. E, à medida que são explorados, os **yuppies** vão provocando mudanças. Já causaram uma pequena revolução na indústria de alimentos. Em toda a parte surgem novos supermercados oferecendo artigos de

gourmet. Os yuppies compram e ao mesmo tempo servem de exemplo a compradores potenciais.

— É importante que os mostruários sejam atraentes — diz um gerente da cadeia FDC Foods International. — Há coisas que as pessoas compram porque fazem um efeito bonito dentro da geladeira. Esse grupo gosta de educar-se com relação àquilo que come. Alguns dos nossos artigos são caríssimos, mas eles não ligam para preços.

Outra reviravolta vem ocorrendo no mercado de imóveis. Os yuppies, urbanos por definição, detestam a vida de subúrbio, ainda que se trate dos tranquilos subúrbios americanos, talvez por isso mesmo. Preferem morar no centro, "onde as coisas acontecem", e estão invertendo o fluxo que levou as pessoas de maior poder aquisitivo para subúrbios distantes. A indústria imobiliária adapta-se à nova tendência: adquire por preços irrisórios quarteirões inteiros de casas velhas no centro das cidades, investe em restauração, e vende-as por preços exorbitantes a jovens profissionais em busca de agitação urbana, status, e bons investimentos. Forma-se aqui uma aliança previsível, inevitável, entre a ganância de lucro das empresas e o desejo de status da geração yuppie.



tos, é mais inclinado a comer em restaurante do que a preparar comida em casa. Seguro de si, dotado de espírito de aventura, otimista, preocupa-se menos do que o americano médio com questões de religião, sexo e violência. Obcecado pela idéia de fazer sucesso, investe em imóveis e ações, compra carros dispendiosos e câmaras sofisticadas. Usa com frequência acima da média o cartão de crédito. Nos jornais, lê a seção de negócios, ignorando os suplementos. Nas emissoras de rádio, sintoniza rock e música clássica. Assina as mais caras estações de televisão a cabo. Tem paixão por computadores, aparelhos de videocassete e gadgets em geral. Do ponto de vista de conforto material, vive melhor do que o americano médio. "Em vez de entregar-se a alguma forma de espiritualismo ou emocionalismo em busca de apoio, o yuppie prefere cuidar de si mesmo mediante sábios investimentos e uma cuidadosa administração de suas finanças particulares. O que lhe importa acima de tudo é entretenimento, boa comida, produtos de alta tecnologia e carros esportivos, e procura satisfazer seus desejos sem levar em conta os preços", concluem os pesquisadores da Universidade do Texas.

Quem é o yuppie, afinal?

Difícil defini-lo sem incorreremos no risco da simplificação. Ou, pior ainda, da caricatura. O próprio termo yuppie já é uma tentativa de resumir-se numa sigla as muitas faces de uma geração. Parece que, como a beleza, ele está nos olhos de quem o contempla. As agências de publicidade vêem o ideal platônico do consumidor. Os mais idosos vêem a criança mimada, rebento de uma geração condescendente consigo mesma que já transtornou a vida acadêmica nos anos 60 e agora resolveu transtornar o mundo dos negócios. O ameri-

cano médio vê em seus hábitos de consumo uma ameaça aos hábitos que há décadas vêm definindo o American way of life. E o yuppie se vê a si mesmo como herdeiro dos mais antigos valores do povo americano, já presentes no espírito dos fundadores.

Em termos sócio-econômicos, ele está claramente definido: jovem adulto, entre os 20 e os 40 anos, classe média ou classe média alta, branco, urbano, com um salário em torno de 40 mil dólares anuais.

Como fenômeno, no entanto, é um enigma ainda não completamente decifrado, que inspira mais perguntas do que as respostas que oferece. Na mesma reportagem em que elege o ano de 84 como o ano do yuppie, Newsweek menciona algumas estatísticas perturbadoras. Segundo a revista, pesquisa realizada pelo The Research Institute of America revela que entre 1979 e 1983 houve uma queda — e não um acréscimo — de 14 por cento na renda média das famílias de 25 a 34 anos de idade. Outra pesquisa, divulgada durante a campanha presidencial de 1984, demonstra que o padrão de vida da geração baby-boom é bem menos glamoroso do que o fenômeno yuppie leva a crer.

— O perfil estatístico mais exato da geração baby-boom é o seguinte: marido e mulher vivendo em apartamento no subúrbio, com 1,5 filhos e 1,5 carros. Ele trabalha como representante de vendas, ou administrador de nível médio; ela também trabalha — diz Gary Lawrence, vice-presidente da Decision Making Information.

E, citando outras fontes, acrescenta o Newsweek: "De 1970 a 1983, enquanto os yuppies se dedicavam a colonizar velhos depósitos e mansões vitorianas em áreas residenciais abandonadas, o número de jovens adultos que moram na casa dos pais sofreu um acréscimo de 85 por cento".

Se o perfil sócio-econômico do yuppie diverge do perfil de sua própria geração, que dizer dos seus padrões de comportamento e aspirações? Seu exemplo promovido pela indústria terá a força de converter uma geração? Algum dia o Newsweek publicará uma reportagem intitulada The Decade of the Yuppie? ■

Berilo Vargas, jornalista, 41 anos.

O yuppie enquanto consumidor

Prospecção de mercado é um meio de sobrevivência. Das pesquisas encomendadas para avaliação das potencialidades do novo segmento de mercado, emerge um retrato do yuppie muito parecido com o retrato inicialmente promovido nos meios de comunicação, por vezes contestado pelos defensores da integridade do grupo. Em seu número de janeiro deste ano, a revista Psychology Today divulga os resultados de uma pesquisa realizada pela Texas A. & M. University, com o objetivo de descobrir quais as diferenças que existem entre os hábitos de consumo do yuppie e os hábitos de consumo do americano médio.

Embora compre produtos dietéticos, o yuppie é menos preocupado com a saúde do que com a aparência e, apesar de possuir forno microondas e processador de alimen-

Resumen

Conducta/Portada

"YUPPIES": EL JOVEN MATERIALISMO URBANO

En el aspecto socioeconómico, un yuppie está definido claramente: es un joven adulto entre veinte y cuarenta años, de clase media o clase media alta, es blanco, urbano y con un salario de alrededor de cuarenta mil dólares anuales. Sin embargo, como fenómeno, es un enigma todavía no descifrado completamente. Uno se pregunta si los yuppies son el termómetro de los deseos y aspiraciones de una generación que llega a los veinte años en la década del 80. O se trata sólo de un grupo minoritario no representativo, pero altamente visible que llamó la atención de los medios de comunicación social, y que luego la máquina publicitaria los promovió, ansiosa por capitalizar cualquier nueva tendencia y explotar sus potencialidades comerciales.

Abstract

Behaviour/Cover

YUPPIES: YOUNG URBAN MATERIALISTS

In socio-economic terms, "yuppies" are clearly defined: young adult, 20 to 40 years old, middle-middle or upper-middle class, white urban, income of about US\$ 40 thousand p.a. As a phenomenon, though, "yuppies" are an enigma that has still to be completely decyphered and that raises a good many questions. Can "yuppies" be seen as a thermometer of the desires and aspirations of the generation that is turning twenty in the eighties? Are they the front runners of a new attitude, of a neo-materialism that is about to take a grip throughout the world? Or are they just a high-profile but unrepresentative minority group that have caught the eye of the media and been brought into the bright lights of the publicity machine that is for ever anxious to latch onto any new trend and capitalize on its commercial potential?

Jornalismo e literatura: fronteira e autonomia

Oswaldino Marques

A palavra, que no texto jornalístico cumpre a função de informar, adquire novos significados no texto literário. De expressão da verdade torna-se, eventualmente, sua própria verdade. Jornalismo e literatura têm afinidades e divergências – andam juntos mas nem sempre acertam o passo. Verifica-se na literatura contemporânea uma grande influência dos padrões jornalísticos. Um conhecido crítico literário aponta alguns resultados nefastos.

O fato de o jornalismo e a literatura apresentarem como correia de transmissão a mesma rede informacional – ou seja, o tecido gráfico – faz com que ambos apareçam comumente em acoplagem quando não identificados.

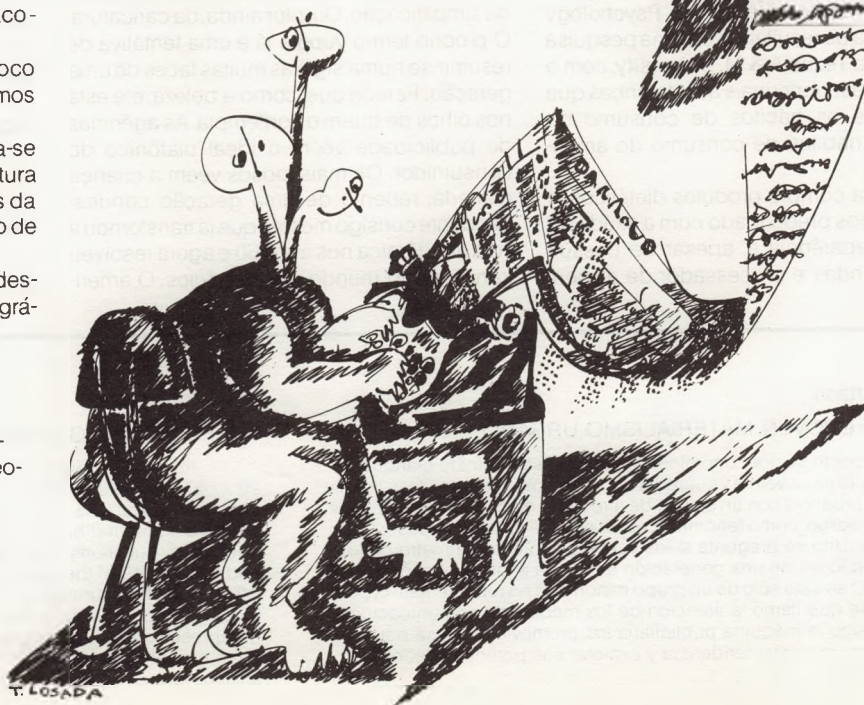
Isso, porém, materializa um equívoco que leva a descaminhos, como tentaremos demonstrar.

Neste ensaio, jornalismo equaciona-se com imprensa periódica escrita e literatura com o afeiçoamento dos valores estéticos da linguagem para fins da expansão do fundo de cultura grupal.

O tema consubstanciado no título deste ensaio propõe um levantamento topográfico que vou intentar sem reprimir o receio de que o desenho final da planta revele muito mais fronteiras do que territórios autônomos.

Não nos espantemos. De fato, como é possível atinar com a existência geográfica de países soberanos se não for mediante o retraçamento de sua linha de demarcação? A autonomia configura-se pelos limites e as extremas são o vocabulário balbuciante do perfil das nações.

Forçoso reconhecer, pois, que, para azar nosso, estamos instalados em plena franja. Obediente à lei suprema, a realidade sempre a manifestar-se fluida, resvaladia!...



Não à – toa que Guimarães Rosa, autor de uma obra situada por inteiro nas balizas do poema e da prosa – prosóemas! – foi, na vida pública, chefe da Divisão de Fronteiras do Itamaraty! Uma demonstração de irrepreensível coerência...

O leitor habitual, não mais do que guiado pelo instinto, sabe iniludivelmente quando está diante de um texto de jornalismo ou de um texto de literatura. Não compra gato por lebre. Busca o seu artigo de consumo, ou de fruição, na fonte adequada. O momento final da transação em que está empenhado é a satisfação ou a repulsa, mas ele refere sempre a experiência a uma certa matriz: isto é literatura, isto é jornalismo. Bom ou mau, não vem ao caso.

Com o engajamento em programas exploratórios, ficamos destituídos de nossa gozosa irresponsabilidade mental, pondo-nos em brios como profissionais da cultura. Não tem vez, assim, qualquer reação humoral a esses dois meios de comunicação pela palavra. Aqui não pouparemos esforços para instaurar o lugar, o situs ontológico dos entes jornalismo e literatura.

A palavra transparente

De algumas frivolidades logo nos podemos descartar. É fora de qualquer cabimento discorrer sobre se a atividade jornalística favorece, ou não, o exercício literário, ou se o jornalismo é um campo-de-provas a que nenhum escritor devera furtar-se, pelo muito que concorreria para o adestramento da manipulação da linguagem, ou por oficina inevitável da expressão eficaz e urgente. Fúteis parecem-me tais cogitações em face do infindável rol de nomes que eu poderia avarar de grandes jornalistas que nunca se elevaram à condição de artistas verbais criadores, assim como de consagrados literatos que jamais passaram de jornalistas medíocres. Na linha de intercessão, se colocariam os casos excepcionais que confirmam a regra: um Machado de Assis, um Antônio Manuel de Macedo, um João Lisboa, um Raul Pompéia, um Euclides da Cunha, um Aluizio de Azevedo, um Lima Barreto, um Carlos Drummond de Andrade, um Tristão de Ataíde, uma Rachel de Queiroz, um Orígenes Lessa, e, num plano mais modesto, um João do Rio e um Medeiros e Albuquerque. No âmbito internacional, valeria citar Swift, Dr. Johnson, Dickens, Kipling, Mark Twain, Poe, Jack London, Hemingway, Steinbeck, Norman Mailer, Zola, Dostoiévski.

Muito menos do que princípios normativos aplicáveis a quem quer que tencione cultivar uma e outra área, apenas se pode extrair da prática das letras a observação de que o efeito danoso ou benéfico do jornalismo sobre a literatura, e vice-versa, constitui tão-só uma resposta idiossincrática de, assim digamos, cada ativista intelectual. Aqui, tam-

bém, se poderiam oferecer os testemunhos mais desencontrados. Sabe-se da aversão de Flaubert ao jornalismo. T. S. Eliot pronunciou-se ambivalentemente sobre a questão, numa das vezes consignando sua admiração pelo emprego sucinto, imediato, quase ríspido, que o jornalista faz da linguagem.

O jornalismo, tal como é praticado entre nós, a saber, como meio de sobrevivência que exaure as energias produtivas do profissional, não lhe deixando a menor margem, já não digo para entregar-se a um projeto criativo mais ambicioso, antes para o aprimoramento de seu próprio instrumental, é, sem dúvida, um cemitério de talentos. Releva acentuar, todavia, que na origem disso está muito menos o exercício do jornalismo em si do que a modalidade de espoliação capitalista a que estão sujeitos os integrantes da classe. Impõe-se, mais uma vez, salientar as exceções, ou seja, os nomes daqueles que, contra todos os fatores adversos, realizam uma obra de valor duradouro: Rubem Braga, Antônio Callado, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, Henrique Pongetti, Joel Silveira, José Chagas e alguns outros.

A questão essencial, pois, que vai polarizar o meu interesse é a seguinte: em que medida a linguagem utilizada pelo profissional da imprensa se eleva à condição da linguagem da literatura?

Seja-me lícito antecipar uma resposta negativa. O jornalismo está fora da literatura e, mais do que isso, toda e qualquer tentativa feita pelo homem de jornal condcente a revestir o seu meio de comunicação da textura artística da expressão literária é fatal ao jornalismo, pelas razões que aduzirei a seguir.

Abrindo, todavia, um parêntese necessário, quero frisar que não me move nenhum intuito de menoscabar, ou de lançar ao descrédito, o jornalismo, uma das mais legítimas expressões do espírito moderno. O tom lá o seu tanto drástico que assumiu a negativa que acabo de avançar decorre do fato de eu estar de todo convencido de que se trata de duas coisas medularmente diversas.

Se não, vejamos.

A palavra, no texto do jornalista, é uma ficha transparente, e isso porque ele busca, através dela, franquear ao máximo o segmento da realidade na sua mirada. O seu alvo é a comunicação desimpedida e instantânea de informações, de apreciações sobre os acontecimentos do mundo, de interesse para o dia-a-dia de cada um e das coletividades.

Se ele fosse submeter a sua linguagem a um labor estilístico, de sorte que esta detivesse a atenção do leitor por suas qualidades intrínsecas, imanentes, levando-o a distanciar-se, em vez de aproximar-se, do lastro da objetualidade bruta a seu redor, adeus informação! Como é do conhecimento geral, é bem o inverso o seu propósito. Daí o apelo redundante à imagem gráfica, colada ao fato, que nos habilita a captar, sem mediação de

qualquer espécie, a face versátil das coisas.

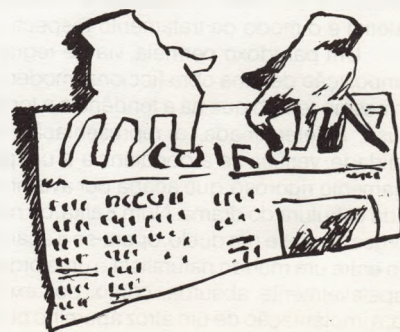
Afloramos um ponto de crescente importância: a preponderância da visualidade na imprensa contemporânea. Premido pela urgência febril de pôr o público em íntimo contato com o mundo, o jornalista vê o seu próprio texto – inciso, desidratado, residual embora – ceder lugar ao signo icônico, réplica indeformável do objeto, ou da cena. E quando digo visualidade tenho em mira também, o papel cada vez mais relevante da diagramação.

Ora, a função da palavra na literatura é flagrantemente de outra sorte. A palavra em si é, nesta esfera distinta, uma componente fundamental do que se quer dizer. Ou dito de modo diverso, o veículo verbal é parte inseparável da informação comunicada. Enquanto que, no jornalismo, as palavras referenciam conteúdos situados na órbita extralingüística, na literatura as palavras denotam a si mesmas. Atento para isso é que o semiótico Charles Morris sustenta a iconicidade dos signos estéticos, com a singularidade, porém, de que a mesma iconicidade não se orienta para fora do sinal, mas na direção deste. Os signos estéticos seriam, dessarte, icônicos de si mesmos.

Ademais, na escrita jornalística há sempre um sentido que a precede e que, por assim dizer, a teleguia. Não só ao jornalista é vedado desviar-se, um átimo que seja, desse sentido, como não lhe é permitido tonalizá-lo com o mais tênue matiz subjetivador, sob pena de incidir no pecado capital da sua profissão: a projeção emocional. A sua mensagem tem de ser a todo transe unívoca. É claro que estou configurando uma situação-limite, que muito raramente se materializa. Nunca o jornalista se comporta como a memória de um computador. À sua condição social e humana repugna esse papel de célula fotoelétrica a registrar tudo com exatidão inexorável. Nem por isso, entanto, se pode recusar o condicionamento da linguagem do jornalista.

Uma rede de significações

Numa posição diametralmente diversa, a literatura emerge como inesgotável produtora de significações. Constitui, sem exagero, uma estrutura gerativa por excelência. Não



exprime a verdade de um ou mais sujeitos; ela mesma é o próprio sujeito da verdade que, porventura, encarne. Em decorrência, a obra de arte literária apresenta-se como disponibilidade que, ao longo da prática cultural, os leitores vão incessantemente preenchendo. Ela engendra "uma rede de linguagem em que, pelo ato de aí inscrever-se, o real surge na luz do ser e se diferencia na variedade dos entes", para reproduzir a formulação de um teórico francês destes assuntos (Mustafa Safouan).

O postulado da plurissignificação, da multivalência da obra de arte literária, condensa o que foi dito antes. Dado que nada coage o escritor a escolher entre os elementos de uma profusão de símbolos, muito ao revés se utiliza de todas as possibilidades que lhe oferece a imaginação, a obra acaba-se equacionando com uma sinfonia onde vários motivos se entrelaçam, se mesclam, se combinam ao sabor da invenção. Estamos longe do desdobramento retilíneo de uma célula simbólica primitiva e nos avizinhamos de um desenvolvimento irradiante de vários motivos, mais ou menos convergentes. Foi, assim, deixado para trás o raconto unilinear, comparável à melodia solitária de um canto.

Mencionarei, a seguir, alguns outros traços distintivos que cabe salientar.

É lícito equacionar a obra literária com uma tentativa de ajuste de contas com o problema da aparência e da realidade. A imagem da realidade no romance moderno parece dominada pelo princípio da indeterminação, para fazer a utilização de um conceito da física contemporânea. Daí a busca de novos símbolos universais, graças aos quais o mundo privativo da vida interior lograria uma forma de relacionamento com o mundo da experiência comunal. Esta dialética do **dentro** e do **fora** é seminal na criação literária de nossa época. Símbolos e mitos, sensações, sentimentos e mentações não se associam mais segundo ritmos e nexos. **Leitmotive**, imagens e símbolos recorrentes incorporam-se às obras, por exemplo, de ficção, revelando-se muito mais do que simples expedientes, ou partes organicamente embebidas na sua textura, pois se confundem com o conteúdo da própria fábula romanesca. Por outro lado, o ficcionista não se contenta com apenas contar uma história, mas converte o processo de contar a história em tema de sua narrativa, e submete a incessante análise o material e o modo de tratamento respectivo.

Um paradoxo permeia, via de regra, a composição de uma obra ficcional moderna: ao mesmo tempo que há a tendência a tornar difusa, indeterminada, a representação da realidade, verifica-se a obediência a um planejamento rigoroso, que acaba por avizinhar-se da estrutura do drama. Num Kafka, ou num Borges, trava-se um duelo, opera-se a acareação entre um mundo naturalista e uma ordem inapelavelmente absurda, como, por exemplo, a implantação de um atroz aparelho buro-

crático para zelar pela execução escrupulosa da mais desvairada irracionalidade. Além disso, concomitantemente com o empenho de integrar-se numa tradição, a criação literária do Século XX busca sem descanso a ruptura com essa tradição.

A linguagem da literatura, em particular da poesia, requintou-se no estabelecimento de relações entre sensações tomadas de empréstimo aos vários órgãos dos sentidos. Isso está, como se sabe, na base das correspondências sinestésicas, como o testemunham o soneto das "Correspondências" de Baudelaire e o universo analógico de Mallarmé. O efeito mais imediato dessas conquistas foi a dilatação quase ao infinito dos recursos metafóricos do poeta. Tais metáforas à segunda potência resultam imprevisíveis, não raro inquietantes, desde o momento em que emparelham sensações tomadas de órgãos sensoriais diferentes. Escavando-se o milenar expediente da translação metafórica, chega-se a desviar as palavras e as expressões do seu uso corrente, a forjar uma sintaxe inteiramente insólita, a suprimir mesmo toda sintaxe, a criar um vocabulário inédito. Assume, assim, caráter quase privativo o elo entre os dois membros da equação comparativa, o que paradoxalmente produz um efeito de obscurcimento, em vez de iluminação, que é, afinal, o alvo do símbolo, ou de qualquer outro tropo.

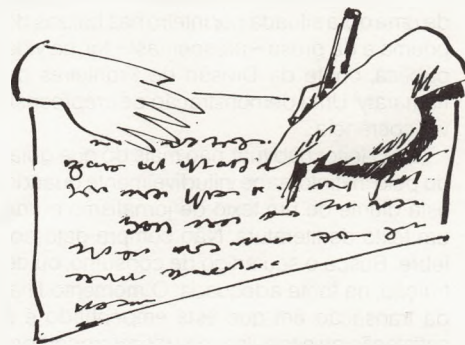
Numa obra de 1928, mas ainda de grande atualidade – *Initiation à la Littérature d'Aujourd'hui* –, Émile Bouvier diz:

"É necessário que um pouco de flou, certa evanescência subsista em torno dos dois termos da analogia, para que sua afinidade secreta possa desprender-se das profundezas do inconsciente. Criar a atmosfera, esfumar os contornos demasiado precisos, atenuar as significações brutalmente claras eis a que a se devotaram os simbolistas. Obtêm-se tais efeitos de claro-escuro cortando, de moto próprio, os liames da sintaxe, deslocando a frase, alterando a ordem tradicional das palavras, rompendo as associações que parecem exigir a gramática e o uso. Os poetas empenharam-se em combinar metáforas deliberadamente incongruentes, em empregar palavras falsas ou impróprias, em engendrar termos artificiais, ou em rejuvenescer vocábulos obsoletos."

E noutro passo:

"O poema torna-se, para o senso-comum, uma espécie de amálgama complexo de visões incoerentes que, propriamente falando, nada significam, nada descrevem, nada fazem recordar. É, não obstante, com essas visões, afeiçoadas pela fantasia imaginativa, que se plasma uma realidade transterrestre. O poeta recria o mundo e cada uma de suas invenções não conhece limites ou razão de ser, afora o poder criador".

Dentre todas as marcas da literatura de que se podem lançar mão para vincar o seu contraste com a linguagem do jornalismo, a que mais me parece determinante é a apon-



tada por René Wellek, a saber: o texto criativo literário impõe certo tipo de travejamento que subtrai do mundo da realidade os enunciados da obra e lhes confere um emolduramento peculiar. A terminologia crítica há séculos reserva ao fenômeno expressões tais como "radiância" – *claritas* – (Tomás d'Aquino), "propósito sem finalidade" – *Zweckmässigkeit ohne Zweck* – (Kant), "distância estética" (Edward Bullough), "epifania" (Joyce), "aura" (Walter Benjamin), etc., etc. O co-autor da *Theory of Literature*, porém, logo nos adverte de que a diferença entre literatura e não-literatura é fluida. A função estética pode estender-se a pronunciamentos lingüísticos os mais variados. "Seria uma concepção estreita de Literatura – são suas próprias palavras – excluir toda arte de propaganda, ou a poesia didática e satírica. É forçoso reconhecer formas transicionais, como o ensaio, a biografia, boa parte da literatura retórica."

Vinculado intimamente a isso está o fascinante, o grave problema da relação entre a ficção e a realidade, que mobilizou tanto o desvelo elucidativo dos grandes críticos do Formalismo Russo. Talvez a maior incompreensão quanto à natureza da criação literária gravite em torno do fato de não se precisarem, como convém, as fronteiras entre ficção e realidade. Cumpre mostrar como a ficção – no plano da experiência transposta para o nível simbólico, que caracteriza o clima da obra literária – não se confunde com a realidade em si. Não é esta a ocasião para delinearmos quando nada os contornos do que acabo de rotular de realidade, tentativa que me distanciaria tremendamente da pista prioritária do meu argumento. Baste que se compreenda como tal o universo das objetualidades que se situam na esfera extralingüística.

Pois bem, posto que a ficção não se confunda com a realidade, nem por isso importa na supressão da realidade, ou se equaciona com uma negação metafísica da realidade. É bom frisar que há é uma tensão polar entre ambas, da qual emerge, como síntese, a obra de arte literária configurada como uma criação autônoma, todavia homóloga da realidade. Vem a calhar o famoso dito de Jakobson: "Autonomia, sim, mas não separatismo!" Muito antes já afirmara Baumgarten: "A poesia é heterocósmica".

Que é – vale indagar – o que assegura este caráter diferencial, a *differentia*, da obra de arte literária? A resposta é uma só: os valores estéticos encarnados no seu travejamento formal. Não faltará quem me increpe a esta altura de incorrer numa petição de princípio, num círculo vicioso, mas a arguição é infundada. A razão é que, para mim, estas coisas não são abstrações, argumentos metafísicos. Os valores estéticos mostram-se tão entranhados de historicidade, constituem um produto social tão concreto quanto, por exemplo, uma greve de reivindicação salarial. Daí se sujeitarem ao relativismo histórico, ao condicionamento de classe e nada terem em comum com uma qualidade, ou conjunto de qualidades, que o artista pessegue, de fora, em seu artefato.

Para abreviar, é lícito insistir em que a obra de arte literária é uma criação *sui generis*, muito longe de identificar-se com uma operação puramente intelectual, digamos um conceito geométrico, porque ela, através da sensibilidade e da experiência do artista, de imediato o coage a um compromissamento sócio-histórico.

Os valores estéticos, assim, embora primordiais, não suprimem os outros elementos que coexistem à volta da criação literária. Seria fútil configurar esses valores de uma vez por todas. O que se pode sustentar é que o artista outorga à obra de arte literária uma determinada estrutura formal, a qual exhibe inequívoco caráter objetivo, isto é, transcende a consciência e os dados da sensibilidade do criador. A prova é que é partilhada pelo leitor, pelo receptor. Acrescente-se que ela funciona, também, como uma norma, na acepção de que, ao transpormos suas fronteiras, não podemos partir em busca daquilo que não está lá. É-nos vedado projetar pura e simplesmente a nossa sensibilidade sobre ela, na ilusão de que vamos encontrar aquilo que nos seria grato lá encontrar. Assim como reagimos sobre a obra de arte literária, ela reage sobre nós. Verifica-se, então, uma interação entra a obra, já investida de autonomia efetiva, e a sensibilidade do receptor. Este, como é fácil perceber, acha-se por seu turno situado no leito da história. Não está isolado, ao contrário, integra um grupo social dotado de características definidas, peculiares a determinado estágio sócio-histórico da humanidade.

É nestes termos que a obra de arte literária, na célebre concepção de Ingarden-Wellek, se configura como uma entidade autônoma, estruturada em várias camadas, e se encontra como que sobrenadando no oceano da intersubjetividade. Daí conhecer a criação literária sorte variável com as épocas. Atente-se apenas na fortuna crítica, na apreciação da obra de Dante. Cada estágio cultural defronta-se com o seu Dante, projeta-se num Dante relativizado pela história. Isso, todavia, não quer dizer que não exista a obra de Dante independentemente dessas sensi-

bilidades em perpétuo trânsito através da criação do excelso florentino. Ela lá está, imperecível e triunfal.

A norma, a estrutura objetiva da obra de arte literária, transfigurada constantemente pelo complexo poder simbolizador da linguagem, funciona como suporte dos valores ditos estéticos, os quais não podem ser postulados de maneira final, pois estão a flutuar, para repetir Ingarden-Wellek, no oceano da intersubjetividade. Esbatem-se, assim, matizados, tonalizados pela sensibilidade em trânsito no tempo. Vão-se acumulando, então, na obra, em acréscimo às camadas em que se estrutura, outros estratos de significação, agora partícipes do fluxo histórico.

Quando se fala no primado dos valores estéticos é com isto em mira. É óbvio que tais valores nada têm de abstratos, ao invés são concretos, erigindo-se no genuíno alvo do analista do fenômeno literário. Outra não é a razão por que se comprova tão árduo o exercício da crítica.

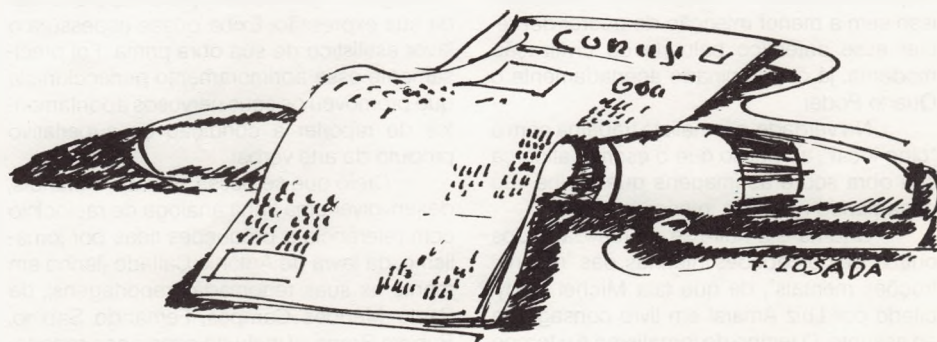
Polarizado pelo étimo da criação poética – na afortunada expressão de Spitzer –, cabe ao crítico adotar uma técnica de abordagem que o torne bem-sucedido nessa difícil prospecção. É-lhe facultado partir dos mais diversos pontos, mas tem de finalmente convergir para o núcleo estético, a desencadear, de contínuo, a sensibilidade dos receptores da obra num plano de extrema complexidade, a saber o das reações de natureza emocional. Estas, porém, nunca devem ser tomadas literalmente, porquanto tal tipo de reação diverge radicalmente da que assumimos face a um acontecimento ocorrente na vida. Suponhamos que, ao atravessar uma rua, presenciamos uma pessoa ser atropelada por um carro. É claro que, como seres humanos, reagimos emocionalmente. Se um romancista, não obstante, um cineasta, um poeta transferirem para o romance, o filme, o poema um episódio dessa natureza, embora guarde este simetria mimética com o fato real na vida, tomada extralingüísticamente, o traslado artístico se diferencia de modo fundamental do fato bruto, porque ele já é um produto de outra ordem – a ordem simbólica – que universaliza a emoção, a experiência, na

medida em que é capaz, graças àquela transposição, de ativar a potencialidade emocional de qualquer indivíduo partícipe do mesmo universo de discurso.

Prosa e poesia: o prosoema

Em resumo, literatura não é emoção – ela é transemocional. Há um grande crítico e teórico do grupo dos Formalistas Russos, Shklovskij, que diz que “o sangue que escorre num poema não coagula. ‘Sangue’ num verso é apenas o componente de um esquema sonoro (p.e., rima), ou de uma imagem”. Isso é sobretudo interessante para mostrar que se trata de um sangue ficcional já submetido à entorse simbólica. Há uma distância estética, diversa da emocional, em estado cru, visto como igualmente estabelecemos a última nas nossas relações interpessoais. Uma jovem que, com saudades do noivo, não pode tê-lo diante dos olhos, tem a percepção de uma distância emocional, mas nem por isso estética. Conquanto haja uma intercomunicação, conquanto o tráfego na estrada que liga a vida à obra se faça por mão dupla, de sorte que a obra criada se comunica com a vida e a vida se comunica com a obra, as duas, contudo, não se confundem. Vida e arte são coisas diferentes.

Hoje, talvez, a batalha decisiva da demarcação do território poético se trave na linha fronteira entre o que se convencionou chamar de linguagem da prosa e linguagem da poesia. Entre os dois pólos há um matizamento finíssimo. Há o domínio da linguagem exclusivamente referencial, ou seja, a linguagem da ciência, e assim mesmo não abrange muitos textos científicos, por apresentarem um resíduo de caráter poético, no sentido de que retêm impurezas emocionais. Lembro-me de uma página do filósofo e matemático Bertrand Russell, em que ele prefigura um cientista que estivesse fazendo uma exposição sobre, digamos, os protozoários, sentado a uma mesa disposta sobre um estrado. Em dado instante, dá-se conta de que o estrado está suspenso sobre um abismo, mas prossegue na leitura de seu comunicado. Se um



aparelho – comenta Russell – então registrasse as tonalidades emocionais que o conferencista introjetaria na sua leitura, seria fácil constatar o grau em que, em rigor, o seu texto se iria contaminando de elementos poéticos. Poético aqui, porém, tem uma acepção de amplitude máxima. Não é o poético artístico, não é o poético literário nas suas múltiplas modalidades. É o poético no sentido desta reação glandular do ser humano que, em vez de apelar para as faculdades discursivas, racionais, reage globalmente com o seu equipamento emocional. Ora bem, se focalizarmos, num extremo, a linguagem científica, noutro a linguagem poética, e ensaiarmos a caracterização de todos os elos intermediários, ou seja, a prosa da linguagem coloquial, mesclada de ingredientes afetivos, a prosa de que se serve um amante para comunicar numa carta o seu fervor amoroso, a prosa dos jornalistas profissionais, em seguida a prosa trabalhada dos profetas da Bíblia, o versículo dos Evangelhos, até chegarmos aos textos superlativamente requintados dos grandes poetas modernos, que não se sabe se escrevem no idioma da prosa ou não – e foi para transpor esse fosso que eu cunhei o termo *prosoema* –, nos persuadiremos de que é enormemente movediça a fronteira que supomos separar os dois campos. Se ultrapassarmos esta linha para o lado do poético – agora com sua significação estética plena – só assim ficaremos em condições de descortinar o problema em toda a sua magnitude, por si só merecedor de várias monografias especializadas.

Ora, o produto verbal industrializado pelo jornalismo não comporta a problematização que vimos assinalando. Aliás, queremos uma vez mais sublinhar que o que está na nossa linha de mira é a imprensa, dado que há também o rádiojornalismo, o telejornalismo, o fotojornalismo (fotonovelas, etc.). Etimologicamente, jornalismo é o fluxo diário de notícias, pois a etimologia remota do vocábulo é o adjetivo latino *diurnalis*, “diário”, “do dia”, que se substantivou. (*Diurnalis*, *diurnus*, *dies*). (Francês, *journal papier*.)

Retomando o fio do argumento, é possível por contraste e exclusão, situar o jornalismo do outro lado do universo da literatura, e isso sem a menor intenção de querer depreciar esse autêntico baluarte da civilização moderna, já cognominado acertadamente o Quarto Poder.

Na verdade, o jornalista trabalha com o “olho local”, ao passo que o escritor alicerça sua obra sobre as imagens que se lhe vão decantando na retina interior.

O jornalista nutre-se da realidade dos outros, de percepções interinas, das “reconstruções mentais”, de que fala Michel Tardy, citado por Luiz Amaral em livro consagrado ao assunto. O tempo do jornalismo é o tempo da tecnologia – das rotativas e das linotipos – sincronizado com a pulsação dos gigantes conglomerados urbanos nas Bizâncios

modernas. O tempo do escritor é o vivencial, cuja dimensão é criada pela memória afetiva, instigadora da ressurreição poética da experiência.

De todos os quadrantes do jornalismo, só da reportagem se pode dizer que oferece aberturas à criação limítrofe da literatura. Tendo por domínio todo o dilatado âmbito da praxis social, a reportagem desafia a argúcia do repórter, seus dotes de observação, sua sensibilidade e potencialidade imaginativa. Requer naturalmente de quem a pratica insubstituíveis recursos de escritor, sobretudo fluidez narrativa. Nas suas realizações culminares, encontra o repórter a abonação justa do epíteto “o romancista da atualidade”, que lhe é aplicado com frequência. Debate-se, contudo, a todo instante com os óbices opostos à sua criatividade, caudatária da imperativa reconstituição fidedigna dos fatos e da atmosfera em que se desdobram. Ronda-o sempre um *diktat* irrecorível. “Por maiores que sejam a imaginação e a técnica narrativa do repórter – afirma Luiz Amaral, em *Jornalismo – Matéria de 1ª Página* – seu dever fundamental é com a verdade. Para cumpri-lo necessita de ter coragem e dizer ‘isto eu vi’, ‘isto me contaram’, tal como fez Pero Vaz de Caminha.”

A decorrência imediata desse handicap é raramente elevar-se a reportagem acima de uma realização de vôo curto. Mesmo os chamados “escritores de reportagem”, como é o caso de David Nasser, não resistem a exigências literárias mais severas.

Inevitável se torna, neste ponto, trazer à baila os exemplos de Euclides da Cunha, de Kipling, de Hemingway, de Somerset Maugham, famosos escritores-repórteres, cujos triunfos neste subgênero ambíguo parecem refutar o que foi sustentado antes. A contradição, contudo, não é senão aparente.

Como se sabe, a matriz d’*Os Sertões*, o monumento literário de nosso idioma, foram as reportagens que Euclides da Cunha redigiu ao vivo no teatro da tragédia de Canudos. A matéria jornalística primitiva, todavia, não passou de minuta para o texto lapidar que encontramos enfiado em *Os Sertões*. Euclides, como já o mostraram os estudiosos, consagrou ingentes esforços ao apuro formal de sua expressão. Exibe quase espessura o labor estilístico de sua obra-prima. Foi precisamente esse aprimorado perfeccionista que promoveu os seus nervosos apontamentos de repórter à condição de superlativo produto da arte verbal.

Creio que se possa, *mutatis mutandis*, desenvolver uma linha análoga de raciocínio com referência a produções tidas por jornalismo, da lavra de Antônio Callado (tenho em mente as suas renomadas reportagens), de Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Rubem Braga, aí incluído o romance-reportagem de José Louzeiro e outros.

Quando os registros sismográficos do repórter, colhidos à alta-voltagem da vertigem

capitalista, se transferem para o livro, são previamente poetizados, ficcionalizados, isto é, alçados à categoria de literatura. Não é por acaso que *Os Sertões* é hoje visto mais como narrativa épica do que como um ensaio. Esse, pelo menos, é o parecer, que parece vitorioso, do Prof. Afrânio Coutinho.

Influências da técnica jornalística

É inquestionável, não obstante, a influência do jornalismo sobre a literatura. Denuncia-se no projeto literário contemporâneo em toda a sua extensão a existência de um módulo ditado pelos meios de comunicação de massa, entre eles a imprensa. Seu recorte, seu dimensionamento, sua economia e função derivam em linha reta dos instrumentos de informação. Atente-se, por exemplo, no conto, que foi até crismado “estória curta”. Aí em vão se buscariam os atributos que lhe asseguraram outrora os traços definidores: a intriga, embora miniaturizada; a pintura de um ambiente; um campo de tensões situacionais; uma personagem em realce no núcleo da ação fabular. Hoje o conto não conta coisa alguma. Em geral, nele nada ocorre. É um fiapo ficcional envolto numa nesga de texto. Enfim, uma mancha gráfica – o que chamo de tachismo verbal – uma minireportagem. O termo escapuliu-me da pena, mas cauciona à saciedade o meu argumento: a técnica jornalística está na origem do conto dos nossos dias.

Quanto ao romance, sabe-se que as obras representativas do gênero incorporam copiosamente os recursos da imprensa. Joyce, além de meter na pele de um jornalista – na verdade, um corretor de publicidade – uma das personagens centrais de *Ulysses*, Leopold Bloom, usa, ao longo de sua criação revolucionária, ostensivos expedientes narrativos, corriqueiros nas salas de redação. John dos Passos, na trilogia *U.S.A.*, intercala anúncios de jornal, manchetes, textos de telegramas, apela para entrevistas, editoriais, etc. O *nouveau roman* francês, com sua obsessão da neutra visualidade, não fosse ele chamado de *roman du regard*, dispõe na página suas unidades informativas – e significativas – quase em conformidade com o modelo da diagramação. Michel Butor, figura representativa dessa corrente, procurou avizinhar-se do ideal malarmaico do livro mediante um artefato verbivocovisual, intitulado *Mobile*, cuja divida para com os *mass media* salta os olhos.

Em que pese a tudo quanto antes foi creditado ao jornalismo, não se violentará a verdade com dizer-se que sua contribuição à literatura é de feição mais exterior, instalando-se propriamente na bainha, na cercadura da obra, sendo mais uma questão de *montage* do que uma revitalização estrutural.

Imperioso é proclamar, contudo, que o jornalismo, com a sua cotidianidade, sua

pressa, seu gosto pelo inconcluso, o mero flagrante, acabou por fazer baixar o nível da obra de arte literária.

O caso da "crônica" é bem ilustrativo. Dividindo sua sorte paradoxal com a flor do asfalto do poema "Áporo", de Carlos Drummond de Andrade, esse delicioso subgênero brotou em meio à "doce música das linotipos", para convocar um verso também famoso.

Constituindo talvez a única contribuição brasileira à tipologia literária, a crônica medrou no humus ralo das mesas de redação com a força alastradora do capim-gordura. Não há jornal neste país, ou revista, ou boletim

noticioso, que não ostente o seu cronista titular, a borrifar a epiderme estética do leitor com sua essência de alface lírica.

Somente, todavia, os legítimos poetas da crônica logram o ponto justo de sortilégio e malícia que habilita a linguagem pré-artística do jornal a dar este imprescindível salto qualitativo, transmutando-se em jóia literária.

A tremenda irradiação da crônica, o que se explica por seu fácil escoamento pelos canais vários de informação, trouxe, todavia, como resultado um aviltamento dos padrões da criação verbal, que desceram a marcas bem pouco lisonjeiras. Muita gente pensa que crônica é literatura maior. Isso é uma falha

avaliativa. Só a sofreguidão de nosso tempo e a indolência mental gerada pelos mass media poderiam ter conduzido a tal equívoco.

A esperança é que nossa era não conheça o seu epílogo com o lançamento à rua da tiragem derradeira do Yomiuri Shim-bun, o colossal diário japonês, gigante da imprensa do mundo. Mas que se inicie uma nova fase da humanidade com a estrofe primeira do poema magno de Dante. ■

Oswaldino Marques é poeta, ensaísta e tradutor. Foi professor catedrático da Universidade de Wisconsin-Madison, e fundador da cadeira de Teoria da Literatura da UnB.

Resumen

Literatura

PERIODISMO Y LITERATURA: FRONTERA Y AUTONOMÍA

La palabra, en el texto periodístico, es transparente. Su albor es una comunicación suelta e instantánea de informaciones y una apreciación de los conocimientos del mundo. En una posición diametralmente opuesta, el lenguaje literario emerge como un productor inagotable de significaciones. No manifiesta la verdad de uno o más sujetos; ella misma es el propio sujeto de la verdad, que afortunadamente encarna. Sin embargo, es incuestionable la influencia del periodismo sobre la literatura. En el vasto proyecto literario contemporáneo, se denuncia la existencia de un módulo sugerido por los medios de comunicación de masa, entre ellos la prensa. Por aparecer cotidianamente, por la prisa, por el gusto hacia lo incluso y lo flagrante, el periodismo ayudó a que decayera el nivel de la obra de arte literaria.

Abstract

Literature

JOURNALISM AND LITERATURE: FRONTIER AND AUTONOMY

In journalistic texts, the word is transparent. Its target is unfettered and instantaneous communication of information, of comment on what is going on in the world. In complete contrast, literary language emerges as an unlimited producer of meaning. It does not express the truth about one or more subjects; it is itself the subject of the truth which is may, perchance, embody. Nonetheless, journalism has had an unquestionable influence on literature. Contemporary literature, without exception, is shot through with a vein of expression dictated by means of mass communication, including the press. By its everydayness, its impatience, its taste for incompleteness and mere snapshots, journalism has ended up lowering the level of the literary work of art.

1.000 bibliotecas na ponta dos dedos

Disque (061) 226-2677. Este é o telefone do IBICT para consultas ao Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN). O IBICT colocou o CCN em uma base de dados, acessível por terminais de vídeo e impressoras. Isso significa resposta rápida, precisa e atualizada.

Pelo (061) 226-2677, você fica sabendo onde encontrar um fascículo **específico** de publicação periódica especializada, nacional ou estrangeira.

Depois, é só pedir à biblioteca indicada pelo IBICT uma cópia do artigo que lhe interessa. Sem erros ou perda de tempo.

Se você quer informação, leve um dedo de prosa com o IBICT. E saia com mil bibliotecas nas mãos.

EXEMPLO DE CONSULTA:

Pergunta de uma pessoa residente em Brasília:

*"Onde encontrar, no Brasil, a revista **Journal of Chemical Documentation**, nº 3, volume 14, de 1974?"*

Resposta: "Em 19 bibliotecas de todo o Brasil. Delas, a Biblioteca Central da Universidade de Brasília é a mais próxima de você".

MCT

Ministério
da Ciência
e Tecnologia



CNPq

CONSELHO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



IBICT

INSTITUTO BRASILEIRO
DE INFORMAÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PARA OUTRAS CONSULTAS AO IBICT

Por telefone: (061) 226-6074 Por telex: 612481 CICT BR

Por carta: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) SCN - Quadra 2 - Bloco K-70710 - Brasília, DF

Humanidades: beco, trilha ou variantes

Carlos Eduardo de Senna Figueiredo

As humanidades já foram sinônimo de belas-letas. Tinham um significado contemplativo. Hoje referem-se a todas as atividades humanas e adquiriram um sentido construtivo. Envolvem “disciplinas” que nos permitem analisar em seus múltiplos aspectos as alternativas de evolução social, antes de nos decidirmos pela construção de uma nova sociedade.



O significado imobilista e contemplativo da palavra humanidades, praticado com elegância pela gente fina e pelos mandarins intelectuais de outrora, persiste, bem restaurado, em nossas latitudes. Humanidades eram as “disciplinas ou estudo das bellas letras desde a grammatica até a philosophia”. Contudo, sob o impulso das atividades produtivas e animadas pelos avanços ocorridos na tecnologia e na vertente prestigiosa das ciências exatas dos países centrais, e sem que os refinados cultores das humanidades percebessem, essa gramática e essa filosofia, enredadas a outras “disciplinas”, evoluíram com rapidez nos albores do século XX, passaram por crises e revoluções formidáveis, bifurcaram-se e ganharam, por fim, um conteúdo construtivo.

A palavra “construtivo” dá nome ao enfoque elaborado por Oscar Varsavsky¹, que consiste em pensar todas as atividades humanas em função do seu aporte para a construção efetiva de uma sociedade cujas características estejam definidas previamente. Ao final desse artigo, resumo como as disciplinas “desde a gramática até a filosofia” podem ser vistas desse ângulo novo.

A visão construtiva

Refere-se à construção, a partir da situação de agora, dessa sociedade desejada ou, pelo menos e mais modestamente, a fazer o que for possível nessa direção. E para que isso não se reduza a mero empenho irracional, torna-se necessária uma avaliação da factibilidade dessa obra, isto é, uma demonstração, embora aproximada, de que as características desejáveis dessa sociedade futura são viáveis.

Ao conjunto dessas características que definem o modo de viver, trabalhar, evoluir de uma sociedade pode-se chamar “estilo social”; assim, todo estilo social inclui um estilo de consumo, de trabalho, de fazer ciência, arte e tecnologia, e inclui também um “estilo” de ação política e de definição de estratégias para implantá-lo. Mas como a vida é também desrazão e engano, os diferentes estilos sociais são comumente designados por palavras preñhes da ambigüidade resultante da luta política – justiça, democracia, bem-estar, liberdade, igualdade, fraternidade – palavras de exagerada abrangência e que já deram provas amargas de que servem de bandeira para medidas e regimes políticos antagônicos. Certamente, as palavras tradição, ordem e autoridade situam-se em quadrante oposto a liberdade e participação; porém, o emprego de cada uma equivale a dar uma orientação através de um gesto que abarca meio universo. São imprecisas, têm significado difuso,

não servem para calcular a viabilidade de estratégias.

Por outro lado, quando se define um estilo social mediante características suficientemente claras e concretas, podem-se propor estratégias para construí-lo a partir da situação atual, dos recursos disponíveis e dos que se vão criando, e em função dos aliados e inimigos potenciais. Quando esse cálculo é impossível, diremos que a construção da sociedade desejada está proposta como projeto nacional. Do ponto de vista construtivo, aquela lista de objetivos demasiadamente amplos deveria ser submetida a provas de viabilidade, pois não há garantia de que possam ser alcançados em prazos razoáveis (ninguém tem paciência de esperar 300 anos para “repartir um bolo”). No entanto, as incompatibilidades entre objetivos ou a insuficiência de meios para alcançá-los não são demonstráveis a esse nível com nenhum grau aceitável de objetividade. Isso não acontece quando se passa ao nível mais concreto de projeto nacional, em que esses objetivos são traduzidos em projetos específicos e prazos determinados, sem maiores ambigüidades. Assim é, porque o projeto nacional não se ocupa somente dos objetivos finais da sociedade, mas também das etapas intermediárias, a partir da situação atual, devendo, portanto, ser permanentemente reatualizado.

Como se propõem esses objetivos múltiplos e simultâneos em um nível útil que permita calcular a sua factibilidade? O caminho conhecido começa pelo lado da produção e das inversões e termina advogando a produção, em maior volume, do que já é produzido. Pior, implícita ou explicitamente, aceita que esse futuro perfil da demanda e do produto será semelhante ao dos atuais países desenvolvidos, com variações de menor importância; isso não surpreende, uma vez que esse perfil e suas tendências não são muito diferentes nos países líderes, apesar das suas discrepâncias ideológicas e institucionais, e são o único exemplo visível de desenvolvimento. Mas produzir mais aço, por exemplo, não é um fim em si; a simples pergunta “produzir mais aço para quê?” nos leva a entender que os objetivos nacionais devem ser propostos em termos de necessidades humanas, individuais e coletivas, e de todo tipo.

Um projeto nacional deve indicar de que necessidades a sociedade deve ocupar-se, de que maneira, grau e em que prazos quer satisfazê-las para cada grupo da população. Na visão construtiva de Varsavsky, dar a lista das necessidades humanas que a sociedade deve atender e as metas de distribuição, ao invés de limitar-se a declarações gerais sobre a igualdade e a justiça social, é a maneira mais clara de expressar uma ideologia. Essa lista deve incluir necessidades materiais, sociais, culturais e políticas, de tal maneira que, para serem melhor definidas,

devem abrir-se em leque nas distintas possibilidades de satisfação, em analogia ao que se faz na matemática, ao definir o domínio de possíveis valores de uma variável. Por exemplo, alimentação similar à de um francês rico ou à de um desafortunado etíope? Serviços de saúde como respostas a uma demanda ou como função social obrigatória, com metas últimas incluídas na definição do estado sanitário do país? Solidariedade restrita ao núcleo familiar e à caridade ou solidariedade social, impessoal e dirigida tanto ao presente quanto ao futuro? Acesso a informação por meios centrífugos nos quais a informação é selecionada no centro e transportada ao consumidor, facilitando assim a censura e o controle (TV), ou por meios centrípetos em que o usuário pede ao centro a informação que lhe interessa (bibliotecas e bancos de dados)? Educação participante com muito contato pessoal com docentes ou muita educação “enlatada” via satélite?

Definidas as opções alternativas de cada necessidade, fica delineado o objetivo da atividade social: como cumprir as metas que, em conjunto, constituem o projeto nacional ou estilo de desenvolvimento? Podem cumprir-se ou são inviáveis? Como vencer os obstáculos?

Prova-se a viabilidade física do projeto nacional estudando se há alguma estratégia para satisfazer todas as metas, para todos os grupos, nos prazos dados, sem utilizar mais do que os recursos disponíveis ao começo e os que se vão criando. Se o projeto nacional tem viabilidade física, avalia-se a sua viabilidade social: os instrumentos distributivos atuais produzem grandes déficits nas contas de cada grupo social, das empresas, governo e setor externo? Se a estrutura distributiva atual não dá viabilidade social ao projeto, estudam-se mudanças mais profundas nos instrumentos (políticas distributivas mais drásticas), submetendo-as a testes de viabilidade política. Para levar a cabo esses estudos de factibilidade, contamos hoje com os modelos matemáticos de experimentação numérica².

Para ilustrar esse enfoque, analisemos três possíveis projetos ou estilos através de características qualitativas, supondo que nos próximos 25 anos não veremos nenhum cataclismo mundial, nem avanços tecnológicos muito maiores do que os esperados pela maioria dos futurólogos. Os dois primeiros estilos correspondem, respectivamente, ao regime autoritário e neo-oligárquico e ao desenvolvimentista, estudados por Alfredo E. Calcagno et al³. Foram definidos por Varsavsky pelos nomes autoritário e consumista. O terceiro, denominado criativo pelo pensador argentino, representa um estilo social de cultura autônoma, crítica e criadora.

O estilo autoritário tem viabilidade nos países latino-americanos de pequena popu-

lação marginal, e nos de grande marginalidade de que venham a praticar uma política interna genocida. É o estilo satélite de uma grande potência, imune a inovações, cujo projeto nacional é dogma bem defendido contra as vicissitudes históricas. A exemplo do Bizâncio, o estilo autoritário tende a perenizar-se. É caminho sem saída, sociedade infecunda, beco.

O segundo é o estilo consumista, comprovadamente inviável, cujo objetivo geral é alcançar os países desenvolvidos, forjar uma sociedade de bem-estar em que se estimula a diversificação dos bens de consumo e se induz a formação de um mercado para eles. Sua cultura é caudatária, imitadora dos grandes países em hábitos de consumo, arte, ciência e tecnologia. O conceito de cidadão empalidece e colapsa no de consumidor, sendo o consumo suntuário o melhor indicador de **status**: compro, logo existo. A cópia das modas e hábitos de consumo é total. Alinha-se o país no rastro do mundo industrializado, importando sua tecnologia e organização social. Da vida se faz rotina, precária imagem especular, trilha.

O estilo autônomo dá prioridade ao desenvolvimento da capacidade criadora e, portanto, à educação convenientemente reformada. Sua meta é uma cultura crítica e criadora. Desestimula a cópia do estilo de vida dos países desenvolvidos e se preocupa em assegurar à população o indispensável em quantidade e qualidade. É vida inventada, feixe de variantes. O estilo criativo é facilmente viável nas suas variantes austeras, porque o "setor de ponta" é a educação que requer poucos insumos importados. O consumo geral alto é factível, na medida em que essa educação produzir como resultado um aumento suficiente de produtividade, inclusive inovações em tecnologia física e social. A dúvida está na viabilidade política, pois como as me-

tas igualitárias exigem que a propriedade seja do tipo socialista, há inicialmente grupos poderosos que se opõem à mudança. A caracterização dos três estilos por Varsavsky está resumida a seguir.

Estilo autoritário

Representa uma possibilidade que nunca deve ser descartada na América Latina: é o estilo autoritário, cujos valores principais são a autoridade e a ordem para a preservação (com certa dose de modernização) da sociedade tradicional. Deseja-se uma nação forte, mas o realismo obriga a aceitar a liderança de um dos grandes blocos mundiais; por isso tem que manter um precário equilíbrio entre tradicionalismo e modernismo. Pratica um nacionalismo verbal, mas favorece as inversões estrangeiras. Cria força militar para a segurança interna, prestígio regional e cooperação potencial com sua metrópole (persegue o "inimigo interno"). A cultura é uma mistura de valores tradicionais e imitação. Não fomenta a educação e a transfere gradualmente a mãos privadas. Aumenta a dependência tecnológica devido ao seu atraso intelectual, mas pode diminuir as importações porque não dá valor ao consumo massivo diversificado. Cria infra-estrutura estratégica (comunicações) e indústria pesada com ajuda de capital estrangeiro. As exportações não aumentam porque não são competitivas. Há fuga de capitais. Promove um grande aparato burocrático e de segurança, facilitado por pressão do desemprego. Pouca participação do Estado na produção, salvo na indústria pesada e militar.

Decorre geralmente da ruptura de regimes populistas. Forma-se um governo cujo

poder executivo atua em nome das Forças Armadas e que tenta aplicar um plano parcialmente modernizante de orientação direitista. O dinamismo do plano se baseia na satisfação das demandas cada vez mais diversificadas dos grupos de altos ingressos ou de grupos médios que cheguem a compartilhar de algumas dessas pautas de consumo à custa de um forte endividamento pessoal. As grandes maiorias da população não chegam sequer a sonhar com o acesso a esses consumos. Do ponto de vista dos produtores, a expansão do sistema exige que as forças econômicas prevaletentes, estruturadas ao redor do capital estrangeiro, controlem os mecanismos econômicos do Estado, especialmente para canalizar uma fração substancial da poupança privada nacional na direção da produção e da compra desses produtos.

As características de liberdade individual, solidariedade e educação são semelhantes às do fascismo mussolinista, com dose menor de populismo. Sua forma autoritária mais perigosa configurou-se historicamente no fascismo; em nosso continente, os dois arquétipos principais são o despotismo rico e o pobre.

O despotismo rico representa um futuro possível dos países industrializados e com pouca população marginal. Nele, o país inteiro se organiza e funciona como uma imensa empresa, militarizada no sentido do reforço das atitudes de disciplina e de respeito às hierarquias. As motivações principais são a ascensão nessa pirâmide de mando e a segurança de emprego. Os habitantes não integrados ao sistema se arranjam como podem. A exploração de outros países não é condição necessária para a estabilidade econômica; em alguns casos, há estabilidade graças à produtividade alta e a recursos naturais próprios.

Estilo	Participação	Solidariedade	Nacionalismo	Criatividade	Nível de Vida Material	Integração Social
Autoritário	Muito limitada. Somente por via hierárquica e representantes indiretos.	Dentro de cada instituição e por níveis hierárquicos.	Entendido como aumento do prestígio internacional do país, em função do potencial militar e econômico.	Restrita a certos ramos tecnológicos especializados, a cargo de pequenas elites profissionais.	Consumo opulento para as minorias dominantes e muito austero para as minorias integradas. Fome para os marginalizados.	Compulsiva para os integrados, através da estrutura hierárquica. Uso integrador do esporte.
Consumista	Democracia eleitoral. Igualdade de oportunidades. Participação de representantes nas decisões orientadas pelo país modelo.	Individual e de beneficência. Atitudes competitivas, luta pela vida. Divisão classista.	Independência política formal. Cópia de algum país modelo em pautas de consumo e tecnologia.	Objetivo secundário. Tendência à homogeneidade cultural universal. "Modernismo reflexo".	Consumo alto, diversificado e mudança rápida de modelos para os que "triunfam".	Exaltação da família reduzida, dedicada à "ascensão social".
Criativo	Igualitária, plena e profunda da população adulta no produto, no trabalho e nas decisões políticas, técnicas e administrativas.	Social, atitude não competitiva. Desaparecimento de toda forma de autoritarismo.	Independência cultural, econômica e política. Pouca imitação de modas e pautas de consumo, arte, ciência e tecnologia.	Estímulo à criatividade em todas as atividades. Preferência pela diversidade cultural.	Pouco superior, para todos, ao que corresponde hoje à renda média da população urbana integrada.	Estímulo aos núcleos multifamiliares e à rotação de trabalho. Empresas "transparentes".

O despotismo pobre é uma possibilidade para os países pouco industrializados e com muita marginalidade e subemprego. As motivações são as mesmas da alternativa rica e nele também se fomenta a organização da sociedade em grandes instituições muito verticalizadas; são instituições uninodais, no sentido de que as decisões são tomadas em núcleos fechados, impermeáveis à participação dos demais membros. Mas, nesse caso, a baixa produtividade e a interferência das empresas transnacionais estrangeiras produzem diferenças importantes: o sistema é incapaz de integrar a maioria da população e os marginalizados se convertem no principal problema. A forma autoritária de resolvê-lo é transformá-los em mão-de-obra forçada que vai, pouco a pouco, reduzindo o seu número e produzindo obras de infra-estrutura. Pode recorrer a métodos de genocídio menos dissimulados. Aos poucos, os defeitos organizativos iniciais facilitam a formação de uma estrutura "feudal" de emprego, como se observa no mundo empresarial japonês.

Estilo consumista

O desenvolvimentismo, não só estimula a diversificação de modelos, como acelera a obsolescência dos bens duráveis, que passam a ser substituídos muito antes de terminarem a sua vida útil, dando lugar, desse jeito, a uma oferta de bens usados para os grupos de baixa renda, e despertando entre eles novas necessidades materiais antes insuspeitadas. Os bens são tipicamente de consumo opulento e de alto conteúdo supérfluo; sua venda se converte num ritual de luxo e elegância, fazendo da publicidade a atividade de "criativa" mais difundida. Mas essa organi-

zação social não permite integrar a população inteira a essa pauta de consumo. Resultado, fica de fora um grupo crescente e ameaçador de marginalizados, com um nível de vida muito inferior ao do resto da população.

O estilo consumista privilegia a tecnologia e as ciências físicas, a produção e o quadro executivo. Sua organização é liberal-monopolista, com tecnologias copiadas, **à la page**, e coerente com as inversões estrangeiras. Há pouca intervenção direta do Estado na produção. A educação é um instrumento para formar os recursos humanos indispensáveis à sua tecnologia. O crescimento da indústria de bens de capital é menor do que o dos demais ramos fabris, devido à modernização caudatária que impede o auto-abastecimento nesse setor. Esse estilo não é viável nem a médio prazo. Suas metas são utópicas, como já foi demonstrado pelos seus próprios futurólogos: os trabalhos do Clube de Roma⁴ provam claramente que não se pode estender a todos o **american way of life**, simplesmente porque não há recursos suficientes na Terra. O delírio da sociedade da abundância consiste em negar a limitação dos recursos naturais.

O principal critério para definir grupos sociais é o nível de ingressos, e admite-se grande mobilidade social, embora isso resulte muito limitado na prática. Desse modo, as aspirações dos grupos médios se orientam a essas metas de alto consumo, favorecendo a viabilidade política do estilo. O efeito sobre a população é aumentar a diferença entre os grupos marginais e os que conseguem ser aceitos pelo sistema de crédito, o que finalmente se converte em importante critério de integração social.

As metas de longo prazo são uma extrapolação das tendências da sociedade opulenta. Porém, sua característica social mais importante, principalmente nos países não imperialistas e que contam somente com os

seus próprios recursos, é a incapacidade de incorporar toda a população à atividade consumidora, por falta de instrumentos distributivos. De fato, o critério de comportamento racional nessa sociedade – lucro máximo – implica que as únicas formas "corretas" de receber ingressos são o salário e o lucro. Os subsídios aos que não trabalham são imperfeições do sistema e são reduzidos ao mínimo. Por outro lado, aumentar o lucro em regime competitivo requer a substituição de homens por máquinas e, portanto, produz uma tendência ao desemprego que não é compensada pelos aumentos de produção por efeito direto ou indireto dessas máquinas. Como resultado desse tipo de racionalidade, cresce o numeroso grupo social de marginalizados, cuja origem é a subocupação rural e a migração massiva às cidades, onde ganham logo uma dinâmica própria. Esses grupos marginalizados são desnecessários para o processo produtivo, salvo na pequena escala de um exército de reserva para cobrir flutuações eventuais. Em outros momentos históricos, esses contingentes migrariam a países "novos", mas esses tempos já eram.

Os operários sindicalizados e os camponeses com trabalho estável têm ingressos baixos, mas como são necessários ao sistema, adquirem o poder de barganha que permitiu elevar lentamente o seu nível de vida nos países industrializados. Os grupos marginais não têm esse poder e, como o seu trabalho é dispensável, não conseguem influir, senão debilmente através do voto eleitoral. O estilo consumista estaria aliviado se toda essa gente à margem do processo produtivo sumisse de repente, engolida pelo chão, mas como a fortuna não dá voltas nessa direção, cria subsídios, sob pena de convertê-la em fator de instabilidade política; nesse sentido, as idéias consumistas são contraditórias, pois, se os subsídios são baixos, não asseguram a

Condições de Trabalho	Segurança Social	Educação	Produção	Empresas	Viabilidade
Desiguais, segundo a hierarquia ocupada. Separação total entre trabalho manual e intelectual.	Garantida pela instituição em que se trabalha.	Orientada para conseguir submissão, disciplina, espírito de sacrifício e confiança nas autoridades.	Máxima, com alta prioridade para as inversões em indústria pesada e militar.	Tendem a converter-se em feudos competitivos. Acatamento formal aos planos.	Comprovada, com o uso de planejamento e opressão genocida.
Defesa sindical do salário, estabilidade e serviços sociais.	Sistemas de aposentadoria e assistência médica para os trabalhadores organizados.	Vista como preparação de recursos humanos e como obtenção de um diploma que dá privilégios.	Máxima possível. Seu crescimento é indicador de êxito. Regulada por monopólios e mercado.	Motivadas pelo seu próprio crescimento e pelo lucro.	Inviável. Seus próprios estudos prevêm o fim do mundo para o próximo século, se não houver um genocídio.
Participação, rotação de tarefas pesadas e insalubres. Importância da higiene e segurança.	A sociedade é responsável pela satisfação das necessidades básicas de todos os seus membros.	Permanente durante toda a vida ativa. Acesso fácil a todo tipo de informação.	Mínima compatível com o atendimento das necessidades básicas. Regulada por planos.	Nunca isoladas. Funcionam como órgãos para cumprir objetivos nacionais, sob o controle da população.	Comprovada. Os objetivos são alcançáveis em 20 anos.

pretendida viabilidade política e, se aumentam, os operários de menores ingressos não verão motivo para trabalhar!

O modo consumista se fará cada vez mais autoritário e rígido, exceto para as questões de distribuição de ingresso entre os grupos integrados, nas quais haverá certa margem de manobra. Os conflitos sociais promovidos pelos marginalizados serão reprimidos pela violência; os que tenham origem em trabalhadores sindicalizados serão tratados, no possível, por negociação.

Um governo desenvolvimentista pode surgir de eleições, com o apoio da fração esquerdista do partido de centro tradicional e a adesão dos partidos populistas. O partido oficialista controla o parlamento e trata de estabelecer uma aliança com os sindicatos, que são a base dos partidos populistas, procurando manter uma maioria eleitoral. Em paralelo, pratica uma política de transações com as forças representativas do *statu quo*, a quem favorece na distribuição de ingressos e na participação no governo.

Estilo criativo

Visa uma sociedade solidária, criativa, socialista, nacionalista, um povo em aceleração evolutiva, no dizer de Darcy Ribeiro⁵. Os bens e serviços hoje comprados são classificados em "básicos" e "suntuários" (é essencial que essa classificação seja feita com ampla participação popular e renovada cada três ou quatro anos, para aperfeiçoá-la). O Estado garante a oferta e a distribuição efetiva dos produtos básicos. Assegura-se à população um certo nível mínimo de alimentação, moradia, saúde, educação, transporte, segurança. Em nosso caso, isso poderia significar, de início, o consumo equivalente ao que uma família de quatro pessoas comprava no Rio ou São Paulo, com 300 dólares por mês, em 1980. Esse atendimento poderia duplicar-se já na segunda década.

Enfrenta-se, desde o começo, o problema da distribuição efetiva dos produtos; as diferenças no consumo de bens básicos entre os grupos sociais diminuem rapidamente, até anularem-se praticamente em uma década. O consumo opulento sofre uma campanha de desprestígio através da educação e da propaganda. Os grupos marginais desaparecem em menos de cinco anos, integrando-se como trabalhadores de baixos ingressos, mas com papel social definido. Essa é uma das metas de maior custo em recursos humanos capacitados; é levada a cabo por atribuição de emprego estável com treinamento nas empresas, reeducação e mobilização política constante através de campanhas de saúde, moradia, participação nas decisões sobre produtos básicos, e uso inteligente dos meios de difusão. A reeducação inclui

normas de convivência, organização dos núcleos sociais básicos e estímulo a todo tipo de tarefas criativas e comunitárias. Essa mobilização imediata da população marginalizada é uma condição importante para a viabilidade do estilo, e não pode ser improvisada. Os grupos rurais se reorganizam inteiramente em 15 anos, por meio de uma reforma agrária que contempla os aspectos sociais com o mesmo interesse que os econômicos.

A diversificação e a troca de modelos diminuem substancialmente. Há escasso conteúdo supérfluo nos produtos. Desaparece a publicidade comercial, que é substituída pela análise pública de cada produto, suas características e defeitos, formas de melhorá-lo e usá-lo corretamente, explicação dos seus custos reais e seu papel na economia. Se o empenho hoje dedicado a vender qualquer coisa der lugar a esse processo educativo, o povo terá condições de tomar uma consciência dos seus problemas reais.

A distribuição dos produtos básicos passa a ser responsabilidade do Estado, como a defesa e a educação. Sua escassez ou má distribuição é considerada um custo social insuportável. Isso demanda um considerável esforço de organização, mas sua viabilidade física não é utópica: basta lembrar que, no Brasil, 300 dólares mensais por família é menos da metade do PIB de 1980, sendo o consumo total das famílias o dobro disso, só que distribuído desigualmente e lastreado por um excesso de componentes supérfluos.

Para o consumo excedente, os critérios são mais flexíveis e adaptados ao produto. Enquanto se usa o dinheiro, os seus preços podem aumentar livremente, para compensar os subsídios e outras medidas financeiras do governo. Então, haverá inflação, mas somente onde afeta as minorias de altos ingressos. Muitos desses bens passarão à categoria de básicos, outros desaparecerão.

Aos poucos, diminui o uso do dinheiro anônimo; a maior parte das compras pessoais se faz mediante documentos de identidade, com "clearing" instantâneo ou mensal. Sendo assim, os meios de pagamento perdem o caráter de mercadoria e já não podem ser acumulados. Desaparece a taxa de juros: o crédito não é necessário senão para o consumo supérfluo caro e, portanto, não é indispensável.

Algumas metas específicas: eliminação rápida da desnutrição, especialmente a infantil; desaparecimento do déficit de moradias dos grupos marginalizados, com casas precárias em quatro anos e com casas boas em quinze anos; aplicação de grandes medidas preventivas orientadas à eliminação de endemias, nutrição correta desde a primeira infância, descontaminação, higiene industrial, e criação de um clima social que não estimule as neuroses; estímulo à solidariedade social ampla; melhoria do acesso centripeto à informação e desaparecimento do efeito demonstração do consumo opulento e da co-

mercialização dos sentimentos; participação profunda de toda a população adulta nas decisões e nas soluções dos problemas; aparecimento de núcleos sociais multifamiliares; cobertura da educação sistemática até os 15 anos, imediata, para todos os grupos sociais, e até os 20 anos em uma década; educação especial para os marginalizados e para a burocracia treinada no sistema precedente.

A educação é o setor do produto que mais cresce; os esforços "criativos" destinam-se, inicialmente, em sua maior parte, a aperfeiçoar a qualidade desse setor, não só por ser um fim em si, como para diminuir o tempo de gestação de uma tecnologia autônoma (estima-se que no lapso de 15 anos o sistema econômico possa sentir os efeitos de uma revolução educativa). Aparecem novos bens e serviços, a par com novos materiais, equipamentos e procedimentos. Aumenta a produtividade potencial do trabalho, mas não a real, pois o tempo anual trabalhado decresce em favor de outras atividades do indivíduo (isso aumenta o emprego). Cresce a participação do Estado na produção. Aumenta o grau de urbanização, mas com preponderância das cidades de tamanho médio e desenvolvimento dirigido ao interior. O desenvolvimento deixa de ser aferido pelos indicadores comumente recomendados pelos organismos internacionais.

O quadro condensa as características principais desses três estilos.

Grammatica e philosophia

Qual é o principal impacto desse enfoque sobre a nossa compreensão do mundo? Sobre a filosofia? Uma filosofia construtiva é aquela proposta como instrumento para a construção de uma sociedade futura, definida com clareza suficiente para servir como critério. Essa filosofia não destaca com prioridade os fundamentos do conhecimento, exceto na medida em que é necessário aclará-los para poder atuar cientificamente⁶.

Esse novo enfoque surge dos grandes problemas da nossa era – subsistência, opressão, alienação – e de observar que a inadequação de importantes doutrinas à realidade não é motivo suficiente para refutá-las. Por esse motivo, o problema do dogmatismo e o da possibilidade de refutar doutrinas completas (ideologias) passam à condição de elementos importantes da filosofia construtiva. O principal apoio metodológico para o desenvolvimento dessa visão é o tratamento correto de longo prazo para a enorme quantidade de variáveis entrelaçadas que definem as sociedades e suas ideologias.

Uma filosofia construtiva traz ao campo científico os critérios éticos, e a eles agrega os conceitos de decisão, importância, valor, cujos aspectos fundamentais são: objetivos, re-

cursos, estratégias, vontade. Aqui, os critérios de refutação popperianos⁷ se debilitam e perdem relevância. O enfoque construtivo retoma os clássicos problemas da filosofia, especialmente os éticos, e junta a esses os novos problemas de previsão de longo prazo, definição coerente de objetivos e sua viabilidade, estrutura de estratégias, sistema de atos, teoria do conflito, compreensão profunda de conhecimentos, dogmas, mitos, sofismas e outros problemas de comunicação pertinentes à prédica política e à luta entre doutrinas.

O novo enfoque deverá ajudar a fechar a brecha, existente hoje em todas as doutrinas político-religiosas, entre as normas ou princípios e os meios cotidianos de ação. Deverá sugerir novos programas científicos e promover uma transformação profunda nas ciências sociais (que ainda não acabaram de nascer). Os problemas do conhecimento deverão incluir questões de comunicação, difusão e compreensão. As proposições dadas em termos de decisão conduzem à despreocupação por problemas de certeza absoluta e ao estudo da confiança suficiente para decidir.

O mesmo se aplica à história. Comparando a sociedade que desejamos – nosso projeto nacional – com aquela em que vivemos, observamos diferenças abismais e grandes possibilidades de fracasso ou deformação dos objetivos. Portanto, torna-se imperioso aproveitar a experiência humana para compreender esse perigo e atenuar esses riscos; devemos encarar a história guiados por nossas necessidades políticas reais, de curto e de longo prazo. A ideologia construtiva exige tomar como foco a sociedade que

desejamos alcançar, sua viabilidade e a estratégia para chegar a ela: o presente e o passado em função do futuro desejado. Esse enfoque ajuda a escolher categorias, selecionar os fatos históricos pertinentes, buscar tendências, regularidades e obstáculos.

Quanto à linguagem, quais são as consequências práticas da visão construtiva? As consequências são do tipo limitante: há muito a linguagem comum tem sido insuficiente para a descrição dos componentes causais e aleatórios dos sistemas dinâmicos objetos da investigação científica – sejam físicos, biológicos ou sociais. A linguagem apropriada é a matemática, e a descrição correspondente um modelo matemático do sistema; mas não qualquer matemática ou qualquer modelo. Para quem está interessado no avanço teórico das ciências sociais, ou no exame da viabilidade de estilos de desenvolvimento, não serve o caminho da utilização mais intensa dos ramos da matemática moderna.

A razão é que a matemática desenvolveu-se para atender às necessidades dos físicos que demandavam uma linguagem rigorosa para expressar as suas teorias; essa linguagem progrediu com base em equações diferenciais, geralmente lineares, e o cálculo tornou-se o dialeto mais nobre. Daí haver tomado o rumo dos conjuntos infinitos e do esoterismo a que se chegou nos dias de hoje. O impulso foi sempre dado pela física, ciência arquetípica, desde Newton. Mas as ciências sociais têm necessidades diferentes das da física: nelas, não importa o conceito de continuidade no tempo ou no espaço, as variáveis são numerosas, dificilmente quantificáveis e poucas vezes admitem uma estrutura algé-

brica comum, as relações lineares são inaceitáveis, etc.

Lamentavelmente, não existe ainda, entre os matemáticos, um esforço consciente para escapar da ortodoxia. A pesquisa operacional foi uma tentativa nesse sentido, mas perdeu-se nos labirintos universitários e enveredou-se no mundo empresarial, guiando-se por critérios de rentabilidade monetária de firmas isoladas⁸. A idéia de projetos nacionais requer uma nova matemática caracterizada por teorias de modelos de muitas variáveis com domínios finitos e desprovidas de estruturas algébricas usuais.

Dispor de um projeto nacional define um estilo de fazer filosofia e estudar história, como define um estilo de consumo, tecnologia, arte e ciência. Dentre os possíveis projetos, o criativo surge como oposição construtiva à injustiça social e à luta competitiva como força motriz da produção. Surge como recusa à dependência cultural e econômica, e como idéia libertária, empenhada na criação de uma ciência, uma tecnologia, uma cultura nacional que não seja mera cópia do que se faz em outras latitudes. Surge como veredas para a reconquista de nossa humanidade.

Haveremos de optar por beco, trilha ou variantes? ■

Carlos Eduardo de Senna Figueiredo, engenheiro e escritor, trabalhou com Stafford Beer, no Chile, na implantação de um sistema autogestionário de controle empresarial; no Peru, com Oscar Varsavsky, na construção de modelos matemáticos para projetos nacionais. Atualmente é Chefe de Departamento em Furnas Centrais Elétricas e Consultor do Conselho para Assuntos de Energia – COASE. Publicou os livros (Edições Antares, Rio): "Mário Pedrosa. Retratos do Exílio"; "Encontros na América do Sol"; "Deus e o Diabo no Dia do Golpe – uma rapsódia socialista".

Notas e referências bibliográficas

1. Varsavsky, O. *Proyectos Nacionales*. Ediciones Periferia, Buenos Aires, 1971.
2. Para uma análise da aplicação dos modelos de experimentação numérica ao caso de um país latino-americano, ver: CENDES, *Estilos de Desarrollo*. Trimestre Económico, México, 1969.
3. Calcagno, A. et al. *Estilos Políticos Latinoamericanos*. Ediciones Flascso, Santiago de Chile, 1972.
4. Siebker, M. e Kaya, Y. *The Club of Rome Report from Tokyo: Toward a*

Global Vision of Human Problems. Technological Forecasting and Social Change, Vol. 6, Nº 3, New York, 1974.

5. Ribeiro, D. *El Proceso Civilizatorio*. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1971.
6. Para mais detalhes sobre esse assunto, ver: Varsavsky, O. *Ideas Básicas para una Filosofía Constructiva*. Faculdade de Economia, Mérida, 1976.
7. Para uma abordagem totalmente contrária a esse enfoque, ver: Popper, K. *The Poverty of Historicism*. Routledge and Kegan, Londres, 1957.
8. A esterilidade da pesquisa operacional, derivada dessa opção, está bem analisada em: Rosenhead, J. *Custom and Practice*. Journal of the Operational Research Society, Vol. 37, nº 4, Birmingham, 1986.

Resumen

Sociedad

HUMANIDADES: ¿CAMINO, SENDERO O VARIANTES?

Para rescatar el significado constructivo de la palabra humanidades, es decir, analizarlo para revisar los problemas básicos del conocimiento, especialmente el de las ciencias sociales, de manera que resulten útiles para la definición y la construcción de una sociedad deseada, conviene desde el comienzo visualizar las grandes alternativas de evolución social que el futuro nos reserva y evaluar las posibilidades y riesgos de deformación. Luego, es posible optar por una sociedad viable y luchar por su realización. Este enfoque voluntarista retoma las humanidades como ingrediente esencial para el cálculo y la construcción de esa nueva sociedad.

Abstract

Society

HUMANITIES – DEAD-END, WAY FORWARD OR SIDETRACK

If one is to recover the constructive meaning of the word humanities, in other words, to consider it for the purpose of reviewing the root problems of knowledge, particularly in the social sciences, so that it can be made useful for defining and building a desirable society, it is best, at the outset, to visualize the major options for social evolution that the future holds for us and assess their possibilities and risks of deformation. One should then opt for a society one deems viable and strive to bring it into being. This voluntarist approach sees a return of the humanities as an essential ingredient in planning and constructing this new society.

Sífilis, AIDS - a história se repete?

Moacyr Scliar

As doenças têm conotações simbólicas e podem ser entendidas como metáforas. No século passado, a tuberculose era a doença romântica. Na antiguidade, a epilepsia era a doença sagrada. As moléstias sexualmente transmissíveis tendem a adquirir grande carga simbólica, especialmente nas épocas de transição. Foi o caso da sífilis na Europa renascentista. Será o caso da AIDS em nossos dias?

As doenças não se traduzem apenas nas repercussões do comprometimento anatômico e funcional do organismo. Desde épocas remotas verifica-se que as doenças têm um conteúdo simbólico importante. Doenças são também metáforas¹. A lepra é uma enfermidade infecciosa causada pelo *Mycobacterium leprae*; mas é também a tradução de um castigo divino que implica em estigma e segregação (preconiza-se inclusive o termo hanseníase, ao invés de lepra, numa tentativa de evitar as conotações simbólicas da doença). A tuberculose era a doença dos românticos, a epilepsia se constituía, na antiguidade clássica, em "doença sagrada" (*morbus sacer*), e assim por diante.

Quando se trata de uma doença de transmissão sexual (DST), a potencialidade simbólica e metafórica aumenta, como é fácil imaginar, de maneira exponencial, especialmente em épocas de transição histórica. Estas freqüentemente coincidem com surtos de determinadas doenças (foi o caso da malária quando da queda do Império Romano). O aumento de casos de DST numa época tumultuada traduz-se em grande impacto cultural e psicológico. Foi o caso da sífilis na Europa renascentista. É o caso da AIDS hoje.

O nome *sífilis* surge no Ocidente no século 16. Origina-se de um poema publicado por Girolamo Fracastoro (1478-1523), *Syphilis sive Morbus Gallicus* (Sífilis ou a Doença Francesa). Syphilus é o nome de um pastor que contrai a doença como castigo dos deuses; era chamada doença francesa porque, segundo Fracastoro, tinha aparecido em Nápoles à época da ocupação francesa (os franceses, em represália, falavam em mal de Nápoles). No seu *De Contagione* (1546), Fracas-

toro, que além de poeta era médico, menciona a hipótese de que a doença tivesse sido trazida do Novo Mundo por marinheiros espanhóis. Tal hipótese prevaleceu até recentemente, mas tem sido contestada. Rosebury², por exemplo, acha que a doença já existia na Europa e que dos numerosos casos de lepra registrados na Idade Média (havia mais de 20.000 leprosários) muitos eram na verdade de sífilis secundária mal diagnosticada. De qualquer modo parece ter havido um aumento real da sífilis no começo da Idade Moderna, o que pode ser atribuído à conjuntura sócio-cultural que então emergiu.

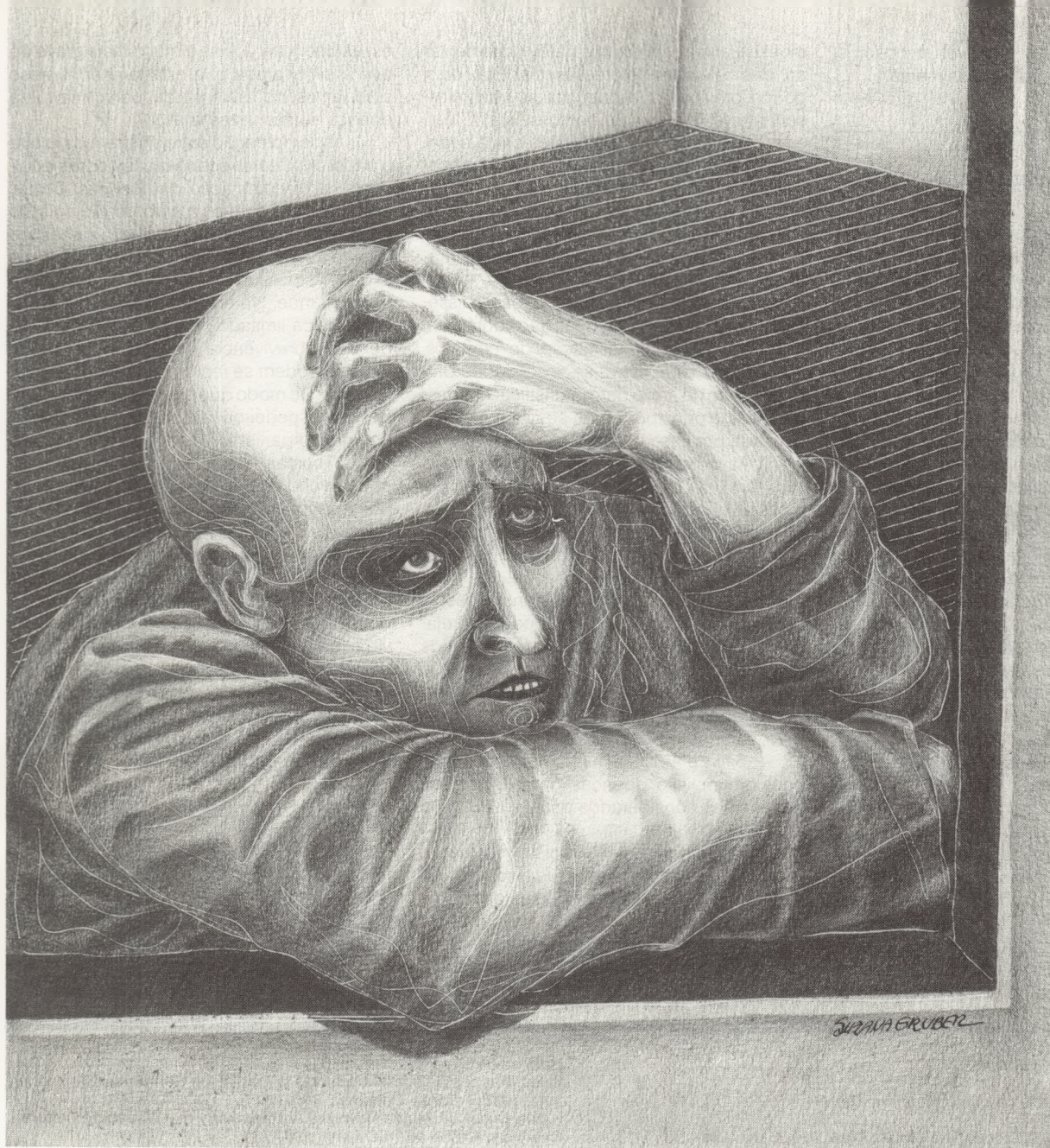
Luxo e luxúria

A Europa medieval havia posto o fenômeno do amor (e de resto toda a atividade humana) a serviço de Deus, estabelecendo o matrimônio como sacramento. Todo amor não consagrado a Deus ou não vinculado à instituição matrimonial era considerado pecado. Mas, a partir do trecento, ganha força uma visão hedonística do amor, como se verifica nos versos da *minnesang* e nas obras de artistas plásticos, Tiziano e Giorgione por exemplo. Surge a figura da cortesã e da *demoiselle de moyenne vertu*; as relações extra-conjugais se tornam regra. É de bom-tom, observa Petrarca, que um jovem seduza uma mulher casada.

Tudo isto corresponde às transformações materiais experimentadas pela sociedade. A Renascença é uma época de prosperidade, de luxo. A acumulação de riqueza que se seguiu aos descobrimentos marítimos possibilitou a ascensão de uma nova classe, contraposta à nobreza: a burguesia urbana.

Mansões são construídas e servem de cenário a festas esplêndidas. A culinária fica mais requintada, com a introdução de novos ingredientes. Há uma verdadeira febre por especiarias, açúcar, doces, chocolate: o Theobroma, alimento dos deuses, é considerado afrodisíaco, e somente no fim do século 16 o Papa Pio VI permite seu consumo. A vaidade é estimulada: a fabricação de espelhos desenvolve-se como nunca e bem assim a indústria da moda: vestes de seda, chapéus adornados, jóias e berloques passam a fazer parte da indumentária.³

Luxo, portanto – e portanto luxúria. Rica, a sociedade sorri para o amor. O comércio dos bens se faz acompanhar do comércio sexual, e nisto intervirão outros fatores: a valorização da liberdade (resultante, entre outras coisas, da divulgação de idéias através da palavra impressa); a conduta mundana dos pontífices, a desmoralizar a Igreja Católica; o clima de cinismo, exemplificado, na política, pela obra de Maquiavel; os movimentos populacionais, resultantes de conflitos bélicos ou religiosos; o relaxamento de costumes que se seguiu à Peste Negra – tudo isto pode ter favorecido a difusão da sífilis. A esta, as pessoas reagiam de acordo com o espírito do tempo. Enquanto a peste, no século 14, era um flagelo generalizado que provocava a histeria coletiva (flagelantes, dança de São Vito, massacres de judeus), a sífilis era considerada um problema individual. Além disto, e graças exatamente à obra de Fracastoro, havia uma teoria lógica que explicava o contágio, dispensando portanto a idéia do castigo divino. Fracastoro falava na transmissão de doenças de uma pessoa a outra através de partículas imperceptíveis, ou germes (*seminaria con-*



tagium, ou vírus). Sobre a sífilis, era taxativo: “É contraída por contágio, mas só quando duas pessoas entram em contato através do ato sexual.”

A ciência por trás da magia

No tratamento da doença também influiu o espírito do Renascimento. Registra-se, nesta época, uma profunda alteração do pensamento científico – culminância de um processo iniciado na antiguidade clássica (para a qual o Renascimento se voltava em busca de idéias e inspiração). Os gregos, com sua excepcional cultura matemática e científica, haviam efetuado uma série de descobertas

no campo das ciências aplicadas. Descobertas estas que não tinham sido operacionalizadas. Inventos capazes de poupar trabalho eram desnecessários numa sociedade que, baseada na mão-de-obra escrava, considerava a atividade física algo vil, incompatível com a única ocupação digna do espírito humano, a especulação pura. Uma forma rudimentar de máquina a vapor já havia sido inventada, mas era utilizada como brinquedo para crianças. A Idade Média continuou esta tendência à contemplação, tendo como objeto a teologia; desta forma, quando a ciência moderna começou a surgir, teve de fazê-lo em caráter secreto, ocultando-se atrás da magia, da cabala, da alquimia⁴. E à alquimia estava ligada a primeira tentativa de tratamento da sífilis,

usando o mercúrio. Partia-se da constatação de que trabalhadores em minas deste metal freqüentemente curavam-se da doença; mas a isto se associavam os aspectos simbólicos que envolvem esta tradicional substância alquímica, utilizada para extração de ouro dos metais comuns. À figura mítica de Mercúrio, ou Hermes, não faltava uma auréola sexual. Assim, o ouro surgiria da união entre a natureza feminina da “prata líquida” (hydrargirium) e o feroz enxofre, princípio masculino. Hermes, por sua vez, teve com Afrodite (ou Vênus, de onde se origina a expressão “venérea”) seu famoso filho, o Hermafrodita, no qual coexistem as naturezas masculina e feminina. Há portanto uma gama de conotações no uso do mercúrio para o tratamento da sífilis. Conota-

ções estas que mais uma vez evocam o caráter de transição do Renascimento.

Interferência humana na ecologia viral

Como à época do Renascimento, estamos vivendo uma fase de rápidas mudanças, também resultante de transformações materiais na sociedade. Na economia do Ocidente predomina agora o setor terciário, caracterizado pela produção de serviços. A grande organização, burocratizada e anônima, tornou-se a regra. O desemprego em graus variáveis e a inflação, ou estagflação, tornaram-se males endêmicos na sociedade pós-industrial. Proliferam as seitas exóticas, o consumo de drogas está em ascensão. O sexo extraconjugal se dissemina, e cai a taxa de natalidade: filhos já não são uma prioridade, agora que a mortalidade infantil se reduziu e que a vida moderna oferece outras formas de auto-realização que não a paternidade e a maternidade. Finalmente, formas alternativas de prática sexual são admitidas, entre elas o homossexualismo. O surgimento da Aids resulta da interferência humana na ecologia viral, resultante de uma forma de relação sexual que se dissemina.

Não que o homossexualismo seja novo; ele já é condenado na Bíblia. Diz o Gênesis: "Não te deitarás com homem, como se mulher fosse, porque abominação será". Já na antiguidade clássica a prática homossexual era comum; gregos ilustres tinham relações com rapazes, a quem consideravam não só amantes, mas também discípulos. Porém a forma de relação não envolvia a penetração anal, mas sim a colocação do pênis entre as coxas do parceiro. Além disto, o ho-

mossexualismo tinha um caráter suplementar ao das relações heterossexuais. Era, pois, pouco provável que doenças se transmitissem através do contato homossexual.

Dentro da tradição judaico-cristã, a Idade Média manteve o repúdio à prática homossexual. A ótica do "crescei e multiplicai-vos" chegou quase a nossos dias, sendo característica da era vitoriana uma repressão particularmente violenta da masturbação e de práticas "antinaturais". Portanto, o que há de novo na prática homossexual é a sua disseminação, e também as formas que adota, com multiplicação e intensificação de contatos. Até recentemente usava-se nos Estados Unidos o nitrato de amilo para intensificar o orgasmo. Aliás, a princípio julgou-se que a Aids era causada por essa droga.

As outras situações de risco para a Aids têm um ponto comum com a prática homossexual: envolvem a introdução do vírus no organismo em circunstâncias que dependem direta ou indiretamente da conduta consciente do ser humano: relações heterossexuais, injeção de drogas, transfusões (a transmissão via placenta depende, indiretamente, da relação sexual). Desta forma, a Aids poderia ser classificada naquele grupo de doenças, infecciosas ou não, que dependem do comportamento, e que podem, através dele, ser modificadas.

Sífilis e Aids têm ainda um outro ponto em comum: são doenças "importadas" de continentes considerados primitivos. É de lá que vem o mal. Arcaicos temores, aos quais não falta um componente racista, são assim mobilizados, obstaculizando uma correta avaliação da situação epidemiológica das doenças.

As semelhanças entre o surgimento da sífilis e da Aids são portanto evidentes. Também são evidentes as diferenças entre

essas doenças; a Aids é muito mais grave do que a sífilis, ainda que esta também tivesse sido, antes do advento da penicilina, uma doença muitas vezes fatal.

A comparação entre sífilis e Aids ilustra o papel dos fatores econômicos, sociais e culturais na disseminação de doenças. O que, associado ao conhecimento da biologia da enfermidade, permite arriscar um prognóstico quanto à Aids. A epidemia está numa fase de ascensão, porque o número de suscetíveis é muito grande. No entanto, o número de suscetíveis fica limitado pela própria necessidade de sobrevivência do agente causador. Vírus só podem se reproduzir dentro de células vivas. De modo que o aniquilamento de todos os hospedeiros vai contra os "interesses" do microorganismo, como bem o salienta Lewis Thomas⁶. Além disto, na medida em que o nicho ecológico do parasita se superpõe ao nicho ecológico do ser humano, ele passa a sofrer o efeito de uma conjuntura que inclui as conquistas da ciência, tais como drogas e vacinas, e a possibilidade de mudanças de comportamento. Na verdade, nem os dinossauros da aurora dos tempos, nem os vírus de hoje ameaçam a humanidade. O grande inimigo do homem continua sendo o próprio homem, que construindo engenhos nucleares, poluindo o meio ambiente, adotando comportamentos lesivos à saúde, compromete o seu próprio futuro. ■

Moacyr Scliar, 50 anos, é de Porto Alegre. Autor de 22 livros (romances, contos, ensaio), vários dos quais traduzidos para o inglês, francês, espanhol e alemão. Detentor de dez prêmios literários. Colabora em várias publicações no país e no exterior. Formou-se em medicina e dedica-se à saúde pública.

Entre seus principais livros estão "O Exército de um Homem Só", "A Estranha Nação de Rafael Mendes", "O Centauro no Jardim", "O Olho Enigmático", "Do Mágico ao Social: a Trajetória da Saúde Pública".

Referências bibliográficas

1. Sontag, Susan. *A Doença como Metáfora*. Rio, Graal, 1984. Trad. de Marcio Ramalho.
2. Rosebury, Theodor. *Microbes and Morals*. New York, Ballantine, 1983.
3. Sombart, Werner. *Lujo y Capitalismo*. Madrid, Alianza Editorial, 1979.

Trad. de Luiz Isabel.

4. Yates, Frances A. *Giordano Bruno y la Tradición Hermética*. Barcelona, Ariel, 1983. Trad. de Domènec Bergado.
5. Harris, Marvin. *America Now: the Anthropology of a Changing Culture*. New York, Simon and Schuster, 1981.
6. Thomas, Lewis. *The Lives of a Cell*. New York, Bantam, 1974.

Resumen

Salud

SÍFILIS, AIDS: ¿ LA HISTORIA SE REPITE?

Las enfermedades tienen connotaciones simbólicas y pueden entenderse como metáforas. En el siglo pasado, la tuberculosis era la enfermedad romántica. En la antigüedad, la epilepsia era la enfermedad sagrada. Las dolencias transmitidas sexualmente tienden a adquirir una gran carga simbólica especialmente en las épocas de transición: fue el caso de la sífilis en la Europa renacentista. ¿ El virus del AIDS será el ejemplo de nuestra época?

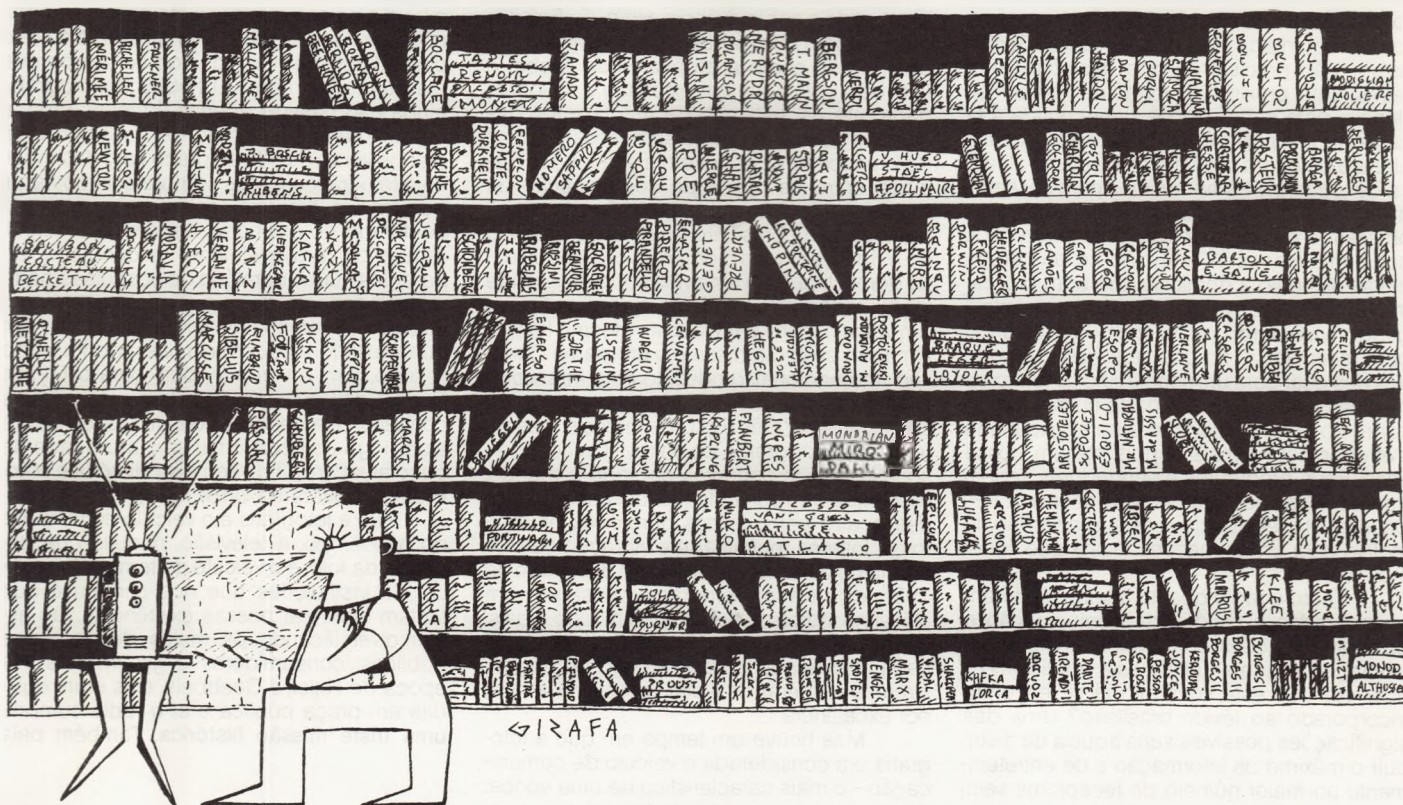
Abstract

Health

SYPHILIS, AIDS - HISTORY REPEATING ITSELF?

Diseases do not only affect anatomical and functional aspects of the organism. Since ancient times, diseases have had an important symbolic content. Diseases are also metaphors. Leprosy is an infectious disease caused by *Mycobacterium leprae*; but it is also, a sign of divine punishment which implies stigma and segregation (the term *hanseniasis* was even coined in an attempt to wipe out the symbolic connotations of the disease). Tuberculosis was the disease of the Romantics; epilepsy was considered a "sacred disease" (*morbus sacer*), and so on.

In the case of sexually transmitted diseases (STD), the symbolic and metaphoric potential increases, as one might well imagine, in an exponential fashion, especially in periods of historical transition. The latter often coincide with outbreaks of certain diseases (as was the case of malaria at the time of the fall of the Roman Empire). An increase in cases of STD in times of turmoil has a strong cultural and psychological impact. This was true of syphilis in renaissance Europe. It is true of AIDS today.



Construída para ser um veículo da casa – essencialmente doméstico –, a instituição televisão não se conteve em seus limites. Ela foi paulatinamente invadindo e desrespeitando o espaço doméstico, a privacidade das pessoas e chegando mesmo a aprisionar o telespectador em sua própria casa. Até nas formas alternativas da casa – nos hotéis, nos hotéis, nas hospedagens, nas concentrações dos esportistas –, a tv se infiltrou, via ela mesma ou através de seu precioso subproduto – o videocassete. Chegou a um ponto em que a sala de visita das casas transformou-se (e aqui aproveita-se o sonho felliniano de Ginger e Fred) num estúdio de tv, num estúdio de arte de uma agência publicitária, numa imensa concentração de jogadores de futebol, numa arca de Noé de velhos e decadentes artistas, num grande empório comercial e também num picadeiro de circo. É nesse momento de desespero que os habitantes das casas resolvem dar um novo curso à situação.

Televisão à moda da casa ou a aldeia global "made at home"

Sérgio Dayrell Porto

"... todas as lendas, todas as mitologias e todos os mitos, todos os fundadores de novas religiões, sim, todas as religiões... aguardam sua ressurreição luminosa, e os heróis se acotovelam às nossas portas." *

No princípio era a casa... e depois veio a televisão

Um veículo de comunicação especialmente criado para o consumo doméstico: a televisão. Como se não bastasse o rádio, que acabou deslocando-se para a rua e a praça pública, a sociedade optou por mais um veículo que pudesse dar conta do recado de um pronto atendimento a domicílio, para aten-

* Abel Gance. "Le Temps de l'image est venu", in L'Art Cinématographique II. Paris, 1927, p. 94. Citado em Walter Benjamin – Obras Escolhidas. S. Paulo, Brasiliense, 1985.

der à carência informativa e de entretenimento dos grupos familiares. Por trás disso, uma forma requintada de controle social. Sendo assim, não precisamos nos deslocar a um restaurante, próximo ou longe de nossa residência, para saborearmos uma **comida à la carte** ou um **prato à moda da casa**. A essa altura o cardápio já está preparado, ao alcance de todos, **prêt-à-porter**, mas para ser servido em casa – **para viagem**, como dizem os brasileiros, ou **home delivery**, como dizem os norte-americanos. A televisão se encarrega desse alimento a domicílio. Um bom programa humorístico, por exemplo o sempre inteligente **Viva o Gordo**, pode ter um valor calórico bem mais efetivo do que se tivéssemos que nos deslocar para um espetáculo de teatro ou de cinema no centro da cidade, ou mesmo, no bairro ao lado. A televisão é hoje o aparelho eletrodoméstico mais importante em nossa casa. Seus produtores e vendedores sabem que ela é um bem de primeira necessidade. Caso a geladeira da casa esteja vazia, não há motivo para preocupações: basta que liguemos a tevê.

Tanto o rádio quanto a televisão foram incorporados à história da comunicação e das comunicações, como veículos do **broadcasting**. E o que significa este anglicismo – uma vez que este vocábulo já se encontra incorporado ao léxico brasileiro? Uma das significações possíveis seria aquela de distribuir o máximo de informação e de entretenimento ao maior número de receptores sem, contudo, desprezar-se o princípio do controle entrópico – sem desperdício de energia, característica principal do modelo matemático e perfeito da informação. Sendo assim, a televisão e o rádio – a famosa dupla do **broadcasting** – serão avaliados pela sua capacidade de atingir um público cada vez mais expressivo, sendo que na televisão a importância virá a partir de sua força em poder entrar em contato com um maior número de lares possível. A tevê fatura hoje o grosso da verba publicitária de todos os anunciantes (a tv abrange uma indústria que, somente nos Estados Unidos, faturou em 1984 mais de 18,8 bilhões de dólares em publicidade e na qual os telespectadores americanos gastaram bem mais de 200 bilhões de horas (fonte: Kiddler, Rushworth M. – *O impacto da videocultura*. In: revista *Diálogo*. Washington, USA, nº 3, vol. 19, 1986 – p. 59). Por aí se mede a importância da casa como local de recepção de mensagens informativas e de entretenimento. O controle entra mesmo sem ser percebido, tipo a prática hoje tão habitual do **merchandising** (publicidade cujo eixo produtivo desloca-se do campo comercial restrito para o terreno amplo da arte, mas cujos objetivos são bem definidos: faturamento).

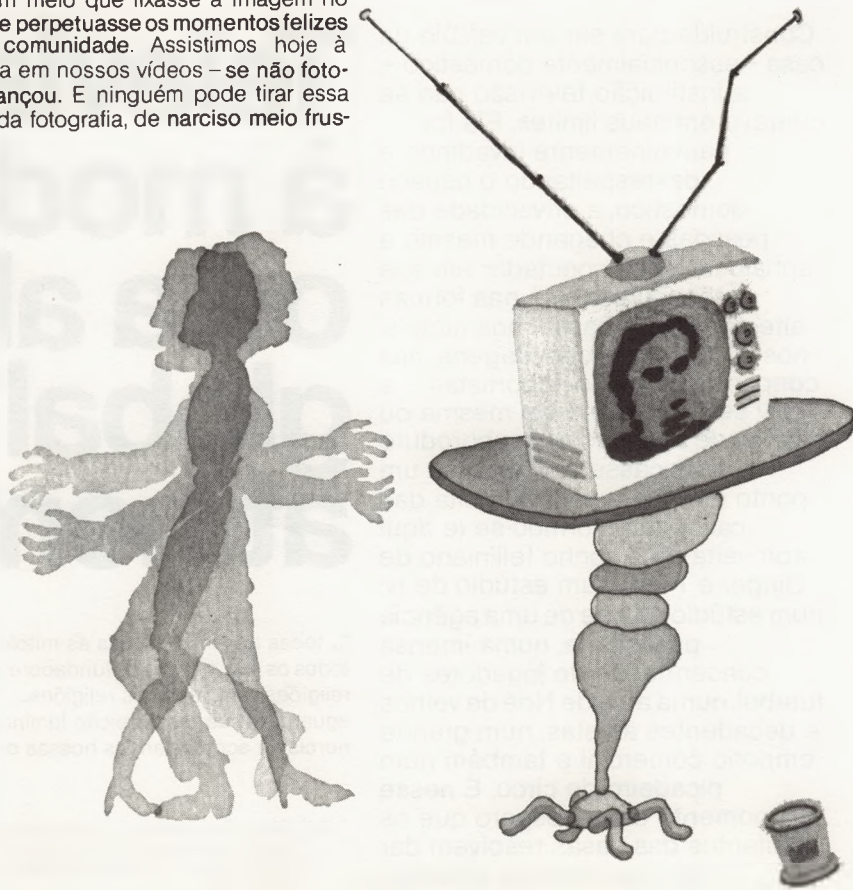
Mas por que essa ambição de grandeza atinge o rádio e a televisão, os tais veículos eletrônicos, entre os meios de massa? Ao que parece, em função de se atenderem as atuais necessidades da vida social e institucional. Uma campanha de governo, por exemplo, o **tem que dar certo**, só atingiria sua finalidade e cumpriria seu papel caso fosse plena de significações para todo o povo brasileiro. Não é por menos que a própria televisão, principalmente a “Globo” – a maior rede do país –, assimilou e assumiu essa campanha,

como se fosse uma questão de sua própria identidade e sobrevivência. Hoje, no Brasil, o **governo tem que dar certo**, a **televisão também, assim como a própria Rede Globo**. A televisão, o rádio e, por extensão e solidariedade, até os sistemas de autôfalantes das cidades do interior, como autênticos veículos do **broadcasting**, cumprem a sua função histórica entre os meios de comunicação de massa. À televisão cabe a missão de bater à porta de cada brasileiro ou de cada cidadão do mundo, em seus momentos de tranquilidade doméstica. Para uma vida social de grande mobilidade e velocidade nas relações, faltava um **veículo móbil e privado ao mesmo tempo**. Um bom exemplo disso é o programa **Conexão Internacional**, produzido pela **Intervideo** e veiculado pela Rede Manchete, uma ou duas vezes por mês. Por um simples e mesmo tradicional programa de entrevistas com personalidades importantes em todo o mundo, consegue-se reunir dentro da casa, dentro das quatro paredes dos domicílios brasileiros, a intensa mobilidade e vibração do que acontece pelo mundo afora. Em dezembro de 1985, este mesmo programa conseguiu um altíssimo índice de audiência em todo o país, quando Fidel Castro pôde bater à porta de cada um de nós, no aconchego de nossos lares, às vésperas de Natal – a festa da família, por excelência.

Mas houve um tempo em que a fotografia era considerada o veículo de comunicação – o mais característico de uma época: diante da grande mobilidade social que caracteriza a nossa contemporaneidade, era preciso um meio que fixasse a imagem no tempo, **que perpetuasse os momentos felizes de uma comunidade**. Assistimos hoje à campanha em nossos vídeos – **se não fotografou, dançou**. E ninguém pode tirar essa vocação da fotografia, de **narciso meio frus-**

trado, por tentar fixar, no espaço e no tempo, o belo e o bom, que por suas próprias condições intrínsecas são extremamente móveis e passadiços. Se narciso virou flor, foi porque ele queria ter raízes. O **hobby** de fotografar ainda não passou, apenas é menos programado e também dotado de consumo bem menos voraz, devido ao preço caro dos materiais fotográficos. Mas se hoje estamos aqui no Brasil, amanhã estaremos cursando doutorado no exterior e, depois de amanhã, estaremos provavelmente escondidos ou perdidos num laboratório de pesquisas, nada mais importante do que a existência de um veículo que retenha um tempo presente, nem que ele daqui a pouco seja passado. Passado relativo, isso é verdade, pois para o Mestre Eudoro de Sousa passado tem outro nome e conceito: “Na desvanecida atualidade de um atual, logo começa firmar-se a atualidade de outro atual” (p. 23 de seu livro *História e Mito*, Brasília, Editora da UnB, 1981).

Se a fotografia é o veículo do tempo, e do não-tempo, a televisão, naquilo que depende da foto, é o **veículo do tempo doméstico**. As instituições que nos cercam e que tentam controlar nossas existências vão assim diversificando os meios de acesso a públicos, consumidores e governados. Na época de Hitler e Goebbels, elas eram ouvidas em praça pública e aí o rádio cumpriu uma triste missão histórica. Também pela



fotografia podíamos sonhar em estar ao lado da rainha da Inglaterra, nos maravilhosos jardins que cercam o Palácio de Buckingham. Mas pela televisão essas mesmas instituições desejam e aspiram ardorosamente a que nos encontremos em nossas casas, em nossos lares, que neste conforto e segurança possamos receber suas mensagens de paz, alegria, entretenimento e, principalmente, de controle. A televisão, que até se deu ao luxo de ser chamada “**televizinho**” – isso na época em que os aparelhos custavam caro e nem todo mundo podia comprá-los, foi feita para ser consumida, digerida e deliciada na casa de cada um. O máximo de tolerância que se admite é que ela seja vista na casa do vizinho e, em tempos do cólera..., como na efervescência das copas do mundo de futebol, defronte às lojas de aparelhos eletrodomésticos. Fora disso e em outras circunstâncias, a **instituição televisão** é danosa e rígida para quem infringe seu código de recepção. Basta que nos lembremos do filme **Marvada Carne**, em que a perdição do personagem principal se deu quando contemplava um desfile de bois e de vacas, no vídeo de uma série de tvs expostas na vitrine de um magasin, no centro da cidade de São Paulo. Bastou-lhe um pouco de distração – característica natural de quem se deixa levar pelas atrações do vídeo, e o “matuto” foi roubado de toda a sua pouca fortuna...

E as intimidações começaram... “Não saia de casa – as vinhetas da Globo trazem o verão até você”

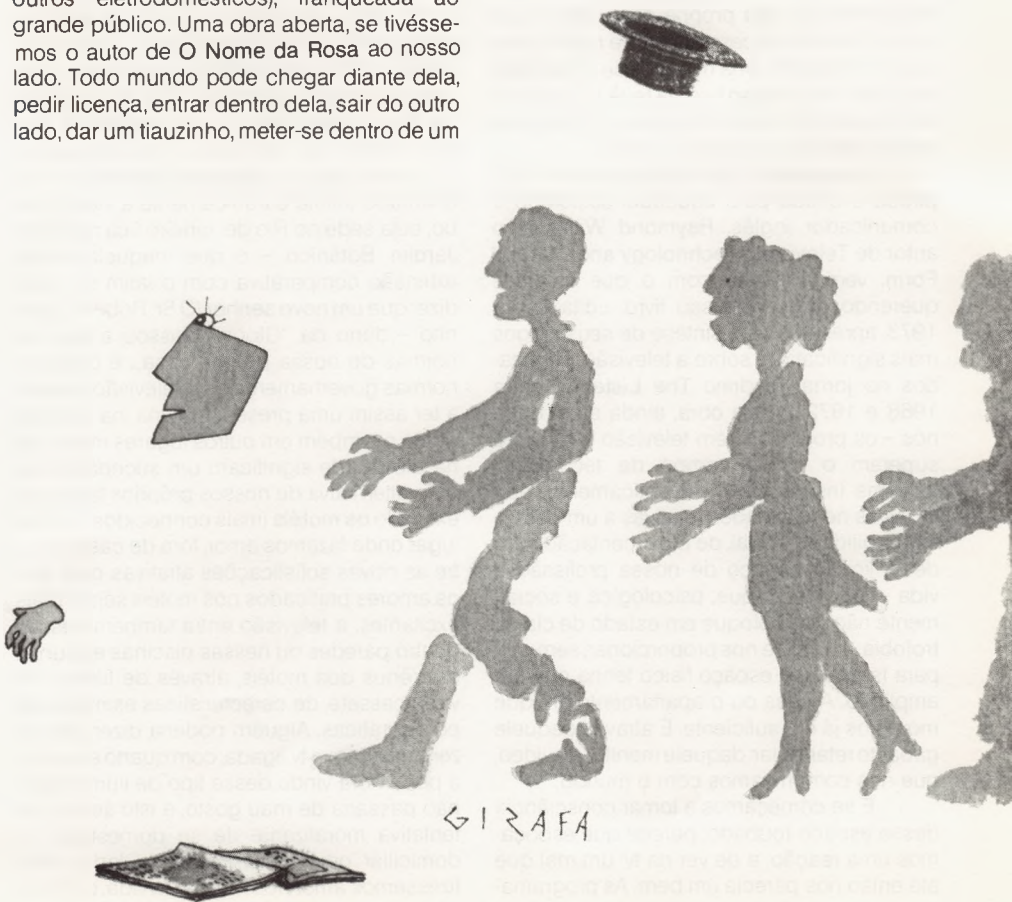
A Rede Globo, através de sua agência da casa, colocou no ar, a partir de dezembro de 86 ou princípio deste ano, as suas vinhetas de verão, criadas especialmente por Alexandre Machado, um jovem de 27 anos, importado à maior agência criativa do país – a DPZ. Essas **vinhetas** (o termo vem das folhas dos vinhedos, que separavam os cachos de uvas – por extensão e por tropo da linguagem elas passaram a ser motivo de decoração tipográfica, e hoje fazem parte do jargão publicitário, como formas de pontuação da sintaxe televisiva e radiofônica), pois bem, **essas mesmas vinhetas**, montadas à base do truque mecânico e dos recursos do computador, caíram no agrado de todo o Brasil, pelo seu grande poder criativo. A título de lembrança, podemos descrever algumas delas, que se alternavam no vídeo da “Globo”: 1 – uma garota cutuca com o dedão do pé a sua televisão e esta deixa cair água, como se estivesse em cima de uma piscina; 2 – um rapaz sai de sua poltrona de telespectador e mergulha no mar, através do vídeo de sua televisão; 3 – uma velha equilibra-se numa prancha em sua sala de visitas, defronte à televisão, sob os olhares estupefatos de seu velho companheiro; 4 – uma garota pratica o esqui aquático sustentada por um cabo teleguiado; 5 – um jovem defende uma bola de vôlei de praia, como se o

campo se estendesse para além do vídeo; 6 – uma bola de frescobol cruza o vídeo e é rechaçada por uma jovem de biquini; 7 – um disco de **frisbee** é atirado na sala de visitas através do vídeo; e 8 – uma gigantesca onda de mar, excelente para a prática do surfe, é transformada no símbolo da “Globo”. Em artigo que escrevemos para o **Correio Braziliense** em 16 de janeiro passado, sob o título de “**TV à prova d’água**”, dizíamos que essas vinhetas de verão da “Globo” tinham uma fonte de inspiração na figura do mestre-diretor do cinema norte-americano, **Woody Allen**, que em seu filme **A Rosa Púrpura do Cairo** teria filosofado pela primeira vez a capacidade das telas – e nós dizíamos dos vídeos – em provocarem uma espécie de **imitação da vida**, fazendo um jogo em que ora pinta a realidade, ora a ficção, exatamente como acontece com a vida da gente. A televisão se colocava no lugar da realidade, não mais como mediadora, mas como a própria realidade, ou como a fantasia em si mesma. E as vinhetas da “Globo” exploravam esse poder mimético da existência, justamente com a finalidade de nos dizer que **todo o real do mundo, ou que toda a fantasia do universo, estavam ao nosso alcance, dentro de nossa própria casa**. A televisão é assim capaz de nos propiciar a mobilidade que bem desejamos, mesmo que o único preço cobrado seja o nosso próprio imobilismo diante das câmeras...

Dizíamos neste mesmo artigo: “a tevê é uma unidade aberta e disponível (em contraposição às unidades seladas dos motores de outros eletrodomésticos), franqueada ao grande público. Uma obra aberta, se tivéssemos o autor de **O Nome da Rosa** ao nosso lado. Todo mundo pode chegar diante dela, pedir licença, entrar dentro dela, sair do outro lado, dar um tiauzinho, meter-se dentro de um

biquini ou de um triquini, ou, melhor ainda, dentro de um maiô sem peça nenhuma, bronzear-se ao sol de verão. Tudo isso sem ter que passar pelos atropelos de ficar na lista de espera dos aeroportos... Tudo agora mudou, a televisão quebrou a unidade selada da integração interna que separava ou confundia os limites da realidade e da fantasia. Ela é, agora, sem qualquer metáfora, a janela ou a porta do mundo das praias, das águas de janeiro, com todo o sabor que a gente quiser. Pelo menos, para esse mundo imaginário do turismo brasileiro, a tevê é uma boa solução a curtíssimo prazo”. Pensando bem, a própria **Embratur** se utilizou do estrategema e da filosofia das vinhetas da “Globo”, só que à maneira inversa: “ela zombava de um determinado cidadão que, por não planejar suas férias, acabou tendo que consumir seu verão diante da tv...”

Assim, para um mundo de grande mobilidade social e rapidez nos processos e meios comunicativos, a televisão se apresenta como o veículo ideal, mas guardando consigo uma particularidade, que pode parecer até um contrasenso, ou mesmo sua grande contradição: essa mobilidade da tevê se dá e se produz sem que tenhamos a necessidade de sairmos de nossas casas, sem que nos desinstalemos de nossas poltronas. Essa



G I R A F A

contradição está inserida na própria concepção que possamos ter do **broadcasting**, que, como dissemos, mesmo que represente maior informação para o maior público, acaba reduzindo-o ao público doméstico ou ao agrupamento familiar. Nesses termos, o **broad-casting** tanto deixa de ser **broad** – ele se dirige para as células familiares –, quanto **permanece broad**, pois de família em família o mundo inteiro acaba ficando sob controle. E a família vem demonstrando através dos séculos de história que é o núcleo dentro das sociedades e das culturas o mais bem dotado de anticorpos, capaz mesmo de enfrentar as adversidades as mais fortes.

Como os meios de comunicação de massa não são propriamente meios de massa, pois suas mensagens atenderiam, por exemplo, às diferenças individuais, às aspirações e desejos íntimos de cada um, às diferenças de classes sociais, às costumeiras alternativas de sexo, idade, profissão e outros ingredientes psicossociais, o dito **broad-casting** também não seria essencialmente massivo e portanto não condiz com sua própria definição: um processo informativo pleno, tanto na sua fonte, quanto na sua recepção. A televisão é assim tanto um veículo de massa quanto não, é tanto **broad-casting** quanto **narrow-casting**. Ela guarda fidelidade à sua condição de veículo massivo, mas, por outro lado, dirige-se a você, como, aliás, é bem o jeitinho publicitário. E dirige-se a você, que está dentro de sua própria casa. Atende às condições e às necessidades de mobilidade atual, no entanto, uma mobilidade em estado singular. Pelo intenso uso da tevê, o consumidor passa a ter uma vida sob controle, uma prisão domiciliar, em certo sentido.

A expressão – **privatização móbil** – inspirada e criada pelo educador-sociólogo e comunicador inglês, **Raymond Williams**, o autor de **Television, Technology and Cultural Form**, vem a calhar com o que estamos querendo dizer. Este seu livro, editado em 1973, apresenta uma síntese de seus artigos mais significativos sobre a televisão, publicados no jornal londrino **The Listener**, entre 1968 e 1972. Nesta obra, ainda atual entre nós – os progressos em televisão ainda não superam o estrito campo da tecnologia, **Williams** insiste em dizer criticamente que todas as necessidades relativas a um desejo de mobilidade social, de movimentação num determinado espaço de nossa profissão e vida – tudo enfim que, psicológica e socialmente não nos coloque em estado de **claustrofobia**, a tv pode nos proporcionar, sem que para isso nosso espaço físico tenha que ser ampliado. A casa ou o apartamento em que moramos já é o suficiente. É através daquele gabarito retangular, daquele monitor de vídeo, que nos comunicamos com o mundo.

E se começamos a tomar consciência desse espaço roubado, parece que esboçamos uma reação, a de ver na tv um mal que até então nos parecia um bem. As programa-

ções culturais de uma cidade, sob o impulso publicitário do: **mexa-se – movimente-se – saia de casa**, têm por objetivo o desligar o botão da televisão, pelo menos por algum tempo. Os cineastas são os que mais se queixam da preguiça dos espectadores que hoje se transformaram em telespectadores. E neste país do futebol, a televisão tem sido responsável por grande parte da evasão dos estádios. Sem dúvida, que a **sociedade do espetáculo** – e este deva ser público em sua própria concepção, resente-se enormemente da força deste veículo, chamado televisão, construído para que a casa se transformasse em supermercado, onde todas as mercadorias (as tais “commodities”... para os britânicos) já estivessem lá, compradas e prontas para o consumo. Parece mesmo que tenha chegado a hora da reação.

Fomos definitivamente invadidos – os motéis, com videocassete pornô, substituem as casas

A gente pode dizer que houve uma invasão, ou mesmo, uma luta que se trava por um espaço maior, em que a televisão vem ganhando a respiração de todos os ambientes disponíveis em nossas casas. O **domus** (a casa em latim, que pode muito bem ser o lugar onde se instala o **dominus** – o senhor) passou no Brasil a ser tragado pelo **jardim**, só que esse jardim, nos dizeres do comentarista de tv – **Ferreira Neto**, é o **Botanic Garden**, como é chamado íntima e ironicamente a Rede Globo, cuja sede no Rio de Janeiro fica no bairro **Jardim Botânico** – e que naquela nossa extensão comparativa com o latim se pode dizer que um novo senhor (O Sr. Roberto Marinho – dono da “Globo”) passou a ditar as normas de nossa própria casa... e quiçá as normas governamentais... A televisão passou a ter assim uma presença plena, na casa da gente e também em outros lugares mais, que na atualidade significam um sucedâneo ou uma alternativa de nossos próprios lares, por exemplo os **motéis** (mais conhecidos como o lugar onde fazemos amor, fora de casa). Dentre as novas sofisticadas atrações para que os amores praticados nos motéis sejam mais excitantes, a televisão entra também nessas quatro paredes ou nessas piscinas e saunas de **Vênus** dos motéis, através de filmes em videocassete, de características estritamente pornográficas. Alguém poderia dizer que fazer amor com a tv ligada, com quarto escuro e a penumbra vindo desse tipo de iluminação, não passaria de mau gosto, e isto seria uma tentativa moralizante de se domesticar ou domiciliar os motéis. Por outro lado, caso fizessemos amor nos motéis da vida, com a tv

ligada ao lado, a sensação seria esquisita, mas certamente de alto poder de excitação. Senão imaginemos: enquanto o mundo trabalha lá fora e mesmo a vidinha doméstica dá seus passos habituais, a mesa é posta e o café é tomado, de forma açucarada ou amarga... do outro lado, onde mora o pecado, as pessoas se amam, como que contracenando ao cotidiano, com um tipo de vida doméstica melhor, onde o prazer deva sempre superar o dever... A televisão, pelo seu subproduto – o videocassete, atende assim, com todo o avanço tecnológico, essa extensão da casa ao motel. Só que com uma pitada de pimenta a mais: a dose do prazer...

Por outro lado, o videocassete – todo ele, não só o pornô, revolucionou o tempo da televisão, e, melhor ainda, o tempo da casa. Não mais se trata daquela história de se dizer: “olha, nos encontramos depois da novela das 8”. A coisa agora é bem mais sofisticada e diferente, pois o videocassete, aquele aparelho magrinho, fininho, que todos fazem um grande sacrifício para possuir, expondo-se às aventuras das zonas francas ou das importações ilícitas, pronto para receber cartuchos os mais densos e gorduchos, entra em nossa sala de estar, se acopla à nossa televisão, e faz com que a gente perca a noção do tempo, faz que estejamos a sonhar com um tempo que nada mais tem a ver com o tempo doméstico. Agora não vai dar mais para que a gente se encontre depois do telejornal... o mais difícil vai ser a gente se encontrar depois de termos visto o **Super Man II**, que não estava programado pela estação de tv, mas que nossos filhos resolveram assistir à sua maneira e a seu tempo. Uma das falhas gritantes das edições culturais dos jornais, dedicadas ao que chamamos **tv de papel** – a cobertura de tudo o que acontece na vida das tvs, dentro e fora das emissões (a expressão **tv de papel** é do mestrande em comunicação pela UnB, jornalista **Adolfo Queiroz**) –, é que elas são impotentes em anunciar as programações das emissões de vídeo, que se repetem em nossas casas, nos horários mais imprevisíveis e contrariando não só o tempo doméstico, como também o calendário das promoções culturais da cidade. A TVE do Rio de Janeiro, em todas as suas sucursais estaduais, lançou **as salas de vídeo**, como se fossem **salas de cinema**. Mas, ao que parece, esta louvável iniciativa mercadológica não passa de um paliativo, diante da característica básica da mobilidade do vc: ele é ubíquo, está em toda parte, ao mesmo tempo.

Sendo assim, quando chegamos em casa, vindos do trabalho ou de qualquer outro afazer, nos deparamos com a tv ligada. Mas não reconhecemos o programa, nem a hora precisa de sua emissão. E a pergunta é inevitável: “isso é vídeo ou é televisão?” E nessa confusão temporal toda, é difícil nos acostumarmos com esses “super-homens” que começam a frequentar amiúde as nossas

vidas particulares, nas horas preferidas por eles... Que os nossos anjos-da-guarda nos protejam da convivência com a **torre de babel**. Quando a tv pediu permissão para entrar em nossa vida adentro, ninguém pensou que chegasse a tanto...

E perdemos o controle de nosso espaço doméstico – a sala de estar virou estúdio de tevê

A imagem que construímos é a da promiscuidade da **aldeia global** “**made at home**”... É como se houvesse uma inversão na produção dos programas e das novelas: o estúdio passa a ser a nossa casa e os telespectadores passam a viver naqueles lugares que anteriormente eram chamados de estúdios. Os emissores somos nós e os receptores serão eles, os antigos produtores. Até parece que os ideais da comunicação transformaram-se em realidade – todo mundo queria a inversão do paradigma da comunicação... Pode ser isso possível? Por que não.

Caminhemos por estúdios, e para tanto peçamos ajuda ao filme de Fellini – **Ginger e Fred**, e sonhemos junto com ele:

a – da casa ao hotel – a primeira metonímia...

Como se não bastasse a casa refletida no motel, com a ajuda preciosa da televisão e de seu subproduto, o videocassete, agora é o **hotel que assume a figura da casa**, e nessa apropriação a televisão vai ter também o seu papel de destaque. – Como podem os hotéis lembrarem nossas casas? Se pensarmos nos **apart-hotéis**, as semelhanças são grandes. Nos locais de moradia – os apartamentos, onde prevalece a privacidade de cada hóspede, existem ainda os serviços extras, cozinha, lavanderia, recepção, bar, como se estivessemos em nossas casas, dentro de um estilo apenas um pouco mais requintado. E aonde entra a presença e mesmo a interferência da televisão, nesses **apart-hotéis**? Para que a resposta seja mais convincente, é preciso ajuda, como aludimos acima, das imagens fellinianas de **Ginger e Fred**.

Este **hotel-casa** de Fellini é muito menos local de habitação e muito mais um **grande estúdio de televisão**, ou pelo menos, um ante-estúdio de tv, que poderia também ser um **estúdio de arte de agência publicitária**, ou um **grande empório comercial**. As câmeras de televisão estão por todos os lados, do hall de recepção até as partes mais íntimas dos quartos dos hóspedes. Tem-se a idéia de que esses aparelhos de tv funcionavam como se fossem monitores de diretores, produtores e artistas, que a cada instante precisavam se

auto-regularem ou se autocontemplarem, para saberem se tudo estava correndo conforme o **script** ou o **desejo do imenso narciso ali onipresente**. Essa casa-hotel-apart-hotel, agora funcionando como estúdio de tv, como estúdio de arte de uma agência publicitária, inquietava a cada momento a vida privada de seus hóspedes, ora pela luz da **torre de tv**, que os impedia de dormir, ora pela oferta constante de numerosos produtos, que infestavam a programação dos canais de televisão, que podiam ser sintonizados a cada instante, naquele imenso hotel. Diante de uma casa tão confusa, do imenso burburinho das pessoas presentes e da tamanha promiscuidade ambiental, o melhor mesmo, para cada hóspede – e **Ginger** o faz, era desligar a tv, cortar sua sintonia com esse mundo de loucos, e, como última alternativa, já que **Fred** não aparecia, ligar para sua casa, distante dali, avisando a seus parentes que o que ela preferia mesmo era estar ali entre eles, e não naquela Roma tão confusa.

b – do hotel ao circo – a segunda metonímia

Aquele hotel era para Fellini e para seus personagens, **Ginger e Fred**, um grande hotel, ou mesmo uma imensa concentração de artistas ou de craques do passado. Velhos artistas ali se hospedavam, convidados para um grande show ou para um programa tipo **Silvio Santos** no Brasil. Contaminados pelo show dos craques do presente – todos assistiam à televisão que transmitia um jogo importante da seleção italiana de futebol – em que os jogadores apareciam todos com suas imagens cortadas pela metade, eles deviam ter a sensação de que habitavam, por alguns dias, uma casa invadida por um imenso campo de futebol. O recado que **Ginger** deixou na recepção do hotel, para que **Fred** a procurasse tão logo chegasse de viagem, passou inteiramente despercebido, tamanha a balbúrdia daquela imensa casa de artistas e esportistas, que até mesmo parecia uma concentração de clube de futebol ou um sindicato de artistas decadentes. Ao fim de algum tempo, **Fred** se encontra fortuitamente com **Ginger**, por obra e graça de seu ronco, ao dormir... Enfim, neste **Gran Circo Lar**, ou neste **Grande Hotel Concentração**, todos se comportavam como se estivessem habitando um cortiço italiano, tão comum no pós-guerra de 45 e nos filmes neo-realistas, precursores de Fellini. O circo sempre fez parte marcante da vida e obra de Fellini e, sem dúvida, o grotesco das situações apresentadas, o **universo kitsch** e a **salada cultural** mostrados em **Ginger e Fred** davam uma idéia de que a casa se perdeu num hotel, o hotel se transformou num estúdio de tv ou num estúdio de arte de uma agência publicitária, tudo isto desembocando no **pica-deiro de circo**, o lugar escatológico em que o cineasta italiano costuma concentrar o ponto final e marcante de suas reflexões latino-

barroco-filosóficas sobre a existência humana. **Ginger e Fred** deixam de ser personagens de um filme e passam a ser atores de uma grotesca emissão de televisão ou de um espetáculo circense. O toque de enorme familiaridade entre todos os excêntricos presentes naquele **hotel-circo** leva-nos à conclusão de que a **tevê à moda da casa** é mais uma descaracterização do que seja a própria casa – onde todo mundo entra e sai sem pedir licença. A **casa-hotel-circo** passa a ser um imenso mercado, onde não mais existe o mundo das privacidades de cada um, onde apenas se vêem mercadorias à venda, certamente objetos de consumo íntimo... Trata-se de uma **arte final publicitária**, onde tudo é comum – no sentido vazado e devassado, onde tudo é invadido – uma aldeia global sem quaisquer limites. A televisão resolveu assim cumprir a sua missão de **arauto da aldeia global**, de mensageira dos deuses de todas as instituições, e o resultado é muito mais uma **Torre de Babel** do que uma **Arca de Noé**. Nessa **Roda de Fogo** de incompreensões, de incomunicabilidades, a questão é perguntar, como a cantora **Marina** o faz, no tema de apresentação musical dessa mesma novela: “Pra começar, quem vai colar os tais caquinhos do velho mundo...”

Estamos em obras de uma nova Constituinte – desculpem os incomôdos, a nossa televisão está com defeito

Não se trata de fazermos uma interpretação moralizante ou saudosista da **casa** – que foi atingida em seus alicerces e quase derrubada pela televisão. Trata-se de uma constatação de que **deu penetra na festa de nossa casa**. Depois de cumprir, no Brasil, desde 1952 (portanto, há 35 anos) uma missão institucional importante, ou, pelo menos, marcante – a de levar informação e entretenimento a todos os lares brasileiros, a **tevê** de hoje mais parece uma **nau sem rumo** ou um **barco à deriva**. A orgia felliniana dá à situação um sentido escatológico, em que um caos desorganizante parece ser a resposta mais natural a um antigo desejo de construção cosmológica da realidade social, envolvendo as instituições **governo e casa**. Que os **psicopompos** (os hermeneutas ou condutores de almas), aqueles que levam as pessoas aos céus ou as trazem dos infernos, lembrem-se do filme de Fellini, de que na hora mais importante do show da televisão a luz se apagou, **Fred** escorregou e caiu no chão e, depois de tudo, **Ginger** voltou para casa, melancólico e triste, pensando que jamais reencontraria **Fred**. O sonho deles tinha aca-

bado, a ilusão doméstica também e o **open-house** poucos resultados teria trazido, tanto a moradores quanto aos de fora. Estaria falido o modelo de um veículo para ser visto em casa. Muito provavelmente...

No Brasil, para quem acompanha a vida dos bastidores da tv, a "Globo" parece estar em crise e os demais canais ainda não conseguiram se impor com novos padrões de qualidade. A tv independente ou alternativa, a tv regional, a tv em UHF, ainda são utopias sociais, como um todo. O sistema produtivo concentrado nos dois maiores centros urbanos do país, e nas mesmas poucas empresas, levanta a questão de uma revisão iminente no atual sistema de concessões e de exploração produtiva dos canais de rádio e televisão no Brasil. Talvez tenha chegado a hora de que uma **tevê pública** venha conviver com as **tevês privadas e estatais** que estão por aí. Ao que tudo indica, as pessoas já saíram de suas casas, já estão na praça pública e fazem ecoar o seu clamor diante dos parlamentares constituintes, dizendo que a televisão é um bem público, que deve ter como ingredientes necessários a educação, a cultura, o entretenimento e as outras coisas mais que já existem. A tv não pode mais continuar a ser um negócio privado dos executivos federais e estaduais, ou da esfera privada e de seus interesses lucrativos, apenas.

Quando no início deste artigo identificamos a tevê como um veículo essencialmente doméstico, queríamos afirmar, antes de tudo, que a sua prática de hoje, depois de uma experiência em todo o mundo, de mais

de 40 anos, sempre foi a de um veículo de comunicação que se realizava essencialmente por seu aspecto **transmissivo-receptivo**. De lá para cá, o que sempre se pretendeu foi que as mensagens chegassem, em condições de perfeição, a seus destinatários. As discussões do valor dos conteúdos sempre foram relegadas a um plano secundário. Os grandes progressos da tecnologia que sempre cumularam a tv de benesses não conseguiram até hoje, por um processo de osmose ou de boa companhia, suscitar uma melhoria de qualidade na programação das tvs. Como diz o crítico norte-americano Michel Arlen: **A tv é uma imensa experiência comum estranhamente desprovida de experiência**. Ora, a experiência tem dito que devemos experimentar uma nova televisão, eminentemente pública, na sua produção, distribuição e consumo. A casa deixou de ser a medida da tevê. Dora-vante o que vai mandar é a **praça pública**.

Como afirma Raymond Williams "diferentemente de todos os outros meios de comunicação, cujas tecnologias lhes antecederam, o rádio e a televisão foram sistemas pensados antes de tudo para a transmissão e recepção, como se fossem processos abstratos, com pouca ou nenhuma definição a respeito dos seus conteúdos". Ora, essa televisão à moda da casa, pensada inicialmente para unir governantes e governados, produtores e consumidores, através do domicílio das pessoas, requer agora não somente medidas que se concentrem na tecnologia de suas transmissões – produção e recepção –, mas também na qualidade daquilo que é veiculado, e que atenda aos interesses amplos das

culturas diversificadas que compõem o Brasil. Certamente que uma **tevê feita à moda da praça pública** vai forçar novos conteúdos, novos valores, novas idéias, que atendam aos interesses das coisas que se passam na esfera pública, e não simplesmente na esfera privada e mesmo estatal.

Não pretendemos que as pessoas vejam televisão no desconforto de um local público. Não se trata disso. O que desejamos é que aquilo que é visto em casa seja discutido em praça pública, seja de interesse nacional, das pessoas, do Congresso, do Ministério da Cultura, e outras entidades e instituições mais. O domínio privado passa a ter maior sentido na medida em que não entre em conflito com a coisa pública. Talvez a melhor saída esteja na boca do jornalista Rubens Martins Amore-si, mestre em Comunicação pela UnB: "A televisão tem tudo para ser a vedete nesta Constituinte... É o momento da vingança. Até hoje a televisão é vista por muitos como a rua que invade a minha sala de visita. Esses desejaram agora que a televisão permita que minha sala de visitas invada o plenário da Câmara dos Deputados com a mesma semcerimônia". E aí, dizemos nós, a tevê pode até continuar a ser considerada um veículo feito à moda da casa... ■

Sérgio Dayrell Porto, é professor-adjunto do Departamento de Comunicação da UnB. Bacharel em Direito pela UFMG, mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, PhD e Post-Doctor in Communications pela McGill University, Montreal, Canada. É crítico de televisão do "Correio Braziliense". Foi crítico de cinema de "O Diário", de Belo Horizonte. Ex-publicitário, trabalhou na Denison Propaganda. Editora Abril e Bloch Editores.

Resumen

Comunicación y Cultura

TELEVISIÓN A LA MODA DE CASA

La televisión, construida para ser un vehículo de la casa – esencialmente doméstico –, no se contuvo en sus límites. Fue paulatinamente invadiendo, sin respeto, el espacio familiar, la privacidad de las personas y hasta llegó a aprisionar al telespectador en su propia casa. Aun en las formas alternativas de la casa – en los moteles, en los hoteles, en los hospedajes, en las concentraciones de los deportistas –, la TV se infiltró vía ella misma o a través de su sofisticado subproducto, el videocasé. Llegó a un punto tal que la sala de una casa se transformó (y aquí aprovechamos el sueño felliniano de Ginger y Fred) en un estudio de TV, en un estudio de arte de una agencia publicitaria, en una inmensa concentración de jugadores de fútbol, en una arca de Noé de viejos y decadentes artistas, en un gran emporio y también en una pista de circo. En ese momento de desesperación, es cuando los moradores resuelven dar un nuevo curso a la situación.

Abstract

Communication and Culture

HOME-STYLE TELEVISION

An essentially domestic institution, the television, though designed as a vehicle for the home, has broken its bounds. It has gradually encroached and impinged on domestic space, people's privacy and has even imprisoned the viewer in his own house. Even in alternative forms of accommodation – motels, hotels, hostels, sports facilities – the TV has edged its way in, either off its own bat or by courtesy of its precious offshoot, the videocassette. It has even managed to transform people's living-rooms (Fellini's Ginger and Fred dream is illuminating here) into a TV studio, an advertising agency's art studio, an immense football players' compound, a Noah's Ark of old men and decadent artists, a vast commercial emporium and a circus ring. It is at this moment of despair that those dwelling in the house decide to alter the course of events.

Com o Serca, seu malote chega rápido e certo.



Entre os escritórios de uma empresa, o que existe de mais importante é o SERCA — Serviço de Malote dos Correios.

Com ele você chega onde quiser, sem desvios, despachando todo tipo de material da maneira mais rápida, certa e sempre dentro do horário.

Papéis, mapas, livros, cheques, folhas de pagamento, ou mesmo documentos confidenciais podem e devem

ser colocados no malote quando a empresa quer total segurança.

O malote é sempre lacrado pelo próprio remetente. E sua inviolabilidade pode ser conferida quando ele chega ao destinatário.

A praticidade do serviço é outra vantagem. Os Correios buscam o malote em seu escritório às 18 horas, nos dias que você escolher. Em seguida, ele é despachado pelos jatos da Rede Postal Noturna para todos os pontos do Brasil ou do exterior onde os Correios mantêm convênio de entrega.

Se você tem negócios aqui, ou lá fora, não deixe sua

encomenda perder a viagem. Solicite a presença de um representante dos Correios e entre na rota do SERCA.

O malote faz o serviço da sua empresa andar muito mais rápido.



Serca Serca
Nacional Internacional



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GOVERNO JOSÉ SARNEY
TUDO PELO SOCIAL



O escritor que estreava há quarenta anos com um livro de histórias extravagantes é hoje um dos ficcionistas mais representativos da literatura brasileira, um mestre do realismo mágico. As obras de Murilo Rubião têm tiragens superiores a cem mil exemplares e já foram traduzidas em várias línguas.



Quarenta anos do criador do realismo mágico

Ézio Pires



Uma trajetória de 40 anos é o que mostra em três edições especiais o **Suplemento Literário do Minas Gerais**, ao fazer um levantamento significativo da importância ficcional de Murilo Rubião como o criador único e sem conexão do realismo mágico na literatura brasileira.

Suas histórias, consideradas inicialmente extravagantes, custaram a encontrar editor. Foi numa edição pequena e até provinciana que surgiu, em 1947, **Ex-Mágico**, seu primeiro volume de contos (um trabalho da Editora Universal, do Rio de Janeiro, que após a publicação desse primeiro livro encerraria suas atividades editoriais).

Pouco interesse despertaria a estréia de Rubião, a não ser o de alguns críticos da época, que preferiram logo registrar a sua presença, numa rotulação, já naquele tempo meio ociosa, de mais um integrante da família kálfiana. Embora vendo a sua entrada forçada nessa importante família de narradores, Rubião, que escreveu os seus primeiros contos do volume de estréia sem ter lido nada do autor de **A Metamorfose**, percebeu no seu silêncio mineiro que, lendo (como terminou lendo) ou não lendo pági-

nas de Kafka, em nada alteraria sua trajetória de narrador mágico.

O tempo se encarregou de mostrar que a narrativa rubiana não tem semelhança com nada que aconteceu antes da operação mágica e plástica que ele faz de seus tipos, quase todos retirados do submundo bíblico. Ou de uma cartola imaginária. Feliz esta iniciativa do SLMG como provocadora de uma necessária revisão crítica, que facilmente revela a existência do criador inaugural, "pai, no Brasil, e o predecessor, na América hispânica, da corrente do realismo mágico".

Aquele autor de histórias extravagantes de 1947, que fechou a editora que o lançou, caminha ainda num silêncio que grita. As edições de seus livros já atingem hoje mais de 100 mil exemplares. É um narrador congenitamente mágico. É um ficcionista dos mais representativos, com os seus contos traduzidos para outras línguas.

Embora não tenha sido um experimentalista na técnica de narrar, transa bem com a linguagem enxuta e até artesanal. Na construção de seus personagens, é um cuidadoso que finge despreocupação, para garantir em qualquer circunstância a liberdade de ação. A simplicidade de sua cria-

ção é forte e rica, o que foi suficiente para romper com o realismo tradicional ou com um tal de "realismo socialista", que tantas vítimas deixou pela tortuosidade do caminho das experiências estéticas frustradas e frustrantes.

Rubião não escreveu por atacado, para ter garantido o lugar que ocupa na sua criação mágica. Suas poucas dezenas de contos conhecidos durante essas quatro décadas já são suficientes para colocá-lo no lugar de um clássico da ficção.

Valeria aqui, neste breve comentário, a sugestão aos editores, que não vão mais ter que fechar suas editoras ao editar Rubião, para que organizem e lancem logo um volume de estudos sobre o nosso criador mágico da literatura. No volume sugerido entraria esse farto e rico material já divulgado pelo SLMG nas suas três edições especiais. Seria uma contribuição significativa para ampliar uma avaliação crítica sobre o conhecimento do trabalho do autor de *A Casa do Girassol Vermelho* e de outros contos fantásticos. Precisamos estudar melhor esse criador que absolve seus tipos, condenados à eternidade nietzscheana.

Nessa trajetória rubiana, agora provocadora de estudos, vale indagação como esta: o que dura mais numa obra de arte, o criador ou a sua criação? Se uma obra de arte não fica para a eternidade, ela é inútil? O que restará desse criador mágico daqui a mil anos? O que restará de tudo isso nessa torre de papel? Todos estarão mortos, tanto os criadores como as suas criações?

Essas indagações aparentemente ociosas são colocadas aqui como preocupações das naturais fraturas que sempre ocorreram e ocorrem nos processos criadores de rupturas. Hoje, as fraturas estão expostas no corpo e na alma do realismo convencional, do tipo que vê (será que vê?) o homem apenas nos seus limitados anseios. Para o criador mágico, até mesmo nas rupturas efêmeras, o homem pode se livrar dos chamados fatores coercitivos do tempo e da necessidade, desde que aceite operações plásticas. Bons exemplos dessas operações estão numa das histórias rubianas, onde convenientemente gente vira coelho, virando qualquer coisa capaz de vencer até a eternidade.

Ainda na criação rubiana, a ruptura com o tempo da "ordem estabelecida" tem força fantástica. Quem já analisou essa força do fantástico como uma preocupação de "salvar o homem na sua essência", tocou de raspão num dos pontos básicos de toda a história da criação. De uma criação em que o criador é devorado pela mesma necessidade da criatura.

Queiram ou não os analistas do processo da criação, somos todos uns seres fantásticos. Libertariamente fantásticos, quando como criaturas também criamos a necessidade e o tempo, não como fatores de opressão ou dominação, mas como um permanente exercício de esperança existencial. A construção de um Edifício, no projeto narrativo de Rubião, faz parte dessa esperança com muito mais força de uma fuga existencial.

É a fuga libertária, capaz de transformar uma imaginária "torre de babel" numa torre de papel. É um tipo de criatura absolvida pelo criador da necessidade do tempo. De um tempo que soma na nova eternidade, apenas sugerida nietzscheaneamente.

Comento um processo de criação capaz de colocar o tempo fora do tempo, numa engrenagem em que o bolo estético não fica esfarinhado, porque a convencional idéia de ver o homem medido pelo tempo ou o tempo medido pelo homem fica sem qualquer sentido.

No conhecido conto *O Pirotecnico Zacarias*, a idéia de tempo fica desmoralizada e sem força, porque o narrador se mostra morto, mas fazendo (criando) "tudo o que antes fazia (criava), com mais agrado do que anteriormente".

Até mesmo a tragicidade nos contos de Rubião tem o seu cotidiano de temporalidade desmedida, quando um de seus tipos amaldiçoados fica cego, agindo com os olhos da imaginação. É o Eronildes um apaixonado, que o tempo mede nem na partida de um trem, nem na solidão, nem na condenação. É o que mostra este trecho de linguagem cinematográfica:

– "O lenço branco, sacudido da janela, foi a única resposta. Porém os trilhos, paralelos, sumindo-se ao longe, condenavam-me a irreparável solidão".

A força simbólica do tempo desmedido na solidão vira criação (ou realização psicológica) de desejos insatisfeitos.

Na construção de sua ficção, Rubião, ao contrário do que se vê apressadamente, é mesmo um temporalizador da realidade dos fantasmas nascidos e bem alimentados no universo bíblico. Na sua valorização ou revalorização simbólica, concordo com Fábio Lucas, que ao comentar no SLMG a "Realidade Simbólica" da narrativa de Rubião, admitiu que a dor consumida pelos seus tipos é mais energética do que física. No caso, a "dor moral" inexistente, quando somos todos fantasmas, agindo libertariamente num tempo desmensurável.

Na deformação ficcional da realidade (seja simbólica ou não), "a impressão de se ter entrado no grande hotel do absurdo", pode desaparecer logo na narrativa de Rubião, porque o sentimento do tempo desmensurável mostra que o que é (ou foi) absurdo deixa de ser absurdo. O real é que é absurdo.

Nas epígrafes dos contos estão as dúvidas silenciosas, colocadas como chaves das portas do universo mágico. E a dúvida se transforma em certeza existencial do tempo do ex-mágico, cujas mãos mutiladas já são uma operação mágica.

Não adianta nenhum exercício de lógica para se usar a chave que abre a porta do universo rubiano. O começo pode estar no fim e o fim pode estar no começo da sua construção mágica. O que interessa é a dinâmica estética, transgressora e dilacerante das posturas físicas de qualquer idéia de datas fixas, como marcação de tempo existencial. Em sua narrativa somos todos fantasmas bem alimentados pelas dúvidas que viram certezas. São certezas de insatisfações e ameaças, como estas da epígrafe do conto – *O Edifício* –: "Chegará o dia em que os teus pardieiros se transformarão em edifícios; naquele dia ficarás fora da lei". (Miquéias, VII, 11). Fora da lei seria também fora do tempo que não foge de ninguém. A dúvida criativa é a única certeza desse tempo. ■

Ézio de Souza Pires é jornalista, escritor e presidente do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal.

Resumen

Perfil

CUARENTA AÑOS DEL CREADOR DEL REALISMO MÁGICO

El tiempo se ha encargado de mostrar que la narrativa de Murilo Rubião no tiene semejanza alguna con lo sucedido antes de la operación mágica y plástica que él hace en sus personajes. Como bien afirma Nelly Novaes Coelho, los caracteres murilianos "son inequívocos símbolos del hombre contemporáneo – despojados de su origen divino –, pertenecen a la terrible familia de los seres ya conformados con la tragedia sin sentido, en que se resume la vida cuando se le amputa la trascendencia". Aquel hombre de historias extravagantes de 1947 (fecha de la aparición de *Ex-Mágico*, su primer libro de cuentos) es hoy uno de los autores de ficción más representativo de la literatura brasileña, con ediciones que alcanzan más de cien mil ejemplares y traducciones exitosas para varias otras lenguas.

Abstract

Profile

40 YEARS ON FROM THE CREATION OF MAGICAL REALISM

The passage of time has shown that Murilo Rubião's narratives are like nothing that preceded the magical and plastic operation he works in his characters. As Nelly Novaes Coelho rightly states, "Murilo's characters are unequivocal symbols of contemporary man, stripped of his divine origin; they belong to that terrible family of beings reconciled to the senseless tragedy to which life is reduced when deprived of transcendence". This author of extravagant stories – whose first book, *Ex-Mágico*, was published in 1947 – is now one of the most representative writers of modern Brazilian fiction. His books are published in editions of up to 100 thousand copies and have been successfully translated into many different languages.

A nova velha censura- do Pacotão a Mário Covas

Hélio Marcos Doyle

Exemplos recentes de interferência indicam que a liberdade de imprensa no Brasil da Nova República é mais aparente que real. Intensifica-se a ação do governo no sentido de controlar o noticiário, especialmente nas emissoras de rádio e televisão. "Recomendações" e "sugestões" são feitas a proprietários e editores, que têm seus motivos para acatá-las. Isso demonstra que a comunicação também precisa ser democratizada.

No carnaval de 1986, o Pacotão, bloco que os jornais gostam de chamar de irreverente, saiu às ruas de Brasília com uma marchinha intitulada "Je vous salue, Marly". A frase foi impressa nas camisetas do bloco, vendidas para arrecadar recursos.

O então secretário de imprensa da Presidência da República, jornalista Fernando César Mesquita, não gostou da brincadeira, embora conhecesse bem o espírito do bloco, que frequentava antes de ser porta-voz do Planalto. Mesquita considerou atingida a honra de d. Marly Sarney, ainda que a única referência a ela fosse no refrão da marchinha:

"Taí, taí, taí
Je vous salue, Marly".

Irritado, o porta-voz recorreu a seus poderes: telefonou para editores de jornais e emissoras de televisão recomendando que não dessem muita divulgação ao bloco e evitassem publicar fotos ou mostrar cenas em que aparecessem as camisetas do Pacotão. Além, é claro, de não divulgar a marchinha.

É ridículo, mas é verdade. Mais ridículo, talvez, é que os jornais locais e as emissoras de televisão aceitaram a recomendação do porta-voz, autocensurando o noticiário sobre o Pacotão. Afinal, a recomendação vinha de uma autoridade que poderia influir decisivamente na distribuição de verbas da publicidade oficial e nas concessões de canais de rádio e televisão. Ademais, Mesquita, todos sabem, é amigo íntimo da família Sarney.

e os meios de comunicação. Uma das mais famosas rodadas de telefonemas de Mesquita às redações foi na noite de 27 de novembro do ano passado, quando a rodoviária de Brasília pegava fogo — ele ligou para os editores sugerindo que responsabilizassem a CUT pelos incidentes. Hoje, o então porta-voz é ouvidor-geral e, segundo se anuncia, prepara-se para governar a ilha de Fernando de Noronha.

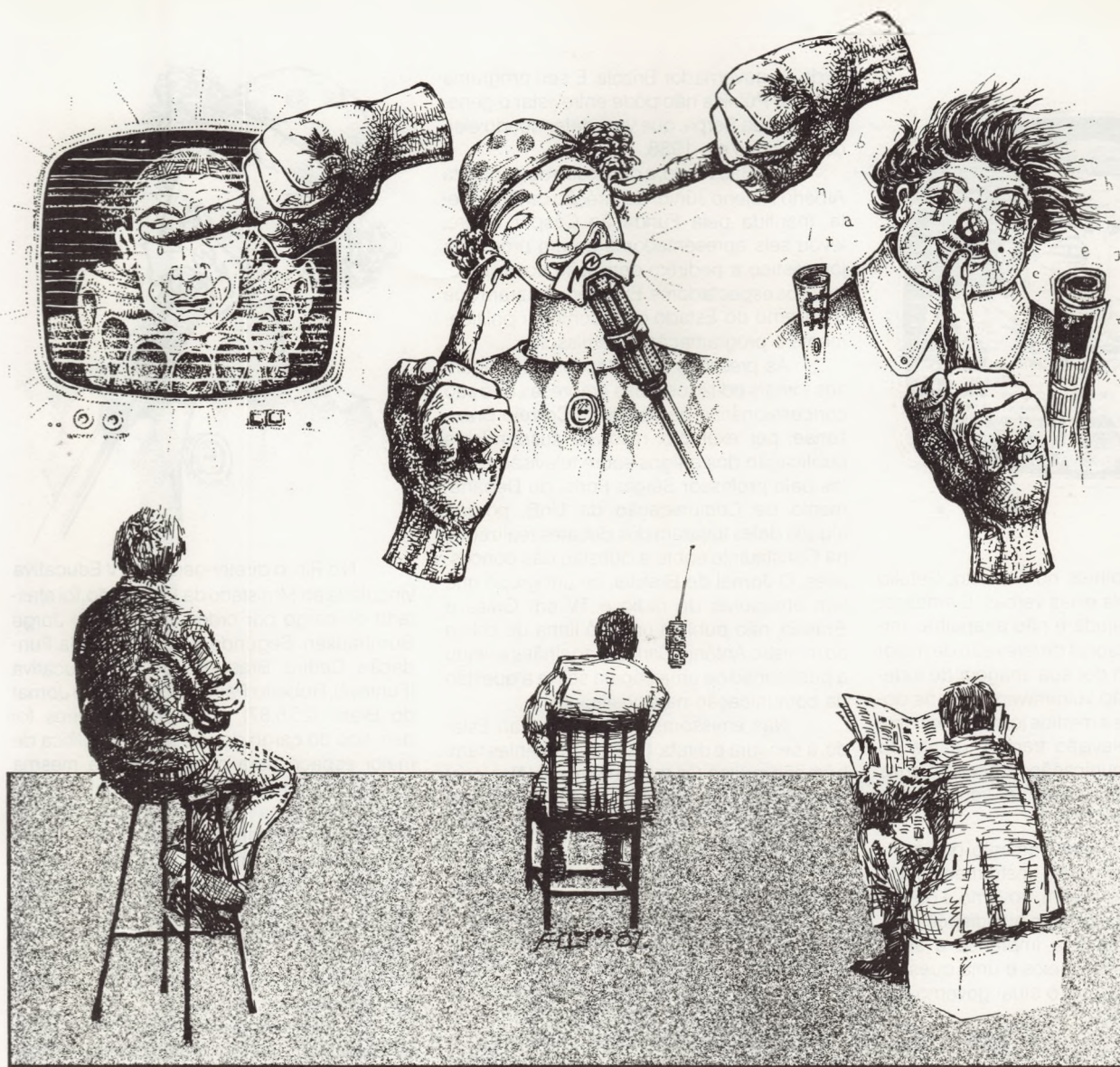
Agora, quem pressiona os meios de comunicação é o secretário de Comunicação da Administração Federal, igualmente instalado no Palácio do Planalto, jornalista Getúlio Bittencourt. Manipulando verbas publicitárias do governo federal e controlando empresas estatais de comunicação, Bittencourt não tem qualquer constrangimento em pressionar os veículos e censurar o noticiário da Radiobrás, empresa estatal de radiodifusão.

Quando a pressão exige uma voz mais forte, entra em cena o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que tem linha direta com os empresários da comunicação. Ele controla todo o sistema de outorga e renovação das concessões de canais de rádio e televisão e a fiscalização das emissoras, tendo ainda a Radiobrás subordinada a seu Ministério. Antônio Carlos Magalhães é praticamente inatingível: nenhuma emissora de rádio e televisão e nenhum jornal ligado a elas tem coragem de criticá-lo ou denunciá-lo.

Pois é exatamente no sistema de concessões que se baseia este processo de controle das emissoras de rádio e televisão e, por tabela, dos jornais a elas vinculados. Quem outorga as concessões, em caráter precário, é o presidente da República. O Ministério das Comunicações emite pareceres técnicos, cabendo a decisão final ao presidente, que não é obrigado a atender a qualquer critério. A decisão é estritamente

Os novos cartórios

A censura ao Pacotão cai no ridículo. O problema é que o caso não é único e o método é corriqueiro nas relações entre o governo



política, ganha o direito de explorar um canal quem o presidente da República quiser que ganhe.

As emissoras são, assim, como os cartórios com que, no passado, os presidentes da República presenteavam os amigos e correligionários fiéis. Ganhar um cartório era ter assegurado um futuro de prestígio social e muito, muito dinheiro, além de boas perspectivas políticas. Hoje, tudo isto está garantido para quem ganhar de presente um canal de TV ou de rádio.

As concessões são geralmente dadas a políticos e empresários que asseguram apoio ao governo. Às vezes, os contemplados são jornalistas subservientes ao poder, como ocorreu recentemente em Brasília. De qualquer maneira, todos precisam ser amigos do rei. O prazo das concessões é de 10 a 15 anos. Logo, há sempre concessões sendo renovadas – ou não. A fiscalização do uso das concessões é feita pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), órgão do

Ministério das Comunicações. E o Serviço Nacional de Informações está sempre atualizando seus dossiês sobre as emissoras, seus proprietários e sua programação.

Teoricamente, todo este mecanismo existe para assegurar o caráter de serviço público das emissoras de rádio e televisão. Só que a realidade é outra: a partir do momento em que é concedido, um canal passa a ser tratado como propriedade privada do concessionário e a fiscalização e as pressões existem não para garantir o cumprimento de sua função social, mas para assegurar seu controle pelo governo.

Os empresários não querem perder suas concessões, o investimento é alto (embora muitas vezes facilitado por financiamentos generosos do governo) e ganha-se muito. Por isso, estão dispostos a aceitar tudo o que o governo mandar, mesmo que seja não divulgar um bloco carnavalesco que sai pelas ruas de Brasília.

Só para quem ajuda

O governo dispõe de outro instrumento eficaz de pressão: as verbas publicitárias. Seu valor nunca é divulgado, mas calcula-se que está em torno de 18 bilhões de cruzados por mês. São anúncios de órgãos governamentais e de empresas públicas, desde a badalação desvairada de um ministro até a publicidade de empresas, necessária para assegurar sua competitividade.

A publicidade oficial tem um peso diferente em cada veículo. Nos grandes jornais do Rio e de São Paulo, por exemplo, pesa menos no faturamento, pois os grandes anunciantes são as indústrias e o comércio varejista. Mas, para os jornais de Brasília – e de praticamente todos os estados – a publicidade oficial é fundamental. Não só a do governo federal, mas também a dos governos estaduais e municipais.



De seu gabinete no Planalto, Getúlio Bittencourt controla estas verbas. E ameaça: só recebe quem ajuda e não atrapalha. Jornais, revistas, emissoras de televisão de maior porte, e que zelam por sua imagem de independência, não são vulneráveis. Mas os donos dos pequenos e médios jornais e emissoras de rádio e televisão tremem diante do secretário de Comunicação. E aceitam suas "ponderações", "sugestões" e "recomendações" sobre o noticiário.

As linhas de financiamento dos bancos oficiais também são instrumentos de pressão do governo. Enfim, governo é governo, e são muitos os meios de que dispõe para controlar e subordinar a imprensa a seus interesses. Usar esses meios é uma questão de vontade política, que o atual governo demonstra ter de sobra.

Censura sem disfarce

Tudo isto explica os muitos fatos que vêm ocorrendo e que, denunciados por alguns poucos grandes jornais e revistas, fazem lembrar os tempos em que a censura era direta, sem rodeios. Na *TV Manchete*, não foi ao ar uma entrevista do jornalista e deputado constituinte Roberto D'Ávila com o senador constituinte Mário Covas, líder do PMDB. Na *TV Record*, de São Paulo, foi tirado do ar o programa *Jogo de Carta*, apresentado pelo jornalista Mino Carta, que havia entrevistado o ex-assessor do ex-ministro Dilson Funaro, Luiz Gonzaga Beluzzo, e o ex-governador Leonel Brizola. Por isso, a emissora, segundo Carta, foi advertida pelo ministro Antônio Carlos Magalhães, que telefonou para seu proprietário, Paulo Machado de Carvalho.

A *TV Brasília*, pertencente aos Diários Associados, foi ameaçada de perder publicidade oficial por causa de uma longa entrevista

ta do ex-governador Brizola. E seu programa *Opinião Pública* não pôde entrevistar o general Andrada Serpa, que vem defendendo eleições diretas em 1988.

Em São Paulo, a demissão do jornalista Alberto Heleno Júnior da direção da *TV Gazeta*, mantida pela Fundação Cásper Líbero, levou seis apresentadores de um programa jornalístico a pedirem demissão ao vivo, perante os espectadores. Eles denunciaram que o governo do Estado quer controlar politicamente a programação da emissora.

As pressões e a autocensura chegam aos jornais editados pelas empresas que são concessionárias de canais. O *Correio Brasileiro*, por exemplo, resolveu suspender a publicação dos artigos sobre televisão escritos pelo professor Sérgio Porto, do Departamento de Comunicação da UnB, porque alguns deles trataram dos debates realizados na Constituinte sobre a questão das concessões. O *Jornal de Brasília*, de um grupo que tem emissoras de rádio e TV em Goiás e Brasília, não publica uma só linha de crítica ao ministro Antônio Carlos Magalhães e vetou a publicação de uma página sobre a questão da comunicação na Constituinte.

Nas emissoras pertencentes ao Estado, a censura é direta. Os casos recentes também são muitos. Os repórteres da *TV Nacional* de Brasília, por exemplo, são proibidos de fazer perguntas sobre assuntos que a direção da emissora considera incômodos. A mesma emissora retirou de sua programação o *Jornal da Constituinte*, produzido por uma empresa privada, a Apoio Vídeo, por causa principalmente de alguns debates entre constituintes e dos comentários do jornalista Carlos Chagas. Primeiro, o diretor-presidente da Radiobrás, jornalista Antônio Martins, pressionou a produtora a evitar alguns assuntos no telejornal; depois, impediu a transmissão de um debate e, por fim, rescindiu o contrato com a Apoio.



No Rio, o diretor-geral da *TV Educativa* vinculada ao Ministério da Educação, foi afastado do cargo por ordem do ministro Jorge Bornhausen. Segundo o presidente da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (Funtevê), Roberto Parreira, citado pelo *Jornal do Brasil* (25.5.87), João Rui Medeiros foi demitido do cargo devido "à nova política de maior espaço para o governo". Na mesma emissora, foram proibidos os debates políticos no programa 1987, o que levou dois de seus apresentadores, os jornalistas Milton Temer (também deputado estadual) e Maurício Dias, a pedirem demissão. Eles haviam ousado promover debates sobre a ferrovia Norte-Sul e sobre a greve dos professores universitários. A TVE censurou também uma entrevista com a atriz Lucélia Santos, no programa *Advogado do Diabo*.

Justificando as restrições impostas à *TV Nacional*, Antônio Martins disse à *Veja* (27.5.87): "É a prática em todos os países do mundo que a TV estatal dê a versão do governo, pois num regime pluralista é preciso que alguém dê a versão oficial e este papel cabe às empresas estatais". Ao *Correio Brasileiro* (18.5.87), Martins alegou que a *TV Nacional* "deve se limitar a dar a versão do governo" e que "para apresentar debates e divulgar as críticas às ações governamentais existe a iniciativa privada". Será mesmo? A *TV Globo* é um belo exemplo.

Liberdade de imprensa

E a liberdade de imprensa, como é que fica? Fica estrangulada sob o autoritarismo do sistema de concessões, da distribuição de dinheiro público e da concepção vigente de empresa estatal de comunicação. Censura e autocensura, disfarçadas ou desbragadas, impedem a existência da liberdade de imprensa.

É verdade que o próprio conceito de liberdade de imprensa é hoje questionado, por suas limitações, pelos que defendem o conceito mais amplo e mais democrático do direito à comunicação, o direito que todo cidadão tem de informar e ser informado pelos meios de comunicação de massa. Porque, no sistema capitalista, a liberdade de imprensa é a liberdade que a empresa de comunicação tem de divulgar o que querem seus proprietários. É a liberdade dos que detêm o capital e por isso têm condições de possuir jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão.

Ora, dirão, todos os cidadãos são livres para publicar jornais e revistas e disputar as concessões de canais de rádio e televisão. Em tese, sim. Mas, sem capital, é muito difícil publicar e promover a circulação de jornais e revistas, mesmo de poucas páginas e tiragem pequena. E sem capital e prestígio junto aos donos do poder, não há como ganhar uma concessão, muito menos colocar uma emissora no ar.

Liberdade de imprensa, como todas as liberdades apresentadas de modo abstrato pelos ideólogos do capitalismo, é uma liberdade ligada ao conceito de propriedade privada. Os donos das empresas de comunicação têm a liberdade de divulgar o que quiserem, enquanto a população tem apenas a liberdade de comprar ou não os jornais e revistas (desde que tenha dinheiro), de ligar ou desligar seus aparelhos de rádio e de televisão (desde que possa tê-los). A população e mesmo os profissionais de comunicação não têm direito a participar das definições editoriais dos meios que consomem ou nos quais trabalham.

Ocorre que nem mesmo esta liberdade de imprensa existe hoje no Brasil, pois os proprietários dos meios de comunicação têm sua liberdade restringida pelo governo, que tutela a programação jornalística e o noticiário utilizando-se de seu poder político e econômico em benefício próprio, e não da sociedade. Muitas vezes alguns proprietários rebelam-se contra isso e alguns grandes jornais e revistas publicam matérias denunciando as diversas formas de censura em vigor.

Mas, a regra geral é a submissão, a aceitação passiva das restrições à liberdade de imprensa. Por temer o governo, muitos empresários e editores negam as pressões e ameaças que recebem, preferindo assumir a autocensura. E há os que política e ideologicamente aceitam ser defensores quase que incondicionais do governo, impondo internamente a autocensura, como é o caso do todopoderoso Roberto Marinho, proprietário das Organizações Globo. Essa autocensura, no conceito que os empresários têm da liberdade de imprensa, não a viola — é um direito que a propriedade lhes dá.

Democracia, por que não?

Esta situação pode ser superada pela implantação de medidas democráticas no campo da comunicação. Não se trata, naturalmente, de medidas que somente poderiam ser viabilizadas em outro sistema econômico e outro regime político, mesmo porque nada indica que o socialismo esteja prestes a ser instaurado no Brasil. É possível, no sistema capitalista, adotar-se medidas democratizantes no campo da comunicação, ainda que sempre esbarrando na tese de que a propriedade privada está acima de todas as coisas e tudo pode.

O sistema de concessões, por exemplo, deixaria de ser controlado exclusivamente pelo Executivo, passando o poder decisório para um Conselho Nacional de Comunicação integrado por representantes do Estado e da sociedade civil. A concessão deixaria de ser um ato arbitrário do presidente da República, subordinando-se a critérios democraticamente estabelecidos. As verbas publicitárias do governo poderiam ser distribuídas com base em normas claras e definidas, ou transparentes, para usar uma palavra tão ao gosto do discurso da "Nova República". Teria, naturalmente, que haver um enxugamento das verbas, cortando-se as destinadas exclusivamente à autopromoção e exaltação do governo e de seus membros.

O sistema estatal de emissoras de rádio e televisão poderia dar lugar a um sistema público, independente em relação ao Estado e às empresas privadas, de caráter não comercial e dirigido pela sociedade. Como em outros países, as emissoras deste sistema seriam públicas mesmo, não estatais. Ou seja, a sociedade é que determinaria, por mecanismos democráticos de representação e gestão, os rumos deste sistema.

Certamente Antônio Carlos Magalhães, Getúlio Bittencourt e Antônio Martins perguntarão: e o governo vai ter despesas para deixar que falem mal dele ou que entrevistem políticos da oposição? Afinal, na mentalidade tecnoburocrática aliada ao fisiologismo político tão em voga, o raciocínio não poderia ser outro: se o governo paga as despesas, quem recebe lhe deve submissão. Como se o dinheiro público existisse para beneficiar o governo, não a população. Em uma democracia, a liberação de verbas pelo governo, de acordo com previsões orçamentárias debatidas pelo Poder Legislativo, não é dívida nem favor e não cria dependência de quem recebe.

Uma emissora vinculada a um sistema público deve prestar serviços à população, não a este ou aquele governo, este ou aquele partido, esta ou aquela autoridade. Os recursos para sua manutenção podem vir do Estado, de fundações e da empresa privada, sem que isto signifique ingerência na programação ou censura ao noticiário.

Democratizando-se a comunicação, com essas e outras medidas que diversas entidades de profissionais e pesquisadores da comunicação vêm defendendo há anos, haverá mais liberdade para a imprensa. E, certamente, ficará muito difícil para um portavoz do presidente da República censurar as notícias sobre um bloco de carnaval. Ou tirar do ar o líder do partido do Governo. ■

Hélio Marcos Doyle é jornalista e professor da UnB, onde é subchefe do Departamento de Comunicação e coordenador do curso de graduação em Comunicação. De 1980 a 1986, foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. É também presidente da Associação dos Ex-Alunos da UnB.

Resumen

Política

LA NUEVA VIEJA CENSURA....

La acción del gobierno por controlar los medios de comunicación, especialmente la radio y la televisión, es cada día más intensa. Los propietarios y los editores reciben "recomendaciones" y "sugerencias" sobre el contenido de los noticieros quienes las aceptan por miedo de perder sus concesiones o los generosos presupuestos publicitarios otorgados por el gobierno. Los muchos ejemplos recientes indican que no existe libertad de prensa en el Brasil de la "Nueva República". Contra esta situación hay sólo un camino: democratizar la comunicación.

Abstract

Politics

NEW-LOOK, OLD-STYLE CENSORSHIP

The government's moves to control the media, especially radio and television, are growing more intense as each day passes. Owners and editors are given "recommendations" and "suggestions" regarding the news and given in to official pressure for fear of losing their concessions or the generous hand-outs for government-funded advertisements and propaganda. Recent examples of this sort of intervention abound, indicating that there is virtually no freedom of the press in Brazil's "New Republic". There is now only one way to revert the situation: democratizing communication.

Simbiose e identificação, completude e incompletude em "Betty Blue 37,2° de manhã"

Nahman Armony

Como uma carícia a câmera aproxima-se lentamente de dois corpos nus, enlaçados em uma relação sexual; Zorg e Betty estão perdidos em seu mundo de aflição, prazer e, finalmente, liberdade, gratidão e glória. O espectador vê-se envolvido por um clima de arrebatamento, amorosidade e paixão. As forças da natureza estão soltas e tanto poderão levar à vida quanto à morte.

A câmera agora encontra Zorg em sua casa, saboreando seu almoço – um chili – na gostosa solidão ensolarada do início da tarde. Betty surge inesperadamente à porta, com sua pouca bagagem, numa evidente intenção de lá permanecer; havia abandonado o seu emprego. Passada a surpresa inicial, o ambiente carrega-se de erotismo, eco das sensações vividas durante suas poucas e intensas noites de conhecimento. Há, porém, em Zorg uma certa dureza cautelosa que, percebida por Betty, resulta na frase: *Ce sont tous des salauds* (traduzida no filme por "Todos os homens são uns canalhas"). Revela-se assim a necessidade que Betty tem de se livrar de seus sentimentos negativos; não podendo suportar tensões derivadas da culpa ou da frustração, utiliza-se de estereótipos para descarregá-las. Já aí estão insinuadas a sua impulsividade, a sua intolerância à frustração, a sua dificuldade no reconhecimento do outro. Sua busca de Zorg, um ato súbito, solitário e irrefletido, indica-nos a premência de seu desejo de completude. Zorg está destinado a ser o instrumento e beneficiário deste desejo. Através dele pretende escapar da condicionalidade de uma vida comum, alcançando-se a um círculo mágico, um mundo ilimitado e maravilhoso. Há uma primeira frase reveladora desta disposição: "Não tem importância, nós ainda somos jovens" – uma resposta à modesta situação profissional de Zorg. Por isto mesmo a descoberta dos manuscritos do amante galvaniza Betty. Volume após volume ela os devora, indiferente a qual-



quer outra necessidade ou estímulo. Cai a noite, surge a manhã, e Betty permanece aderida ao manuscrito até o seu término. Tinha descoberto o maior escritor de sua geração. Ele é agora o "seu" gênio e merece um tratamento à altura. Ela o mima, ama, protege e adora. Mas o seu "rei" tem um comportamento em completo desacordo com a realidade. Diante de um patrão prepotente, dono da casa

onde moram, Zorg mostra-se conciliador, submisso, quase covarde. É Betty quem se revolta contra a tirania, os abusos, a grosseria e o desrespeito do patrão, enfrentando-o acintosa, debochada e, mesmo, fisicamente. Seu último protesto é incendiar a casa: um gesto gratuito, irracional, alegre e despreocupado. Zorg, perplexo, vê-se arrastado pela voragem de Betty. Abandonam a casa em chamas e se

instalam na residência de uma amiga, em Paris. Lá ele deverá ter o merecido reconhecimento. Betty, com todas as dificuldades decorrentes do desconhecimento da técnica, atira-se determinada e freneticamente à hercúlea tarefa de datilografar o manuscrito a fim de enviá-lo aos editores. Estes recusam-no com severas e sarcásticas críticas. Neste momento aparece mais claramente a dificuldade de Betty em suportar frustrações; desesperada, ataca um dos editores, ferindo-o no rosto. Zorg protege-a de seu descontrole, contendo-a e pacientemente tranquilizando-a. Ele, porém, não poderia sair incólume de uma relação tão íntima e intensa. Um dos sinais de que aspectos de Betty estavam no impregnando está no episódio da pizza recusada por uma freguesa autoritária, briguenta e desagradável, mas que não deixava de ter razão quanto ao direito de ter servida por Betty a pizza que pedira. Zorg, para evitar uma escalada de violência que se delineava, assume o serviço da mesa. Porém, contrastando com o Zorg submisso do início do filme, vinga-se preparando uma pizza com restos catados no lixo. Betty agora se faz presente dentro dele. Não só no aspecto da agressividade como também na ativação do desejo de ser escritor. A crença de Betty em seu talento o contamina. É esta esperança que mantém a relação estabilizada e feliz. Zorg é o gênio desconhecido que, mais dia, menos dia, será descoberto e o mundo será um prado infinito, onde Betty, cavalo selvagem, galopará livre e sem freios. Talvez por isto ela se entusiasme com a mudança para uma cidade do interior. Lá Zorg teria tranquilidade para produzir suas obras literárias. E Betty não o deixa esquecer sua missão. Solta aqui e ali, como que por acaso, frases onde reafirma o seu desejo e a sua esperança. Até que um dia, estando Zorg a derrubar uma das paredes da casa para tornar a vista mais ampla, Betty fala: "Você derrubando uma parede parece que está escrevendo um livro". A resposta de Zorg é decepcionante; ele deixa transparecer a sua desistência em se tornar um escritor. Betty não consegue aceitar esta situação; a casa transforma-se em sepulcro, espaço cotidiano fechado na mediocridade. Betty torna-se indiferente a Zorg e descuidada consigo mesma. Zorg, preocupado e rejeitado, irrita-se. A situação evolui em um crescendo de desentendimento e raiva, até que, numa discussão mais violenta, Betty soca um vidro, arrebatando-o e machucando a mão. Fora de si,

Betty foge de casa não mais aceitando o carinho do companheiro, sentindo repulsa no mais trivial contato físico. A aparição da polícia funciona como um choque. Betty então reencontra o seu equilíbrio, sua alegria e seu entusiasmo, imaginando-se grávida; solução precária pois a vida estável com filhos e família tem um travo amargo para ela. De qualquer forma, predomina a satisfação de ter um filho na barriga. Betty recupera a sensação de completude. Zorg acredita imediatamente na gravidez apesar do DIU torná-la improvável. Descoberto o engano, Betty transforma-se numa chaga sofredora. Distancia-se cada vez mais do mundo, fechando-se em si mesma; surgem alucinações auditivas. Instala-se uma psicose. Quando um vizinho adverte estas mudanças, Zorg reage agredindo-o. Tal qual Betty, já não consegue aceitar a realidade. Finalmente Betty arranca o próprio olho e é internada numa instituição psiquiátrica. Zorg não suporta ouvir do psiquiatra o diagnóstico de psicose e ataca-o fisicamente. Confronte-se este comportamento descontrolado com sua atitude conformista das primeiras cenas; novas modulações surgiram em sua personalidade, resultado de sua interação com Betty. Proibido de voltar ao hospital, disfarça-se usando roupas femininas. Consegue com este artifício, burlar a vigilância dos enfermeiros e alcançar o quarto da companheira. A escolha do disfarce é uma indicação de sua identificação com Betty. Não suportando o sofrimento e a decadência de Betty, como ela própria não suportaria, mata-a. Na última cena aparece conversando com uma Betty imaginária. Ele agora, também, ouve vozes.

O filme apresenta-nos duas personalidades com características opostas, que, ao se encontrarem, sentem-se violentamente atraídas, como dois pólos magnéticos de sinais contrários. Ele, pusilânime, conformado, cauteloso e conciliador, preocupado com a sobrevivência, mais se limita do que aproveita sua capacidade de se orientar dentro do princípio da realidade; satisfaz-se com pequenos prazeres que a vida lhe oferece em troca de sua exploração e submissão. Ela pretende extrair tudo da vida. Sem limites, está acossada pelo princípio do prazer; a função-beta (Bion) impõe-se a ela no seu curso vital; não suporta o acúmulo de tensões, necessitando rapidamente descarregá-las. O que, evidentemente, não significa que ela não tenha também a função-alfa, a capacidade de

pensar, e, a partir deste pensamento, agir reflexiva e determinadamente; porém, basicamente, o seu pensamento está a serviço de seus desejos onipotentes. Ao mesmo tempo, sentindo-se incompleta, necessita de um complemento masculino para a realização destes desejos. Onipotência, inconformismo, intolerância à frustração, energia livre, ou-sadia, dignidade, ambição, coragem, são algumas de suas características mais marcantes. Estas duas criaturas, díspares em suas manifestações externas, estabelecem uma relação simbiótica na qual mútuas identificações ativam núcleos inconscientes de cada um. Zorg passa a se valorizar mais, torna-se menos controlado, mais agressivo e ambicioso. Betty chega a admitir uma vida provinciana com filhos e família como um substituto de seu desejo de onipotência. Porém, sua intolerância à frustração impede-a de lidar adequadamente com a decepção de não estar grávida. Seu desejo não admitia delongas e por isso mesmo não pode aguardar a retirada do DIU para então engravidar. O filme ironicamente acentua este aspecto, ao aquinhoar o casal com a bênção de uma aceitação editorial para publicação do livro, porém num momento tardio para Betty: ela já está internada na instituição psiquiátrica. Ela, o ser livre, o cavalo indomado, está sujeita às correias que ladeiam sua cama de doente mental. Nem Zorg, nem a Betty que ele conhece e que o habita, suportam a sua decadência. Ele a liberta matando-a e conservando-a viva e íntegra na sua imaginação. Ela é agora, para sempre, parte íntima de si mesmo, o sustentáculo de sua adquirida valorização, liberdade, força, independência. Betty finalmente ocupa o lugar por ela desejado. O filme termina com uma quase repetição de uma cena anterior na qual Betty, ao mudar-se para a casa de Zorg, encontra-o saboreando sua refeição. Como então, a panela de chili está fervendo e Zorg, sozinho em sua casa, prepara-se para se deliciar com seu almoço. Só que desta vez Betty não surge à sua porta. Nem é preciso, pois agora ele a traz dentro de si. Zorg escreve seu livro e conversa com a sua Betty. A espiral completou sua volta e a vida se reinicia de uma nova maneira. ■

Nahman Armony é médico e psicanalista didata da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. Presidente do Círculo Brasileiro de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro, e professor da Universidade Santa Úrsula. Publicou vários artigos psicanalíticos em revistas do Brasil e do exterior.

Resumen

Cine y Sicoanálisis

SIMBIOSIS E IDENTIFICACIÓN, LO COMPLETO Y LO INCOMPLETO EN "BETTY BLUE 37.2º DE MAÑANA".

Como una caricia, la cámara se aproxima lentamente a los dos cuerpos desnudos, enlazados en una relación sexual; Zorg y Betty están perdidos en su mundo de aflicción, placer y, también, de libertad, gratitud y gloria. El espectador se ve comprometido en un clima de amor y pasión. Las fuerzas de la naturaleza están sueltas y pueden llevar tanto a la vida como a la muerte.

Abstract

Cinema and Psychoanalysis

SYMBIOSIS AND IDENTIFICATION, COMPLETENESS AND INCOMPLETENESS IN "BETTY BLUE, 37.2º IN THE MORNING"

The camera eases caressingly towards two naked bodies, entwined in love-making. Zorg and Betty are engrossed in a world of anguish, pleasure and, in the end, liberty, gratefulness and glory. The spectator is drawn into an atmosphere of ecstasy, love and passion. The forces of nature are untethered and may equally lead to life or death.

A visita de João Paulo II ao Chile teve um resultado inesperado: o diálogo entre os militares e representantes das mais diversas tendências políticas, inclusive as proscritas pela ditadura. Acima da violência ou da religião, da repressão ou do medo, revelou-se a vocação de um povo para a paz e a liberdade.



As benesses de uma visita do papa ao Chile

Elga Pérez-Laborde

tradução Edson Cardoso

A presença do papa João Paulo II no Chile desencadeou todas as manifestações que se podiam prever em um país reprimido até a insanidade. Um país profundamente dividido, faminto de diálogo franco e justiça social, desmoralizado pela falta de expectativas concretas para a juventude, pelo desemprego, pela instabilidade e insegurança, pelas permanentes ameaças e ataques contra qualquer manifestação legítima de expressão humana no campo político, religioso, moral e social.

A missão do Sumo Pontífice criou esperanças enormes em uma população que ansiava por um árbitro e um confessor, um mediador entre suas frustrações e o governo. Para mouros e cristãos, incontestavelmente, esta visita criou novas circunstâncias, que permitiram, pela primeira vez quase sem censura, a manifestação pública de conflitos através de alguns meios de comunicação de massa. O que, naturalmente, não impediu a manipulação do pensamento do papa por diversos interesses políticos oficiais e extra-oficiais.

O papa aterrisou em um Chile que mostrou suas feridas, inclusive no seio da própria Igreja Católica. Não tem sido um segredo o grave combate travado durante os últimos anos entre a Igreja e o governo militar. Dentro ou fora do marco ideológico católico, há que se reconhecer que a Igreja vem desempenhando um papel crucial com sua solidariedade aos perseguidos do regime.

Alguns representantes chilenos da Igreja manifestaram seu mal-estar diante das mais diversas situações e, pouco antes da chegada do papa, expressaram por escrito, através da mensagem da Quaresma, sua opinião sobre assuntos que afetam a vida nacional. Entre outros temas, referiram-se a sua preocupação com os direitos humanos, a reconciliação, a privatização das empresas nacionais, o envolvimento das Forças Armadas no assassinato do ex-ministro de Allende, Orlando Letelier, a validade moral que devem ter as leis políticas, legitimadas pela participação plena do povo chileno, etc.

Autoridades terrenas X autoridades espirituais

Existe uma fração da Igreja que considera que se deve manter boas relações com o governo para se conseguir alguns objetivos. Existe outra, representada pelos chamados bispos progressistas, que prioriza as relações com o povo.

Dias antes de receber o papa, o sacerdote Renato Hevia, diretor da prestigiosa revista *Mensaje* (uma revista do Clero), declarou que as relações entre a Igreja e o governo estavam mal "porque estão mal as relações entre o governo e o povo do Chile. E a Igreja nisso não é imparcial, ficando sempre ao lado do bem comum e com a maioria das pessoas, particularmente com os pobres".

Em sua denúncia pública acrescenta ainda que o governo "nos tem tratado com mão muito dura, mas com luva branca". Em mais de dez anos, explicou, "bispos, sacerdotes e leigos têm sido caluniados, dirigentes eclesiais foram presos e sacerdotes es-

trangeiros foram expulsos do Chile, enquanto bombas explodiam e incendiavam igrejas. Não podemos provar quem são, mas são grupos armados que estão atacando impunemente a Igreja".

Esse segmento da Igreja reconheceu que foi uma estratégia do governo mostrar ao papa uma Igreja dividida. Havia afirmado que, embora sinta essa divisão como algo real, acredita que o governo está muito interessado em que a Igreja, de um modo ou de outro, avalize sua gestão, "e ela nunca pretendeu fazê-lo, porque as políticas deste governo não são cristãs. O governo quer mostrar ao papa que há uma Igreja boa e outra má; os bispos maus, comunistas, e os bons bispos, aplaudidos e premiados. Quer mostrar que com ele estão os bons, os que bendizem sua gestão e suas armas; e os que não estão com ele..."

Segundo o Serviço de Informação Confidencial (SIC), os bispos reunidos meses antes da visita do papa manifestaram que "estão perdendo a condução pastoral da Igreja porque a maioria teme pronunciar-se sobre os diferentes temas da realidade nacional".

Neste clima interno da Igreja, João Paulo II beijou o chão do Chile e, segundo suas próprias palavras, com esse gesto quis atingir igualmente a todos os chilenos, como "mensageiro da paz e da vida".

"Desencontros entre o pastor e o general"

Esse foi o título de uma reportagem da revista *Cauce* (abril, 1987), na qual se revelam algumas das muitas inquietações que a visita do papa provocou no governante do Chile.

A reportagem da *Cauce* reproduz ainda algumas declarações de Pinochet à imprensa internacional antes da chegada de João Paulo II. Declarou, por exemplo, ao diário alemão *Die Welt* que "determinados grupos políticos, que têm respaldo no exterior, manifestaram seu interesse em provocar agitação e desordem" durante a permanência do Santo Padre no Chile.

Também assinalou com antecedência à televisão francesa que "a Igreja Católica, apostólica e romana foi infiltrada e daí nasceu a Teologia da Libertação" e que o papa "deseja fazer retornar a fé que existia antes em seu seio".

A verdade é que, em diferentes circunstâncias, Pinochet reiterou sua idéia de que a Igreja e seus representantes devem limitar-se a pregar o evangelho e a resignação.

No entanto, o papa declarou aos jornalistas que o acompanharam na primeira etapa da viagem que a defesa dos direitos do homem "é parte da missão pastoral da Igreja". E acrescentou: "Alguns desejariam separar-nos dela. Eles gostariam de dizer-nos: fiquem na sacristia. Dizem que a ação da Igreja é política, mas não é disso que se trata. A Igreja não pode deixar-se morrer".

O Pontífice disse mais ainda: "Certamente vamos encontrar no Chile um sistema ditatorial. Mas este sistema, por sua própria definição, é transitório... as ditaduras são uma coisa e os ditadores outra. Uma coisa é o ditador que deve passar. O retorno à democracia está garantido. Uma ditadura como um sistema contínuo é outra coisa". Referia-se ao regime polonês, acerca do qual disse que não existia nenhuma base para se esperar uma mudança fundamental nesse sistema político.

Ao contrário, ao ser consultado sobre uma mudança no atual regime chileno, afirmou: "Creio que sim. Ao menos, assim demonstra a experiência latino-americana". Anunciou inclusive a Igreja chilena a seguir a das Filipinas na defesa da liberdade e dos direitos humanos.

Testemunhos vivos para o papa

João Paulo II recolheu todo tipo de experiências no Chile. Sua presença, assim como na Argentina, tornou mais agudas as tensões entre a Igreja e o governo. Indiscutivelmente, sua passagem por ambos os países provocou repercussões políticas que ainda estão por avaliar.

Um comentarista assinalou que a visita do papa rompeu com a incomunicação e a censura e o converteu na testemunha mais eminente da realidade nacional. Coube-lhe presenciar manifestações antigovernamen-

tais e cenas de violência, como as do Parque O'Higgins, durante a cerimônia de beatificação da religiosa chilena Sórora Teresa de Los Andes; no encontro com a juventude no Estádio Nacional e com os moradores de bairros populares, como La Bandera e La Victoria.

O papa escutou discursos e depoimentos que clamavam por liberdade. Seu diálogo com os jovens teve momentos de arrebato e verdade: "Quereis repelir o sexo? Nãoóó!" Segundo a agência espanhola *Efe*, o episódio arrancou espontâneas gargalhadas de todos os presentes. A *France Press* qualificou o fato como "a primeira vaia para o papa... e oxalá seja a última".

Em círculos oficiais, alguns dos discursos foram considerados como "inaceitáveis", especialmente a fala dos representantes dos moradores de bairros populares. Chegou-se a falar em "provocação". Alguém próximo ao governo comentou: "O que é duro para o governo é que as reivindicações dos moradores tenham sido legitimadas pelo papa; porque sua "comoção" foi isso: tornar-se parte dos problemas que os moradores denunciaram".

Durante a visita do papa anunciou-se o fim de uma greve de fome mantida por aproximadamente 400 presos políticos há mais de um mês. No meio jornalístico comentou-se que este foi um dos temas da conversa do papa com Pinochet, no encontro que tiveram no La Moneda, o palácio presidencial.

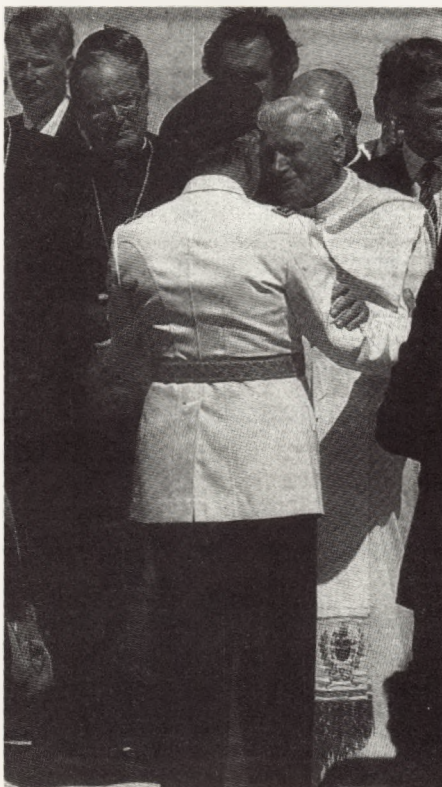
João Paulo II recebeu das mãos dos chefes de departamento da Prelazia da Solidariedade um livro com as fotos dos 758 prisioneiros/desaparecidos registrados no país desde 1973. O papa respondeu: "Levo os prisioneiros/desaparecidos no meu coração".

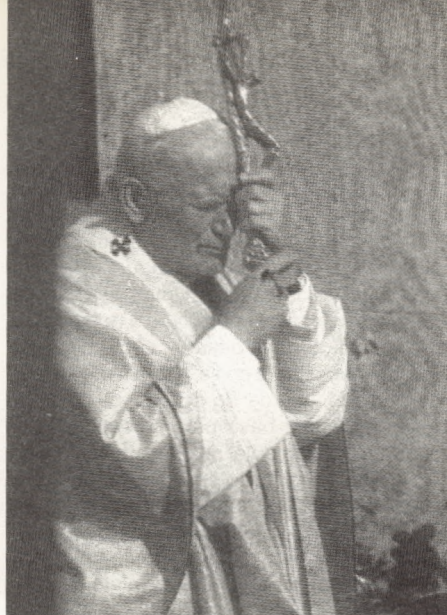
Foi dramático o encontro do papa com Carmen Gloria Quintana. Ela lhe disse: "Eu sou a jovem queimada pelos militares. Juro-lhe que me queimaram". O Pontífice respondeu-lhe: "Eu sei. Prossigas tua luta por justiça e liberdade. Sofreste muito, mas haverá justiça. Teremos justiça."

Reuniu-se também com os dirigentes de todos os partidos políticos que tinham existência legal até setembro de 1973. O Partido Comunista foi um deles. Nessa reunião o papa leu um documento que continha três idéias centrais:

"... que a Igreja não está comprometida com um projeto político determinado; que a política deve estar subordinada a certos princípios, como a fraternidade humana, a justiça, a paz e a liberdade; e, como terceiro ponto, que a solução para os problemas do homem deve ser encontrada em um clima de não-violência, dentro dos limites da paz".

Nessa reunião João Paulo II entregou medalhas a cada um dos presentes, que concordaram em que este deveria ser um bom ponto de partida para que se consiga melhor aproximar as diferentes entidades que buscam uma saída para a crise em que vive o país. Estas, por sua vez, pediram ao papa que





"intercedesse pelos presos políticos, pelo imediato retorno de todos os exilados, pelo fim da repressão e para que se respeite a integridade física daqueles que participaram das invasões de terrenos, ocorridas a propósito de sua visita."

Também recebeu cartas nas entrevistas que manteve com representantes da comunidade Mapuche (minoria étnica), com dirigentes operários e empresários cristãos.

Oficialmente, houve um empenho todo especial em destacar seu papel de "Mensageiro da Paz". Agradeceram-lhe de várias maneiras sua mediação no conflito territorial entre Chile e Argentina, que evitou um confronto armado.

Cada uma das formas de aproximação, com violência ou com nobreza, que o povo chileno teve para com o papa, demonstrou a angustiante necessidade de desafoço, de apoio e reconciliação que anima os diferentes grupos que lutam pelo restabelecimento da democracia.

No entanto, o povo chileno ainda tem um longo caminho a percorrer. As alternativas são difíceis. O problema principal permanece sendo a questão da sucessão do regime e a indispensável reforma constitucional para suprimir o conflito através de legítimas eleições livres.

A pergunta que em todo o mundo se faz acerca das razões do lento avanço da oposição em seu objetivo democratizador tem mui-

tas respostas. Algumas delas apontam principalmente para a falta de lideranças e de uma proposta unificada de oposição, as exclusões de grupos políticos, a existência de duas estratégias na dissidência e a persistência do PC na utilização "de todas as formas de luta", que terminaria por restringir o espaço político.

Deve-se destacar ainda a capacidade do regime de bloquear os acordos, a tentação do retorno ao passado, a ação de cúpulas distanciadas do sentimento nacional, ou a ingenuidade dos dirigentes da oposição, o poder de repressão do regime, a passividade da população como consequência do terror, os desacordos quanto aos conceitos de democracia, a dificuldade de superar as confrontações do passado, a resposta violenta do terrorismo que acaba por fazer o jogo da ditadura, o sectarismo e o dogmatismo de algumas posições, etc., etc..

O importante de tudo isto, em relação à visita de João Paulo II, é que ele pôde saber o que ocorre no Chile e sua presença abriu uma brecha, interna e para o mundo, de informação e comunicação. O papa mobilizou a todos, sem exceção. E ele conseguiu transmitir sua mensagem carismática através de palavras, gestos e atitudes. Duas opiniões politicamente diferentes retratam o efeito que a visita do papa provocou entre os chilenos:

"A principal lição que nos deixou Sua Santidade foi o sentido positivo de sua mensagem. Ele nos transmitiu uma palavra de fé

no homem e no povo, de compromisso com a justiça e a liberdade. Pediu-nos respeito aos direitos humanos e instou-nos a promover a solidariedade e a fraternidade. Deixou-nos uma grande tarefa para realizarmos junto aos pobres e oprimidos. Não excluiu ninguém, chamando a todos para a transformação pessoal e social. Estimulou a todos os chilenos a viverem dando o melhor de si mesmos. Por isto o povo respondeu emocionado a sua mensagem". (Gabriel Valdés, presidente da Democracia Cristã)

"Sua mensagem de vida em um Chile que sofre um regime de morte. Sua mensagem de vida que inclui o respeito pelos direitos dos trabalhadores, o chamamento à juventude para a luta... Sua mensagem que não exclui a nenhum partido político... O papa reuniu-se com toda a oposição e agora devemos nos reunir para encontrar o entendimento amplo e conseguir a democracia. Somente a partir da democracia poderá haver reconciliação." (Patricio Hales, Partido Comunista.)

As palavras do papa flutuaram e gravaram-se no espírito de quantos o viram e ouviram em seu Encontro pela Paz:

"Não empreendais jamais a via da violência, que deriva de cegueira do espírito e de desordem interior. Uma vez mais rogo aos que se utilizam da violência e do terrorismo para que desistam desses métodos desumanos que sacrificam tantas vítimas inocentes... Não admitais as soluções que se baseiam no recurso às armas, porque além de interditar a paz são escandalosas para tantas pessoas que se debatem na pobreza. Oxalá se ampliem cada vez mais os esforços da América Latina para deter a carreira armamentista, que de nenhum modo contribui para a convivência pacífica entre povos irmãos e que absorve importantes recursos que poderiam destinar-se a satisfazer urgentes necessidades de vastos setores da população do mundo." ■

Elga Pérez-Laborde é jornalista profissional, chilena radicada há alguns anos no Brasil

Bibliografía

1. Mensajes de Juan Pablo II en Chile.
2. Revista Apsi, nº 196. Chile, 6-9 de abril de 1987.

3. Revista Hoy, nºs 503 e 509. Chile, 9-15 de março e 20-26 de abril de 1987.

4. Revista Cauce, nºs 101 e 102. Chile, 6 de março/7-13 de abril de 1987.

5. Revista Que Pasa, nº 836. Chile, 16-22 de abril de 1987.

Resumen

Internacional

LOS BENEFICIOS DE LA VISITA DEL PAPA AL CHILE

La visita de Juan Pablo II permitió situaciones inéditas en la historia del régimen militar: franco diálogo con todas las agrupaciones políticas incluyendo las proscritas por la dictadura. Más allá de la violencia o la religión, de la represión o el temor, quedó al descubierto la vocación de un pueblo por la paz y la libertad.

Abstract

International

THE BENEFITS OF THE POPE'S VISIT TO CHILE

Pope John Paul II's visit to Chile sparked off entirely novel situations in the history of the country's military regime: open dialogue with all the different political tendencies, including groups the dictatorship has proscribed. Above violence and religion, repression and fear, the Chilean people's vocation for peace and liberty has been revealed.

Brasileira, maior, eficiente e rentável, dá os seus números para um compromisso de futuro.

Popularização

O Brasil dobrou, em um ano e meio de trabalho, o número de orelhões. Hoje, são mais de 100 mil; até o fim do ano, 160 mil - e até o final da década um telefone público a cada 500 metros.

Interiorização

Todos os 4.200 municípios brasileiros contam com serviços de telecomunicações. E mais que isso: mais de 5 mil pequenos povoados e vilas também já têm telefone. Até o fim desta década serão mais de 11.000 localidades brasileiras servidas pelo Sistema Telebrás.

Democratização

Para que o telefone não seja um privilégio apenas das pessoas ricas, o Ministério das Comunicações, através da Telebrás, pratica uma política tarifária essencialmente voltada para o social. Das 8 às 11 da noite, o interurbano custa 50% mais barato. Das 11 da noite até às 6 da manhã seguinte o desconto é de 75%. Das 6 às 8 da manhã, 50% de desconto. Aos sábados, domingos e feriados nacionais o interurbano tem 50% de desconto durante todo o dia. Além disso, as zonas urbanas interligadas que pagavam interurbano agora pagam apenas o preço de um telefonema normal.

Sistema Telebrás

O Sistema Telebrás, com suas 30 empresas, presta mais de uma centena de serviços de telecomunicações aos brasileiros. São as companhias telefônicas que operam nos estados e mais a Embratel - que liga o país a todo o mundo.

Pesquisa e Desenvolvimento

As pesquisas e avanços tecnológicos alcançados pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da Telebrás, em Campinas, colocam o Brasil no fechado clube de países que dominam a fibra óptica, a tecnologia do laser, as centrais telefônicas computadorizadas e as CPA's.

Política Industrial

O Sistema Telebrás, atendendo a política preconizada pelo Ministério das Comunicações, compra mais de 95% de todos os equipamentos que utiliza da indústria nacional, gerando empregos diretos para mais de 55 mil brasileiros.

Via satélite

Os satélites Brasisalt I e Brasisalt II fazem com que as telecomunicações em seus múltiplos aspectos - transmissão de voz, dados e imagem, cheguem a todos os pontos do país. As comunicações entre o Brasil e o mundo transitam por esses satélites que, além da importância social e política, garantem ao Brasil a ocupação estratégica de um disputado espaço na órbita geo-estacionária.

Telefonia rural

O desenvolvimento da telefonia rural, outra meta prioritária do Ministério das Comunicações, é hoje uma realidade no Brasil. Cerca de 56 mil propriedades rurais contam com serviços telefônicos. Até o fim desta década, serão mais 41 mil.

Competência profissional

Mais de 100 mil brasileiros e brasileiras fazem o Sistema Telebrás. Trabalhando com competência, capacidade técnica e empenho, eles levam o Sistema Telebrás a obter índices de produtividade e qualidade de serviços só comparáveis aos índices obtidos nos países desenvolvidos.

Brasil entre os 10 maiores

Pela eficiência e variedades dos seus serviços, a Telebrás fez o Brasil ingressar no fechado clube dos 10 países com melhores sistemas de Telecomunicações em todo o mundo.

Anote bem esses números. Eles colocam a Telebrás, cada vez mais ao alcance de todos os brasileiros.

Ministério das Comunicações
Governo José Sarney

**SISTEMA
TELEBRÁS**

30 empresas unindo o Brasil e os brasileiros.



O conto da milésima segunda noite

Airton L. Lima Câmara

Para quem sabe decifrá-las, nosso corpo é um repositório de informações valiosas sobre as etapas da evolução da espécie humana. Que dizer das criações do nosso cérebro?

Os mitos primitivos podem conter revelações sobre o universo e as origens do homem.



O Profano é o tempo da Vida; o Sagrado, o tempo da Eternidade.

Junito de Souza Brandão

Quando a humanidade ainda iniciava o processo de povoamento e conquista do planeta, suas formas de obter conhecimento eram primitivas. Em primeiro lugar estava a observação, depois a revelação e, por último, a explicação causal. Hoje, muitas vezes, a explicação causal precede a observação.

A aceitação da obtenção de conhecimento por revelação não é um fato generalizado entre os cientistas. Apesar da existência de vários e famosos exemplos, como o do químico alemão Kekulé von Stradonitz (1829-1896), que relatou ter tido a idéia do anel benzênico após um sonho, onde uma serpente mordida sua própria cauda¹.

Não é somente no terreno da ciência que os homens obtêm suas revelações. O escritor escocês Robert Louis Stevenson (1850-1894) passou anos procurando uma história que se ajustasse à sua "forte impressão da dupla natureza do homem". Uma noite, Stevenson teve um pesadelo. Ao acordar disse à mulher: "Acabei de sonhar com uma magnífica história de terror". Assim nasceu o clássico "O Médico e o Monstro".

Da mesma forma que os nossos corpos detêm informações sobre todas as fases por que passamos, de um ponto de vista evolutivo, podemos esperar que o mesmo ocorra com a nossa mente.

Foi o psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961) quem nos ensinou que o inconsciente coletivo, "locus" dos arquétipos², muito tem a nos revelar. Jung coteja um biólogo que faça anatomia comparada, e mostra as fases da evolução por que passamos, com um estudioso da mente humana que pode encontrar "analogias existentes entre as imagens oníricas do homem moderno e as expressões da mente primitiva, as suas 'imagens coletivas' e seus motivos mitológicos".

Se o nosso corpo vela a história da evolução, por que nossa mente seria uma entidade sem passado?

Podemos compreender mais sobre o universo se estudarmos os mitos primitivos com maior cuidado e com as "lentes" certas. Os homens expressam, através de seus mitos, verdades que "desconhecem". Ao analisarmos um mito cosmológico, podemos ficar diante da oportunidade de testemunhar uma revelação acerca do universo, ou de nossa própria origem.

Em muitas filosofias e religiões aparece com relevo a figura da quaternidade, isto é, o elemento quatro. Os quatro elementos alquímicos; a visão de Ezequiel está imersa na quaternidade, assim como as serpentes de quatro cornos. Esta imagem já foi bastante familiar entre os estudantes da filosofia do Hermetismo³, durante a Idade Média.

Este conceito foi transformado na trindade, no cristianismo. Na alquimia do século XVI, uma serpente de quatro cornos, símbolo do mercúrio era a adversária da trindade cristã.

O que temos agora? Uma idéia remota (aparece no Antigo Testamento) que se transforma em nossa moderna trindade. Arriscamos a afirmar que essa "evolução" do quatro para o três é a evolução de nossa fase de quadrúpede – animal – para nossa fase racional. Vamos analisar a trindade, em separado. Veremos que ela não está presente apenas no pensamento cristão. Vamos encontrá-la em diferentes manifestações do espírito, como por exemplo na mitologia grega.

"Decifra-me ou te devoro"

E bastante comum confundirmos lendas com mitos, às vezes até com fábulas. Portanto, uma definição conceitual de cada uma destas manifestações será, certamente, bem-vinda.

A palavra lenda vem do latim *legenda* que significa "aquilo que deve ser lido". As lendas, em sua maioria, possuem um conteúdo moralizador. São calcadas em fatos históricos distorcidos para que aqueles que entrem em contato com elas absorvam o conteúdo moral de quem as narra.

Os mitos têm, em sua estrutura, a descrição do mundo físico, com todas as suas entidades. Dos relatos levantados, talvez o de Mircea Eliade seja um dos mais claros:

"O mito conta uma história sagrada: ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio. (...) É sempre, portanto, a narrativa de uma "criação": ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser".

Existem alguns pontos de contato entre os objetivos míticos e científicos. Quando estudamos cosmologia, queremos saber a origem do universo da mesma forma que um po-

vo "cria" um mito para explicar-lhe a origem. A diferença está no processo de obtenção da informação. A ciência não lança mão de seres sobrenaturais a quem atribui a função criadora. Não há deuses e heróis no discurso científico.

Sobrenatural é tudo aquilo que extrapola a compreensão humana, posto que não é possível existir algo que não pertença ao conjunto de "coisas" existentes.

Se analisarmos as singularidades físicas ou matemáticas (Box 1), iremos verificar que se tratam de pontos que estão fora de nossa compreensão. Seriam, por construção, pontos "sobrenaturais".

Assim como alguns mitos assumem novas roupagens, também a ciência está bem distante da imutabilidade. O que é uma verdade científica hoje, amanhã poderá não ser mais. A busca constante da parcela cognoscível do universo é a impulsão do saber.

A diferença básica entre o conhecimento científico e o conhecimento mítico está

Box 1

Uma noção de singularidade

Uma singularidade consiste em uma dada região do campo de definição de uma função que não preenche os requisitos necessários para a compreensão da interpretação física do fenômeno ou, no caso da singularidade matemática, ficamos diante de divergências ao infinito. Por exemplo: temos a seguinte função y ,

$$y = \frac{a}{x^2 - 4} \text{ onde } a \text{ é uma constante qualquer.}$$

Podemos verificar que x não poderá assumir os valores ± 2 , pois estes anulariam o denominador da fração, o que não pode ocorrer. Dizemos, então, que os pontos $x = 2$ e $x = -2$ estão fora do domínio da função y . Estes valores de x são pontos de singularidade da função y .

Para demonstrarmos o sentido de uma singularidade física, usaremos como exemplo a relação que determina a massa específica de um corpo sólido, esférico. A massa específica é a razão entre a massa e o volume do corpo:

$$\mu = \frac{m}{v} \text{ onde: } \mu = \text{massa específica} \\ m = \text{massa} \\ v = \text{volume}$$

A relação que nos dá o volume de um corpo esférico é:

$$V = \frac{4}{3} \pi R^3 \text{ onde: } \pi \text{ é uma constante que vale } 3,1416$$

R é o raio do corpo esférico

Ao calcularmos a massa específica de um corpo esférico, temos que ter o cuidado de verificar o que aconteceria se o raio do corpo for diminuindo sempre. A fórmula fica:

$$\mu = \frac{3m}{4\pi R^3}$$

Então, se nós observarmos uma diminuição do raio do corpo, teremos um aumento em sua massa específica. E se o raio sofresse uma diminuição drástica, isto é, tendesse a zero? O denominador da fração tenderia a zero, levando a massa específica ao infinito. Será que isto tem uma interpretação física, um corpo com raio tendendo a zero e massa específica divergindo para o infinito? Não, ainda não temos nenhuma idéia sobre este estado da matéria (apesar de conhecermos um exemplo, que é o do Buraco Negro). O que afirmamos é que o ponto onde o raio é igual a zero é uma singularidade física. Está fora de compreensão o estado em que esta matéria se encontra.

na estrutura interna de cada um dos dois. O mito não tem compromissos com a estruturação lógica, ao passo que à ciência cabe este ônus.

Uma crônica de dezoito bilhões de anos

Até onde a Astronomia sabe, o universo nasceu de uma gigantesca explosão – o **Big Bang** –, que perdura até nossos dias.

Esta hipótese, criada pelo astrônomo belga George Lemaitre (1894-1966), em 1927, pressupõe a existência de um corpo que continha toda a matéria e a energia que existiam no universo. A este corpo Lemaitre chamou **ovo cósmico** (símbolo ligado às cosmologias mais antigas de inúmeros povos). Alguns anos depois, o físico russo, naturalizado norte-americano, George Gamow (1904-1968), que se tornou um dos maiores entusiastas das idéias de Lemaitre, propôs a denominação de **átomo primitivo** para substituir a de **ovo cósmico**. Talvez para substituir um termo com conotações simbólicas por um outro com “ares” mais científicos.

Logo após o início da Grande Explosão, a matéria conforme a conhecemos (prótons, nêutrons, elétrons e as outras partículas) foi surgindo. Com o esfriamento do universo, os fragmentos do **Big Bang** começaram a ter chance de serem reunidos em galáxias.

No interior das nuvens de gás, ocorrem contrações que vão reunindo matéria em pontos determinados. Estes pontos vão aumentando de raio e de temperatura e pressão em seu interior. Quando as condições necessárias e suficientes se estabelecem, “acende-se” o forno termonuclear e ficamos diante de uma estrela.

O núcleo estelar é o “locus” das reações termonucleares que vão gerar a energia que as estrelas emitem ao longo de sua existência. O hidrogênio vai sendo transmutado em hélio (**Box 2**) e, mais tarde, o hélio é transmutado em elementos mais pesados, criando



Há 20 bilhões de anos o “**Big Bang**”, a explosão do “ovo cósmico”, dá início à saga do universo

a cadeia de “fabricação” dos elementos da Tabela Periódica até o ferro.

O processo de produção de elementos mais pesados a partir da reunião de elementos mais leves é chamado de **fusão nuclear**. A fusão gera uma grande quantidade de energia que exerce uma força de dentro para fora. A essa força, dá-se o nome de **pressão de radiação**.

A estrela passa a existir como se fosse uma “dádiva” do equilíbrio entre as duas forças. Uma de fora para dentro, a gravidade, e a outra, de dentro para fora, que é a pressão de radiação. Enquanto perdurar o equilíbrio, temos uma estrela “normal”. Se a gravidade vencer a luta, a estrela degenera.

Quando o objeto estelar está em fase de elaboração do ferro, o equilíbrio entre as duas forças que o mantêm encontra-se em seus limites.

Após a queima do hidrogênio, temos a queima do hélio, o que gera uma temperatura da ordem de 700 milhões de graus Celsius, possibilitando a queima do oxigênio resultante. Quando a temperatura interna alcança a faixa de 1 bilhão de graus, queima o carbono. Aos 3 bilhões de graus, temos a formação do ferro, a partir da queima do silício.

Esta é uma situação crítica para a estrela. Não há mais como queimar o ferro. O núcleo denso começa a sofrer as consequências da alta temperatura e da formidável pressão que se manifestam. A estrela explode sob a forma de uma **supernova** – o mais fantástico cataclismo que pode ocorrer na vida de uma estrela. Uma enorme parcela da matéria da estrela é ejetada para o espaço. O denso núcleo segue seu destino, tornando-se estranhas criaturas conhecidas por **estrelas colapsadas** ou, mais especificamente: **anãs brancas, estrelas de nêutrons e buracos negros**.

Nos últimos mil anos foram registradas quatro explosões deste tipo. A de 1006, na constelação do Lobo, teve um brilho equivalente ao da lua cheia; a de 1054, na constelação do Touro, formou a nebulosa do Caran-

gueio (a mais famosa de todas), e as de 1527 e a de 1604 foram avistadas mesmo durante o dia.

A luneta foi inventada em 1609 e o primeiro telescópio foi construído em 1668. O homem não tem tido muita sorte com as supernovas. Ainda não pudemos observá-las através de instrumentos, dentro de nossa própria galáxia. Desejamos que surja uma supernova na Via Láctea, para que possamos obter informações preciosas, mas que seja bem longe de nós!

A matéria que foi expulsa da estrela irá formar uma nebulosa que conterá todos os elementos que conhecemos (durante a explosão, os elementos acima do ferro são sintetizados, aproveitando-se da fantástica energia liberada no processo). Essa matéria irá “contaminar” o meio interestelar, enriquecendo nuvens de hidrogênio que, ao iniciarem os processos de formação estelar, terão, em seu interior, o material necessário e suficiente para formar um sistema planetário.

Um sistema planetário será, sempre, fruto de uma “reencarnação” da matéria. E nós? Nós, somos “poeira de estrelas”⁴. “Sois pó e ao pó retornarás”.

Evidenciamos que uma estrela é o resultado da “luta” entre duas forças opostas. Há um bom paralelo com a eterna luta entre o **bem** e o **mal**. Não seria válido especularmos que a visão maniqueísta⁵ que temos do mundo é fruto desta informação que trazemos no inconsciente? O universo é formado por galáxias e estas por estrelas. Estes astros são a unidade básica do universo e podemos afirmar que o mundo é fruto do equilíbrio entre forças. É quase natural concluirmos que a nossa visão de mundo seja oriunda deste fato.

Quando a estrela entra na fase de supernova, temos a vitória do mal, da destruição, da desordem, é o retorno ao caos.

Em um tempo posterior, a matéria sob o domínio do mal se torna capaz de reorganizar-se em um outro corpo, e a ordem se restabelece – é a vitória final do bem. É o renascer das cinzas, como a Phoenix.

Facilmente podemos comparar a saga das estrelas à estrutura dos folhetins, onde o mal desorganiza a fase inicial da história e, no final, há a vitória do bem. O sucesso destas histórias nos “rememorizaria” a época em que a matéria que forma nossos corpos habitou uma estrela brilhante que deu sua vida para que pudéssemos existir.

Essa é a “definição” que temos de heróis, ao longo de todo o existir humano. Os heróis dão sua vida para que os outros possam viver melhor. Não somente em relação aos heróis verificamos essa posição, os “santos” são manifestações do “desprendimento” da matéria da supernova.

Surge, assim, um paralelo entre as diversas fases da evolução estelar e a reencarnação, que aparece em inúmeros discursos religiosos do passado e do presente. A idéia da reencarnação deve ser um arquétipo que

Box 2

O ciclo de Bethe

O processo de transmutação do hidrogênio em hélio foi proposto por Hans Albrecht Bethe (1906-), um físico alemão radicado nos Estados Unidos, no ano de 1938. Por coincidência, o astrônomo alemão Carl Wezsäcker formulou a mesma explicação quase que simultaneamente a Bethe.

O processo consiste em uma reunião de quatro núcleos de hidrogênio (ou seja a reunião de quatro prótons), para formar um núcleo de hélio, com a “sobra” de dois dos prótons que irão realimentar um ciclo seguinte.

Este processo libera uma gigantesca quantidade de energia, por conversão de massa. No Sol, cerca de 4 milhões de toneladas de matéria são convertidas em energia, por segundo!

trazemos com a informação do final da evolução estelar e o destino da matéria que é ejetada ao espaço pela estrela que morre.

Foi “resguardada” também para o universo a oportunidade de renascer. Em linhas gerais, o universo pulsante passaria pela fase de crescimento que estamos atravessando, no momento, após o que entraria na fase de encolher-se até formar um novo ovo cósmico, que novamente explodiria, dando origem a um novo universo que iria crescer até atingir o ponto máximo, repetindo todo o ciclo. Assim foi desde os priscos tempos fabulosos onde tudo teria iniciado e assim será até o fim da eternidade.

Quantos universos já existiram antes do nosso? Responder a esta pergunta corresponde a saber quando teria se iniciado a eternidade...

Com um universo pulsante, teríamos muito mais chances de nos sentirmos confortados, pois essa – o mundo atual – não seria a nossa única chance. O universo nasce e renasce durante todo o existir do próprio tempo! No universo de Lemaitre não há essa chance. O mundo explodiu e irá se expandindo para todo o sempre. O universo irá terminar pontilhado de estrelas mortas, planetas gelados e civilizações esquecidas pela total ausência de alguém que possa sentir saudade. Pobre ser humano!

Uma pitada de teogonia

No início era o Caos. Matéria bruta e desorganizada, que deu origem às divindades Primordiais. Dele surgiram Geia, a Terra; Érebo e a Noite. Por sua vez Geia gerou Urano, o Céu estrelado; as Montanhas e o Mar.

As divindades Primordiais geravam sozinhas, sem a participação de um elemento oposto, até que surge Eros – o princípio unificador. Agora Geia não pode gerar sozinha e unindo-se a Urano geram os Titãs, os Ciclopes e os Hecatônquiros.

A vida surge no Caos (uma alegoria do mar), reproduz assexuadamente até que surge Eros – a libido – e a participação dos opostos se materializa na história das espécies. Esta é uma abordagem evolucionista, pois o que se encontra na Teogonia de Hesíodo permite a formação do amálgama gênico que transcende os primórdios da desorganização da matéria primeira.

Um dos Titãs era Cronos (Saturno). Geia, cansada de gerar filhos de Urano, entrega a Saturno uma foice para que ele castrasse seu pai. Com isso, o Titã assume o trono do Mundo. Sabendo, através de um oráculo, que poderia passar pela mesma situação, Saturno devora todos seus filhos, ao nascerem. Cibele, esposa e irmã de Saturno, esconde do pai um menino recém-nado – Zeus (Júpiter). Ao crescer, Zeus dá ao pai uma beberagem

que lhe provoca vômitos, devolvendo então à luz os filhos devorados. Inicia-se a batalha pelo trono do Universo. Após 10 anos de luta, Zeus e seus irmãos vencem e assumem o controle do Mundo. Agora não há mais um senhor absoluto, agora o poder se encontra nas mãos de três deuses irmãos: Zeus, Poseidon e Hades.

É a alternância de idéias, a troca do velho pelo novo, que surge na forma desta “defenestração” mitológica de Cronos.

Dos três senhores do Mundo, Zeus é o mais poderoso. A ele coube o domínio sobre o Céu e a Terra. É o mais impetuoso dos três irmãos. Sua sexualidade é a mais exacerbada. Unindo-se a deusas e mortais, teve inúmeros filhos, e para conseguir seus intentos assumia as mais diversas formas, que podem representar nossas diversas fantasias sexuais. Não havia obstáculo para Zeus exercer a paternidade. Era o próprio instinto de perpetuação da espécie, que deve manter as pegadas do Homem no solo planetário.

Segundo senhor era Netuno (Poseidon), governante dos oceanos, dos terremotos e maremotos. Era sempre representado com um tridente nas mãos, que batendo na Terra fazia nascer fontes e rios. O tridente de Netuno abalava o próprio planeta. Dentro deste espírito, o deus era associado com a epilepsia, doença dos abalos e tremores.

Ao contrário de seu irmão, Netuno somente gerou monstros e bandidos. Monstros e bandidos são seres diferentes de todos os outros. A essa característica de Netuno, podemos associar a idéia da modificação. O deus seria o agente que induz as modificações na herança recebida, seria em uma última análise a própria mutação que diversifica e gera a evolução dos seres vivos.

Por muito tempo Poseidon tenta conquistar o amor da bela Halia. Após uma longa corte, o deus logra a realização de seu desejo e desposa a filha do Mar e da Terra (note-se que o casamento é realizado após uma corte, e não através da força ou do engodo, como ocorre com seu irmão Zeus). Desta união nasce uma filha e seis filhos, que enlouquecidos por Vênus, a deusa do Amor, se apaixonam pela própria mãe e tentam violentá-la. Netuno revoltado com o que vê lança os filhos incestuosos (uma clara manifestação do Complexo de Édipo) às profundezas da Terra (uma clara alegoria do inconsciente).

Netuno sempre sentiu-se rejeitado e complexado por jamais ter sido escolhido para ser o patrono de uma cidade. Por isso, resolve recolher-se ao seu palácio no fundo do mar, deixando para seus irmãos as interações com o Mundo exterior – Netuno é a manifestação da introspecção.

Plutão (Hades) é circunspecto. Não chora nem sorri. É a imagem fria e julgadora dos homens. Hades é invisível como seus domínios, aquele que todos os homens sabem que existe mas não vêem. O deus dos

mortos age inexoravelmente no destino dos que estão fora de seus domínios.

Com o passar dos anos, Hades foi recebendo diversos epítetos, era Eubuleus, “o que dá bons conselhos”; Agesilaos, “o que reúne os povos” (era a tradição); Chrysénios, “aquele que detém as rédeas de ouro” (as regras sociais).

Plutão possuía alguns ajudantes. Um deles era Tanatos, a morte (as tradições também morrem). Quando o moribundo era perjuro ou pecador, quem o apanhava eram as Erínias, imaginadas como três deusas negras, aladas, com a cabeleira eriçada por serpentes. As Erínias jamais deixavam o morto escapar, posto que representavam a proteção à ordem social, encarregadas de punir todo atentado à agregação da família, sustentáculo da Sociedade.

O Monte Olimpo era a “residência oficial das doze divindades principais. A montanha sempre esteve ligada aos deuses e aos homens. No caso específico do Monte Olimpo, poderemos verificar que era habitado por divindades que estavam associadas a virtudes e a defeitos humanos. O Monte Olimpo é um homem. Em seu cume está a orientação, a cabeça, Zeus. O Olimpo é um homem com seus vícios, alegrias, tristezas, virtudes, temores e amores.

Os mitos não são fruto do apedutismo de povos primitivos, mas uma grande e “purificada” fonte de informações preciosas. Vemos a imagem de Geia, a “Grande Mãe”, o arquétipo primevo, surgir milhares de anos após os gregos, sob uma nova forma, a da “Virgem” Maria⁶. A mãe de Cristo vem assumir a posição de Geia, na nova visão cristã evermerizada. Toda a cristandade sofreu muita influência da mitologia grega, através do sincretismo ou da evermerização. Vemos que o culto a Apolo na forma de criança, assim como ocorreu com alguns outros deuses, obedecem ao arquétipo do “vir-a-ser”, de nossas potencialidades. No cristianismo esse culto também é manifesto através da idolatria ao “menino Jesus”.

A trindade grega e a trindade freudiana

Não foi por acaso que Freud “achou”, na mitologia grega, a série de mitos que serviu para espelhar suas interpretações psicanalíticas. Lá estão Édipo e Electra⁷, entre tantos outros que povoam o discurso de Freud.

Jung afirma que os arquétipos criam “mitos, religiões e filosofias que influenciam e caracterizam nações e épocas inteiras”. E mais: “a verdade é que os homens do passado não pensavam nos seus símbolos. Viviam-nos, e eram inconscientemente estimulados pelo seu significado”.

No primeiro capítulo “d'O Esboço de Psicanálise”, Freud descreve o Id como a mais antiga das áreas de ação psíquica. O Id

contém tudo que é herdado, que a pessoa traz como bagagem ao nascer. Inclusive os instintos que se originam da organização somática e que, no Id, encontram uma primeira expressão psíquica, sob formas ainda desconhecidas. Durante toda a vida, o Id é a parte do aparelho psíquico mais importante.

Essa definição parece ir exatamente ao encontro da descrição de Zeus, que era o mais importante (poderoso) dos três irmãos; era filho de Cronos (o Tempo), da mesma forma que a herança o é. Sua sexualidade primitiva impunha a realização de seus desejos. Somos levados a comparar Zeus com o Id.

Uma vez paridos, iniciam novas interações com o mundo. Daí, uma parte do Id sofre um desenvolvimento especial, que passa a ser (a parcela diferenciada) um intermediário entre o Id e o mundo-à-volta. Ora, Poseidon era o Senhor dos mares, onde surgiu a vida precursora da mente humana. O Ego, através da atividade, produz modificações convenientes ao Mundo externo, em seu próprio benefício. Ele conta as exigências dos instintos, decidindo se devem ou não serem aceitas. O Ego sofre as tensões produzidas pelos estímulos. A elevação destas tensões é sentida como **desprazer** e seu abaixamento é interpretado como **prazer**. Ora, o mar sofre as tensões produzidas pelos estímulos gravitacionais e as marés ora se elevam, ora abaixam.

Um aumento do desprazer esperado e previsto é a ansiedade, que é um sinal de perigo, de abalo. Netuno é o senhor dos terremotos.

De tempos em tempos, o Ego corta suas ligações com o mundo exterior e recolhe-se ao sono, para redistribuir sua energia mental. E aí a serenidade do adormecido nos reporta à tranquilidade do espelho d'água refletindo confiança e esperança.

O período que passamos em companhia de nossos pais e/ou educadores será responsável pelo surgimento do terceiro membro que compõe o aparelho psíquico. É o Superego, que surge com uma carga não mais hereditária, como ocorre com o Id, mas sim de aprendizagem. O Superego é formado a partir da interação da criança com quem a educa (reprime). Ele é municiado pelos fatores culturais da sociedade que educa. Por isso, as crianças se adaptam mais facilmente às sociedades alienígenas, nos casos de migrações.

Invisível, Plutão governa o reino dos mortos. O conjunto de ordens e restrições sociais é a origem do Superego; enfim, é o complexo passado que regula o funcionamento da sociedade em questão. Sabemos que este complexo de leis sociais (as leis sociais são leis não-escritas, portanto invisíveis, como o deus) é extremamente enraizado e difícil de ser mudado e, por isso, muito bem representado pelo reino das profundezas. O habitáculo dos mortos é o recôndito do passado.

O conceito de morte é ligado ao de passado. Nossas leis sociais são a manifestação

presente de um passado vivido e enraizado. Quem "traduz" o passado (o mundo dos mortos) para o presente (o mundo dos vivos) é Hades (o Superego).

A dualidade, a trindade e os homens

Os conceitos de dualidade e trindade são encontrados em vários mitos de origem. Existe uma forte razão para que assim seja. Nossos antepassados estiveram muito envolvidos com os números 2 e 3, assim como com seus múltiplos e somatórios, gerando os números especiais 7 e 12.

O número 12 teve inúmeras aparições entre os antigos: o Olimpo possuía 12 divindades principais; o Zodíaco, 12 constelações⁸; o ano, 12 meses; o dia e a noite, 12 horas⁹; Israel tinha 12 tribos. O cristianismo não "escapou" do número 12, pois este era o número de apóstolos de Cristo. Esta fixação dos homens pelo número 12 levou à criação da inusitada medida chamada dúzia, que não é natural como a base 10, pois este é o número de dedos da mão humana.

Não nos resta dúvida que essa determinação pelos números gerados pelas bases 2 e 3 tem uma origem bem definida.

A utilização do número 2 decorre da observação do mundo-à-volta. Em primeiro lugar nossa espécie possui dois sexos distintos; nossa simetria é bilateral e temos dois astros muito importantes em nosso céu: o Sol e a Lua, que coordenam dois importantes ciclos da natureza: a luz e as trevas. O Sol e a Lua tiveram uma importância capital na formação do pensamento mítico, místico e religioso de quase todos os povos do planeta.

A deificação do número dois decorre da observação, a do número três decorre de um fator intrínseco às mentes geradoras. Este número não pode ser divisível por nenhum outro, sendo, então, indestrutível. Sua representação geométrica, o triângulo equilátero, não pode ser derrubada, quaisquer de seus lados lhe serve de base. Da imagem do triângulo surgiram as primeiras e grandiosas trilogias divinas: Anu, Enlil e Ea, na Babilônia, e Osiris, Isis e Hórus, no Egito. Essa visão chegou até nossos dias através da trindade do deus hebraico-cristão: Pai, Filho e Espírito Santo.

Somando-se ao exposto, temos mais uma forte razão pela eleição do número 3, como sendo divino. A própria divisão de nosso aparelho psíquico em três partes. Como os deuses são criados a nossa imagem e semelhança, eles têm a nossa característica de serem trinos.

Comparando a descrição freudiana do aparelho psíquico com um pequeno trecho de Santo Agostinho, que aparece citado na "Suma Teológica" de Santo Tomás de Aquino:

"Una é a essência do Pai, do Filho e do Espírito Santo, na qual não é uma coisa o Pai, outra o Filho e outra o Espírito Santo, embora pessoalmente seja um o Pai, outro o Filho, outro o Espírito Santo."

Se substituirmos Pai, Filho e Espírito Santo por Id, Ego e Superego, o sentido é exatamente o mesmo!

A física clássica também possui sua grande e majestosa tríade: espaço, tempo e matéria. A física moderna, através da relatividade geral, retornou à dualidade, ao transformar a tríade newtoniana na dualidade de Einstein: espaço-tempo e matéria.

Existe uma ligação entre o número 2 e 3, que é o amor. Vaguemos no espaço e no tempo até podermos ouvir Platão.

No "Banquete", Platão relata uma lenda contada por Aristófanes. No início dos tempos, os homens e mulheres eram um só ser. Zeus foi o responsável pela separação em dois seres independentes. Os indivíduos separados se ressentiram com a separação e um passou a buscar o outro. O amor é a nostalgia do tempo em que o homem e a mulher eram um único ser...

O amor é saudade. Saudade de uma época onde havia união. A nostalgia nos leva a repetir o momento de que nos ressentimos da perda. Os homens copulam para "retornar" à época anterior ao ato de Zeus. E, no momento de reproduzir um passado glorioso, imbuídos de uma capacidade divina, nos tornamos criadores, geramos o terceiro membro da tríade – o filho.

O terceiro lado do triângulo surge de um ato criador, quando os homens cotejam a divindade...

O conto da milésima segunda noite

Os homens são uma interação do mundo físico com o psíquico. O "toque mágico" da inteligência possui recônditos ainda nem sonhados. Muitos conceitos, versões ou visões que temos a respeito do universo e de nós mesmos têm uma origem não identificada. Será que os Dogons¹⁰ possuíam noções de genética ao criarem a crença de que as pessoas nascem com 8 sementes, na clavícula, sendo quatro do pai e quatro da mãe? A noção de herança genética está presente nesta crença.

"Deus fez o mundo em sete dias". Por partes. Onde cada uma delas somente se concretizava a partir da verificação de que a anterior havia dado certo. Isso é, sem dúvida, uma visão evolucionista da criação. O conceito darwiniano de evolução das espécies está contido neste método de criar o mundo. Uma espécie somente vinga se o meio ambiente a "aprova". A cada etapa da criação encontramos na Bíblia: "E Deus viu que era bom". O que esta expressão contém é a apro-

vação do meio ambiente, para que a evolução prossiga.

Se imaginamos uma divindade onipotente a onisciente criando o mundo, ela saberia, por construção da hipótese, que o fruto de seu ato criador seria perfeito, não precisaria, portanto, criá-lo por partes.

O Sol irá expandir-se até transformar-se em uma Gigante Vermelha e, ao fazê-lo, irá queimar os planetas Mercúrio, Vênus, a Terra e Marte. Nosso planeta irá ser destruído pelo fogo. Informação que consta no já milenar Apocalipse, na Bíblia. No capítulo 21, do Apocalipse, São João narra: "E vi um céu novo e uma terra nova; porque o primeiro céu e a primeira terra se foram".

É do fogo que nascem as novas terras (planetas) e pelo fogo que elas terminam. A punição do mal pelo fogo é uma velha "idéia" dos homens. O fogo está no início e no fim de um ciclo. O fogo vem dos céus, roubado dos próprios deuses. "O fogo tudo purifica", é a grande catarse dos homens.

Trazemos dentro de nós as respostas para o universo. Somos parte integrante do mundo, o que nos garante as informações sobre o todo.

Isto posto, se configura a possibilidade imanente aos homens de escrevermos nosso próprio conto, nossa própria cosmologia, bastando, para isso, vasculharmos as esquinas de nossas mentes, pois lá, bem no fundo, repousam, adormecidas, o que tanto temos procurado ao longo de nossa saga – respostas.

Cientistas ou sacerdotes?

A ciência é um conjunto de conquistas que fazemos ao mundo. Aos poucos conquistamos terreno à verdade, somente com o preço de não podermos ter a certeza de que a conquista feita representa sua verdadeira face ou é apenas mais uma "caricatura" da realidade física.

Os mitos antigos, ainda não "contaminados" pela razão, se tornam os grandes depositários de respostas novas a provectas questões. A ciência precisa "minerar" as antigas crenças mitológicas em busca de uma espinha dorsal verdadeira, aquela que permitiria o alinhamento do pensamento racional com o que o intelecto humano tem de mais primevo.

É evidente que não podemos esperar que todo e qualquer mito seja um depositário de informações arquetípicas, mas a busca deste sentido deve ser incentivada e intensificada.

A Psicanálise lançou mão deste aliado, ao estudar, de forma sistematizada, os contos de fadas. Quando autores conhecidos de contos de fadas os puseram no papel, estavam transportando à História a Sabedoria popular sobre as ansiedades, sobre a formação da personalidade, enfim os contos de fadas foram "escritos", passo a passo, pelo incons-

ciente coletivo dos povos narradores, até serem normatizados pelos autores que os imortalizaram. Lá, habitam Édipo, o Id, o Ego, o Superego e todas as demais "personagens" do discurso psicanalítico.

A cosmologia também deve procurar seus subsídios. Não há mais lugar para o cientificismo¹¹.

Após as covardes perseguições de que a ciência foi vítima, alguns cientistas tentam construir pedestais onde repousa toda a sabedoria efêmera como se perene fosse.

Quando falamos de ciência, não podemos deixar de citar o teatrólogo alemão Bertold Brecht (1898-1956), que colocou na fala de Galileu Galilei a frase:

Box 3

O apóstolo da convicção

A vida e principalmente a morte de Giordano Bruno (1548-1600) representam um marco na história da astronomia. Ao mesmo tempo podemos tê-lo como símbolo da repressão ao livre pensar.

Giordano Bruno nasceu em uma pequena cidade próxima a Nápoles, na Itália. Batizado como Felipe, trocou seu nome para Giordano ao receber o hábito de clérigo no convento napolitano de São Domingos. Por dez anos vive a vida do convento e estuda teologia, doutorando-se em 1575. Estes estudos levam Bruno a se afastar da ortodoxia católica e lhe valem um processo de heresia. Bruno salva-se do processo e vai para Roma. Diante da nova realidade, Bruno abandona o hábito e peregrina por toda a Itália ensinando astronomia e escreve um livro, infelizmente perdido, chamado "Sobre os Sinais dos Tempos". Em 1579, Bruno é desterrado, por influência da Igreja Católica, e passa a viver na Suíça e na França.

Em 1583, Bruno muda-se para a Inglaterra, onde publica, no espaço de dois anos, várias obras como: "Cela das Cinzas", "Sobre a Causa, o Princípio e o Uno", "Despacho da Besta Triunfante", "Cabala do Cavalo Pégaso", "O Asno Cilênico", "Dos Heróicos Furiosos" e "Sobre o Infinito, o Universo e os Mundos". Ao retornar à França, em 1585, opõe-se mais nitidamente à Filosofia de Aristóteles, o que atrai a ira dos doutores da Sorbonne e leva Bruno à Alemanha. Em 1591 Bruno recebe insistentes convites para retornar à Itália. Estes convites foram feitos por um aluno em potencial que deseja estudar com Giordano. Chegando a Veneza, Bruno hospeda-se na casa de seu futuro aluno – Moçenigo –, que o trai. Em maio de 1592, é preso e entregue ao Tribunal da "Santa" Inquisição. Em janeiro de 1593, Bruno é entregue às autoridades da Igreja e encarcerado por sete anos, ao fim dos quais é condenado à morte na fogueira, juntamente com sua obra considerada herética. No dia 17 de fevereiro de 1600, o apetite sangrento e oportunista de Roma é saciado com mais carne humana, desta vez a de Bruno. Em janeiro de 1600, ao ouvir a sentença da boca de seus assassinos, Bruno declarou: "Tendes mais medo de proferir a sentença contra mim do que eu em recebê-la".

Bruno poderia ter sido salvo se renegasse tudo que havia pregado e escrito, mas sua convicção estava acima da sanha de Roma. Bruno morre. Suas idéias vivem até nossos dias.

"Eu sustento que a única finalidade da ciência é a de aliviar a miséria da existência humana".

Já se faz distante a época que levou Giordano Bruno (Box 3) ao fogo e à glória póstuma. Agora, o perigo ronda a humanidade, não mais alguns homens. A barbárie científica, corroborada por uma política amoral desenvolvida atualmente, coloca em risco a segurança de toda a Terra. O futuro do planeta se encontra nas mãos de muito poucos, onde foi colocado através do conhecimento científico que não mitiga a "miséria da existência humana" mas, ao contrário, a explicita!

O que há para conhecer é a Verdade, que independe da existência dos homens. O universo estava aqui quando chegamos e vamos deixá-lo para trás, quando partirmos. A ciência é fruto dos homens. É o método que pudemos desenvolver com o intuito de alcançarmos a Verdade. Ela, nada mais é do que a ansiedade de saber. A nós, cabe a missão de não afiar o gume da destruição. É chegada a hora do basta ao desenvolvimento científico desordenado e incentivado pela sede de poder e fortuna. Não foi para assistir à manipulação de forças destruidoras que nossos filhos chegaram ao mundo.

Desde que criamos os deuses, incontáveis genocídios foram cometidos em Seu nome ou em nome de sua proteção. Ironicamente nunca se matou em nome dos demônios. Somente os deuses têm suas mãos sujas de sangue; os demônios, as têm limpas.

É o momento de proferirmos o Não que é criador. O Não que permitirá à espécie permanecer no planeta em condições dignas. Não cabe somente ao cientista esta responsabilidade, mas a toda a sociedade. Deve haver esforços planetários, para todos os povos e ideologias.

Há aproximadamente dois milhões de anos o homem vem se desenvolvendo e se aprimorando através da evolução biológica. É uma surpresa que, juntamente com este aprimoramento, não tenha surgido uma evolução ética compatível com o desenvolvimento intelectual. A responsabilidade sobre o futuro do planeta cabe a nós, pois o futuro já começou, começou há dois milhões de anos.■

Airton Lugarinho de Lima Câmara é astrônomo e nasceu no Rio, em 1950. Trabalha atualmente no Planetário de Brasília, depois de seis anos no Planetário do Rio de Janeiro. Suas áreas de interesse são cosmologia, final da evolução estelar e astronomia do sistema solar. Publicou em março de 1985 o livro *Introdução à astronomia do sistema solar*.

Notas

1. A serpente que morde a própria cauda é um antigo símbolo do infinito, do eterno retorno. Para os alquimistas, significava a transmutação da matéria.
2. A idéia de inconsciente coletivo abraça a herança de todas as gerações anteriores ao ser que se expressa. Ele seria um "arquivo" onde a própria identidade da humanidade estaria guardada e resguardada. Este conceito é de Jung e o inconsciente coletivo é habitado pelos arquétipos. O sentido lato dessa expressão, que vem do grego *arkhétipos*, é o de modelo primitivo, ou seja, de idéias inatas. Assim ficaria bastante claro o porquê de determinados mitos, ou facetas deles, aparecerem entre povos afastados espacial e temporalmente. Na obra "Aion – Estudos Sobre o Simbolismo do Si Mesmo", citada por Junito de Souza Brandão in "Mitologia Grega", Volume I, Jung afirma:

"Os conteúdos do inconsciente pessoal são aquisições da existência individual, ao passo que os conteúdos do inconsciente coletivo são arquétipos que existem sempre e a priori".
3. Doutrina ocultista dos alquimistas medievais.
4. Esta expressão foi usada pelo astrofísico norte-americano William Kaufmann III, ao tratar da "reutilização" da matéria estelar na formação dos planetas e da vida eventualmente abrigada neles.
5. O maniqueísmo era uma seita fundada por Maniqueu, um persa que, perseguido pelo rei e pelos magos de seu país, refugiou-se na Mesopotâmia. Quando voltou a sua terra, foi esfolado e atirado às feras. Sua doutrina misturava os conceitos de Zoroastro (ou Zaratustra, reformador da religião persa que viveu no século VI a.C.) com o

cristianismo e afirmava que desde toda a eternidade existem dois princípios, o Bem e o Mal. O primeiro se chama Deus, que domina o reino da Luz, o segundo é Satanás, rei das Trevas, que é mau quanto sua própria natureza, posto que é matéria infeccionada.

6. Richard Dawkins relata em "O Gene Egoísta" que o texto original hebraico da Bíblia, ao ser traduzido pelos eruditos da Septuaginta (versão grega do Antigo Testamento encomendada a 70 sábios, por Ptolomeu II) foi erroneamente interpretado em um importante trecho. A palavra hebraica que significa "jovem" foi traduzida como sendo "virgem". Fazendo com que a famosa profecia ficasse: "Eis que uma virgem conceberá e dará à luz um filho". Há dois mil anos, um dogma se sustenta em um... erro de tradução!
7. Este termo foi proposto por C. Jung, para o Complexo de Édipo feminino. Freud argumentou contra a sua introdução em 1931, através do artigo "Female Sexuality".
8. Na realidade, o caminho aparente do Sol, ao redor da Terra, passa por 13 constelações e não por 12. A constelação de "Ofiúco" foi "esquecida", propositadamente, pelos astrólogos antigos, a "amnésia" parcial perdura até nossos dias. Como os fatos não condizem com os interesses, mudam-se os fatos!
9. As Horas eram filhas de Júpiter e Têmis. Eram doze e sua representação era feita sob a forma de jovens, dançando em companhia das Musas e Graças.
10. O povo Dogon habita a região do antigo Congo Belga, na África.
11. Doutrina filosófica que considera os conhecimentos científicos como definitivos, filosofia que nega a importância dos problemas inacessíveis aos métodos científicos.

Bibliografia

1. ANDRADE, Marisa Soares de. *Dicionário de mitologia greco-romana*. São Paulo, Abril Cultural, s.d.
2. AQUINO, Santo Tomás. *Textos da Suma Teológica*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979. [Os Pensadores]
3. BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis, Vozes, 1986.
4. DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. USP, 1979.
5. DONATO, Hernâni. *História do Calendário*. 2. ed. São Paulo, Melhoramentos: São Paulo: Ed. USP, 1976.
6. FRANZ, M. L. von. "A ciência e o inconsciente", in *O homem e seus símbolos*. Jung, Carl G. [org.], 5. ed. Rio de Janeiro, N. Fronteira, s.d.
7. FREUD, Sigmund. *Esboço de psicanálise*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. [Os Pensadores]
8. HUXLEY, Francis. *O sagrado e o profano: duas faces de uma mesma moeda*. Rio de Janeiro, Primor, 1977.
9. JUNG, Carl G. "Chegando ao inconsciente", in *O homem e seus símbolos*. Jung, Carl G. [org.], 5. ed. Rio de Janeiro, N. Fronteira, s.d.
10. MITOLOGIA. São Paulo, Abril Cultural, s.d.
11. MOORE, Patrick. *Universo em expansão*. São Paulo, Melhoramentos, 1982.
12. OESTERREICHER-MOLLWO, Marianne. *Dicionário de símbolos*, Madrid, Ed. Rioduero, 1983.
13. PLATÃO. *Diálogos*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979. [Os Pensadores]
14. PESSANHA, José América Motta. "Bruno, vida e obra", in Bruno. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. [Os Pensadores]

Leitura recomendada

1. BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
2. BRONOWSKI, J. *O senso comum da ciência*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. USP.
3. BRONOWSKI, J. *A escalada do homem*. São Paulo, Martins Fontes: Brasília, Ed. UnB.
4. BRUNO, Giordano. *Sobre o infinito, o universo e os mundos*. São Paulo, Abril Cultural, [Os Pensadores].
5. BURTT, Edwin A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Brasília, Ed. UnB.
6. CAPRA, Fritjof. *O Tao da Física*. São Paulo, Cultrix.
7. ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo, Perspectiva.
8. ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. Lisboa, Ed. Cosmos.
9. JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo, Martins Fontes: Brasília, Ed. UnB.
10. JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro, Imago.
11. JUNG, Carl Gustav. *O eu e o inconsciente*. Petrópolis, Vozes.
12. KOLAKOWSKI, Leszek. *A presença do mito*. Brasília, Ed. UnB.
13. PRIGOGINE, Ilya & STENGERS, Isabelle. *A nova aliança*. Brasília, Ed. UnB.
14. SOUSA, Eudoro. *História e mito*. Brasília, Ed. UnB.
15. VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo, Brasiliense.

Resumen

Orígenes

EL CUENTO DE LA MILÉSIMA SEGUNDA NOCHE

De la misma forma como nuestro cuerpo tiene información sobre todas las fases por las que pasamos, desde un punto evolutivo podemos esperar que lo mismo ocurra en nuestra mente. Si nuestro cuerpo esconde la historia de la evolución, por qué nuestra mente tendría que ser una entidad sin pasado. Comprenderemos más sobre el universo si estudiamos los mitos primitivos con mayor cuidado y con unos "lentes" apropiados. Al analizar un mito cosmológico, podemos tener la oportunidad de testimoniar una revelación acerca del universo o de nuestro propio origen.

Abstract

Origins

TALE OF THE ONE THOUSAND AND SECOND NIGHT

In the same way that our bodies retain information about all the phases through which we have passed, from an evolutionary point of view, we may expect the same to occur with our minds. If our body conceals the history of evolution, why should our mind be an entity bereft of a past? We shall understand more about the universe if we examine primitive myths with greater care and through the right "lenses". When analysing a cosmological myth, we stumble upon an opportunity to witness a revelation about the universe, or our own origins.

O negro e a democracia

Florestan Fernandes

Este artigo foi originalmente publicado no *Raça & Classe*, o jornal da Comissão do Negro do PT-DF.

Não se poderá dizer que existe democracia, nem justiça social, no Brasil enquanto o negro for discriminado. Ele é a vanguarda natural dos oprimidos, o elemento de ponta entre aqueles que lutam por “um Brasil melhor” e por “uma sociedade justa”.

De uma perspectiva negra, há pouco interesse no debate formal sobre a democracia e sobre o papel que a nova Constituição pode desempenhar para consolidar uma República burguesa democrática. O regime capitalista lança, aqui, suas raízes no passado colonial, na produção escravista e no apogeu que esta alcançou depois da Independência. A escravidão atingiu o seu ponto alto, como fator de acumulação interna de capital, não antes mas depois que se constituiu um Estado nacional. Isso pode parecer um paradoxo. Mas não é. As estruturas coloniais de organização da economia, da sociedade e do poder só conheceram sua plenitude quando os senhores de escravo organizaram sua própria forma de hegemonia. O trabalho escravo passou a gerar um excedente econômico que não ia mais para fora na mesma proporção que anteriormente e sobre ele se alicerçou a primeira expansão do capital comercial dentro do país.

A crise da produção escravista prende-se à proibição do tráfico e às represálias inglesas contra os “navios negreiros”, procedentes da África. A substituição da mão-de-obra negra tornou-se um problema econômico e político. Havia uma “reserva interna” de mão-de-obra escrava, que se concentrava nas minas e nos centros de produção do

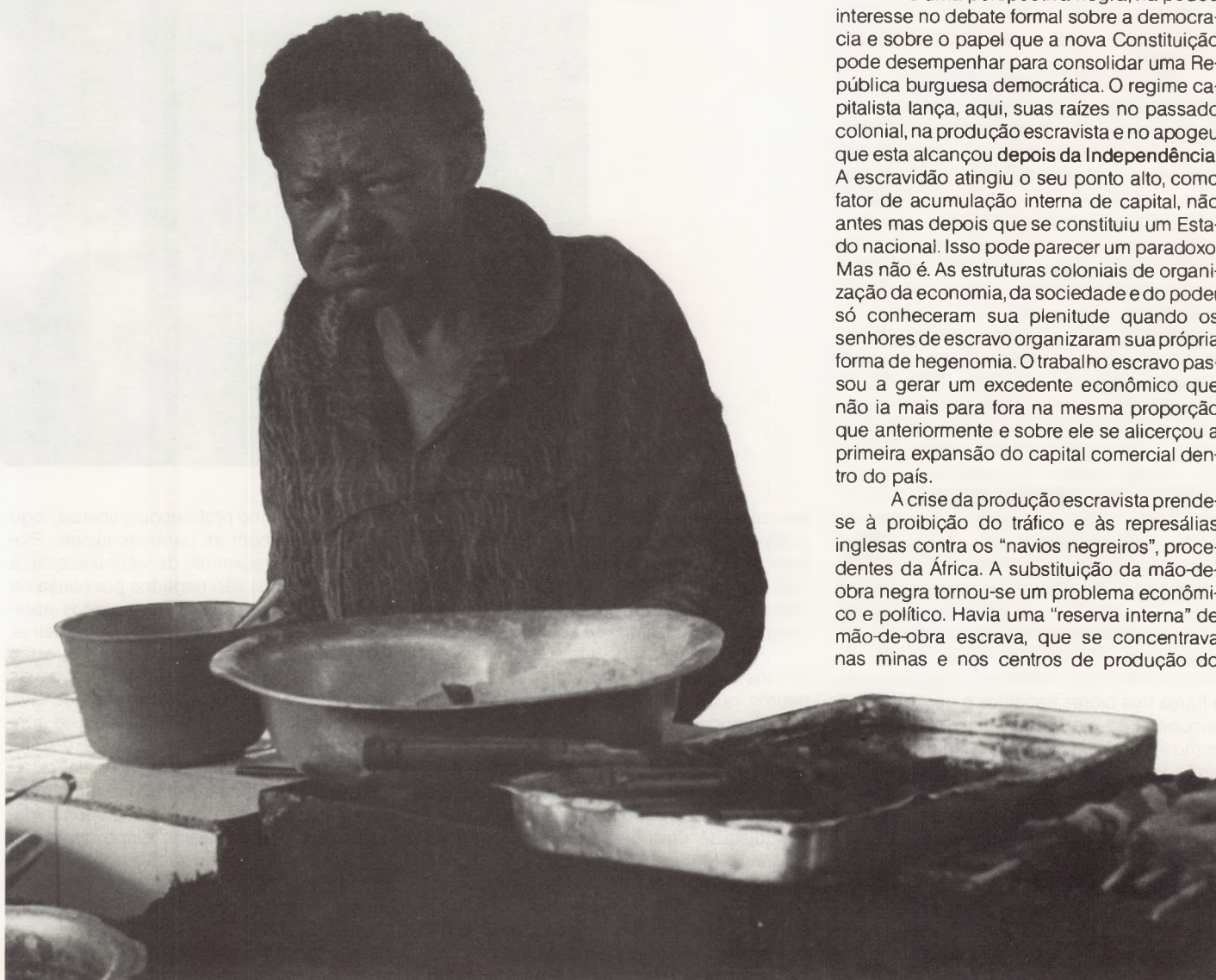


Foto: Carlos Cruz

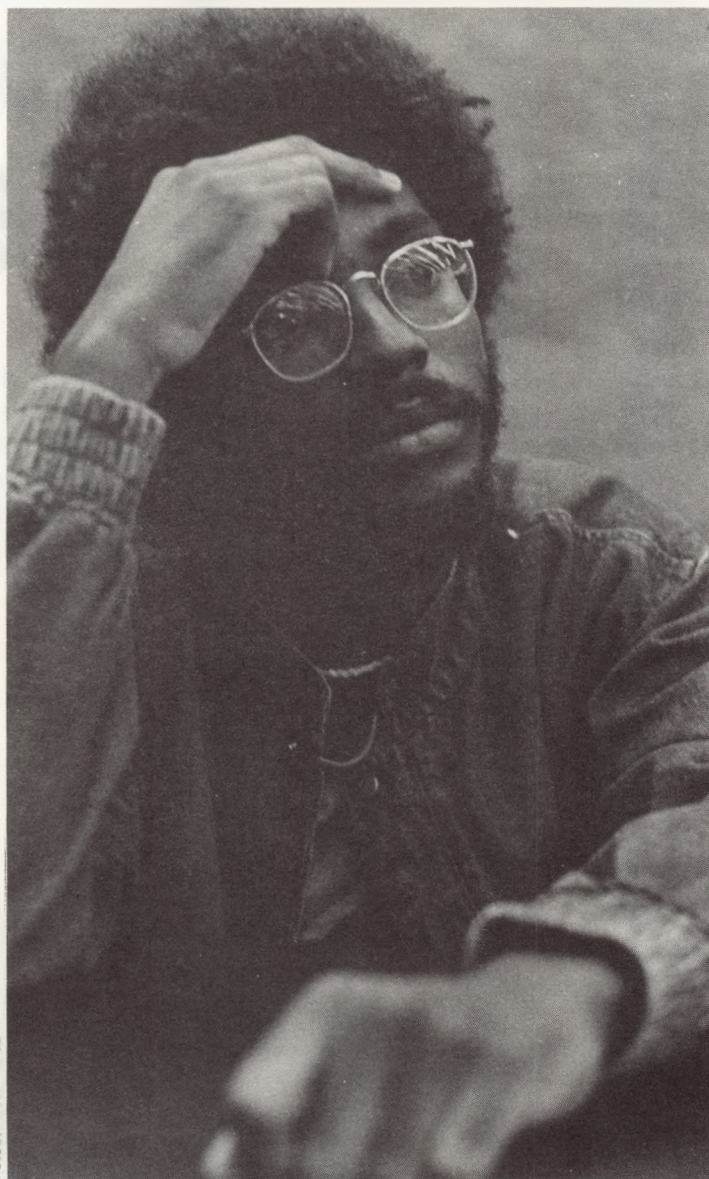
Nordeste. Quando o café apareceu como o produto de exportação que iria comandar a vida econômica do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, essa reserva foi deslocada. Todavia, existia uma ameaça sombria: como enfrentar o dilema do desaparecimento do trabalho produtivo? Formularam-se projetos de "preparação do escravo e do liberto para o trabalho livre". Porém, esses projetos não prosperaram tão solidamente como se poderia esperar. Logo se descobriu que a imigração punha à disposição dos fazendeiros e do crescimento econômico urbano outro tipo de reserva de mão-de-obra, a custos baixos. As leis emancipacionistas golpearam ainda mais o modo de produção escravista e fortaleceram as duas preocupações, a da preparação do negro para o trabalho livre e a da importação de imigrantes, como mão-de-obra barata. Por fim, prevaleceu a última tendência. A escravidão se esboroou mas o substituto e o sucessor do escravo não foi o trabalhador negro livre, mas o trabalhador branco livre estrangeiro, ou então o homem pobre livre, mestiço ou branco, porém sempre marginalizado sob o regime de produção escravista.

Essa recapitulação parece levar-nos a fatos longínquos e sem relação com o presente. No entanto, ela é crucial. A moldura histórica da desagregação do modo de produção escravista e da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre evidencia uma última espoliação dos antigos escravos, libertos e imaturos no Brasil. O negro só encontrou alguma oportunidade de transição balanceada ou quando submergia na economia de subsistência através das migrações que se sucederam à abolição, pois os antigos escravos buscavam as regiões de origem, ou quando permanecia nas áreas que entravam em decadência e em estagnação econômica relativa. O trabalho livre não contou como uma fonte de libertação do homem e da mulher negros: ele os coloca em competição com os imigrantes em condições desiguais. Os empregadores consideravam os "trabalhadores livres" recém-chegados uma opção melhor, mais racional e compensadora! Protegida pela experiência de trabalho nos sobrados e nas casas grandes, a mulher negra dispunha de muitas oportunidades de emprego. O homem negro, no entanto, foi peneirado ou selecionado negativamente. Empurrado para a franja dos piores trabalhos e de mais baixa remuneração ele se sentiu, subjetivamente, como se ainda estivesse condenado à escravidão. Em muitos lugares, preferiu não aceitar as oportunidades de trabalho acessíveis e desenvolveu uma espécie de parasitismo destrutivo sobre a companhia negra. O quadro negativo se completava porque, com o advento da República, só teoricamente era livre e cidadão. Como outros homens pobres, mestiços e brancos, brasileiros e estrangeiros, o negro não é cidadão – nem mesmo um cidadão de segunda ou terceira categoria. O

"O racismo de nossa cultura impõe aos negros, desde a sua juventude, graves conflitos de identidade."

Edson Cardoso

Fotos: Carlos Cruz

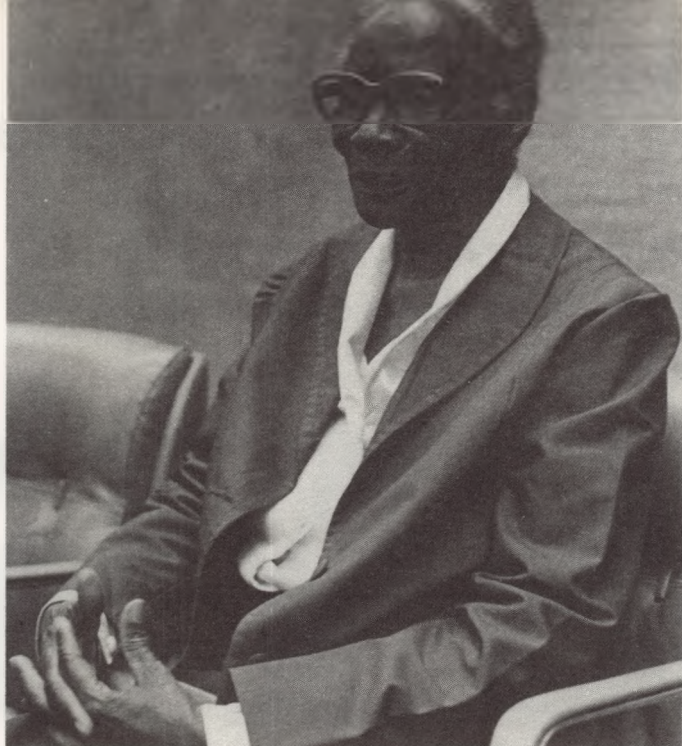


estudo da cidade de São Paulo, que fiz com o professor Roger Bastide, demonstrou que teria de decorrer mais de meio século para que o negro pudesse começar a bater-se pela conquista da cidadania, um processo longo e doloroso, no qual ainda se acha mergulhado.

Essa discussão sugere a complexidade dos dilemas que são enfrentados pelos negros, quando se fala de democracia. Para eles democracia quer dizer democracia racial, uma transformação simultânea de relações raciais e de relações de classes, nas quais se acham envolvidos. Existem barreiras sociais e, ao lado delas, barreiras raciais na luta pela conquista de "um lugar ao sol" e da "condição de gente". Muitos afirmam que o preconceito de cor é um fenômeno de classe e que no Brasil não existem barreiras raciais. Todavia, estas se manifestam de vários modos e são muito fortes. Aqueles que conseguem varar as barreiras sociais, qualificando-se como

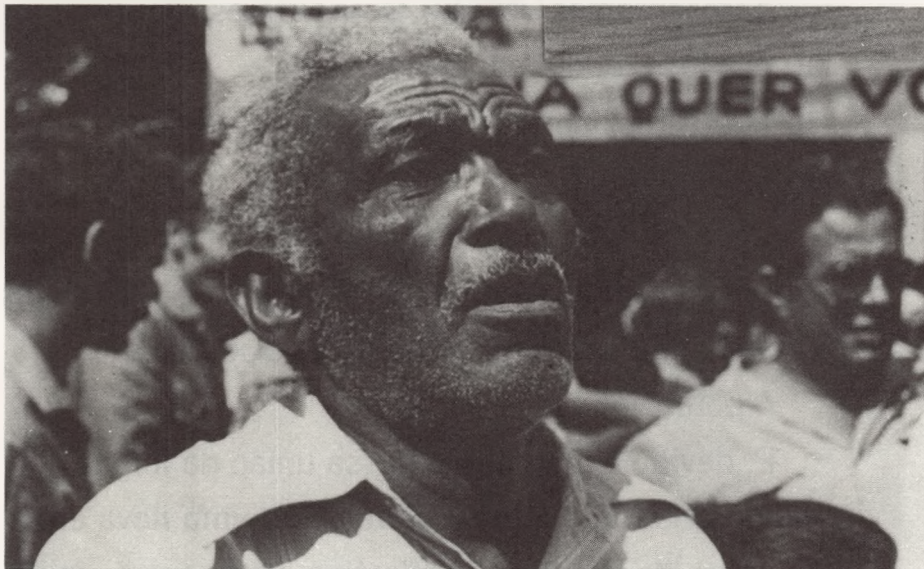
técnicos ou como profissionais liberais, logo se defrontam com as barreiras raciais. Promoção, reconhecimento de valor e acesso a vários empregos são negados por causa da condição racial, embora os pretextos apresentados escondam as razões verdadeiras. Para a massa de população negra a questão é ainda mais grave que para suas pequenas elites. Ela se vê expulsa da sociedade civil, marginalizada e excluída. E defronta-se com o peso de um bloqueio insuperável e de uma forma de dominação racial hipócrita, extremamente cruel e camuflada, que aumenta a exploração do negro, anula suas oportunidades sociais, mas ao mesmo tempo identifica o Brasil como um país no qual reina harmonia e igualdade entre as raças. A armadilha faz a cabeça do negro, que se desorienta e com frequência acaba capitulando, como se ele fosse responsável pelos "seus fracassos".

Em um estudo que fiz, com dados do



"No passado e no presente, a mulher negra se destaca na dramática preservação da identidade étnica e dos valores culturais."

Edson Cardoso



censo de 1940, descobri que a distribuição desigual das oportunidades vai das ocupações à educação e é tão forte, em termos relativos, em São Paulo quanto na Bahia. Em estudo posterior, sobre dados mais recentes, Eduardo Matarazzo Suplicy constatou a mesma coisa. Não há, aí, só "comprovação empírica" de um estudo pelo outro. Há algo pior. Cotejados entre si, os dois estudos demonstram como é lenta a transformação das rela-

ções de classes que se cruzam com as relações de raça. E como é urgente que o negro se organize, como fez no passado (nas décadas de 1930 e de 1940, em São Paulo e no Rio de Janeiro), em movimentos sociais que tenham por objetivos destruir as barreiras sociais e as barreiras raciais que são obstáculos à sua participação na economia, na sociedade civil, na cultura, no Estado, etc., em condições de igualdade com os brancos de posi-

ção de classe análoga. Marx e Engels afirmaram que a emancipação coletiva dos trabalhadores deve ser realizada pelos próprios trabalhadores. Essa afirmação também é verdadeira com referência aos negros. Cabe-lhes conquistar a sua auto-emancipação coletiva, libertando-se de uma situação desumana, ultrajante e insustentável, que nos prende ao passado e a padrões de dominação racial obsoletos.

Desse ângulo, o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita. O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido-maior. Ao mesmo tempo, o negro deve ter a consciência clara de que sua emancipação coletiva põe o problema da democracia e de uma República democrática sem subterfúgios: a revolução dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades econômicas, educacionais, culturais, políticas, etc., que afetam os estratos negros e mestiços da população. Mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a sua luta por liberdade e igualdade possui uma significação socialista. Daí ser ele uma vanguarda natural entre os oprimidos, os humildes, os explorados, enfim, o elemento de ponta daqueles que lutam por "um Brasil melhor" ou por "uma sociedade justa". O PT precisa avançar muito para acompanhar o processo de luta que emerge por dentro e através desses estratos da população. Porque, nessa esfera, não basta apontar para o caráter emancipador do socialismo proletário. É preciso que o socialismo proletário venha embebido de um impulso radical profundo, que ultrapasse a libertação coletiva da classe trabalhadora e destrua, até ao fim e até ao fundo, a opressão racial. ■

Florestan Fernandes é sociólogo, ensaísta e deputado federal pelo PT-SP. Publicou, entre muitos outros trabalhos, *Brancos e negros em São Paulo* (1971) e *A integração do negro na sociedade de classes* (1978).

Resumen

Tema racial

EL NEGRO Y LA DEMOCRACIA

La democracia sólo será una realidad cuando exista, de hecho, igualdad racial en el Brasil, y el negro no sufra ninguna clase de discriminación, de prejuicio, de condenación ni de segregación ya sea en términos de clase o de raza. Por este motivo, el negro es una vanguardia natural entre los oprimidos, los humildes, los explotados, en fin el elemento de "punta" entre los que luchan por un "Brasil mejor" o por "una sociedad justa".

Abstract

The race issue

BLACKS AND DEMOCRACY

There will only be true democracy in Brazil when there is de facto racial equality and blacks no longer suffer any form of discrimination, prejudice, stigmatization and segregation, be it in terms of class or race. This is why blacks are the natural standard bearers of the oppressed, the humble, the exploited. They are, in other words, the foremost element among those striving for "a better Brazil" or "a just society".

Duas empresas orgulhosas de sua tradição.
Duas empresas buscando os mesmos objetivos.
Duas companhias que se tornaram uma.
Sperry Corporation e Burroughs Corporation
 se sentem orgulhosas em anunciar sua
união.

UNISYS

Apresentamos UNISYS. Uma empresa de
10 bilhões de dólares, com mais de
100.000 funcionários dedicados, em mais de
100 países.

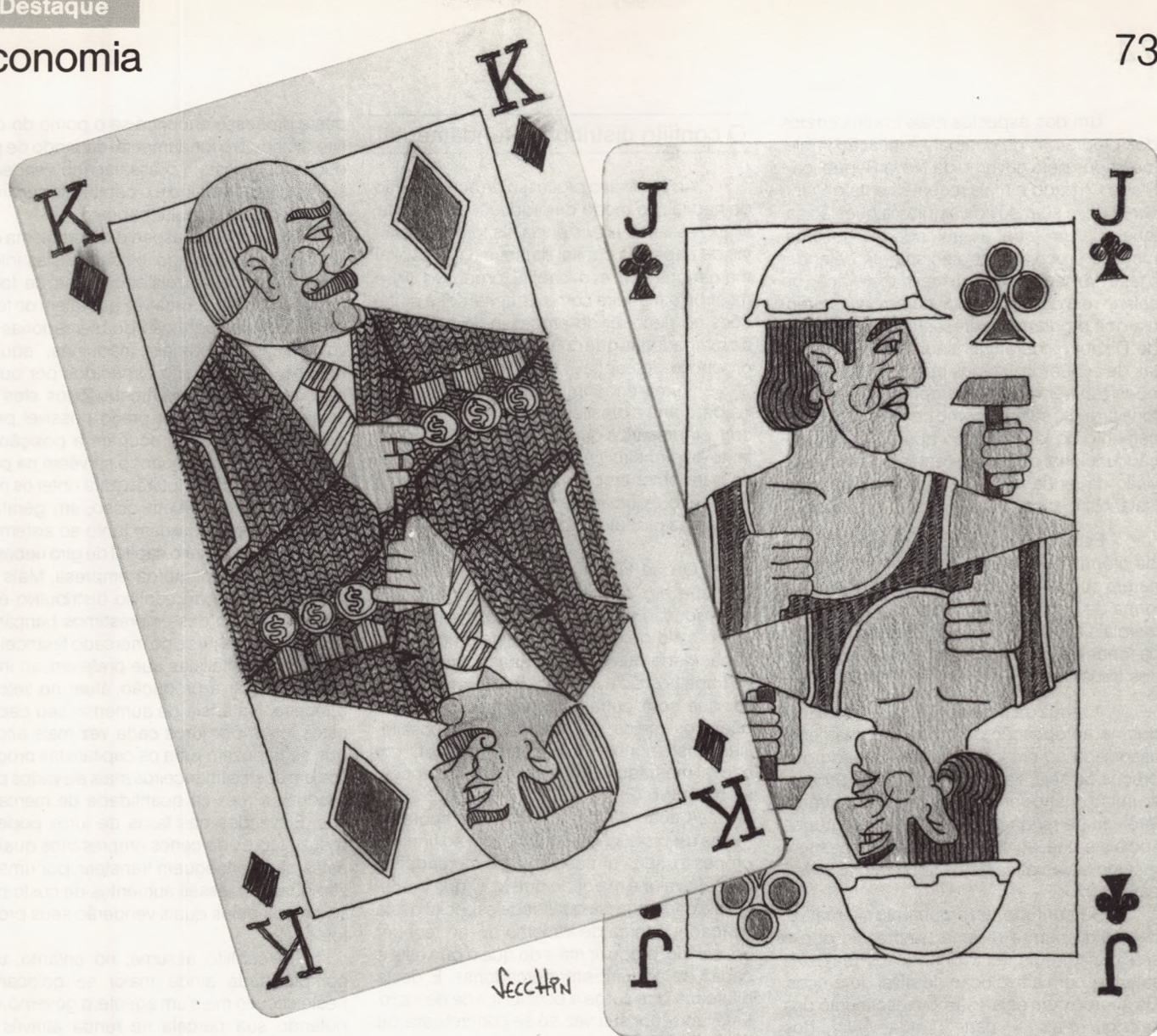
UNISYS. A força e a estabilidade de uma
empresa, com os recursos da Sperry e da Burroughs
combinados, resultaram nessa nova potência

A potência².

E, devido à magnitude dessa união de forças,
a indústria da informática entra em uma nova era.
Uma era de escolha significativa. Uma era de real
competição.

Dessa competição, surgirá um único vencedor.
Você.

UNISYS
A potência²



Inflação e conflito distributivo:

um jogo de cartas marcadas

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Maria Luíza Falcão Silva

“... o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e..., em consequência disso, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais

ou menos até seu limite mínimo. Porém, se tal é a tendência das coisas nesse sistema, quer isso dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação?”

(K. Marx. Salário, Preço e Lucro)

A questão salarial é um dos aspectos mais controvertidos dos programas de combate à inflação do governo da Nova República. Enquanto autoridades apontam vantagens para o trabalhador nos planos Cruzado e Bresser, economistas e líderes sindicais falam em arrocho, denunciando o agravamento do já dramático quadro de repartição funcional da renda.

Um dos aspectos mais controvertidos dos programas de combate à inflação implementados pelo governo da Nova República – Plano Cruzado e mais recentemente o Plano Bresser – é sem dúvida alguma a questão salarial. De um lado, as autoridades governamentais procuram insistentemente defender a tese da manutenção ou mesmo elevação do salário real do trabalhador, como consequência dos programas apresentados à sociedade. De outro, lideranças sindicais e economistas de esquerda, ligados ou não a setores de oposição, vêm de público denunciar mais um forte arrocho salarial, como consequente aguçamento do já dramático quadro de repartição funcional da renda – entendida como divisão da renda nacional entre trabalhadores (salários) e capitalistas (lucros) – no Brasil.

Estudos recentemente divulgados pelas próprias autoridades governamentais sugerem que os capitalistas apropriam-se sob a forma de lucros (lucros industriais, lucros comerciais, aluguéis, juros, etc.) de cerca de 70% da renda nacional, enquanto que ao conjunto dos trabalhadores cabem os 30% restantes.

A reduzida participação dos assalariados na apropriação da renda é comumente associada ao crescimento desenfreado dos preços, ou seja, à convicção de que o processo inflacionário serve de mecanismo de transferência de renda entre os diferentes grupos sociais e que, no caso brasileiro, o ônus tem recaído sistematicamente sobre a classe trabalhadora.

Há, contudo, um argumento alternativo, defendido com a mesma veemência que o seu concorrente, relacionando os reajustes salariais com a evolução do nível de preços. De acordo com esta visão, o crescimento dos salários reais – parte fundamental dos custos de produção das mercadorias – é apontado como o principal fator alimentador do processo inflacionário. Na presença de um aumento de salários e consequente pressão sobre os custos de produção, os empresários, na ânsia de manterem suas margens de lucro, reagem elevando os preços aos quais suas mercadorias serão vendidas no mercado.

No nosso entender, o esclarecimento deste debate passa pela resposta a três questões mais profundas que tentaremos desenvolver aqui:

1. Qual é o conflito distributivo fundamental que se estabelece no modo de produção capitalista?

2. De que forma o crescimento desordenado dos preços sanciona este conflito?

3. Como se comporta o governo, na sua condição de árbitro deste processo conflitivo de transferência de renda entre os diferentes segmentos da sociedade?

O conflito distributivo fundamental

Ao analisar o processo de acumulação de capital, no modo de produção capitalista, Marx ressaltou a existência de formas distintas de capital: o capital dinheiro (D), o capital mercadoria (M) e o capital produtivo (P) e mostrou a maneira como o capital sofre mutações no decorrer do processo de produção de mercadorias que contém o processo de reprodução do capital.

Numa economia capitalista industrializada, como a brasileira, vamos nos defrontar com empresários que dispõem de certo montante de dinheiro (D), ou do prestígio necessário para obter empréstimos junto ao sistema financeiro, e que aplicarão na organização de empresas produtoras de mercadorias específicas.

O que faz com que este dinheiro se converta em capital é a compra de meios de produção e de força de trabalho para iniciar o ciclo de produção. Neste momento, a capacidade humana de trabalho, ou a força de trabalho, não é mais do que uma mercadoria, que com outras mercadorias que compõem os meios de produção vão possibilitar a metamorfose do capital dinheiro (D) em capital mercadoria (M) e dar início ao processo produtivo (P).

A ação da força de trabalho sobre os meios de produção permitirá que, ao final do processo, surja um conjunto de mercadorias M', cujo valor é maior do que M. O que permite esta diferença é a qualidade especial desta mercadoria força de trabalho de, ao receber um salário, produzir mais do que o que este é capaz de adquirir em mercadorias. É esta diferença que surge a possibilidade de lucro. Este lucro, por sua vez, só se concretizará, ou só se realizará de fato, se M' se transformar novamente em dinheiro, D', finalizando o ciclo de reprodução do capital que pode ser representado esquematicamente como:

$$D - M - P - M' - D'$$

Este esquema permite situar o conflito distributivo fundamental. Um processo que parece espontâneo, onde o trabalhador procura o capitalista para vender sua força de trabalho em troca de um salário, de fato não o é. O aparecimento do capitalismo aniquilou produtores independentes e requereu o aparecimento de um conjunto de indivíduos que, ao invés de venderem o resultado do seu trabalho, só têm para vender uma única mercadoria, a sua força de trabalho. Separada dos meios de produção a classe trabalhadora acha-se submetida ao capital, sendo forçada a vender a sua força de trabalho em troca de um salário. A diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor do seu salário é chamada de mais-valia. Apropriada pelo capitalista, constituir-se-á na fonte que permitirá que D' seja superior a D – processo que caracteriza a expansão do capital. Na base

deste processo encontra-se o pomo do conflito distributivo fundamental do modo de produção capitalista – o assalariado vendendo sua força de trabalho e o capitalista servindo-se dela para acumular capital.

Há um outro aspecto do problema que precisa ser destacado: os capitalistas interagem no processo relatado acima de forma também conflitiva, uma vez que, além de força de trabalho, a produção de mercadorias envolve matérias-primas, máquinas, equipamentos, etc., que são fornecidos por outros capitalistas. Individualmente, todos eles desejam pagar o menor preço possível pelas mercadorias quando ocupam a posição de compradores, mas quando se vêem na posição de vendedores lutarão para obter os mais elevados preços. Além disso, em geral, os capitalistas se endividam junto ao sistema financeiro para obter o capital de giro necessário ao funcionamento da empresa. Mais um desdobramento do conflito distributivo é revelado: o custo dos empréstimos bancários, isto é, a taxa de juros do mercado financeiro é renda de capitalistas que preferem, ao invés de se dedicar à produção, atuar no setor financeiro. Na ânsia de aumentar seu capital, estes lutam por juros cada vez mais altos e que se traduzem para os capitalistas produtivos em custos financeiros mais elevados para produzir a mesma quantidade de mercadorias. Elevações nas taxas de juros poderão reduzir lucros de certos empresários quando estes não conseguem transferir, por uma razão qualquer, esses aumentos de custo para os preços pelos quais venderão seus produtos.

O conflito assume, no entanto, uma complexidade ainda maior se colocamos neste circuito mais um agente, o governo, disputando sua parcela na renda através da apropriação de parcela dos salários e dos lucros, sob a forma de tributos diversos.

Do exposto depreende-se que o processo de acumulação de capital não é nada simples e muito menos harmônico.

Individualmente, todos os capitalistas preferem pagar o menor salário possível e o menor preço pelos meios de produção para aumentar o seu lucro. A cada capitalista individual não basta qualquer lucro, mas o lucro máximo, para acumular cada vez mais capital – única forma de se garantir enquanto tal diante da concorrência intercapitalista. Contudo, como todos os capitalistas procedem de forma idêntica, surgem sistematicamente alguns problemas na economia. Uma vez que as mercadorias têm que ser vendidas para permitir a metamorfose M' – D' e realizar os almejados lucros, a queda de poder de compra dos trabalhadores pode impedir a venda de mercadorias que são compradas com salários. Por outro lado, o aumento dos custos financeiros e do custo dos meios de produção pode inviabilizar o reinício do processo produtivo P no mesmo ritmo, se no ciclo anterior

os lucros obtidos por alguns capitalistas for insuficiente para cobrir tal aumento.

Tendo em vista o que foi até aqui exposto é possível concluir que:

a. existem limites para a fixação dos salários: quando muito baixos ameaçam a integridade física dos trabalhadores e quando muito elevados ameaçam os lucros dos capitalistas;

b. a questão da existência de demanda para os bens produzidos, viabilizando as vendas e os lucros, deverá assumir lugar de destaque nas decisões de política econômica dos diferentes governos.

Estas conclusões nos levam a duas outras. Em primeiro lugar, a de que o processo de formação de preços numa economia é também um processo de formação de rendas. Preços são compostos de custos e lucros; custos podem ser decompostos em salários e lucros e, portanto, preços embutem um conflito entre capitalistas e trabalhadores por parcelas da renda gerada na economia. Em segundo lugar, pode existir uma taxa de salários média e uma taxa de lucro média compatíveis como o funcionamento de determinada estrutura produtiva. A compatibilidade, aqui, tem a ver com a estrutura de demanda decorrente de determinado perfil de distribuição da renda, que seja coerente com a estrutura de oferta de mercadorias, possibilitando que a geração das rendas no processo produtivo absorva as mercadorias produzidas, garantindo então a realização dos lucros e novo ciclo de produção ampliada.

As observações feitas até aqui nos permitirão analisar em seguida o processo inflacionário enquanto processo que, por um lado, sanciona o conflito distributivo aqui exposto, servindo desta forma ao processo de reprodução do capital. Por outro lado, este processo coloca também problemas à acumulação, exigindo a intervenção do governo.

Inflação: a sanção do conflito fundamental

Inflação significa, de forma concreta e simples, aumento generalizado de preços. Preços são compostos, já vimos, de custos para o capitalista, ao converter D em M para iniciar o ciclo produtivo P. Estes custos, também já vimos, decorrem de pagamentos de salários à força de trabalho e de compra de meios de produção de outros empresários. Para estes, o processo de produção também significou compra de força de trabalho e de outros meios de produção. Assim, os custos de produção podem ser decompostos em salários e lucros de outros empresários e a mera afirmativa de que aumentos de salários conduz a aumentos de preços significa, no mínimo, desconhecer a relação entre o todo e as partes, não contemplando a possibilidade de redução dos lucros.

Chegamos assim à primeira qualificação: se salários sobem, os preços só têm que subir se os lucros não caírem. Os lucros não podem cair em princípio e em geral porque, como vimos no item anterior, estamos no modo de produção capitalista, cujo objetivo é a acumulação de capital para a qual os lucros são necessários.

A inflação, a partir dessas observações, não é mais do que um processo através do qual os agentes econômicos procuram garantir uma fatia maior do produto *vis-à-vis* os outros. O conflito é então entre empresários e entre empresários e trabalhadores.

Salvo em ocasiões onde há crescimento econômico e relativa escassez de mão-de-obra, os trabalhadores não têm condições de ocupar uma posição ativa neste conflito, apesar disto ser mais do que legítimo, tendo em vista que sem eles não há produção alguma. Por isto, em geral, os aumentos de preços precedem os dos salários, cabendo aos trabalhadores apenas tentar impedir a corrosão destes últimos de maneira a, quando muito, manter a mesma fatia, o que lhes dá um caráter reativo neste processo.

Algumas concepções apontam uma causalidade aparentemente ativa entre salários e inflação. O argumento é de que um aumento real de salários pressiona a demanda por bens salariais e os preços sobem. Ora, isto ocorre porque a estrutura de oferta atende a um padrão de distribuição de renda já estabelecido e por isso não se acha apta a responder de imediato ao aumento da demanda. Portanto, quando se trata de política econômica, por que contar apenas uma parte da verdade, dizendo que o aumento de salários provoca inflação, e não que a estrutura de oferta atende a um perfil de distribuição de renda prévio, sobre o qual não se quer interferir? A programação econômica, nas economias capitalistas, se dá sob a vigilância da classe empresarial e em estreita colaboração com ela, tornando-se difícil romper, ou reduzir, os privilégios acumulados pelos grupos que detêm o poder econômico.

Argumenta-se, em geral, que alterações na estrutura de oferta são lentas e requerem um determinado período de tempo. Com esse discurso adiam-se os ganhos reais de salário sem que, em contrapartida, sejam implementadas as medidas necessárias a alterar a estrutura de oferta e de demanda das mercadorias. As tênues propostas de mudanças neste sentido, que circularam recentemente, não passaram dos discursos políticos.

A inflação, ao reduzir o salário real, aumenta a margem real de lucro do sistema, permitindo a ampliação do processo de acumulação do capital. Neste sentido ela serve ao modo de produção, ao ampliar a taxa de lucro responsável pelo processo de acumulação.

Entretanto, a inflação acarreta também alguns problemas para este processo. Ao

longo do conflito distributivo os ganhos do processo inflacionário não são proporcionais. Alguns setores cujo poder de mercado é maior absorvem fatias maiores de lucro, enquanto outros vêem suas margens reduzidas, o que lhes impede de prosseguir no mesmo ritmo de acumulação. Surgem desproporções na estrutura produtiva, quanto mais interdependentes forem os setores na economia. Além disso, o processo inflacionário conduz a dificuldades de planejamento por parte dos empresários, o que emperra o processo de crescimento ao dificultar a decisão de investir. É neste momento que o governo interviém, buscando impedir que fatores com tais desproporções e incertezas possam criar problemas para a acumulação de capital que ele deve preservar. É sobretudo nesta intervenção que gostaríamos de nos deter agora.

O governo como árbitro do conflito

Dadas as colocações anteriores é fácil perceber que o governo entra como árbitro do conflito entre trabalhadores e capitalistas, agentes do conflito distributivo que define a inflação.

O que o governo faz quando arrocha os salários é permitir, por decreto, e de forma organizada, os ganhos de lucros que os capitalistas obteriam com a inflação de forma desorganizada, e por isto prejudicial ao processo de reprodução do capital, contando para tanto com instrumentais analíticos que procuram ter em mente o que os economistas chamam de "consistência macroeconômica".

A cada plano estratégico de combate à inflação, corresponde uma tática de arbitragem do conflito. Todas elas implicam estabelecer um teto para a taxa de salário, o que é o mesmo que admitir uma taxa de lucro mínima como a que viabiliza o funcionamento da estrutura produtiva. Não há dúvidas de que, a cada momento, dada uma determinada estrutura produtiva, possam existir uma taxa de salário e uma taxa de lucro que permitam que a acumulação ocorra e que a estrutura de oferta das mercadorias se adeque a determinado tipo de demanda, em qualidade e quantidade compatíveis com determinado perfil de distribuição de renda. Não fosse assim este poderoso sistema não teria sobrevivido. Não há dúvidas também de que isto é assim porque os trabalhadores no mais das vezes não consomem o que produzem, e porque além da redução dos seus salários servir para aumentar os lucros, serve também para garantir um perfil de demanda coerente com a estrutura de oferta existente.

A dúvida se coloca quanto ao caráter de neutralidade tantas vezes alegado, nos últimos tempos, para as políticas de estabilização de preços.

O Plano Cruzado I se colocava como neutro do ponto de vista distributivo porque

mantinha os salários e os preços na média. Ainda que assim fosse, porque não foi, tal neutralidade sancionava uma distribuição até então vigente e jogava para o futuro os ganhos que o trabalhador teria via redução de preços e manutenção do seu salário real. Não fazia, portanto, mais do que afirmar que o trabalhador não perderia mais do que o que já havia perdido, devendo-se considerar grato ao governo. Supunha, assim, que era possível acabar com um conflito, processo definido como “embate dos que lutam”, como se esta luta não permanecesse latente, ganhando forças para se mostrar mais feroz por ocasião do Cruzado II. Para que o conflito pudesse ser atenuado, o mínimo que se requeria eram reformas que possibilitassem uma modificação na estrutura produtiva, de forma a permitir uma alteração na oferta compatível com uma estrutura de demanda já modificada pela mera transformação do conflito, que de em movimento havia se tornado transitoriamente latente. Nada disto se fez.

Para resolver os aumentos de preços que comiam vorazmente os salários e desorganizavam o processo de produção, surge o Plano Bresser. Por mais incrível que possa parecer, a primeira afirmativa é de que não haveria perda para os trabalhadores. A falta de criatividade, até no discurso, incomoda. Primeiro se eliminou parte da inflação que corrigiria os salários. Segundo, foram apresentados cálculos sofisticados indicando que em julho o trabalhador ganharia mais com o Plano Bresser (junho de 87) do que se a inflação permanecesse como estava. O que responderiam, se lhes fosse perguntado como ficariam os salários em julho com relação à média do período anterior ao Cruzado, que já havia se tornado pico com o Cruzado I (maio de 86)?

E o que responderiam se lhes fosse indagado sobre a tendência de queda acentuada nos salários, que se projeta para o salário real num esquema de reajuste pela média da inflação trimestral anterior, se o governo for bem-sucedido na batalha contra a inflação? Não poderiam se referir a isso, porque a média entre três números ordenados de forma decrescente é sempre inferior à média

entre outros três, também organizados de forma decrescente, anteriores a eles. E as médias decrescentes indicam salários cada vez menores ou cada vez reajustados mais abaixo da inflação. Além disso, se neste raciocínio não é possível afirmar que as taxas mensais de inflação serão monotonicamente decrescentes, o que pode fazer com que em alguns meses os salários sejam reajustados acima da inflação, a história nos mostra que quando isto começar a ocorrer com alguma frequência, é a regra de ajuste de salários que será modificada. Assim, fica evidenciado, em primeiro lugar, que tais políticas não são neutras com relação ao que ocorrerá com os salários daqui para a frente. E não o são porque, em segundo lugar, não o eram quando sancionaram o modo de acumulação até aqui vigente, que teria que mudar para permitir uma outra taxa de salário e de lucro mais favoráveis ao trabalhador.

Sobre isto o governo não opina porque está preocupado apenas com o curto prazo, cada ministro tentando mostrar a superioridade de seu plano com relação ao de seu antecessor. A ausência de reformas de base, que permitissem transformações da estrutura produtiva compatíveis com outras taxas de lucro e de salário, é exemplo da não-neutralidade do governo, da sua aceitação do modelo de acumulação que aí está, apesar de seu caráter altamente excludente. Isto porque, se vimos neste trabalho que o modo de produção capitalista é por natureza excludente, vimos também que existem modos de acumulação que admitem taxas de salário e de lucro diferentes. A entrada do governo como árbitro, apenas organizando a queda dos salários reais que a inflação permitiria de forma desorganizada, apenas sanciona e mantém o poder dos capitalistas neste conflito, e portanto não é neutra.

A implementação de reformas estruturais é requisito básico para que os trabalhadores possam ganhar alguma coisa no futuro. Assim, pedir a eles que esperem ganhos futuros sem essas reformas é apenas uma história antiga que pode iludir a algumas pessoas, mas jamais ao trabalhador. E isto porque, embora não tenha tempo para prestar

atenção e entender o economês da “consistência macroeconômica”, do “ajuste pela média”, “pelo pico” ou por qualquer que seja o vocabulário frio com que se referem ao seu problema, ele sabe, melhor do que ninguém, que salário, antes de ser problema de economista, é seu. Sobretudo quando precisa morar e comer e não consegue nem começar a fazer isto.

Finalmente, cumpre observar que, embora o salário não seja causa da inflação, como vimos, sua redução pode funcionar como remédio. O esquema analítico usado aqui mostra isto de forma clara. Trata-se de reduzir uma das partes do todo (salários), permitindo que a outra (lucros) cresça, sem que o todo (preços) se altere. O que a redução dos salários não resolve é, em primeiro lugar, e em particular, os problemas de falta de demanda que atingirão alguns setores da economia. Estes podem ser, entretanto, pouco importantes para manutenção do chamado crescimento econômico agregado. Mas, em segundo lugar e em geral, a redução dos salários em nada diminui o desassossego de uma população que luta para sobreviver, ingrediente mais que potente da convulsão social. Não basta portanto que haja crescimento para aumentar o emprego. Ele terá que ser suficiente para gerar empregos e mais empregos. Os primeiros para garantir a obtenção de salários nos níveis atuais. Os segundos, para que os trabalhadores assumam toda a espécie de bicos e turnos de trabalho que lhes permitam, com dois míseros salários, se manterem vivos. ■

Agradecemos a Joaquim Andrade, com quem tivemos a oportunidade de discutir a maior parte dos assuntos aqui tratados. A responsabilidade dos erros porém, como de praxe, é apenas das autoras.

Maria Luíza Falcão Silva é professora do departamento de Economia da UnB desde 1980. Mestre em Economia pela Universidade de Wisconsin-Madison, onde participou também do programa de doutoramento, vem atualmente desenvolvendo trabalhos que enfocam problemas distributivos.

Maria de Lourdes Rollemberg Molloy é professora do departamento de Economia da UnB, onde obteve o título de mestre em 1977. Concluiu em 1985 o DEA em Finanças, Moeda e Bancos, na Université de Paris X – Nanterre, e encontra-se trabalhando na tese de doutorado que versa sobre moeda e capital financeiro, numa visão marxista.

Resumen

Economía

INFLACIÓN Y CONFLICTO DISTRIBUTIVO, UN JUEGO DE CARTAS MARCADAS

Uno de los aspectos más controvertidos de los programas contra la inflación implementados por el gobierno de la Nueva República – Plan Cruzado y más recientemente el Plan Bresser –, es sin duda alguna el problema salarial. De un lado, las autoridades gubernamentales buscan insistentemente defender las tesis de una mantención y de hasta una elevación del salario real del trabajador a consecuencia de los programas presentados a la sociedad. De otro lado, las lideranzas sindicales y los economistas de izquierda, ligados o no a sectores de oposición, denuncian públicamente una fuerte reducción salarial con la consecuente agudización del ya dramático cuadro de repartición “funcional” de la renta – ésta se entiende como la división de la renta nacional entre trabajadores (salarios) y capitalistas (lucros) – en el Brasil.

Abstract

Economy

INFLATION AND THE CONFLICT OF DISTRIBUTION – PLAYING WITH A RIGGED PACK

One of the most controversial aspects of the programmes to counter inflation that the government of Brazil's “New Republic” has put into operation (the Cruzado Programme and more recently the Bresser Plan) is certainly wage policy. On the one hand, government officials insistently attempt to defend the notion that workers' real wages are either held steady or actually raised as a result of the programmes put forward. On the other, union leaders and left-wing economists (independent or linked to sectors of the opposition) publicly denounce yet another wage squeeze. They see this leading to a functional division of income – understood as a division of the nation's income between workers (wage earners) and capitalists (profits) – even more distinct than that which already exists in Brazil.



Brasília: utopia e realidade

Valdery Frota de Albuquerque
e Francisco Galvão Carneiro

Brasília é uma cidade atípica, com um padrão de vida um pouco diferente das demais capitais. Não obstante sua situação de capital federal, a concentração de renda é aqui mais elevada do que no Brasil como um todo. O trabalhador de baixa renda brasileiro vive em condições não muito favoráveis, ao contrário do que muitos possam pensar.

"Idéias adquiridas por nossa inteligência, incorporadas por nossos pontos de vista e forjadas em nossa consciência são cadeias das quais não poderemos nos libertar sem esforço doloroso; são demônios, que poderemos vencer somente nos submetendo a eles". **Karl Marx**

No Brasil, como em outros países subdesenvolvidos, é elevado o índice de concentração de renda e riqueza. Ao longo do período da ditadura (que também é ou foi peculiar a tais países), o achatamento salarial foi o mecanismo de distribuição de renda encontrado para favorecer a classe dominante e o argu-

A inflação galopante que assola o país e ameaça tornar-se hiper e a indefinição política do governo, que não consegue apresentar diretrizes concretas para orientar os agentes econômicos, unidas à própria dinâmica do mercado de trabalho, podem servir para desatualizar os números aqui apresentados. No entanto, as conclusões permanecem válidas enquanto permanecer precário o nível de vida dos assalariados de baixa renda.

Brasília, 02 de junho de 1987.

mento utilizado era o da necessidade de se fazer o bolo crescer para que depois o mesmo fosse repartido. Contudo, o bolo cresceu sem que houvesse a dita distribuição, e como sempre acontece, aqueles sem considerável poder de barganha foram os mais prejudicados.

Considerando o salário mínimo real como um indicador do grau de concentração, observamos uma enorme defasagem entre o crescimento do bolo (medido em termos de PIB "per capita") e a taxa de crescimento deste salário. Segundo informações obtidas junto ao Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), o PIB "per capita" cresceu cerca de quatro vezes desde 1940, enquanto que o salário mínimo real se encontra em aproximadamente a metade de seu valor inicial.

No Distrito Federal, considerando o seu custo de vida elevado, a situação do trabalhador não é muito diferente daquela vivida pelos que residem em outras capitais. A posição de Capital da República não implica melhores condições de vida para os assalariados de baixa renda. Como será demonstrado no decorrer deste artigo, ao contrário do que se possa imaginar, no Distrito Federal, aqueles que percebem baixos salários não encontram grandes facilidades no seu dia-a-dia. Quando observamos o poder de compra do salário mínimo e o comparamos com a cesta básica que o mesmo deveria permitir consumir, fica clara a discrepância entre o definido na Constituição e o que efetivamente se observa.

O objetivo principal deste artigo é descrever o perfil dos trabalhadores de baixa renda do Distrito Federal, assim como questionar o poder de compra do salário mínimo em termos de sua definição na Constituição, abordando de modo mais específico o caso da "ração essencial mínima" a ser consumida no DF. Para tanto, iniciaremos com um breve histórico do salário mínimo e suas variações reais ao longo do tempo, desde sua criação em 1936. A partir daí, abordaremos as relações do trabalhador do DF, e seu consumo permitido por sua renda, considerando variantes temporais e a ração essencial mínima necessária para o sustento do trabalhador e sua família. Finalmente, traçaremos o perfil do assalariado do DF com renda até dois salários mínimos mensais, relevando seu grau de instrução, local de residência, setor de atividade e tamanho da família. Veremos que as semelhanças são muitas, comparativamente com o Brasil como um todo.

Histórico do salário mínimo

O salário mínimo foi criado no Brasil em 1936 através da Lei nº 185, fazendo menção de que o trabalhador deve receber um salário mínimo capaz de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, vestuário, higiene, transporte e habitação, variando ainda geográfica e temporalmente. Foi regulamentado pelo Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938, tendo sido o primeiro salário mínimo fixado apenas em maio de 1940, com o

Decreto-lei nº 2.162, com valor nominal de Cr\$ 0,24 para o maior valor e de Cr\$ 0,09 para o menor, observando-se que o maior salário equivalia a 2,67 vezes o menor, mostrando a disparidade regional que perdurou por mais de 40 anos, até sua unificação.

Com a maior proteção ao trabalhador, a CLT previu o salário mínimo mensal por indivíduo, sem distinção de sexo, e incluindo o assalariado rural. Apenas em 1946, a Constituição previu um salário capaz de satisfazer as necessidades normais do proletário e sua família, com uma divergência conceitual com a CLT que perdurou por 17 anos.

Quanto a este aspecto, alguns pontos poderiam ter sido levantados com justificativa. Caso o salário mínimo fosse ponderado de acordo com o número de dependentes, certamente haveria uma dispensa geral de chefes de família e contratação de mão-de-obra sem dependentes, devido ao menor custo para o empregador. Para sair deste impasse, criou-se então o salário-família, onde o trabalhador receberia uma complementação ao seu salário de acordo com o número de filhos, ficando definido então o salário mínimo para subsistência individual.

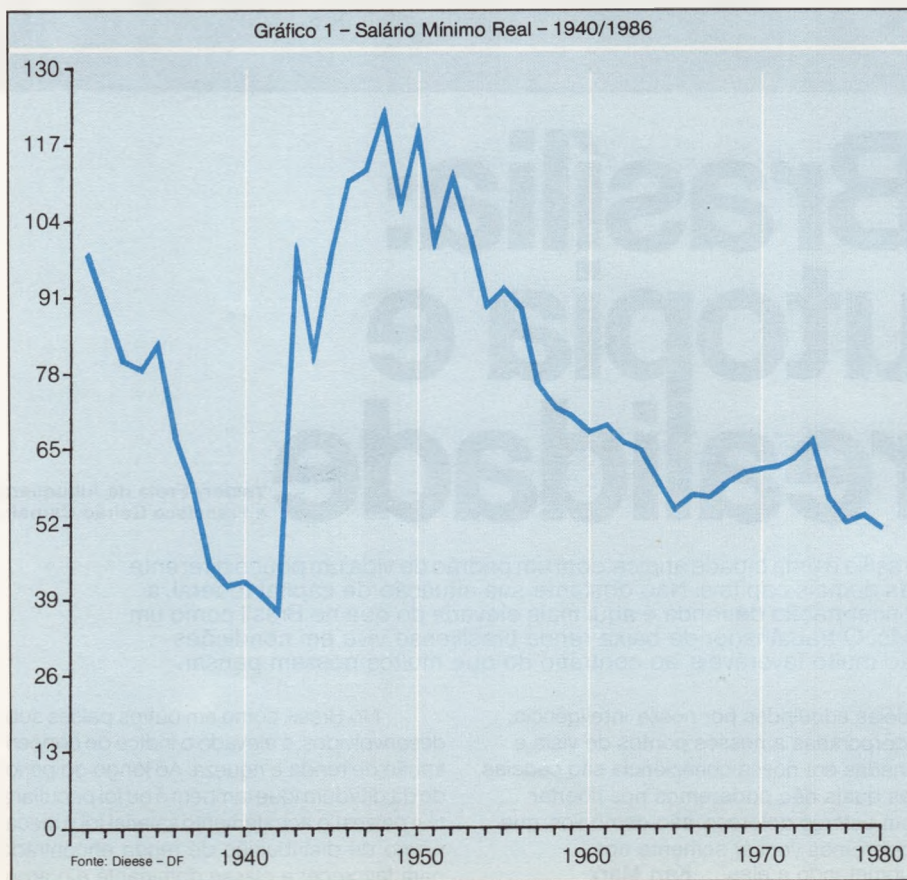
Deste modo, o parágrafo 2º do artigo 116 da CLT definiu o salário mínimo como sendo capaz de cobrir as despesas com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessárias à vida de um trabalhador adulto. Teoricamente, para o trabalhador

estaria assegurado um nível mínimo de vida, sem, contudo, perdurar por muito tempo, pois, segundo o Dieese, a partir de 1960 o salário mínimo tem perdido seu poder de compra, sem uma redefinição do mesmo ou de sua abrangência.

A questão do salário mínimo institucional apresenta controvérsias em muitos aspectos. Para alguns economistas, se se deixasse o salário mínimo ser regulado pelas forças de mercado, talvez o desemprego global fosse menor, uma vez que dada a excessiva oferta de mão-de-obra os salários cairiam, reduzindo os custos empresariais, o que por sua vez possibilitaria uma elevação do nível de emprego. Contudo, numa economia como a brasileira, importadora de tecnologia, não parece claro o quanto dessa redução de salários seria transformada em elevação de emprego. Isto nos leva a pensar que a abolição do salário mínimo institucional endossaria o aumento da exploração e a redução do já lamentável nível de vida do assalariado.

Tomando o lado social, é muito claro que uma pessoa que tenha que se alimentar, vestir, locomover e morar não consegue fazê-lo com o salário mínimo vigente, quanto mais se tiver uma família.

A concentração da renda nos últimos anos realmente tirou muito do poder de compra dos assalariados, e o salário mínimo que já havia sido sacrificado no período do milagre econômico, quando a classe média foi



beneficiada com a redistribuição da renda em detrimento dos trabalhadores mais pobres, encontra-se aproximadamente na metade do seu valor real quando de sua criação (gráfico 1).

Naturalmente, não se pode exigir que em períodos de crise e ajustamento econômico o salário mínimo real seja dos mais elevados, forçando o trabalhador a buscar maneiras de complementar sua renda familiar, seja pela participação de seus dependentes na força de trabalho, seja por sua participação em mais de um emprego ou atividade. Tudo isto tendo como consequência uma piora no bem-estar do mesmo e de seus familiares.

O trabalhador e a cesta básica

É sabido que o valor do salário mínimo há muito não é suficiente para as finalidades às quais foi criado. A inflação galopante que veio assolando o país durante os últimos anos foi um dos fatores que determinaram a redução do poder de compra dos salários em geral. O salário mínimo, que o governo sempre alegava estar protegido, não escapou à corrosão de seu valor real, estando hoje, segundo dados do Dieese, 49% abaixo do seu valor inicial em 1940, como já frisado.

Em Brasília, as dificuldades do assalariado em adquirir a cesta básica não são muito diferentes daquelas do resto do país. O

Tabela 2 – Distrito Federal – Ração Essencial Mínima, Tempo de Trabalho Necessário e Participação no Salário Mínimo – Abril/1987

Produtos	Quantidade	Gasto mensal (Cz\$)	Tempo de trabalho necessário	Percentual em relação ao salário mínimo líquido*
Carne	6,0 kg	437,28	76h:43min	34,93
Leite	7,5 l	69,60	12h:13min	05,56
Feijão	4,5 kg	76,59	13h:26min	06,12
Arroz	3,0 kg	28,68	05h:02min	02,29
Farinha de trigo	1,5 kg	6,56	01h:09min	00,52
Batata	6,0 kg	78,72	13h:49min	06,29
Tomate	9,0 kg	108,27	18h:59min	08,65
Pão	6,0 kg	115,50	20h:16min	09,23
Café	0,6 kg	55,13	09h:40min	04,40
Banana	7,5 dz	89,70	15h:44min	07,17
Açúcar	3,0 kg	22,53	03h:57min	01,80
Óleo	0,91 l	12,03	02h:07min	00,96
Manteiga	0,75 kg	92,10	16h:03min	07,36
Total		1.192,66	209h:14min	95,28

Fonte: Dieese-DF.

Obs.: (*) Salário mínimo líquido Cz\$ 1.251,72.

item que mais pesa no orçamento do trabalhador em geral é a alimentação. A ração essencial mínima, definida no Decreto-lei nº 399 de 1938, engloba os seguintes itens: carne (6 kg); leite (7,5 l); feijão (4,5 kg); arroz (3,0 kg); farinha (1,5 kg); batata (6,0 kg); tomate (9,0 kg); pão (6,0 kg); café (600 g); banana (7,5 dz); açúcar (3,0 kg); óleo (750 ml); e manteiga (750 g); esta seria, segundo a Constituição, a alimentação mínima para que o trabalhador recupere sua energia despendida no trabalho.

No Distrito Federal, o custo desta ração essencial atingiu, no mês de abril de 1987, segundo o Dieese, cerca de Cz\$ 1.192,66, o que representa 87,18% do salário mínimo bruto. Considerando uma jornada de trabalho de 240 h/mês, o trabalhador gastaria, apenas com a sua própria alimentação, o equivalente a 209 horas e 14 minutos (ver tabela 2). Considerando ainda o tamanho médio da família da classe de assalariados mais representativa do DF, 4,25 membros, o custo total da alimentação passaria a um valor de Cz\$ 5.068,80; o que representa cerca de 3,71 salários mínimos somente com gastos em alimentação. A título de ilustração, o Dieese estima em Cz\$ 3.577,98 o custo da alimentação básica de uma família média, equivalendo a cerca de 2,62 salários mínimos; porém tal família é composta por dois adultos e duas crianças (que consomem por um adulto), diferindo um pouco da nossa família-padrão, que é a representativa da classe em questão no DF.

De acordo com o salário mínimo necessário para atender as necessidades mais elementares de um trabalhador e sua família, calculado pelo Dieese (Cz\$ 10.291,88 em abril de 1987), chegamos a uma renda mínima necessária para atender a nossa família padrão de Cz\$ 14.580,16¹, o que equivale a 10,66 salários mínimos de abril, enquanto que relativamente ao proposto pelo Dieese equivaleria a 1,42 salários mínimos.

Fazendo uma comparação com outros estados, o Distrito Federal situa-se em quinto lugar em termos de carestia da ração essen-

cial mínima, sendo precedida por Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo e Florianópolis, respectivamente. A cidade em que o custo alimentar foi considerado mais barato pelo mesmo estudo feito pelo Dieese foi Recife. Nesta, a ração essencial demandou cerca de 174 horas e 44 minutos de trabalho, enquanto que em Curitiba demandou 216 horas e 33 minutos. Ainda em termos de horas trabalhadas, a variação percentual média da ração essencial em Brasília, de abril de 1986 a abril de 1987, foi de 25,45% (em abril de 1986 o tempo necessário para comprar a ração equi-

Tabela 1 – Salário Mínimo Real desde 1940

Ano	Salário Mínimo Real Valor em Cruzados (1)	Salário Mínimo Real Índices julho/40 = 100	PIB/Per Capita ²
1940	1.543,82	98,02	100,00
1941	1.407,25	89,35	102,57
1942	1.283,44	80,22	97,53
1943	1.240,84	78,78	103,30
1944	1.310,19	83,19	108,66
1945	1.035,67	67,03	109,38
1946	926,36	59,82	119,28
1947	707,80	44,94	119,38
1948	655,53	41,51	124,99
1949	664,37	42,19	130,47
1950	627,50	39,84	135,69
1951	579,52	36,80	139,60
1952	1.555,67	98,77	147,30
1953	1.281,21	61,35	146,65
1954	1.557,37	98,88	156,70
1955	1.748,87	111,04	162,56
1956	1.776,73	112,81	162,95
1957	1.931,77	122,65	170,92
1958	1.690,52	106,70	178,75
1959	1.881,28	119,45	183,18
1960	1.579,68	100,30	195,19
1961	1.756,48	111,52	209,27
1962	1.603,61(2)	101,82	214,10
1963	1.409,71	89,51	211,23
1964	1.456,68	92,49	211,36
1965	1.404,70	89,19	210,97
1966	1.197,43	76,03	212,76
1967	1.132,77	71,92	216,89
1968	1.103,60	70,39	234,36
1969	1.066,76	67,73	250,40
1970	1.085,64	68,93	264,83
1971	1.038,92	65,96	291,91
1972	1.020,30	64,78	317,26
1973	934,99	59,36	351,59
1974	858,07	54,48	375,56
1975	896,26	56,91	388,24
1976	890,46	56,54	413,49
1977	927,94	59,92	426,58
1978	955,95	60,70	437,26
1979	935,25	61,29	453,82
1980	973,00	61,78	474,66
1981	997,81	63,34	455,96
1982	1.039,82	66,02	450,60
1983	883,59	56,10	425,67
1984	819,55	52,04	431,63
1985	838,53	53,24	456,66
1986	749,26	48,53	484,05

1) A atualização monetária foi trazida a valores de março de 1986.

2) A partir de 1962 é também considerado o 13º salário.

Nota: Até 1958 o Índice de Custo de Vida calculado pela Prefeitura de São Paulo, a partir daí até 1969 é o ICV do Dieese e de

1970 até hoje o extrato interior do ICV do Dieese

Obs.: Compilado dos informativos mensais do Dieese – DF.

Tabela 3 – Ração Essencial – Médias Anuais

Ano	Tempo de trabalho	% da Jornada mensal
1959	65h:10min	27,15%
1960	81h:11min	33,83%
1961	71h:41min	29,87%
1962	94h:46min	39,48%
1963	98h:20min	40,98%
1964	–	–
1965	88h:11min	36,74%
1966	109h:15min	45,52%
1967	105h:13min	43,84%
1968	101h:35min	42,33%
1969	110h:24min	46,00%
1970	105h:12min	43,84%
1971	111h:47min	46,57%
1972	119h:07min	49,63%
1973	147h:04min	61,28%
1974	163h:33min	68,14%
1975	149h:39min	62,36%
1976	157h:30min	65,62%
1977	141h:52min	59,11%
1978	137h:37min	57,34%
1979	153h:04min	63,78%
1980	157h:22min	65,57%
1981	149h:40min	62,36%
1982	131h:22min	54,74%
1983	176h:33min	73,56%
1984	194h:39min	81,10%
1985	177h:44min	74,05%
1986 – jan.	211h:52min	88,28%
1986 – fev.	242h:55min	101,22%
1986 – mar.	175h:28min	73,11%

Fonte: Dieese

Obs.: A época da pesquisa não tínhamos a média anual de 1986.

valia a 166 horas e 48 minutos, contra 209 horas e 14 minutos atualmente).

Historicamente, tem sido crescente no Brasil o número de horas trabalhadas para se adquirir a ração mensal. Em 1959, necessitava-se de apenas 65 horas e 10 minutos para adquiri-la (média do Brasil), o que representava cerca de 27% do total da jornada de trabalho; como vimos acima, o trabalhador necessitou de 209 horas e 14 minutos somente para se alimentar, o que em termos percentuais equivale a 87,18% da jornada normal de 240 h/mês (ver tabela 3).

Na tabela 4, temos o quanto o salário mínimo oficial permitiria gastar com itens da cesta básica. Confrontando o item alimentação com o resultado obtido na tabela 2, observamos o quão distante está o valor desse salário dos termos de sua definição na Constituição.

Analisando os números, vemos que o salário proposto pelo Dieese encontra-se muito mais próximo da realidade, pois é bem mais aceitável que se consiga morar em algum lugar com Cz\$ 2.572,97 do que com Cz\$ 342,00; quando se olha para o item transportes, nota-se a aberração que é o valor de Cz\$ 82,08 para ser gasto com a condução de uma só pessoa, que more em uma cidade-satélite qualquer, até o Plano Piloto (que é onde geralmente se encontram os locais de trabalho).

Podemos ainda comparar as rações mínimas do Dieese e da Codeplan² e tirar im-

portantes conclusões. A cesta básica do órgão do GDF considera os seguintes itens: produtos de armazém e padaria; carne e ovos; hortaliça leguminosa e frutos, e introduz também produtos de higiene e limpeza.

O valor da ração mínima calculada segundo dados do Dieese, para um indivíduo no mês de abril do corrente, foi de Cz\$ 1.192,66. O valor monetário atualizado, ponderado pelo número de indivíduos das cidades-satélites e Plano Piloto que percebem até dois salários mínimos, foi de Cz\$ 2.458,05 (abril de 1987)³. Faz-se necessário esclarecer que a Codeplan calcula tal cesta considerando as famílias com renda de até 2,05 salários mínimos, assim como a localidade em que residem.

Dado que a cesta em questão é familiar, para a nossa família média de 4,25 pessoas tem-se um consumo "per capita" de alimentos e produtos de higiene de Cz\$ 359,19 por mês, o que está longe do cálculo feito pelo Dieese de Cz\$ 1.192,66, valor este que poderia ser maior se fosse incluído o item higiene e limpeza.

Os valores médios desagregados, de acordo ainda com a metodologia da Codeplan, podem ser vistos na tabela 5; observa-se, destarte, a discrepância entre os números dos dois órgãos⁴.

O consumo "per capita" desagregado familiar sem dúvida não reflete a realidade, a menos que os 4,25 membros que compõem uma família não se alimentem adequadamente.

te. Efetivamente, dados o nível de preços dos alimentos e o valor alocado para sua obtenção, é notória a distorção entre quantidades mínimas necessárias e quantidades realmente consumidas.

Com a atualização da cesta da Codeplan pelo INPC, pode-se verificar empiricamente que o poder de compra da renda familiar em questão (2,05 sm) é muito inferior ao mínimo necessário e ao valor constitucional, uma vez que só em gastos de alimentação e higiene a família despenderá cerca de 88% de sua renda.

Perfil da mão-de-obra do Distrito Federal

O Distrito Federal possui algumas características que o diferenciam das demais regiões do país. Devido ao objetivo de sua construção – capital administrativa da República –, o setor terciário desenvolveu-se mais que em outras cidades, e tornou-se bem representativo no que respeita à geração de emprego, ocupando cerca de 80% do PEA⁵, segundo dados da Codeplan.

A cidade de Brasília foi construída para sediar fisicamente os poderes públicos, assim como os seus funcionários, tendo sido seu espaço subdividido hierarquicamente de acordo com a ocupação do chefe da família⁶. Devido à corrente migratória formada de todas as regiões, atribuída às vantagens oferecidas até meados da década passada, inviabilizou-se o êxito total da planificação preconcebida, pois possibilitou a criação e o agravamento de problemas habitacionais e urbanísticos. A rigidez espacial foi quebrada principalmente pela inelasticidade da oferta de moradia no Plano Piloto. Desta feita, muitos trabalhadores recém-chegados foram obrigados a fixar residência nas cidades-satélites, que em alguns casos tinham outra função quando de sua criação (Guará e Taguatinga), ou seja, abrigar assalariados de baixa renda.

No entanto, todas as demais cidades-satélites se enquadram nos moldes de sua criação, com uma população de baixo poder aquisitivo, e formadora da mão-de-obra desqualificada do DF, pelo seu baixo nível de instrução, ainda que em relação ao Brasil como um todo não seja tão baixo, segundo a PNAD 1984.

Esta mão-de-obra apresenta muitas características, tem problemas de moradia, urbanização, criminalidade e todos os outros de cidades com baixo nível de renda e elevada densidade demográfica.

Podemos começar delineando o perfil da mão-de-obra da Capital Federal através da classe de rendimento mensal em que o trabalhador se encontra. De acordo com os dados da PNAD-1984, se considerarmos os rendimentos das pessoas de 10 anos ou mais, a faixa de rendimentos que apresenta maior

Tabela 4 – Distrito Federal: cesta básica (D.L. nº 64.442/69), salário mínimo oficial e salário mínimo proposto pelo Dieese – DF.

Cesta básica conforme D.L. nº 64.442/69	Salário mínimo oficial (Cz\$ 1.368,00)	Salário mínimo proposto pelo Dieese (Cz\$ 10.291,88)*
Alimentação 50%	684,00	5.145,94
Transporte 6%	82,08	617,51
Higiene 6%	82,08	617,51
Vestuário 13%	177,84	1.337,94
Habitação 25%	342,00	2.572,97

Fontes: D.L. nº 64. 442/69
Dieese – DF.

Obs.: (*) Salário mínimo calculado para uma família média composta por 3 adultos.

Tabela 5 – Distrito Federal: cesta básica ajustada – famílias com renda de até 2,05 salários mínimos – abril/87
(Cz\$ 1,00)

Produtos	Valor da cesta	Valor "per capita"
Produtos de armazém e padaria	1.526,60	359,19
Carne e ovos	672,09	158,14
Hortaliças e legumes	60,27	14,19
Frutas	46,70	10,99
Produtos de higiene e limpeza	150,70	35,44
Total	2.458,05	577,95

Fonte: Codeplan

Obs.: Para os valores "per capita" consideramos a família média do DF, na faixa de renda em questão, com 4,25 membros.

Quadro 1 – Perfil da Mão-de-Obra do DF

Renda Bruta Mensal	até 2 salários mínimos
Sexo	
Homens	48,47%
Mulheres	51,53%
Domicílio	
Área urbana	95,34%
Área rural	4,66%
Local de residência	Brazlândia, Ceilândia e Gama
Sector de atividade	Prestação de serviços e construção civil
Estado civil	Varia c/a atividade
Tamanho médio da família	4,25 membros
Idade dos chefes	30 a 39 anos
Escolaridade dos chefes	5 a 8 anos de estudo
Expectativa de vida ao nascer	59,5 anos

Fontes: – PNAD – 1984 (FIBGE)
 – Censo Demográfico – 1980 (FIBGE)
 – Dieese – DF
 – Falcão, M. L. e Andrade, J. Q. "A Estrutura da Renda Familiar no DF" – UnB, Deptº de Economia, 1985.

moda é a de até dois salários mínimos, com cerca de 26% da população. Ratificando esta proposição, se tomarmos a PEA como nosso universo, a faixa salarial em estudo será mais representativa ainda, uma vez que 40% do contingente formador da mesma se encontra neste intervalo (ver tabela 6).

A partir daí, pode-se especular um pouco a respeito de outras características inerentes a esse grupo de pessoas como, por exemplo, sobre a participação de mão-de-obra feminina na força de trabalho, sobre a quantidade de pessoas morando em área rural, o nível de escolaridade e se este é um fator determinante para que o indivíduo se encontre na faixa de remuneração em questão. É de se esperar que em Brasília, a moda da distribuição seja tal que indique um baixo número de pessoas morando em áreas rurais e, ainda, que o grau de instrução da população seja maior do que a média para o país como um todo. Mas vejamos o que mostram os números: para um total de 26% de pessoas que ganham até dois salários mínimos mensais, 52% são mulheres e 48% são homens, indicando uma pequena superioridade feminina na composição da força de trabalho. Quanto à situação de domicílio observamos, conforme o esperado, uma baixíssima percentagem de trabalhadores residindo em áreas rurais – apenas 4,66% –, contra 95,34% residindo em áreas urbanas. O grau de instru-

ção pode definir um pouco melhor esta mão-de-obra: dentre o total das pessoas ocupadas em todo Distrito Federal, a maior concentração está na categoria que possui de 5 a 8 anos de estudo, sendo que, ao considerarmos desagregadamente a população rural e urbana por sexo, observamos que moram em área urbana predominantemente os que possuem 9 anos ou mais de estudo, com igualdade na distribuição por sexo; para os que residem em área rural, a maior concentração está representada por aqueles que possuem entre 3 e 4 anos de estudo, com uma quantidade de pessoas bastante representativa entre aqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo, sendo que, neste caso, os homens dominam as estimativas (IBGE).

Passemos agora a uma definição de caráter mais específico da mão-de-obra local. Considerando-se os setores de atividade, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que o grosso dos assalariados de Brasília encontra-se trabalhando nos setores de prestação de serviços e administração pública, dadas as características específicas de nossa cidade, onde predomina o setor terciário como gerador de emprego e renda. A indústria da construção civil, a indústria de transformação e o comércio de mercadorias são os outros setores que absorvem mais pessoal em ordem decrescente, depois dos setores de serviços e administração pública. Dentre estes setores

o que mais emprega pessoas na faixa de zero a dois salários mínimos é o de prestação de serviços, seguido de perto pela indústria da construção civil. É de se esperar que esta seja uma mão-de-obra com um baixo grau de instrução, uma vez que os trabalhos executados pela mesma não requerem maior qualificação. Na verdade, aproximadamente 22% dos que trabalham na construção civil possuem menos de 01 ano de estudo e apenas 5% desses trabalhadores possuem o primário completo; já na prestação de serviços, 23% possuem o curso primário, com uma percentagem menor para aqueles que não chegam a ter 01 ano de estudo – cerca de 14%, segundo a PNAD – 1984.

Em termos de estabilidade no emprego, este trabalhador não tem a garantia de que continuará trabalhando no mesmo lugar por muito tempo. Admitindo uma taxa de rotatividade para a construção civil de 102,26 e para a prestação de serviços de 27,00, no ano de 1985 (Dieese), isso significa que para cada 100 postos de trabalho passaram cerca de 202 pessoas na construção civil e 127 pessoas na prestação de serviços. Vale dizer que a construção civil, devido a sua característica de sazonalidade, apresenta normalmente uma taxa superior à observada nos demais setores.

O tamanho médio das famílias da classe de assalariados em questão é de 4,25 membros, onde, geralmente, os chefes encontram-se na faixa etária de 30 a 39 anos, são de origem urbana e possuem, no máximo, o primeiro grau completo.

Resta-nos definir agora a questão da moradia. A percentagem dos que residem em domicílio particular e recebem até 02 salários mínimos chega a 30% dos que possuem casa própria no Distrito Federal como um todo. Uma possível razão para essa elevada participação pode ser a facilidade na aquisição de casas oferecidas pela SHIS (Sociedade de Habitações de Interesse Social), que foi durante muito tempo um fator de atração de migrantes para Brasília.

Observamos, portanto, que o nosso trabalhador possui um perfil com as seguintes características: é extremamente pobre, tem origem urbana e possui escolaridade razoável (considerando o elevado número de analfabetos existentes no Brasil); não há predominância entre casados e solteiros, sendo que esta característica varia com o tipo de trabalho exercido, entre outros fatores. Entre os casados, o tamanho da família é relativamente grande, uma vez que a renda dos chefes não chega a cobrir os gastos nem para uma única pessoa. Os chefes encontram-se numa faixa etária média de 30 a 39 anos e não chegaram sequer a concluir o primeiro grau, em sua grande maioria. Podemos dizer ainda que grande parte dessa mão-de-obra possui seu domicílio particular, não significando, no entanto, que em Brasília a questão da moradia não represente um problema; muitas dessas

Tabela 6 – Distrito Federal: pessoas de 10 anos ou mais e pessoas economicamente ativas, segundo as classes de rendimento mensal

Classes de Rendimento Mensal (em salários mínimos)	Pessoas de 10 anos ou Mais		Pessoas Economicamente Ativas	
	TOTAL	%	TOTAL	%
Até 2	285.847	26,5	242.942	40,4
2 – 5	172.190	16,0	162.851	27,1
5 – 10	85.195	8,0	81.428	13,5
10 – 20	53.519	5,0	51.153	8,5
+ 20	27.513	2,5	26.457	4,4
Outros *	455.311	42,0	36.815	6,1
Total	1.079.575	100,0	601.646	100,0

Fonte: PNAD – (FIBGE)

Obs.: (*) Inclui pessoas sem rendimentos e pessoas que não declararam sua renda.

casas foram adquiridas por intermédio da SHIS, que durante muito tempo facilitou a aquisição de unidades habitacionais para as classes de baixa renda. A título de ilustração, a expectativa de vida ao nascer para aqueles que se encontram na classe de 0 a 2 salários mínimos é de 59,5 anos (FIBGE).

Expectativas frustradas

Observamos que Brasília é uma cidade atípica e que encontra no setor terciário seu pólo absorvedor de mão-de-obra. Em nosso estudo, ficou claro que a maioria desta mão-de-obra percebe até 2 salários mínimos, sendo que também a construção civil e a administração pública têm um peso considerável na absorção desse pessoal.

Olhando pelo lado social, notamos o falso matiz da capital federal. Muitos dos que se encontram hoje entre a faixa de renda em questão vieram em busca de um melhor nível de vida e de uma possibilidade de ascensão; contudo, o tempo não endossou as expectativas. Afora os pioneiros que conseguiram um certo sucesso, o fluxo migratório fez-se intenso no decorrer dos anos, aumentando o con-

tingente populacional e frustrando os objetivos daqueles que viam Brasília como uma opção certa e definitiva.

Dadas as características de nosso trabalhador padrão, vimos que o seu nível de vida não é tão diferente daquele dos que moram em outras capitais. Em nossa cidade, o custo de vida é um dos mais elevados, a habitação é uma das mais difíceis e o transporte um dos mais caros do país. A situação piora quando se consideram as estimativas de crescimento demográfico e capacidade de absorção de mão-de-obra; a taxa de crescimento da população do Distrito Federal encontra-se em torno de 5,2% a.a., enquanto que a mesma taxa para o Brasil situa-se em cerca de 2,4 a.a.

Somando-se aos fatores agravantes inerentes à própria cidade tem-se toda a pressão da política salarial dos últimos anos. O salário mínimo perdeu muito seu poder de compra, chegando a assumir valores muito aquém do nível estipulado pela Constituição. Como observamos, seu atual valor não permite a manutenção de um padrão aceitável de vida nem para um único trabalhador.

Faz-se mister mencionar a discrepância dos resultados obtidos no que respeita à

cesta básica. Órgãos do governo tentam justificar de muitas maneiras, com cálculos inventivos, o poder de compra do salário mínimo; o Dieese, representante dos trabalhadores, reivindica um salário quase quatro vezes maior que o atual. Pode-se argumentar que os cálculos do Dieese apresentam-se enviesados, porém qualquer analista, com um mínimo de imparcialidade, percebe o absurdo que é o salário mínimo vigente. Em nossa opinião, é certo que um reajuste salarial é imprescindível. Contudo, não se pode querer que o problema seja resolvido da noite para o dia. A persistirem as intenções do governo, de recompor o valor real do salário mínimo ao nível de 1980, cabe aos sindicatos acelerar este processo, com a certeza de que, ainda assim, tal nível não seria superior a 63% do valor real do primeiro salário instituído.

Valdery Frota de Albuquerque e Francisco Galvão Carneiro são alunos do curso de pós-graduação em Economia da Universidade de Brasília. Escreveram um trabalho com o título "A indústria no DF como fonte de geração de emprego e renda", a ser publicado internamente no Deptº de Economia (este trabalho foi premiado no concurso de monografias patrocinado pela Fibra - Federação das Indústrias de Brasília - em nov./85). ■

Notas

1. O cálculo da renda mínima necessária à família média em estudo foi feito através de uma regra de três simples. Utilizou-se analogamente o cálculo do Dieese, tomando-se o tamanho de nossa família média (4,25 adultos) contra a família média considerada pelo órgão (2 adultos e 2 crianças, equivalendo a 3 adultos), que sobrevive com um salário mínimo de Cz\$ 10.291,88

$$\frac{RMN}{3} = \frac{4,25 \times 10.291,88}{3} \quad RMN - \text{Renda Mínima Necessária}$$

Assim a renda em salários mínimos do Dieese para a família em questão é de 1,4167 salários mínimos.

2. Não se tem oficialmente a ração mínima essencial da Codeplan discriminada, mas tem-se o valor monetário da mesma.
3. O cálculo foi feito tomando-se o valor da ração mínima divulgada pela Codeplan em dez/85 para cada cidade e ponderando-se de acordo com o

número de habitantes que se encontra na faixa de até 2,05 salários mínimos. O valor foi trazido para abril de 1987 pela inflação medida pelo INPC, que foi de 244,38% entre dez/85 e abr/87.

4. Neste sentido convém esclarecer que o órgão do GDF não divulgou oficialmente a metodologia e as ponderações para o cálculo de sua ração mínima (imputada do item "produtos de higiene e limpeza"), não sendo então possível análises mais profundas da mesma.

5. De acordo com Paulo Renato Souza (1981), o conceito de PEA - População Economicamente Ativa - envolve os desempregados e os ocupados produtivamente; onde se entende por desempregados aqueles que não trabalham, mas desejam empregar-se e estão procurando emprego, e por pessoas ocupadas produtivamente todas as pessoas que percebem rendimentos por seu trabalho e os trabalhadores familiares não remunerados, desde que ocupados na produção de bens ou serviços passíveis de serem transacionados no mercado.

6. Ver "A Segregação Espacial no Distrito Federal". Vários autores. UnB, Departamento de Sociologia, mimeo, 1983.

Bibliografia

1. ALBUQUERQUE, Valdery F. e CARNEIRO, Francisco G. A Indústria do Distrito Federal Como Fonte de Geração de Emprego e Renda - Trabalho em fase de publicação.
2. ANDRADE, Joaquim P. e SILVA, Maria Luiza F. Estrutura da Renda Familiar no Distrito Federal, UnB, Deptº de Economia, 1985.
3. BRUSSI, Antônio J. E. A Santa Ceia - Salário e Nutrição no Brasil. Tese de mestrado do Deptº de Sociologia da UnB, 1977.
4. CODEPLAN - Revista Indicadores Conjunturais, vários números.
5. _____ Mensário Estatístico do Distrito Federal, vários números.
6. _____ Informativos Mensais, vários números.
7. DIEESE, Informativos Mensais, vários números.
8. FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1983 e 1984.
9. _____ Censo Demográfico do Distrito Federal, 1980.
10. MINISTÉRIO DO TRABALHO, Alguns Aspectos da Política do Salário Mínimo, 1946.
11. _____ Salário Mínimo - Brasil, Leis e Decretos, 1969.
12. SOUZA, Paulo Renato - O Que São Empregos e Salários. Coleção Primeiros Passos - Editora Brasiliense, 1981.

Resumen

Mercado de trabajo

BRASILIA: UTOPIÁ Y REALIDAD

Brasília es una ciudad atípica y tiene un padrón de vida diferente al de las otras capitales. A pesar de ser la capital federal, la concentración de renta es más elevada si se la compara con la del Brasil como un todo. El trabajador brasiliense de bajo salario vive en condiciones precarias, al contrario de lo que se pudiera pensar. El gobierno alega que el salario mínimo se ha reajustado, pero en realidad se encuentra 50% más bajo de su valor inicial en 1940. Este cuadro prueba la calamitosa situación en que viven todos los que reciben bajos salarios, incluso los del Distrito Federal.

Abstract

Work market

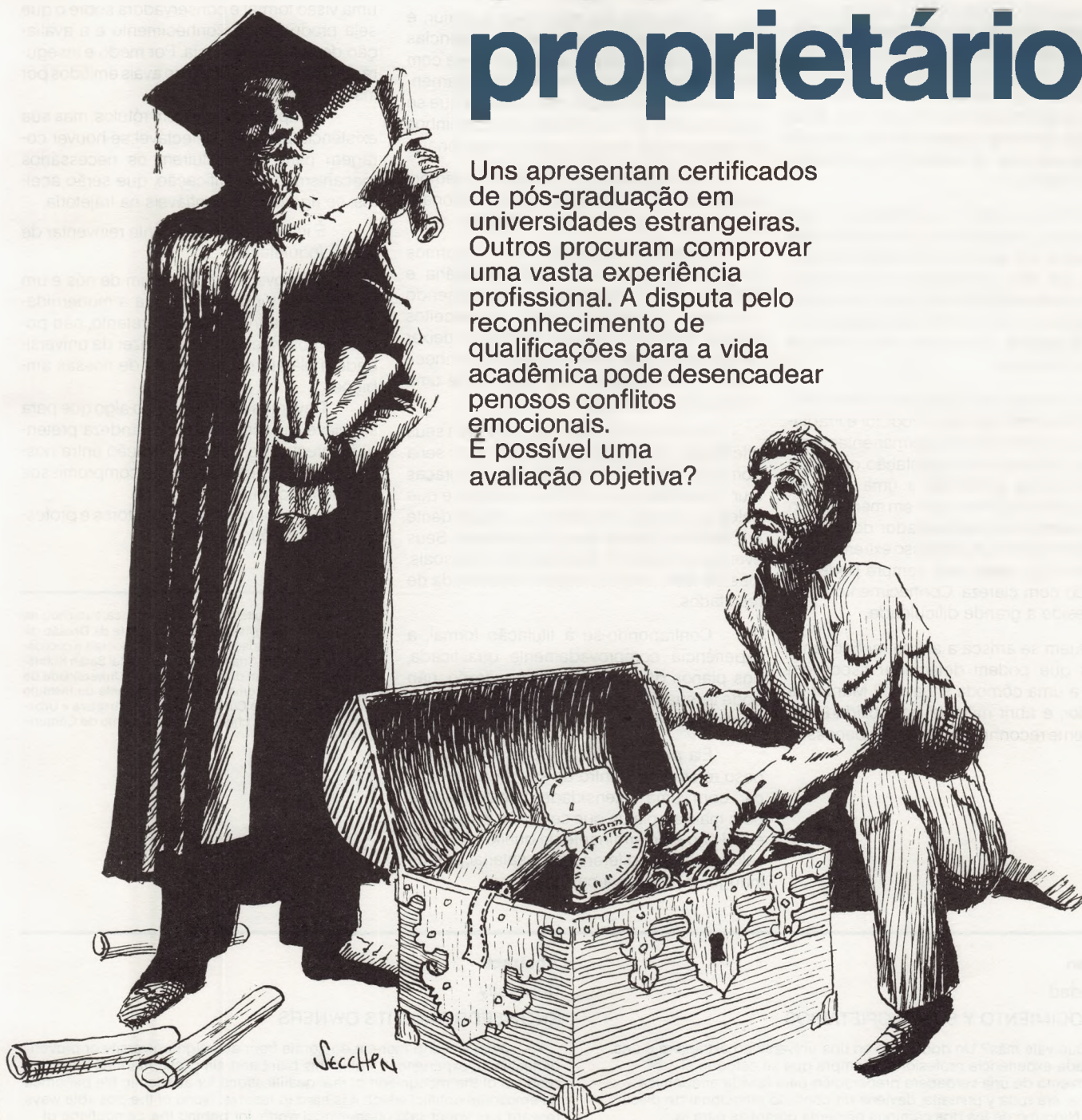
BRASILIA: UTOPIA AND REALITY

Brasília is an atypical city, with a somewhat different standard of living from Brazil's state capitals. Despite being the federal capital, the concentration of wealth is greater here than in the country as whole. Low income workers living in Brasília do not face very favourable conditions, contrary to what many might believe. The government alleges that it is restoring the value of the minimum wage, but in actual fact it now stands at about half its initial value in 1940. This attests to the calamitous state in which all those who earn low wages find themselves, and that goes for those who live in the Federal District as well.

O conhecimento e seus proprietários

Luís Humberto

Uns apresentam certificados de pós-graduação em universidades estrangeiras. Outros procuram comprovar uma vasta experiência profissional. A disputa pelo reconhecimento de qualificações para a vida acadêmica pode desencadear penosos conflitos emocionais. É possível uma avaliação objetiva?



O que vale mais: um doutorado em universidade estrangeira ou uma densa e comprovada experiência profissional? Colocado, sempre, dessa maneira, rude e primária, o problema do reconhecimento de reais habilitações para a vida acadêmica torna-se um conflito emocional de penoso encaminhamento para uma solução.

O ressentimento dos não-titulados é claramente perceptível, sobretudo porque não lhes são assegurados os mesmos direitos na carreira do magistério superior, ainda mais agora, quando são estabelecidas diferenças de remuneração para um mesmo trabalho.

Essa mágoa, de certo modo justificável, acaba por se transformar em agente de desagregação. Torna-se urgente alterar todo um processo perverso de avaliação que lhe permite a existência.

Antes de tudo, a universidade é um bem público, mantido pela sociedade, que dela espera um envolvimento mais sério na solução de seus problemas: da formação mais consistente de profissionais a uma ação investigadora – sem o compromisso para respostas imediatas – sobre as escuridões da natureza humana.

A universidade deve ser um centro recolhedor de interrogações, produtor e irradiador de um conhecimento permanentemente renovado, animador da inquietação, capaz de desestabilizar a pretensão a uma verdade oficial e definitiva. Deve-se ter em mente que o conhecimento é o realimentador do próprio conhecimento, em um processo extremamente mutável, cujo perfil nem sempre pode ser delineado com clareza. Conhecimento é poder, aí reside a grande dificuldade.

Quem se arrisca a animar ações renovadoras que podem determinar riscos em relação a uma cômoda situação? Manter-se renovador, e abrir mão da possibilidade de permanente reconhecimento e das benesses

daí advindas, exige coragem e integridade, além da percepção, mais nítida e despojada, sobre quais sejam nossos papéis na transmissão do conhecimento, nos limites de um momento histórico.

O conhecimento se amplia e se modifica por ações originárias de fontes de diferentes naturezas. Experiências diferenciadas se fundem como valores equânimes, capazes de produzirem inovações desde que não ocorram ações hegemônicas, ou privilégios de qualquer tipo.

A titulação, no magistério superior, é um dado recente no repertório de exigências da universidade brasileira. Procurava-se com isso organizar, criar parâmetros de julgamento quanto à qualificação das pessoas que se propunham a ser co-partícipes nos caminhos de recuperação do pensar e agir nacionais.

Com os desvios ocorridos no tempo, tornou-se um item emblemático institucional e um fenômeno corporativo indesejável.

Se por um lado é válido desconfiarmos da titulação como condição necessária e suficiente para determinar qualidade, sendo apenas um galardão provedor de preceitos formais, por outro lado não podemos deixar de admiti-la – em muitas áreas do conhecimento – como peça comprovadora de uma habilitação consistente.

A alguns daqueles que obtiveram seus diferentes títulos em pós-graduação, seria bom lembrar que eles os alcançaram graças a um investimento de dinheiro público, e que deles se espera um retorno correspondente em trabalho, dentro das universidades. Seus eventuais sucessos não são bens pessoais, mas de toda uma sociedade necessitada de resultados.

Contrapondo-se à titulação formal, a experiência comprovadamente qualificada, nos planos da produção e da reflexão, não pode ter sua importância reduzida e posta em nível inferior quanto a seu valor multiplicador.

Ela pode significar a presença de um peso referencial dentro de sua área específica, com uma intensidade transformadora bem mais ampla do que se supõe. A titulação em si não é determinante de qualidade e sua valorização, por diferenciação salarial, parece inaugurar uma nova casta.

Por outro lado, o reconhecimento fácil do “notório saber” pode constituir-se em uma via de traficância e clientelismo político se não tiver – de forma bem clara – suas bases de avaliação determinadas.

Em nenhum dos caminhos existem garantias para a constatação de um valor inequívoco, porque no seu julgamento estará o homem, camuflado por um discurso encantador. Mas a questão tem de ser tocada, e imediatamente.

A universidade brasileira acolhe, ainda, uma visão formal e conservadora sobre o que seja produção de conhecimento e a avaliação de sua consistência. Por medo e insegurança, depende da troca de avais emitidos por instituições similares.

Competência não tem rótulos, mas sua existência pode ser detectável se houver coragem para se instituírem os necessários mecanismos de verificação, que serão aceitos, se rigorosos e confiáveis na trajetória.

É importante o constante reinventar de nossa inquietação.

A renovação de cada um de nós é um revitalizador fundamental para a modernidade da própria instituição. Entretanto, não podemos nos valer disso para fazer da universidade a plataforma lançadora de nossas ambições.

Devemos aceitá-la como algo que para ser viável, na dimensão da grandeza pretendida, precisa da compatibilização entre nossos projetos pessoais e os compromissos prioritários com ela assumidos.

Isso vale para todos, doutores e professores de “notório saber”. ■

Luís Humberto, arquiteto e fotógrafo, carioca, trabalhou na Editora Abril e na revista “Isto É”. Foi chefe da Divisão de Fotoimagem da Fundação das Pioneiras Sociais e coordenador do Centro de Criatividade do Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. Um dos fundadores da Universidade de Brasília, em 1962, como professor-assistente do Instituto Central de Artes e do Curso-Tronco de Arquitetura e Urbanismo, é atualmente chefe do Departamento de Comunicação da UnB.

Resumen

Universidad

EL CONOCIMIENTO Y SUS PROPIETARIOS

¿Qué vale más? Un doctorado en una universidad extranjera o una comprobada experiencia profesional. Siempre que se coloque el reconocimiento de una verdadera preparación para la vida académica de esta manera ruda y primaria, deviene un conflicto emocional de difícil solución. Ninguno de los dos caminos presenta garantías para la constatación de un valor inequívoco, pues en cualquier análisis que se haga, el hombre va a estar escondido detrás de un seductor discurso.

Abstract

University

KNOWLEDGE AND ITS OWNERS

What is worth more: a doctorate from a foreign university or proven professional experience? Put in this blunt and simplistic manner, the problem of the recognition of real qualifications for academic life becomes an emotional conflict which it is hard to resolve. None of the possible ways forward can vouchsafe unequivocal worth, for behind the camouflage of charming discourse the judge will always be an individual.

Educação à distância a universidade sem fronteiras

Maria Rosa Abreu

O ensino à distância, em nível universitário, atenderia a várias necessidades no país que registra o maior índice de privatização do ensino superior em todo o mundo. Mais jovens teriam acesso às universidades públicas. Homens e mulheres com encargos de família poderiam retomar os estudos. Eis uma fórmula para democratizar a universidade e responder à demanda de profissionais qualificados.



Fábula da rã que caiu no jarro de leite: “nesta situação desesperada começou a bater as patas no leite até que formasse uma bola de manteiga, na qual apoiando-se saiu do jarro”.

Neste artigo, que constitui um rápido levantamento acerca da temática Educação à Distância, nosso objetivo é duplo: primeiro, enfatizar que investir maciçamente na instrução do povo brasileiro é condição imprescindível

dível para superarmos os entraves que dificultam a aceleração do nosso desenvolvimento sócio-econômico, bem como para revertermos a desintegração social que se avoluma a cada dia; segundo, lembrar que a modalidade de ensino à distância é uma importante estratégia a qual nosso sistema educacional deve recorrer, para amenizar, a curto e médio prazos, nossos altíssimos déficits educacionais.

Limitar-nos-emos a dados relativos ao uso do ensino à distância no ensino de nível superior, lembrando, no entanto, que nos outros graus os meios utilizados são semelhantes, especialmente no secundário geral e especializado.

Por que investir maciçamente em educação?

Porque estamos no limiar de uma nova era: a revolução técnico-científica é cada vez mais o principal fator de aceleração do desenvolvimento econômico e do processo social.

Neste sentido, o acesso ao conhecimento deixou de ser um luxo e um privilégio de minorias abastadas e ociosas, tornando-se um imperativo para salvaguardar a própria soberania de uma nação. O atual estágio de desenvolvimento tecnológico atingido pela humanidade exige indivíduos altamente instruídos, capazes de decidir criativamente, gerar, produzir e operar os novos processos tecnológicos que se complexificam a cada dia. Uma população com baixos níveis de conhecimento é um entrave ao avanço da produção.

Em sua proposta para a Constituinte (abril/87), a SBPC lembra que "um país subdesenvolvido o é em razão de sua dependência tecnológica e o caminho para superar a dependência é o desenvolvimento científico e tecnológico". Desenvolvimento científico e tecnológico pressupõe naturalmente **jovens e adultos instrumentados nos fundamentos do saber, capazes de decidir sobre o desenvolvimento científico, e de criar as novas realidades tecnológicas desejadas.** É em função destas exigências que a totalidade dos países avançados têm como nível mínimo de conhecimentos obrigatórios o correspondente à escola secundária. Em países como as Alemanha Federal e Democrática, União Soviética, dentre outros, de cada mil cidadãos envolvidos, hoje, na esfera produtiva, 900 têm formação de nível superior ou secundário especializado. É questão de bom senso prever o que isto significa em termos de aceleração do avanço tecnológico.

E nosso país? O Brasil conta com 100 milhões de habitantes sem ter sequer o 1º grau completo, dos quais 40 milhões são



analfabetos, 10 milhões de crianças as quais o governo não se decide a fornecer nem mesmo a escola elementar, e apenas 3 milhões de alunos matriculados no 2º grau, o que nos situa num longínquo 77º lugar nas estatísticas da Unesco.

Vejamos ainda o atual perfil da escola brasileira, de acordo com recente pesquisa: "Todavia, com relação a equipamentos de ensino [das escolas públicas brasileiras] não se pode ser tão leniente no julgamento, se os professores não têm mesas, se 4% das escolas não têm um quadro-negro e 6% não têm giz, se há quase 5% de escolas sem lugar onde sentar, se em quase 25% os bancos não são suficientes para todos, se 75% das escolas não têm mapas, se metade sequer tem cartazes à parede e se mais de dois terços não dispõem de quaisquer outros recursos pedagógicos. É realmente difícil oferecer um ensino sob condições de tamanha penúria". (in *A escola que os brasileiros frequentam em 1985*. M. Castro e P. Flechter. IPEA/IPLAN. 1986).

1º e 2º Graus – Número de alunos matriculados/1983

Países	1º Grau	2º Grau
Brasil	25 milhões	03 milhões (12%)
Cuba	01 milhão	01 milhão (100%)
França	04 milhões	04 milhões (100%)
URSS	22 milhões	22 milhões (100%)

Fonte: Unesco/1984. (Dados arredondados)

Este indigente quadro na área da inteligência criadora, absolutamente injustificável diante do imenso potencial de nosso país e do nível de conquistas técnicas de nosso tempo, constitui uma das razões básicas de nossa dívida externa, de nosso planejamento desintegrado, programas superpostos e contraditórios, corrupção, inépcia, etc.

Na atual divisão internacional do trabalho o papel reservado ao Brasil é o de fornecedor de recursos naturais e mão-de-obra não-qualificada. Interessa, sem dúvida, aos trustes que se beneficiam de nosso trabalho e de nossas riquezas que nosso sistema educacional continue como está. Não foi por acaso que entre 1966 e 68 a USAID planejou cuidadosamente, com a ajuda de "dedicados" nacionais, o enfraquecimento de nosso já precário sistema educacional.

A defesa intransigente de um sistema educacional público e gratuito, de alta qualidade, do pré-escolar ao pós-doutorado, se por um lado atende ao direito de cada um de acesso ao patrimônio precioso do conhecimento acumulado pela humanidade ao longo de sua história, por outro lado, e sobretudo, responde a uma imperiosa necessidade de acelerar nosso desenvolvimento rumo a uma independência tecnológica que enseje o bem-estar social. Isto porque o progresso técnico transforma o conteúdo do trabalho e, de modo correspondente, muda o significado das capacidades físicas e espirituais dos homens no processo de produção. O papel da força intelectual dos homens na produção dos bens materiais aumenta e o papel da força física diminui. **A ciência transforma-se em força produtiva direta.**

Desta forma, não contribui para enfrentar nossos colossais desafios um sistema educacional elitista voltado antes de tudo para o lucro de alguns poucos proprietários de escolas que, sem nenhum pudor, se beneficiam dos subsídios da sociedade, ao lado de uma vasta rede confessional que também, à custa do subsídio público, assegura a manutenção e ampliação de sua base material.

O que o Brasil necessita, hoje, é de um criativo sistema educacional público e gratuito, que permita formação sólida de jovens aptos a gerar nossa emancipação econômica, tecnológica e social.

Por emancipação tecnológica entende-se, naturalmente, como lembra Costa Marques, a capacidade técnica analítica completa e a autonomia decisória, e não a auto-suficiência absoluta em termos de capacitação tecnológica.

Por que educação aberta e à distância?

O ensino aberto e à distância visa facilitar o acesso à instrução aos indivíduos que não puderam estudar na faixa etária correspondente e àqueles aos quais é difícil ou impossível, na atualidade, por razões de ordem econômica, geográfica ou física, frequentar os sistemas de ensino convencionais.

No âmbito da educação permanente, que parte do princípio do direito do homem de aprender ao longo de toda sua vida, o ensino à distância favorece o atendimento das necessidades de aperfeiçoamento e atualização dos indivíduos já inseridos na esfera do trabalho produtivo, sendo particularmente profunda sua utilização na reciclagem periódica de professores.

A educação aberta à distância é uma modalidade que vem sendo utilizada há muitas décadas pelos sistemas educacionais de mais de noventa países, como uma alternativa pedagógica que permite atender a um público massivo, a um custo reduzido e de forma correspondente ao ensino convencional.

Os sistemas de educação à distância constituem uma resposta às demandas educativas da população, que se aprofundam no atual estágio de desenvolvimento tecnológico.

Garcia Aretio define a educação à distância como um sistema que substitui a interação pessoal professor – aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização tutorial, que propicia a aprendizagem autônoma dos estudantes.

Dentre os conceitos mais encontrados como característicos nas definições de educação à distância, destacam-se:

- a) a separação professor-aluno
- b) a utilização de meios e recursos técnicos
- c) a aprendizagem individual
- d) o apoio de uma organização de caráter docente
- e) a comunicação bidirecional

Breve histórico

A literatura sobre educação à distância indica que esta modalidade educacional tem seus primórdios históricos na epistolografia grega. Segundo Kurt Graff, esta rede de cartas de caráter instrutivo estendia-se desde Atenas a todo o mundo conhecido dos antigos. Plínio, o Velho, bem como Sêneca com suas *Epistolae Morales* foram grandes expoentes da redação da correspondência pedagógica. Os exemplos se sucedem ao longo da Idade Média e época moderna, destacando-se as correspondências didáticas de



Newton, Voltaire e Marx, sendo exemplar a carta deste a Weydemeyer, em 1852, na qual explica o lugar das classes num determinado modo de produção. No século passado tem início também a realização de cursos pagos por correspondência, abordando temas de cultura geral, línguas estrangeiras e composição. D. P. Lisseanu cita exemplos de anúncios encontrados em jornais londrinos, como este de 1832:

“O abaixo assinado, com todo respeito, avisa às damas e cavalheiros das cidades vizinhas que estudam composição através do correio que o endereço para o mês de agosto será Little Friars Street, Lund. A. J. Meuller”. De acordo com D. P. Lisseanu, a Universidade de Londres já em 1858 organizava cursos por correspondência para estudantes denominados externos. Também surgem cursos por correspondência para preparar os aspirantes ao ensino superior, como o *Rutinsches Fernlehrinstitut* em Berlim e o *Hermods* em Estocolmo, além de uma variedade imensa de cursos profissionalizantes como as Escolas In-

ternacionais, norte-americanas, que se espalham até a América Latina.

Mas é apenas em 1917 que a educação aberta e à distância é institucionalizada organicamente, inscrevendo-se no rol dos direitos sociais conquistados com a Revolução de Outubro, quando pela primeira vez na história a educação deixa de ser privilégio das classes abastadas para se tornar um direito de todos.

O até então retórico princípio de que todos os homens têm iguais direitos passa a ser garantido através de medidas concretas, e já em 1930 a União Soviética toma-se o primeiro país a erradicar o analfabetismo.

Todavia, tendo-se em vista que o nível de riqueza acumulado não permitia que todos os cidadãos adultos passassem a frequentar escolas, são criadas estratégias educacionais alternativas: ao lado da educação permanente desenvolvida nas Universidades Populares, (hoje em número de 40 mil) são desenvolvidos sistemas formais de educação à distância a nível de 1º, 2º e 3º graus, e em 1928 a URSS contava com 350 mil trabalhadores cursando a universidade por correspondência.

Na medida em que as novas gerações puderam pouco a pouco ter garantida a instrução na idade regular, os sistemas alternativos (noturno e à distância) tornaram-se desnecessários nos graus básicos. Assim, a partir da Constituição de 1977 o 2º grau universalizado é garantido para todos, e o ensino à distância continua a ser realizado praticamente apenas no sistema universitário e na reciclagem de conhecimentos. Hoje, além de 16 centros especializados em ensino à distância, 632 das 890 instituições de ensino superior oferecem, ao lado do ensino regular diurno e noturno, o ensino por correspondência com apoio de emissões pedagógicas pelo rádio e televisão.

Para os alunos matriculados nesta modalidade são oferecidos um mês de férias suplementares no trabalho para a preparação dos exames, redução das horas de trabalho e previstos encontros regulares para discussão e esclarecimentos com os professores. Na Universidade de Moscou, por exemplo, dos trinta mil alunos matriculados, dez mil estudam à distância; o país conta com cerca de cinco milhões de alunos nesta modalidade.

A educação à distância é generalizada nos países do sistema socialista como dispositivo auxiliar, visando contribuir para a alta qualificação dos indivíduos, requisito indispensável para acelerar a produção social. Parte-se do princípio segundo o qual há estreitíssima ligação entre a ciência, o ensino e a produção, o que significa que o incremento da eficiência do ensino incide positivamente sobre o crescimento do rendimento nacional.

Nos países capitalistas, notadamente nos dependentes, a luta do povo pelo acesso à educação pública gratuita (e laica) vem sendo árdua e penosa. Nos países centrais

este direito tem sido garantido pelas constantes mobilizações populares. Recentes exemplos são as manifestações dos estudantes secundaristas e universitários na Espanha e na França. E na Itália, apesar da tradicional presença da Igreja Católica (cujos setores dominantes têm sido secularmente adversários ferrenhos do ensino gratuito), conseguiu-se inscrever na Constituição, em 1947, graças à convicção e à força do povo italiano organizado, que o ensino é facultado às instituições particulares desde que sem ônus para o Estado.

Na esfera destes países avançados, no que concerne à educação aberta e à distância como ferramenta auxiliar na democratização do acesso ao conhecimento, é necessário assinalar, além das inúmeras experiências norte-americanas e australianas, os significativos e complexos sistemas implementados a nível do ensino superior na Inglaterra (Open University, 1969), Espanha (Universidade Estatal à Distância, 1972), República Federal Alemã (Fernun-universitat, 1974) Países Baixos (Open Universiteit, 1984) e no Canadá (Universidade de Athabasca e Télé Université). A Universidade Aberta Inglesa foi cuidadosamente planejada no governo trabalhista de Harold Wilson, no quadro de uma política social visando a democratização do ensino superior.

Ela é definida como uma universidade por correspondência apoiada em um "sistema de multimeios para se ensinar à distância" e tem como objetivos proporcionar oportunidades em nível de graduação e pós-graduação a todos aqueles que, por qualquer razão, foram ou estão sendo impedidos de atingir suas metas por meio de uma instituição de ensino superior já existente. No caso dos Estados Unidos as experiências de ensino à distância concentram-se nas chamadas universidades land grant, como as de Wisconsin e Penn State. Na América Latina, salvo o Brasil, praticamente todos os países se preocuparam, nas últimas duas décadas, com a criação de sistemas de ensino superior à distância, destacando-se a Universidade Nacional, a Universidade Pedagógica e o Instituto Politécnico, no México; Universidade de Lima e da Amazônia Peruana, no Peru; Universidade Nacional Aberta na Venezuela; Universidades de la Sabana, Unisur, Javeriana, na Colômbia; Universidade de Belgrano na Argentina; Universidade Aberta de Loja, no Equador, e a Universidade Estatal à Distância na Costa Rica, dentre outras.

Estrutura e funcionamento

Não é objetivo deste breve levantamento detalhar a estrutura organizacional e o funcionamento das estratégias metodológicas utilizadas pelos sistemas abertos e à distância.

Destacaremos no entanto alguns aspectos:

● Estrutura organizacional

Existem dois modelos básicos para a configuração de sistemas de educação superior à distância: o centralizado, cujo modelo mais conhecido é o da Universidade Aberta Inglesa, também encontrado na Universidade Estatal Espanhola e em alguns países da América Hispânica, como Costa Rica e Venezuela. Este modelo caracteriza-se basicamente pela criação de um sistema universitário autônomo das universidades convencionais, com seu próprio corpo acadêmico para produção e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Sistemas descentralizados são os mais difundidos, encontrados na França, Itália, Estados Unidos, RDA, URSS, Colômbia, México, dentre outros. Nos sistemas de ensino superior à distância descentralizados faculta-se às universidades existentes a criação da modalidade de ensino à distância, ao lado do ensino diurno e noturno intramuros.

● Condições de acesso

As condições de acesso aos cursos do ensino superior à distância variam em consonância com as normas definidas pelos diferentes sistemas educacionais: diploma de 2º grau, outros diplomas de nível médio, exame de acesso para os maiores de 25 anos independentemente da escolaridade prévia, etc.

● Material didático

O material didático compreende textos elaborados pelos professores especialistas nas diferentes áreas em colaboração com educadores, bem como textos selecionados que constituem, ao lado da bibliografia, a base fundamental da aprendizagem.

A partir deste material o aluno prepara seus trabalhos, realiza exercícios, provas, se auto-avalia e se prepara para as provas presenciais. O material didático deve despertar a curiosidade científica do aluno, manter sua atenção e motivá-lo a continuar estudando; deve ligar os conhecimentos prévios, guiar o aluno em sua aprendizagem, apresentando adequada e gradualmente a informação.

● Material de apoio

Em apoio aos textos pode ser utilizado material audiovisual como recurso auxiliar: emissões de rádio e televisão, fitas em áudio e vídeo, diapositivos.

● Assessoria de aprendizagem

Dentre o pessoal acadêmico, destaca-se em importância o assessor de aprendizagem, professor ou tutor cuja tarefa principal é a de facilitar a aprendizagem dos estudantes. O professor propicia situações de aprendizagem a fim de que os estudantes, estimuladas sua iniciativa, criatividade, originalidade e independência, sejam autores de sua própria

aprendizagem. O professor é o especialista de uma determinada área do conhecimento, que tem como função facilitar a compreensão do material didático pelos alunos e realizar a avaliação da aprendizagem. Ele fornece ao aluno orientações e esclarecimentos sobre os conteúdos e as avaliações através de correspondência, contato telefônico e encontros presenciais que podem ser semanais, mensais, etc.

● Avaliação da aprendizagem

A exemplo do que ocorre no ensino convencional, são variados os elementos componentes da avaliação do desempenho acadêmico utilizada pelos sistemas de educação à distância, destacando-se as seguintes estratégias que podem se complementar de variadas formas:

- a) auto-avaliações: provas inseridas no próprio material impresso de estudo;
- b) provas parciais: testes de verificação de aprendizagem ao finalizar cada etapa de um período acadêmico;
- c) provas de recuperação: testes aplicados após os reforços recebidos pelo estudante, nos pontos em que este teve dificuldades;
- d) provas presenciais: exame escrito, experimentos de laboratório ou outras manifestações de habilidades que se exigem periodicamente e ao término de cada curso.

Na avaliação estão ainda incluídos estágios, práticas supervisionadas e trabalhos de grupos.

Um aspecto extremamente importante das inovações introduzidas pelos sistemas de educação à distância é a incidência dos novos processos de ensino-aprendizagem, nos métodos do ensino chamado convencional ou presencial: nos países onde a educação aberta e à distância vem sendo desenvolvida há mais tempo, os elementos característicos do ensino à distância se introduzem de forma crescente nos sistemas convencionais, como a não exigência de presença, trabalho independente dos alunos, trabalho fora da aula, menor contato frente a frente professor-aluno.

Por outro lado, não é totalmente correto afirmar-se que uma das características básicas dos sistemas à distância seja o não-contato presencial entre professor e aluno: nas provas presenciais, nas convivências organizadas nas universidades ou nos centros regionais (grupos, círculos, jornadas de estudo) nos encontros com os assessores da aprendizagem (nos finais de semana, nas férias, etc.), o aluno tem inúmeras oportunidades de interagir pessoalmente com o docente.

Para o desenvolvimento desta modalidade é necessário que nas universidades, especialmente nas Faculdades de Educação, sejam criados núcleos de pesquisa e formação visando capacitar os especialistas capazes de refletir, propor, produzir, operar e avaliar os sistemas de educação à distância.

Atualidade da Educação à Distância

As razões que nortearam a criação dos sistemas de educação superior à distância públicos e gratuitos, há sessenta anos, continuam a vigorar nos dias atuais:

“Objetivos da educação soviética à distância, 1920:

- formar os especialistas de que necessita a economia nacional;
- dar uma base teórica aos trabalhadores que desempenham funções sem a necessária formação científica;
- preparar os indivíduos para permitir mudanças na profissão”.

“Objetivos da Universidade Aberta dos Países Baixos, 1984:

- oferecer possibilidades para a educação superior àqueles adultos que não puderam estudar no passado;
- descongestionar as universidades incapazes de fazer face às demandas de vagas;
- criar uma forma de educação mais barata;
- estimular a inovação nos sistemas educativos”.

No caso do Brasil a implementação do ensino à distância no nosso sistema universitário responderia a uma dupla exigência: primeiro, atenderia à demanda de acesso ao ensino superior de enormes contingentes de jovens que a cada ano procuram uma vaga na universidade pública e gratuita, e também dos cidadãos já inseridos no trabalho produtivo e que não tiveram acesso a uma formação de nível superior na faixa etária correspondente, ou que desejam uma nova formação; em segundo lugar, responderia à imensa necessidade de profissionais capacitados que o desenvolvimento sócio-econômico requer.

Em relação ao ensino pago convém assinalar que nosso país registra o maior índice mundial de privatização do ensino superior: dos poucos brasileiros que conseguem chegar à universidade, 75% são obrigados a pagar por uma formação que se faz ainda com inúmeras deficiências: bibliotecas e laboratórios precários, dificuldades para capacitação e aperfeiçoamento dos docentes, inexistên-

cia de condições para pesquisa e extensão, professores com salários aviltados, contratos de trabalho inseguros, etc. Por outro lado, de acordo com estudo realizado por José Tiacci Kirslen (Faculdade de Economia da USP/ FIPE) em 40 instituições de ensino superior, a receita era, em 1982, 7,4 vezes superior às despesas, resultando em um lucro de 644%: “O lucro gerado em algumas classes do curso superior é, em termos percentuais, o mais alto já registrado na literatura econômica”.

A privatização de nosso sistema educacional não se dá por acaso, mas se insere em estratégia ampla (que inclui o controle ideológico dos textos e materiais instrucionais, inclusive via rádio e TV, com o objetivo de ocultar a realidade e as causas dos problemas) a nível de toda América Latina, destinada a impedir o fortalecimento de nossas escolas e universidades, e o consequente avanço científico e tecnológico desta parte do continente. Não interessa a economias avançadas e aos objetivos transnacionais que os países periféricos se desenvolvam tecnológica e cientificamente. Por isso, tal desenvolvimento deverá ser conquistado através da capacitação das novas gerações como condição para impedir o aprofundamento da atual divisão internacional do trabalho, benéfica apenas aos já privilegiados países centrais.

É dever da sociedade, portanto, exercer papel efetivo na questão da formação dos recursos humanos e dos quadros nacionais necessários a um desenvolvimento autodeterminado e não excludente.

A elevação do nível de instrução é a alavanca poderosa que permitirá o encaaminhamento das tarefas estratégicas do Brasil hoje, que consistem na elevação do bem-estar do povo e no fortalecimento do potencial econômico. E a educação à distância é uma ferramenta auxiliar neste processo.

Concluindo, consideramos de grande utilidade a discussão das proposições formuladas no documento produzido pelo grupo de trabalho sobre educação superior à distância, por ocasião do Encontro de Educação à Distância promovido pelo MEC a 14 de janeiro passado. Neste documento parte-se de duas considerações básicas:

1. É dever do poder público desenvolver e manter uma ampla rede de ensino de qualidade, público e gratuito em todos os níveis.

2. A educação superior deve ser tratada como um todo orgânico, sendo que a modalidade de ensino à distância deve se constituir em estratégia integrante deste todo.

Propõe-se também a realização de um Encontro Nacional de Educação Superior à Distância, congregando representantes da comunidade acadêmica, de entidades educacionais e das organizações sociais, visando responder a questões substantivas ligadas ao tema, tais como: a) a que necessidades da população e do desenvolvimento econômico deve a universidade responder? b) que modelo(s) de educação superior à distância deve a universidade brasileira contemplar?

Acreditamos que as respostas a estas e a outras questões ligadas ao papel social da universidade, assim como às formas de democratização de acesso, devam ser dadas urgentemente pela sociedade brasileira, tendo em vista que, sem elevar-se decididamente o nível de instrução do povo, não se pode realizar nenhuma transformação econômica substantiva nem conseguir progresso social efetivo. E para esta tarefa é importante não nos esquecermos das palavras do saudoso Pontes de Miranda ao responder à questão “a quem interessa o Brasil ignorante?”: “Na situação difícil em que se vai achar o Brasil, em vez de se disseminarem escolas, se pedem emissões e dólares emprestados. Por outro lado, há interesses internacionais em que o país com as riquezas minerais que tem não se desenvolva intelectualmente, com o que terá meios para se recusar à exploração pelos trustes. A arma que o alto capitalismo mais teme, nesse momento do mundo, depois que perdeu o campo chinês das dilapidações, é a instrução do Brasil”. ■

Maria Rosa Abreu é professora da Faculdade de Educação e coordena as atividades de extensão à distância do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

Resumen

Universidad de Brasília y Democracia

EDUCACIÓN A DISTANCIA: LA UNIVERSIDAD SIN FRONTERAS

En el Brasil, un país con el mayor índice mundial de privatización de la enseñanza superior, el implementar la educación a distancia, en nuestro sistema universitario, respondería a una doble exigencia. Por un lado, atendería la demanda de un gran contingente de jóvenes que cada año buscan una plaza en la universidad pública y gratuita. También tendrían acceso los ciudadanos comprometidos ya en el trabajo productivo, que no tuvieron la posibilidad de una formación de nivel superior a la edad correspondiente o, simplemente, desean una nueva formación. En segundo lugar, respondería a la necesidad de profesionales capacitados, exigencia del desarrollo social y económico de la sociedad de hoy.

Abstract

University of Brasília and Democracy

TEACHING AT DISTANCE – THE UNIVERSITY WITHOUT BOUNDARIES

The degree of privatization of higher education is greater in Brazil than in any other country in the world. The introduction of teaching at a distance (correspondence courses) at university level would meet a two-fold demand. Firstly, it would go some way towards catering for the vast throngs of young people who apply for places at public, non-fee-paying universities. It would also provide those already in the labour market who did not get a chance to undertake a course of further education at the usual age with an opportunity to do so, as it would those seeking a second degree. Secondly, it would also supply the immense need for qualified personnel required for socio-economic development.

A crise do industrialismo:

Ricardo Toledo Neder

novas tecnologias, capital e trabalho

O industrialismo busca, com o duplo movimento de readequação do produtivismo taylorista no Brasil, uma renovação das relações industriais, permitindo espaços reduzidos para a ação operária e sindical no interior da produção, ao mesmo tempo que rearticula um novo patamar de acumulação, destituído, entretanto, dos ideários desenvolvimentistas do passado recente. A palavra de ordem desse novo patamar é, sem dúvida, a “modernização tecnológica”, repetindo, nesse sentido, o procedimento de buscar equacionar a crise do industrialismo com a introdução de mudanças tecnológicas. Antes que haja definições políticas capazes de alterar o quadro das relações industriais, o prioritário é a “modernização”.

“Vemos relógios, fontes artificiais, moinhos e outras máquinas semelhantes que, embora meramente feitas pelo homem, têm não obstante o poder de se moverem por si mesmas de muitas maneiras diferentes (...) Não reconheço qualquer diferença entre as máquinas feitas por artifícios e os vários corpos que só a natureza é capaz de criar”.

Descartes.

Quando Descartes escreveu o texto em epígrafe no século XVII, o relógio atingia um grau de perfeição que já prenunciava o advento das máquinas automáticas sofisticadas aplicadas à produção, cento e cinquenta anos depois. Dissemina-se, nesse período, a concepção do universo como mecanicismo, “relógio cósmico”, e sistema mecânico (fazendo crer através do pensamento analítico que o objetivo máximo da Ciência era o controle da Natureza, como queria Bacon), vindo a desembocar numa abordagem cartesiana da relação Homem-Natureza, dominante a partir da Revolução Industrial e geradora do complexo “científico-tecnológico”¹.

Dois processos separados secularmente e que vieram a ser fundidos para gerar o parto do Industrialismo enquanto cultura hegemônica em dois terços do mundo a partir do século XX. Triunfo da razão ou expansão devastadora da Natureza e do trabalho humano?

Talvez ambos; mas se Francis Bacon fosse ressuscitado hoje diria que esse “programa” de dominação da Natureza iniciado pelo Iluminismo é um triunfo da “razão científica”. Para a conquista da natureza, tudo e todos deveriam convergir para fazer o trabalho humano moldar-se aos paradigmas dos mecanismos, dos encadeamentos e dos ritmos maquinais.

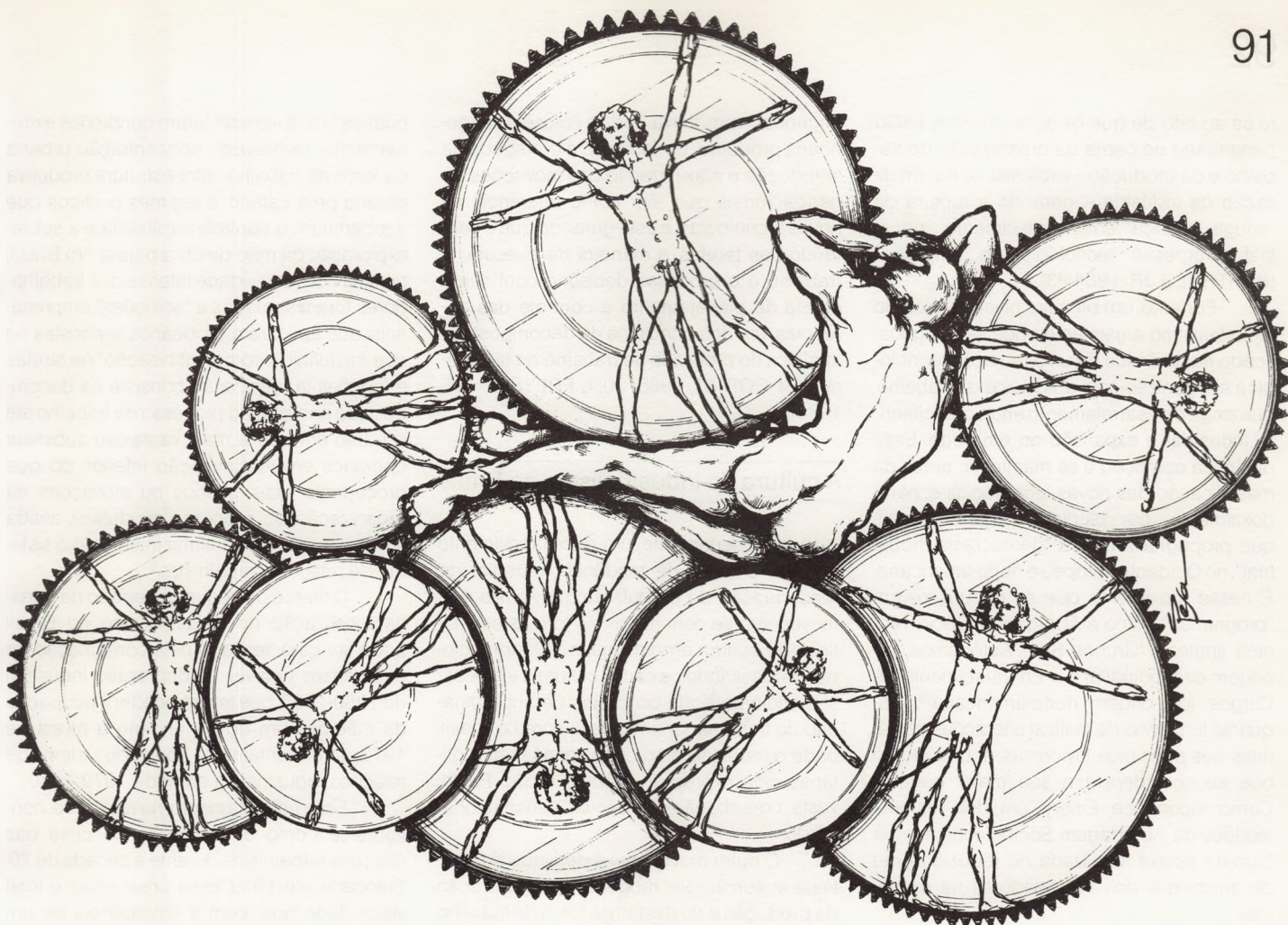
Industrialismo e visão cartesiana do mundo do trabalho

Já foi notado que o advento do Industrialismo não seria possível sem uma reestruturação radical do trabalho humano. A mais saliente dessas transformações do mundo do trabalho é conhecida como **Scientific Management**, fundado nas elaborações de Taylor e no pragmatismo de Ford, representando o coroamento talvez mais radical da concepção cartesiana do mundo (do trabalho) como mecanismo. (Cf. BARTHOLO JR. 1983:73).

Antes da vigência teórica e empírica do taylorismo no século XX (quaisquer que sejam suas formas e variantes), a subordinação do trabalhador à máquina não havia sido resolvida “cientificamente” do ponto de vista cartesiano. Tratava-se, antes, muito mais de uma subordinação decorrente da miséria social do que de prática da burguesia nascente oriunda de um corpus ideológico consubstanciado em princípios “científicos” de observação, sistematização e decomposição analítica do processo de trabalho.

Da Depressão dos anos 30 até a década de 80, as crises que abalaram o capitalismo “ocidental” europeu e norte-americano (entre elas, só para remeter à mais próxima, a do período final dos anos 60, que desnudou a insatisfação profunda de vários segmentos sociais quanto à cultura do cotidiano no industrialismo)² têm tido conseqüências quase sempre favoráveis ao reforçamento da ciência do **Scientific Management**. Entendo que as experiências históricas do socialismo após a Revolução Russa de 1917 contribuíram para esse reforçamento. Se remetida a discussão para a teoria marxista da história, as conseqüências não poderiam ser outras, como destaca Castoriadis quando afirma que “falar de contradição entre as forças produtivas e relações de produção, pior que um abuso de linguagem é uma fraseologia que dá aparência dialética ao que é apenas um modelo de pensamento mecânico” (Castoriadis, 1982:29).

No mais, a essência do Taylorismo não deve ser confundida com o fenômeno da linha de montagem. “A normatização de movimentos e ferramentas, o estabelecimento de padrões de tempo e a sistemática decomposição analítica do processo de trabalho antecedem à introdução da linha de montagem pelo fordismo e sobrevivem à sua eventual dissolução. Essencial no taylorismo é a transformação das formas humanas de ação pela subordinação do ritmo da vida social à produção técnico-científica (...)” (BARTHOLO JR., 1984:74). (Grifos meus, RTN).



De forma similar, a essência do industrialismo é tentar manter o ritmo da vida social subordinado à produção técnico-científica. Tal como na fábrica, entretanto, a porosidade da vida social escapa das mãos do "administrador científico": as reações sociais, os individualismos, particularismos e especificidades culturais são como que continuamente reagrupadas em um movimento de sístole-diástole, lançando a insatisfação e a frustração dos grupos e indivíduos contra o que lhes toma no mínimo 10 horas diárias de vida, ou seja, as práticas de trabalho fundadas numa excessiva homogeneização das pessoas-trabalhadoras, reduzidas ao falso binômio produtor/consumidor, e ao parcelamento maquinal de tarefas, submetidas ao divórcio entre concepção e produção, base da crítica marxiana da alienação.

Nada mais natural, portanto, que essa "porosidade" da vida social a muito custo seja moldável pela cultura do trabalho no industrialismo, articulando-se como um "plasma", ora numa relação de subordinação num equilíbrio instável, ora insurgente no desequilíbrio estável, permanente. É tomando por base esse princípio societal de subordinação/reação simultânea – porém descontínuo – aos ideários do industrialismo³, que identifico as

tentativas renovadas da gestão empresarial da força de trabalho em atualizar num movimento sempre recorrente os instrumentos tayloristas ortodoxos nas últimas décadas⁴.

As metamorfoses do taylorismo

As tentativas de alterar técnicas obsoletas de decomposição analítica do processo de trabalho configuram fenômeno de importância crucial, nas sociedades onde a crise do industrialismo tem um de seus vértices nos limites toleráveis do consumo e degradação da Natureza. Com a aplicação da microeletrônica aos meios de trabalho (automação) e à gestão dos serviços e da produção (informática), as novas tecnologias oferecem um panorama quase enfadonho do procedimento histórico do industrialismo de responder às crises através de transformações tecnológicas e organizacionais como o eixo central de uma falsa superação de entraves sócio-culturais ao produtivismo. As complicações de produção e mercados associadas a uma conturbada força de trabalho conjugavam-se nos anos 60 e 70 como obstáculos "sérios". Essas complicações aparentemente desabaram com a ofensiva da modernização micro-

eletrônica. Entretanto, persistem os indícios do "mal-estar" da cultura do industrialismo, à medida em que as crises nacionais das relações industriais, as dificuldades nas relações entre sindicatos e empresários se manifestam como o palco no qual as novas tecnologias se circunscrevem como a ponta mais visível da redefinição de uma "nova" organização do trabalho. A questão é: essa organização continuará baseada ainda nos paradigmas tayloristas? Para nenhum dos agentes envolvidos essa mudança está caracterizada de *ante-mão* nesse ponto: é possível que os paradigmas tayloristas venham a ser superados por técnicas de decomposição analítica do trabalho em escala inteiramente diversa. "Se essa orientação vier a se confirmar significativamente, (em especial de um ponto de vista quantitativo) pelo desenvolvimento cada vez mais importante de seções automatizadas nas linhas de produção, a mudança de paradigma no tocante à organização do trabalho e da produção não deixará de ter repercussões expressivas sobre o trabalho vivo, sua distribuição, a natureza das qualificações referidas e as formas de sua implantação" (CORIAT, 1985:57).

Um dado macrossocial já pode ser estimado a partir das atuais tendências: refe-

re-se ao fato de que os automatismos estão penetrando no cerne da organização do trabalho e da produção – expressa na informatização da indústria –, gerando a ruptura da “antiga aliança entre crescimento industrial, progresso tecnológico e emprego” (BARTHOLO JR. 1984:93).

Portanto, um primeiro nível da crise do industrialismo atualmente pode ser diagnosticado na dinâmica de uma mutação tecnológica e organizacional dos meios de trabalho, que exige o **desatrelamento entre crescimento industrial e expansão do emprego**. Essa dinâmica começou a se manifestar antes da massificação das novas tecnologias e, paradoxalmente, por técnicas organizacionais que propugnavam pela “democracia industrial”, no Ocidente europeu e norte-americano. É nesse movimento que se circunscrevem “programas” como a Abordagem Sócio-Técnica (inglesa), Grupos Semi-Autônomos (de origem escandinava) e o Enriquecimento de Cargos (de origem norte-americana)⁵, enquanto tentativas de realizar alterações periféricas nos princípios tayloristas, sobretudo no que se considerava a sua maior barreira. Como reconhece Emery, um dos maiores teóricos da Abordagem Sócio-Técnica, essa barreira estava localizada no reduzido grau de autonomia dos trabalhadores na produção.

Ora, mudar isso significaria acarretar expressivas alterações dentro da empresa. E como afirma Emery: “Para definir a natureza desta mudança existe uma única expressão que parece adequada, qual seja: a democratização do local de trabalho (...) a democratização das relações de trabalho”⁶.

O fracasso dessas técnicas poderia ser relativizado com argumentos de que muitas de suas “inovações humanizadoras” foram incorporadas à gestão da força de trabalho e às relações entre sindicatos e empresários, sobretudo no auge do “Welfare State” e da democracia industrial. Porém, suas inovações ao paradigma taylorista não evitaram que fosse acumulado expressivo mal-estar coletivo, com o cotidiano do industrialismo gerando as explosões de 1968/69 e a atual crise das relações industriais. O que está em jogo atualmente é outra história. A ênfase da nova geração de técnicas de gestão da produção e da força de trabalho – basicamente representadas pelo sistema japonês mundialmente consumido, o “Just-In-Time”, e um outro sistema com forte conteúdo tecnológico de origem norte-americana, destinado a realizar a gestão informatizada da produção (denominado “Material Requirement Planning”, ou MRP)⁷ – atribui autonomia aos trabalhadores exclusivamente dentro das prescrições da

engenharia produtiva. Toda a ênfase da engenharia produtiva, por sua vez, é carregada na introdução e maximização das inovações organizacionais que têm como referência as novas tecnologias, e assegurando que o **conteúdo das tarefas, a maneira de executar o trabalho e o processo decisório continuam objeto de planejamento e controle das gerências, um dos princípios da decomposição analítica do processo de trabalho no taylorismo**. (Cf. CORIAT, 1985: 30; e FREYSENNET, 1984).

A cultura do industrialismo no Brasil

Há, certamente, um duplo movimento no que chamei de tendência mundial de readequação do produtivismo taylorista. Um movimento se concretiza nas formas específicas de cultura empresarial no plano nacional, perpassando os cortes culturais e processos sócio-políticos concretos de subordinação do trabalhador em países como o Brasil, onde o industrialismo criou zonas metropolitanas cuja expressão máxima é São Paulo, vasta conurbação do capital transnacionalizado.

O outro movimento é derivado da contínua absorção dos modelos de organização da produção e de gestão da força de trabalho oriundos do exterior. Esse segundo movimento do produtivismo circunscreve-se justamente na dinâmica que superou o paradigma de centro-periferia. Em países com industrialização tardia como o Brasil (no jargão internacional, um “NIC” ou “New Industrialized Country”) há **heterogeneização das formas empresariais de gestão do trabalho e da produção**, dominada porém pelos modelos ou paradigmas difundidos por empresas transnacionais.

Esses dois movimentos, portanto, devem ser vistos como **entrelaçados**, enquanto um adensamento de relações entre “nacional” e “transnacional”, articulações de uma nova divisão internacional do trabalho “(...) onde os novos países industrializados ganharam importância como centros de acumulação e de valorização do capital multinacional”. (KOWARICK E CAMPANÁRIO, 1985).

O primeiro período da transnacionalização do industrialismo no Brasil – entre 1955 e 1978 –, como que abre uma fase alta no país para os ideários internacionais da racionalização do trabalho e da produção⁸. Porém, o entrelaçamento nessa fase entre os modelos do industrialismo transnacional e as características sócio-políticas e culturais do meio empresarial brasileiro teve como palco uma **nova divisão internacional do trabalho**, na

qual os NIC’s apresentaram condições extremamente “favoráveis”: concentração urbana da força de trabalho; infra-estrutura produtiva gerada pelo Estado, e regimes políticos que acobertaram o controle capitalista e a sobre-exploração da mão-de-obra barata. No Brasil, políticas de rotatividade intensa dos trabalhadores foram somadas a “soluções” empresariais, que aplicaram os ideários tayloristas no que foi definido como “rotinização” de tarefas e funções (a rotinação consiste na decomposição analítica do processo de trabalho até o ponto em que é mais vantajoso substituir operários em remuneração inferior, do que proceder a reais ganhos ou inovações na organização do processo produtivo), aliada ao fato de que se mantinha inalterado o sistema de relações trabalhistas⁹.

O marco do segundo período da transnacionalização do industrialismo no Brasil pode ser caracterizado pela combinação de duas crises notáveis: a depressão industrial de 1980-1983, que fez retroceder a ocupação da mão-de-obra do secundário a níveis de 1972, e o enfrentamento aberto do sistema de relações industriais a partir de 1979/1980.

Esse enfrentamento, na realidade, configura-se como o desenrolar da crise das relações trabalhistas durante a década de 70. Sufocada até 1979, essa crise adquire total visibilidade hoje com a emergência de um movimento sindical massivo e em processo de articulação que colocou em pauta (e conquistou) algumas demandas básicas: luta contra o desemprego, reconquista da estabilidade; criação de comissões de empresa, delegado sindical no local de trabalho, estrutura sindical sem a tutela do Estado que permita as intersindicais; criação de centrais sindicais unificando tendências, e as negociações diretas.

A outra face dessa crise nas relações industriais – entendida como crise de dominação da força de trabalho sob um produtivismo crescentemente internacionalizado – se expressa pelo lado empresarial. Posições liberais ou “democráticas” na atualidade provocam defasagem notável da **ideologia do desenvolvimentismo** herdada do nacional-populismo e desaparece o consenso anterior acerca da manutenção de um sistema de relações industriais fundado na rotatividade, rotinação de funções e tarefas, arrocho salarial, aliadas ao controle social dos trabalhadores no interior da produção, que veio a ser estigmatizado como o “despotismo fabril”. Em outros termos, as diferentes frações do capital envolvidas nessa “modernização” – ou crise aberta das relações trabalhistas – vêem como necessária a superação do produtivismo anterior por outro conjunto de ideários e

práticas. Que conjunto é este precisamente? Trata-se da adoção de técnicas e programas participativos e de envolvimento dos trabalhadores, em grande parte tributários de modelos japoneses e norte-americanos ("Just-In-Time" e sua variante mais conhecida, que é o Kanban e os Círculos de Controle de Qualidade...).

Na visão de um pesquisador atento a essa mudança no Brasil, "é notório que essas técnicas participativas mudam um dos paradigmas do taylorismo no que se refere à eliminação de qualquer iniciativa operária (...)". No entanto essa "participação é bastante delimitada pelas empresas, restringindo o seu campo de discussão: participa-se até onde a empresa permite. São assim excluídas as discussões sobre salário e até mesmo sobre as condições de trabalho" (VARGAS, 1985: 188).

Deparamos, portanto, novamente com o duplo movimento de readequação do produtivismo taylorista no Brasil. O industrialismo busca uma renovação das relações industriais, permitindo espaços reduzidos para a ação operária e sindical no interior da produção, ao mesmo tempo que rearticula um novo patamar de acumulação, destituído, entretanto, dos ideários desenvolvimentistas do passado recente. A palavra de ordem desse novo patamar é, sem dúvida, a "modernização tecnológica", repetindo, nesse sentido, o procedimento (notado antes) de buscar equacionar a crise do industrialismo com a introdução de mudanças tecnológicas. Antes que haja definições políticas capazes de alterar o quadro das relações industriais, o prioritário é a "modernização".

Tal "modernização" quer dizer explicitamente o aprofundamento das soluções baseadas nos autoritarismos e intensificação do "trabalho morto", sob a qual a antiga vantagem da mão-de-obra barata dos NIC's desaparece como fator de barganha (decisivo, ao menos) e a competitividade passa a obedecer outros parâmetros.

O diagnóstico corrente é que para se enfrentar essa nova fase da transnacionalização do industrialismo no Brasil, as regulamentações (estatais) trabalhistas devem passar por uma reformulação radical. A estrutura corporativista da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) – que reproduz dirigentes sindicais impostos pelo controle burocrático e financeiro, autêntica "burocracia sindical" – é um obstáculo ao surgimento de lideranças sindicais que expressem as demandas de um operariado diversificado e uma estrutura industrial oligopólica.

Enquanto essa reformulação não ocorre (ou corre num ritmo quase imperceptível...),

o industrialismo oligopólico no Brasil vai se redirecionando para acompanhar a tendência mundial, antes mencionada, de **desatrelamento do crescimento industrial e investimento tecnológico, da expansão do emprego**, e lança mão de mudanças nas relações industriais, técnicas participacionais como envolvimento funcional dos trabalhadores no processo de trabalho, que agravam as condições da resposta sindical¹⁰.

Nesse sentido, essa dinâmica representa a sobreposição notável de duas problemáticas graves para o sindicalismo contemporâneo no Brasil: necessidade de **simultaneamente** mobilizar recursos humanos, técnicos, organizacionais e políticos para, de um lado, superar as regulamentações trabalhistas no âmbito do Estado, e, de outro, enfrentar a ofensiva patronal no interior da produção, que se configura ao mesmo tempo como "modernizações" da racionalidade técnica e da organização do trabalho, e como novos controles sociais sobre os trabalhadores. (Voltarei mais adiante a esse ponto.)

A crise do sindicalismo contemporâneo

O sindicalismo contemporâneo vive (como enfatizar sua crise?) uma trajetória similar à crise do industrialismo. Ao se romperem as bases técnicas e organizativas do processo de trabalho que sustentavam o emprego industrial, tornam-se inócuas bandeiras de luta por um crescimento industrial moldado por uma tecnologia "alternativa" do tipo que não desocupe mão-de-obra. Isso equivale a pedir o obsoletismo "planejado" de atividades empresariais produtivas, numa sociedade de bens, serviços e mercados de trabalho controlada hegemonicamente por sistemas empresariais oligopólicos e tecnologicamente avançados. De fato, para países como o Brasil, "não usar tecnologias avançadas coloca-os no risco de perder as margens de competitividade conquistadas duramente e, conseqüentemente, ver reduzidas suas oportunidades de emprego industrial". Mas se eles não automatizam, "incorrem em mudanças sociais dramáticas, com similar perda de empregos"¹¹. Do ponto de vista dos sindicatos, o que isso significa?

Na cultura política ocidental, os sindicatos possuem (ou tendem a possuir) um perfil que já é clássico: atuam como parte – ou **alter-ego** – das relações capitalistas e, portanto, estão longe de ameaçar sua base de sustentação – ou o que estou denominando como "industrialismo".

Os problemas do sindicalismo contemporâneo têm sido até agora vistos exclu-

sivamente dentro das lógicas de "reprodução" do industrialismo. Argumenta-se que é uma crise provocada pelo desemprego, pelas mutações tecnológicas, e pela mudança dos diversos tipos de trabalhadores que vinham sustentando os sindicatos. Como esses trabalhadores eram formados majoritariamente pelos contingentes empregados nas indústrias, com a ruptura entre crescimento industrial e emprego, a tendência é que o pessoal empregado no secundário vá declinando no conjunto da força de trabalho. Daí se fazer uma extrapolação "otimista" de que na década de 90, nas sociedades industriais avançadas – e depois nos NIC's (quando?) – deverá haver mais empregados "white-collar" do que trabalhadores industriais.

A meu ver essa visão em nada contribui para desvendar a natureza da crise do industrialismo; apenas ajuda a "empurrar com a barriga" as consciências de sindicalistas e empresários de que os empregos serão gerados noutros segmentos de atividades da sociedade. Entretanto, sequer essa possibilidade poderá se viabilizar plenamente. Com as novas tecnologias são afetados também drasticamente os empregos nos setores de serviços¹².

De qualquer ângulo que se observe o movimento aparente das dificuldades do sindicalismo contemporâneo nos países de industrialização avançada, é possível tirar conclusões como as anteriores¹³. Entretanto, é necessário tornar consistente a visão da crise do sindicalismo sob outra abordagem, que privilegie dois aspectos básicos: as formas de lutas e os conteúdos das posições do movimento sindical que estão se delineando nos anos 80.

No tocante às **formas de luta** destaca-se uma face da crise que é precisamente a **ineficácia de estratégias sindicais localizadas e restritas ao nível nacional**. O feito básico dessas estratégias (variadas) é determinado pelas negociações coletivas sob **regulação estatal das relações trabalhistas** (ademais, **variável de país a país**).

Como destaca David Noble, "A internacionalização da economia ao nível das grandes empresas (tanto no âmbito da produção quanto no das finanças) propiciou um poder sem precedentes face às organizações e aos movimentos sindicais nacionais. Dessa forma, a expressão "negociações coletivas" tornou-se uma fórmula polida para designar a extorsão à qual os trabalhadores são obrigados a se submeter" (NOBLE, 1984:156)¹⁴.

Quanto ao conteúdo das posições, a vulnerabilidade dos sindicatos reside na (ainda) pouca ênfase a uma proposta global visando à questão do **crescimento qualitati-**

vo. Grande parte das energias do movimento sindical europeu e norte-americano está direcionada para dois paradigmas de posições:

- (i) a do tipo **reivindicativo**, que busca assegurar exclusivamente a manutenção de conquistas sociais e econômicas prévias; e
- (ii) uma postura de **reforma do industrialismo**, cuja ênfase é o "econômico-estrutural"¹⁵.

A primeira posição – necessária, sem dúvida – é, contudo, insuficiente porque vai a reboque das mudanças sócio-políticas mais amplas geradas pela reestruturação do industrialismo. A segunda posição é claramente **reducionista**, ao ver a natureza da crise do industrialismo contemporâneo como insuficiência da produção – uma questão de crescimento – desconhecendo a ruptura entre crescimento-tecnologia-emprego.

A proposta de crescimento qualitativo "é uma linha de resposta que tem expressão política nos movimentos sociais e políticos europeus centrados na luta pela paz, anti-nuclear e no meio ambiente, dos quais participam importantes setores do movimento sindical alemão, inglês e francês" (FALABELLA, 1985:9)¹⁶. Essa via de politização é a que mais se aproxima concretamente da visão aqui proposta para abordar a natureza da crise do industrialismo. Admito, portanto, que **não há uma visão exclusiva da crise**. O que está em questão é: que visão é capaz de melhor se adequar ao entendimento e à prática de superação do industrialismo, abrangendo simultaneamente respostas ao mal-estar cultural gerado pela organização de trabalho sob o produtivismo taylorista e à ruptura da "aliança" entre crescimento-tecnologia-emprego.

A meu ver, essa visão reside nesta linha defendida por movimentos sociais e políticos que **rechaçam a lógica da reprodução do industrialismo** como a única possível. Ou, dito de outra forma, uma lógica que vê nos limites do industrialismo as possibilidades "sensatas" e "realistas" de reforma sócio-econômica, deixando para a luta político-parlamentar (e institucional mais ampla) as respostas de reestruturação do Estado. Mais ainda: uma "lógica" que não abarca os movimentos culturais de transformação dos princípios básicos do industrialismo, tal como é expresso pelos "verdes" na Alemanha e, embrionariamente, na França e Itália.

A visão aqui resgatada da natureza da crise é a de que, em sua tentativa de tornar sempre atualizado o produtivismo taylorista (superando incessantemente qualquer autonomia das aplicações nacionais do sistema industrial), o industrialismo (e por extensão o seu **alter-ego** o sindicalismo reivindicatório e econômico-estrutural) **atinge na atualidade a**

culminância dos limites de expropriação da Natureza e do trabalho humano.

A crise do industrialismo no quadro brasileiro

Considerando o quadro da gestão da força de trabalho do industrialismo no Brasil, é notável como se encontra em questão outra magnitude dos **mesmos** problemas colocados pelo industrialismo avançado! Quais sejam: saturação e degradação do meio ambiente – sobretudo com uma divisão internacional do trabalho que especializa os NIC's a reproduzirem sistemas industriais na química, metalurgia, mineração, siderurgia, (...) cujo cálculo econômico é do tipo que a natureza não se desequilibra e tem recursos inesgotáveis" (VARGAS, 1984:13) – e o mal-estar cultural gerado pelas normas de subordinação da organização do trabalho ao produtivismo taylorista.

É inegável que o quadro anterior das relações industriais – o despotismo fabril – encontra-se em mutação devido à convergência de três vértices: a reemergência do movimento sindical no país, redefinição das forças políticas no aparelho de Estado e readaptação internacional das normas que regem o produtivismo taylorista (ou crise das relações industriais), sob o **empuxo** das mudanças tecnológicas e organizacionais das grandes empresas.

No caso brasileiro, o movimento sindical encontra-se atrelado aos dois paradigmas de posições antes mencionados: posições **reivindicativas** (necessárias mas insuficientes) e posições do tipo **econômico-estrutural** (cuja lógica apenas reforça o produtivismo taylorista). As posições do tipo **crescimento qualitativo** não se encontram em pauta na atualidade entre o movimento sindical no Brasil, embora haja segmentos restritos da sociedade brasileira que levantem essas bandeiras relacionadas ao meio ambiente, superação da pobreza e miséria com projetos alternativos de vida social, protesto anti-nuclear e luta pela paz. Trata-se de uma expressão embrionária, o surgimento dessas posições por um crescimento qualitativo, e nada indica que sua expressão no Brasil deverá assumir a mesma conotação das lutas nas sociedades onde o industrialismo encontra-se em crise avançada, do ponto de vista da exaustão do meio ambiente e dos paradigmas políticos e culturais do produtivismo e da organização taylorista (ou neotaylorista) do trabalho.

Face à persistência e reprodução tenaz de elementos autoritários no processo de

organização do trabalho – pré e pós-primeira etapa da internacionalização do industrialismo no Brasil –, é inegável que vivemos uma "modernização" das formas de gestão da força de trabalho, marcada pelo "participacionismo" e que corresponde mais adequadamente às novas características da classe operária e das lutas sindicais nos anos 80. Mas isso ocorre no bojo de uma reestruturação mundial das formas de subordinação ao produtivismo taylorista, ou neotaylorista, marcada por **brechas** geradas nas crises dos sistemas de relações industriais nacionais.

No caso brasileiro, a crise do sistema de relações industriais – e de maneira mais ampla, a exaustão do corporativismo ou do sindicalismo atrelado ao Estado – além de se inserir nessa crise maior do produtivismo taylorista, é marcada pela característica de subordinação da burguesia nacional ao industrialismo internacionalizado. Isso significa que – à medida em que inexistiu um projeto hegemônico dessa burguesia para um industrialismo "próprio" – os limites para a "democracia participacionista" são em grande parte dados pelas vinculações às "brechas" existentes no exterior. Daí a importância, na atual conjuntura, do movimento sindical simultaneamente garantir a superação do corporativismo e buscar impor a **reformulação de um sistema de relações industriais** que contemple questões substantivas e qualitativas do tipo de crescimento que as grandes empresas devem ou podem promover, independente do fato de serem nacionais ou transnacionais.

Certamente será difícil atingir esse patamar de demandas se o movimento de reestruturação da base técnica e organizacional – inclusive com a difusão de novas tecnologias – do industrialismo no exterior e no país **for mais rápido do que o ritmo de reformulação** das regulações trabalhistas.

Aqui o papel do Estado é crucial para **acelerar ou barrar** essas mudanças, agora basicamente visando a institucionalizar conquistas – por exemplo, comissões de empresa – obtidas nos últimos cinco anos.

Isso coloca outro problema que é a postura da burguesia industrial internacionalizada em relação às classes trabalhadoras e ao Estado. Se por uma sincronia favorável ao movimento sindical no país a conjuntura 1980/1985 apresentou as características mencionadas de mutações da base técnica das empresas e crise das relações industriais no plano mundial – favorecendo o enfrentamento local do industrialismo transnacionalizado –, essas "brechas" poderão rapidamente ser fechadas, devido ao movimento já esboçado no exterior de **fusão** de grandes conglom-

merados de ponta (e já anunciado (jun./86) no Brasil entre a Ford e a Volkswagen).

Outra ordem de questão que se abre para diálogo refere-se à possível convergência de conteúdo de demandas sindicais relativas ao tipo de crescimento gerado pelo industrialismo transnacionalizado e as demandas sociais de amplas camadas da população urbano-industrial, que no caso das regiões metropolitanas no país, a exemplo de São Paulo, são párias, para quem a ruptura entre crescimento industrial, tecnologia e geração de empregos não existe ou existiu, porque sequer experimentaram as vantagens da fase em que prevalecia a aliança entre expansão industrial e ocupação da força de trabalho.

Nessa linha é que se torna mais concreta e imediata a luta por uma reestruturação

do industrialismo no Brasil – enquanto oportunidade gerada pela crise que poderá rapidamente desaparecer –, baseada em tecnologias convencionais e de ponta, capaz de ser redirecionado para um crescimento qualitativo gerador de produtos de consumo básicos e de uma produção agroindustrial que não provoque a inviabilidade física e cultural do meio ambiente. Não creio que será necessário o industrialismo no país atingir a exaustão do ecossistema e dos paradigmas políticos e culturais de subordinação ao produtivismo para iniciarmos as lutas por um crescimento qualitativo.

Como afirma Shaiken, “as escolhas que afetam o poder no local de trabalho influenciam imediatamente o que acontece com o emprego e têm o efeito posterior de atingir a essência da sociedade. Uma socie-

dade democrática e uma tecnologia autoritária são incompatíveis a longo prazo” (SHAIKEN, 1984:xiv).

Este artigo foi apresentado, em “paper”, no simpósio promovido pelo Cedec (“Novas tecnologias e industrialização: conflitos básicos entre sindicatos, empresários e governo”), durante a 38ª Reunião Anual da SBPC (1986).

Ricardo Toledo Neder é mestre em sociologia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), coordenando atualmente pesquisa sobre inovações tecnológicas, relações industriais e movimento sindical no ramo automobilístico.

Notas

1. “A concepção cartesiana do universo como sistema mecânico forneceu uma sanção ‘científica’ para a manipulação e a exploração da natureza que se tornaram típicas da cultura ocidental”. (Cf. CAPRA, 1986:56).
2. V. a propósito a análise de Gorz, que aponta para as complicações envolvendo as respostas dos movimentos sindicais nacionais para canalizar essas insatisfações na Europa Ocidental após 1969. (GORZ, 1980).
3. Num outro contexto é o está presente na crítica ao produtivismo como crise da perspectiva linearista da história. Cf. MAFFESOLI (1985), Cap. I “A Vida Improdutiva”.
4. Em termos bastante sintéticos, esse instrumental ortodoxo é composto por três princípios básicos: estudos de tempos, seleção científica do trabalhador, planejamento e controle do trabalho pelas gerências (ou separação entre concepção e execução). Cf. FLEURY e VARGAS (1983: 19).
5. V. a propósito FLEURY e VARGAS (1983: 23) e CORIAT (1985).
6. EMERY, F. E. “Technology and Social Organization”. *Scientific Business* 1, ago., 1963, citado por FLEURY e VARGAS (1983: 37).
7. Acerca desses dados estou me baseando em CORIAT (1985).
8. Na realidade esses ideários do taylorismo começaram a ser difundidos na década de 30, ainda uma “fase baixa” da absorção desses princípios pela burguesia industrial. A esse respeito estou me baseando em VARGAS (1985).
9. Sobre a rotinização, ver FLEURY (1983: 84-105) e FLEURY e VARGAS (1983). Na visão de outro pesquisador, “(...) No começo dos anos 70 a burguesia estava satisfeita em ver continuar sem mudança o sistema de relações industriais vigente, do mesmo modo que se contentava em apoiar o regime militar. Entretanto, com o impacto da recessão mundial e a crise do padrão de acumulação no Brasil o consenso entre os diferentes setores do capital começou a falhar”. (HUMPHREY, 1983).
10. A esse respeito estou me baseando em pesquisa específica, sobre a resposta de comissões de fábrica e sindicatos metalúrgicos em São Paulo face à automação microeletrônica, intitulada “Automação e Movimento Sindical no Brasil” (NEDER, ABRAMO et alii, 1986).
11. SCHIMTZ, H. (1985: 39).
12. Essa concepção de que o terciário virá a absorver os contingentes novos da força de trabalho que outrora eram ocupados nas indústrias e uma visão mecânica de que a “história se repete”. Admite implicitamente que o modelo de industrialização que vigorou no final do século XIX com a tecnologização da produção agrícola – gerando o esvaziamento do setor primário cujos contingentes de trabalhadores e famílias foram lançados nas atividades urbano-industriais – será um modelo igualmente observável com a “nova automação” (programável) do setor industrial, cujo esvaziamento seria compensado pelo terciário. Hipóteses otimistas desse tipo são tão inúteis quanto a perspectiva “catastrófica”, que não resgata a capacidade do societal, em sua “porosidade” antes mencionada, de evitar a pretensa “inexorabilidade” do industrialismo.
13. V. por exemplo as atas do Colóquio franco-norte-americano sobre sindicatos e novas tecnologias, em DOMMERGUES, GROUX, MASON (1984).
14. Daí a afirmação presente no sindicalismo italiano, por exemplo, de que não basta negociar (“Non basta contrattare!”). Ou seja, são necessárias alterações fundamentais na regulação estatal das relações trabalhistas, tal como vem ocorrendo no Norte da Europa entre os países escandinavos. “Efetivamente a questão do Estado é fundamental e não foi ainda enfrentada na Itália pelos sindicatos ou por partidos pró-sindicais” (FALABELLA, 1985: 44).
15. Suas demandas características: aumento dos investimentos, geração de mais produção e consumo, associada à redução da jornada de trabalho, planos de controle global da produção/consumo/investimento, inclusive capaz de regular o ritmo de introdução das novas tecnologias. A respeito dessas posições estou me baseando em FALABELLA (1985: 8) e DOMMERGUES, GROUX, MASON (1984).
16. Cf. acerca dessa posição TOURAINE (1983) e FRIEDRICHS (1980) cit. FALABELLA (1985).

Referências bibliográficas

1. BARTHOLO, JR., Roberto – 1984 – A Crise do Industrialismo: Genealogia, Riscos e Oportunidades in “Que Crise é Esta” (coletânea – Var-aut.) (pp. 69-101), São Paulo, Ed. CNPq/Brasiliense, 2ª Ed.
2. CAPRA, Fritjof – 1986 – O Ponto de Mutação trad. Álvaro Cabral, São Paulo, Ed. Cultrix.
3. CASTORIADIS, Cornelius – 1982 – A Instituição Imaginária da Sociedade, Rio de Janeiro Ed. Paz e Terra.
4. CORIAT, Benjamin – 1979 – L’Atelier et Le Chronometre, Paris, Ed. Burgois.

5. CORIAT, Benjamin – 1985 – Automação Programável; Novas Formas e Conceitos de Organização da Produção. Projeto PNUD/OIT/CNRH, BRA/82/024, (mimeo).
6. DOMMERGUES, Pierre, GROUX, Guy e MASON, John – 1984 – Les Syndicats Français et Américains face Aux Mutations Technologiques. Paris, Ed. Anthropos.
7. FALABELLA, Gonzalo – 1985 – Microeletronica y Sindicatos: La Experiencia Europea. Projeto PNDU/OIT/CNRH, (mimeo), Brasília.
8. FLEURY, Afonso – 1983 – “Rotinização do Trabalho: O Caso das Indústrias Mecânicas”, in FLEURY e VARGAS, Organização do Trabalho: Uma Abordagem Interdisciplinar, São Paulo, Atlas, (pp. 84-105).
9. FREYSSINET, Michel – 1984 – Pratiques Ouvrieres et Pratiques Patronales dans les Ateliers Automatisés et Redefinition de l'Enjeau du Rapport Capital-Travail. CNRS/CSV; Seminaire de Centre de Sociologie Urbaine, “Rapports de Classe et sens des pratiques” (mimeo) Paris.
10. FRIEDRICH, G. – 1980 – Microelectronics: A New Dimension of Technological Change and Automation, in: J. Berting (ed.), The Socio-Economic Impact of Microelectronics, Oxford, Pergamon Press.
11. GORZ, André – 1980 – Técnica, Técnicos e Luta de Classe. in Crítica da Divisão do Trabalho. Gorz, A. (org.), São Paulo, Liv. Editora Martins Fontes.
12. HUMPHREY, John – 1982 – “Fazendo o Milagre”, Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira. Petrópolis/ São Paulo, Ed. Vozes/CEBRAP.
13. KOWARICK, L. e CAMPANARIO, M. – 1985 – São Paulo, Metrópole do Subdesenvolvimento Industrializado. São Paulo: Rev. CEBRAP nº 13 out./ (pp. 66-73).
14. MAFFESOLI, Michel – 1985 – A Sombra de Dionísio – Contribuição a uma Sociologia da Orgia. Rio de Janeiro, Edições Graal.
15. NEDER, R., ABRAMO, L. et alii – 1986 – Automação e Movimento Sindical no Brasil. CEDEC/IPEA/PNUD/OIT (em publicação).
16. NOBLE, David – 1979 – America by Design. New York, Ed. A. Knopf.
17. NOBLE, David – 1984 – L'Alibi des Nouveaux Rapports Sociaux, in Les Syndicats Français et Américains Face Aux Mutations Technologiques. Dommergues, Groux e Mason, Paris, Ed. Antropos, (153-169).
18. SHAIKEN, H. – 1984 – Work Transformed, Automation and Labor in the Computer Age. New York, Holk Rinehart and Winston.
19. SCHMITZ, Hubert – 1985 – Microelectronics: Implications for Employment, Outwork, Skills and Wages. Brasília, Projeto PNUD/OIT/CNRH, (mimeo).
20. TOURAINE, Alain – 1983 – Anti-Nuclear Protest. New York, Cambridge University Press.
21. VARGAS, Newton – 1984 – Os Paradigmas da Tecnologia e o Subdesenvolvimento. Textos em Política Científica e Tecnologia, Brasília, CNPq.

Resumen

Tecnología y sociedad

NUEVAS TECNOLOGÍAS, CAPITAL Y TRABAJO EN LA CRISIS

El industrialismo busca, con el doble movimiento de readecuación del productivismo taylorista en el Brasil, una renovación de las relaciones industriales, permitiendo espacios reducidos para la acción operaria y sindical en el interior de la producción. Al mismo tiempo rearticula una nueva tendencia de acumulación, destituida, sin embargo, de los idearios desarrollistas del pasado reciente. La palabra de orden de este nuevo momento es, sin duda, una “modernización tecnológica” repitiéndose así el procedimiento de solucionar la crisis del industrialismo con la introducción de cambios tecnológicos. Antes que haya definiciones políticas capaces de alterar el cuadro de las relaciones industriales es prioritario una modernización.

Abstract

Technology and Society

THE CRISIS OF INDUSTRIALIZATION

Industrialization seeks both to re-establish productivity in Brazil and achieve a renewal of industrial relations, allowing less room for labour and union action inside production at the same time that it reaffirms a new stage of accumulation while disregarding development ideas from the recent past. The key term in this new stage is, undoubtedly, 'technological modernization', thus reinstating the practice of equating the industrial crisis with the introduction of technological changes. Before any political definitions capable of altering the industrial relations picture, the priority is 'modernization'.

*Marque um encontro permanente com os autores
mais expressivos do pensamento contemporâneo,
das artes às ciências. Assine.*

Humanidades
a revista séria que dá prazer



La guerra y la paz en Nicaragua

Jorge Jenkins M.

La política exterior norteamericana hacia Centroamérica se basa en una reedición de las doctrinas de Truman y Nixon que pretende rescatar la hegemonía político-militar perdida en la guerra de Viet-Nam, con base en el uso o en la amenaza del uso de la fuerza, como eje de sus relaciones internacionales. El desacato a la sentencia de la Corte Internacional de Justicia de La Haya del pasado 27 de junio de 1986 evidencia el abandono de los principios del derecho internacional como fuente de las relaciones entre los estados modernos civilizados. La posibilidad de una paz en la región se aleja en la medida que los Estados Unidos insisten en mantener, financiar y dirigir a un ejército mercenario que bajo la supuesta estrategia de la "guerra de baja intensidad" continua realizando acciones terroristas contra el pueblo nicaragüense.

Amás de cinco años de un progresivo accionar militar contra el gobierno revolucionario de Nicaragua la administración del presidente Reagan, a pesar de todos sus estrepitosos fracasos en materia internacional, parece aún más empeñada en destruir la experiencia nicaragüense porque ésta demostró el agotamiento del modelo de dominación basado en dictaduras militares espúreas engendradas por los Estados Unidos para perpetuar su dominio exportador sobre América Latina. Casi seis largos años de agresión que han llenado de luto, dolor y destrucción a la familia nicaragüense: alrededor de 37 mil víctimas de la guerra, entre ellas más de 17 mil muertos. Un empecinamiento destructivo que sólo es contrarrestado por una decidida resistencia popular basada en la organización militar y en los esfuerzos por lograr la paz.

¿Cuáles han sido los resultados de la política norteamericana en Nicaragua?

La estrategia norteamericana ha venido hasta ahora evitando el involucrar directamente sus tropas con el conflicto bélico, aunque mantiene esta posibilidad como una opción siempre válida. Se ha preferido envolver, en las acciones de riesgo, a un ejército mercenario que en su esencia no es otro que el mismo ejército de Somoza, reorganizado, financiado y dirigido por los propios Estados Unidos. Un ejército *ad hoc* que al comienzo escondía su vinculación con la CIA (fase de la "guerra encubierta") y que se ha destinado a la tarea de desarrollar lo que los estrategas norteamericanos llaman "guerra de baja intensidad", que en la práctica significa el desarrollo de una acción militar dirigida a socavar las estructuras económicas del país por medio de acciones de sabotaje y terrorismo, evitando el enfrentamiento militar directo con las tropas del Ejército Popular Sandinista. La ausencia de un respaldo popular a las acciones terroristas se evidencian en el hecho de que en cinco años el ejército mercenario no ha podido ocupar militarmente ni el más mínimo trozo de territorio nacional. No se trata aquí de una guerra entre dos ejércitos convencionales, sino de una guerra de un ejército con una sangrienta herencia contra un pueblo en armas, que defiende los triunfos de su Revolución. En la mentalidad de los agresores, el deterioro económico derivado de su actividad debería traducirse en un descontento popular necesario, como para socavar el respaldo popular a la Revolución y crear de esta forma una base social para la contrarrevolución. Bien es cierto que las acciones de sabotaje y destrucción produjeron ya más de 2.800 millones de dólares en pérdidas y una

economía altamente distorsionada por la guerra, a la que se dedica cerca del 50% del presupuesto nacional. Además, la pérdida económica que significa que miles de jóvenes nicaragüenses se encuentren alejados de la actividad productiva por estar movilizadas militarmente. El deterioro económico por causa de la guerra es palpable y se manifiesta en la escasez de artículos varios, entre ellos algunos alimentos; un acelerado proceso de inflación y la escasez generalizada de divisas. La CEPAL en su examen de la economía nicaragüense constata que "en 1985 la actividad económica de Nicaragua continuó mostrando una tendencia recesiva; el producto interno bruto bajó cerca de 3%, lo que colocó el producto interno bruto por habitante en un nivel similar al registrado un cuarto de siglo antes". Acertadamente la CEPAL aclara, en el mismo informe, que "...las circunstancias ajenas al quehacer económico adquieren en el análisis de la crisis económica nicaragüense una trascendencia que no es habitual en el examen de la coyuntura de otros países". El ataque de los principales puertos de Nicaragua por la CIA a partir de septiembre de 1983, el minado de los mismos puertos a inicios de 1984, la imposición de un embargo económico y comercial desde mayo de 1985 y el financiamiento abierto de las actividades terroristas de la contrarrevolución constituyen sólo los episodios más visibles de esa política de fuerza del gobierno de los Estados Unidos que tiene dos ejes fundamentales de acción: el ejército mercenario y una política de castigo forzado por el poder económico de la potencia agresora que incluso ha prohibido, insólitamente, a los bancos internacionales otorgar préstamos a Nicaragua.

A pesar de esa realidad, el pueblo nicaragüense no se ha doblegado; al contrario, y para desespero del propio presidente Reagan, la determinación y la capacidad de defensa se han fortalecido. En primer lugar hay que mencionar que socialmente la situación alrededor de la Revolución se ha polarizado fuertemente, demostrando que el Frente Sandinista de Liberación Nacional es la vanguardia indiscutible del proceso de transformación que continúa contando con un altísimo poder de convocatoria, muy superior al de cualquiera de los otros seis partidos representados en la Asamblea Nacional y de los cuatro restantes que no participan de ese órgano. Los enemigos de la Revolución están, pues, desenmascarados y socialmente aislados; su actividad es sostenida sólo por el aliento norteamericano y por la esperanza de que una intervención militar directa pueda devolver sus antiguas prebendas de clase. Aún si esto ocurriera es dudosa la persisten-

cia de estos grupúsculos políticos hacia los que el pueblo tiene un profundo desprecio.

En segundo lugar el deterioro económico ha fortalecido la defensa y la unidad del pueblo por la fuerte tradición anti-imperialista y anti-intervencionista que existe en Nicaragua. Desde que un filibustero sureño de los Estados Unidos invadiera Nicaragua en 1855 este país ha sufrido varias intervenciones militares directas de la marinería de guerra de los Estados Unidos, la última de 1926 a 1933 que fue derrotada por el patriota Augusto C. Sandino. El pueblo nicaragüense tiene muy presente estas agresiones que se caracterizaron por su barbarie y crueldad hacia las clases más desposeídas de la sociedad y, en última instancia, es el mismo gobierno de los Estados Unidos el que se encarga cotidianamente de recordarlas. Como una ironía de la historia, vale señalar que el actual subsecretario para Asuntos Latinoamericanos del Departamento de Estado tiene el mismo nombre que aquel aventurero que a mediados del siglo pasado invadió Nicaragua y se hizo nombrar Presidente reimplantando la esclavitud: William Walker. En 1860, Walker fue fusilado en Trujillo, Honduras, sitio no muy lejano donde ahora las tropas norteamericanas tienen sus bases de agresión a Nicaragua.

Además, la guerra mercenaria está causando un inmenso dolor a todas las familias nicaragüenses. Todas las semanas, y en las distintas ciudades del país, son sepultados jóvenes, mujeres y niños asesinados en las acciones terroristas. El pueblo observa estos emotivos funerales cargado de odio y con una determinación de continuar la lucha por el tiempo que sea. Ese valor, hasta las últimas consecuencias, es lo que no pueden ponderar las computadoras y los analistas del gobierno Reagan.

Finalmente, el pueblo entero comprende que la escasez y los problemas económicos son una consecuencia de la guerra impuesta. Esa guerra es ahora abiertamente impulsada y financiada por los Estados Unidos a través de la descarada e ilegal aprobación de cien millones de dólares que hiciera el Congreso de ese país. Esos millones son tan sólo la parte visible del iceberg, pues en realidad la ayuda económica militar siempre ha sido muy superior a esta cifra. El reciente escándalo del "Irángate-contras" ha demostrado que la administración Reagan encontró caminos ilegales para continuar financiando la guerra a un nivel muy superior al que se conoce. No hay, pues, ni la menor duda acerca de quién es el responsable de los muertos, del deterioro económico, del dolor y

del sufrimiento del pueblo nicaragüense. Sólo la resistencia popular organizada y armada puede disuadir el aventurerismo belicista de los Estados Unidos.

Por encima de la guerra que se libra en Nicaragua el conflicto está teniendo una repercusión más allá de las fronteras del país. Esta demostrando, al mundo, la pedigrisidad con que los Estados Unidos llevan sus relaciones internacionales. El factor de la fuerza, la amenaza del uso de la misma y la prepotencia imperial se están convirtiendo en la regla de las relaciones internacionales, dándole olímpicamente la espalda a las normas civilizadas del derecho internacional. El apoyo a Gran Bretaña en la guerra de las Malvinas, la intervención a la pequeña isla de Grenada, el ataque a Libia, las presiones contra Panamá, México y Brasil y el desacato al fallo de la Corte Internacional de Justicia del 27 de junio, constituyen elocuentes ejemplos de ese retroceso en el respeto a las normas de la convivencia internacional y a la más elemental observancia del principio de no intervención en los asuntos internos de otros países. Es por ello que en Nicaragua se está jugando el futuro de América Latina; es ahí donde se está poniendo a prueba si los pueblos realmente pueden elegir en forma libre el sistema social que desean; asimismo, se pone a prueba la validez de la inviolabilidad territorial de los estados y el respeto a su soberanía nacional, además se vive la encrucijada del respeto a la no intervención y a la independencia nacional. Lo que suceda en Nicaragua tendrá –sin duda– consecuencias para el sub-continente.

De ser intervenida Nicaragua, las nacientes democracias de América Latina pueden sufrir un serio retroceso por el aliento

que recibirán las fuerzas reaccionarias en sus propios países. La defensa de Nicaragua, es por lo mismo, y en cierto sentido, la defensa de América Latina, la defensa de su verdadera independencia y de su autodeterminación. Es por comprenderlo así que un grupo de países latinoamericanos decidieron buscar una fórmula auténticamente latinoamericanista a través de un proceso de diálogo y negociación para obtener una solución política y no militar al conflicto. México, Venezuela, Colombia y Panamá integraron el, hoy mundialmente conocido, Grupo de Contadora, fortalecido por la formación del Grupo de Apoyo (Grupo de Lima) a estas gestiones, formado por países como Brasil, Argentina, Uruguay y Perú. Cualquier solución al conflicto en América Central tendrá necesariamente que pasar por Contadora y su Grupo de Apoyo. Consciente de ello Nicaragua ha sido el único país en América Central que en dos ocasiones ha estado dispuesto a firmar en forma inmediata el Acta de Paz; a pesar de ello los Estados Unidos han ejercido presiones sobre los países que colaboran con la agresión mercenaria en contra de Nicaragua (El Salvador, Honduras y Costa Rica) para que no se llegue a un acuerdo político y continúe prevaleciendo la situación de guerra que favorece la presencia y dispersión militar de los Estados Unidos en la sub-región centroamericana.

En las últimas semanas se había venido haciendo el esfuerzo de concretar una reunión de cúpula entre los cinco presidentes centroamericanos, al igual que se hiciera en mayo del año pasado en la población de Esquipulas, Guatemala. En esta oportunidad se esperaba que durante la aceptada reunión se pudiera examinar el Plan de Paz que el presidente Óscar Arias ha propagandizado

por América Latina y Europa, y que Nicaragua sostiene debe ser examinado en detalle en una reunión al máximo nivel, reconociendo que el mismo contiene elementos positivos para alcanzar la paz y estabilidad en la región. Dicha reunión ya había sido postergada una vez a petición del mismo presidente Arias en función de sus compromisos, aceptando los Presidentes su realización para el 25 y 26 de junio. A medida que esta fecha se acercaba y que se concretaban los detalles para la reunión preparatoria de Cancilleres, el enviado del presidente Reagan, Phillip Habib, realizó una visita relámpago a Centroamérica (exceptuando, por supuesto, a Nicaragua) logrando que el presidente de El Salvador, Napoleón Duarte, se plegara a la tesis norteamericana para boicotear el encuentro. Al mismo tiempo Reagan llamaba al presidente de Costa Rica, Óscar Arias, autor del Plan de Paz, a una entrevista a la Casa Blanca para comunicarle que su administración está en desacuerdo con su Plan y con la reunión de Guatemala. Una vez más los acontecimientos demuestran, con toda claridad, que el gobierno de los Estados Unidos sigue privilegiando la tesis de una solución militar en la región y que los esfuerzos regionales para lograr un entendimiento, como Contadora y las reuniones de cúpula de presidentes, no son aceptables para los Estados Unidos. Al compás del escándalo Irán-Contras Reagan incrementa sus esfuerzos belicistas alejando la posibilidad de una salida negociada al conflicto centroamericano.

Brasília, junho de 1987

Jorge Jenkins M. é o atual embaixador da Nicarágua no Brasil.

Resumo

América Latina e Caribe

GUERRA E PAZ NA NICARÁGUA

A política exterior norte-americana em relação à América Central se baseia em uma reedição das doutrinas de Truman e Nixon que pretende resgatar a hegemonia político-militar perdida na guerra do Vietnã, com base no uso ou na ameaça do uso da força, como eixo de suas relações internacionais. O desacato à sentença da Corte Internacional de Justiça de Haia de 27 de junho de 1986 evidencia o abandono dos princípios de direito internacional como fonte das relações entre os estados modernos e civilizados. A possibilidade de paz na região é afastada na medida em que os Estados Unidos insistem em manter, financiar e dirigir um exército mercenário que, sob a suposta estratégia da "guerra de baixa intensidade" continua realizando ações terroristas contra o povo nicaragüense.

Abstract

Latin América and the Caribbean

WAR AND PEACE IN NICARÁGUA

The US foreign policy toward Central America is based on a repetition of the Truman and Nixon Doctrines which were designed to recover the political and military hegemony lost in the Viet Nam war through the use or threat of force as the basis of international relations. The disobedience of the June 27, 1986, ruling of the International Court of Justice of The Hague evidences the abandon of the principles of international law as the source of relations among modern civilised states. The possibility of peace in the region is reduced to the extent that the United States insists in maintaining, financing, and directing a mercenary army which, according to a supposed strategy of "low intensity war", continues terrorist actions against the Nicaraguan people.

Oscar Toshiaki Matsuura

A consciência do cosmo

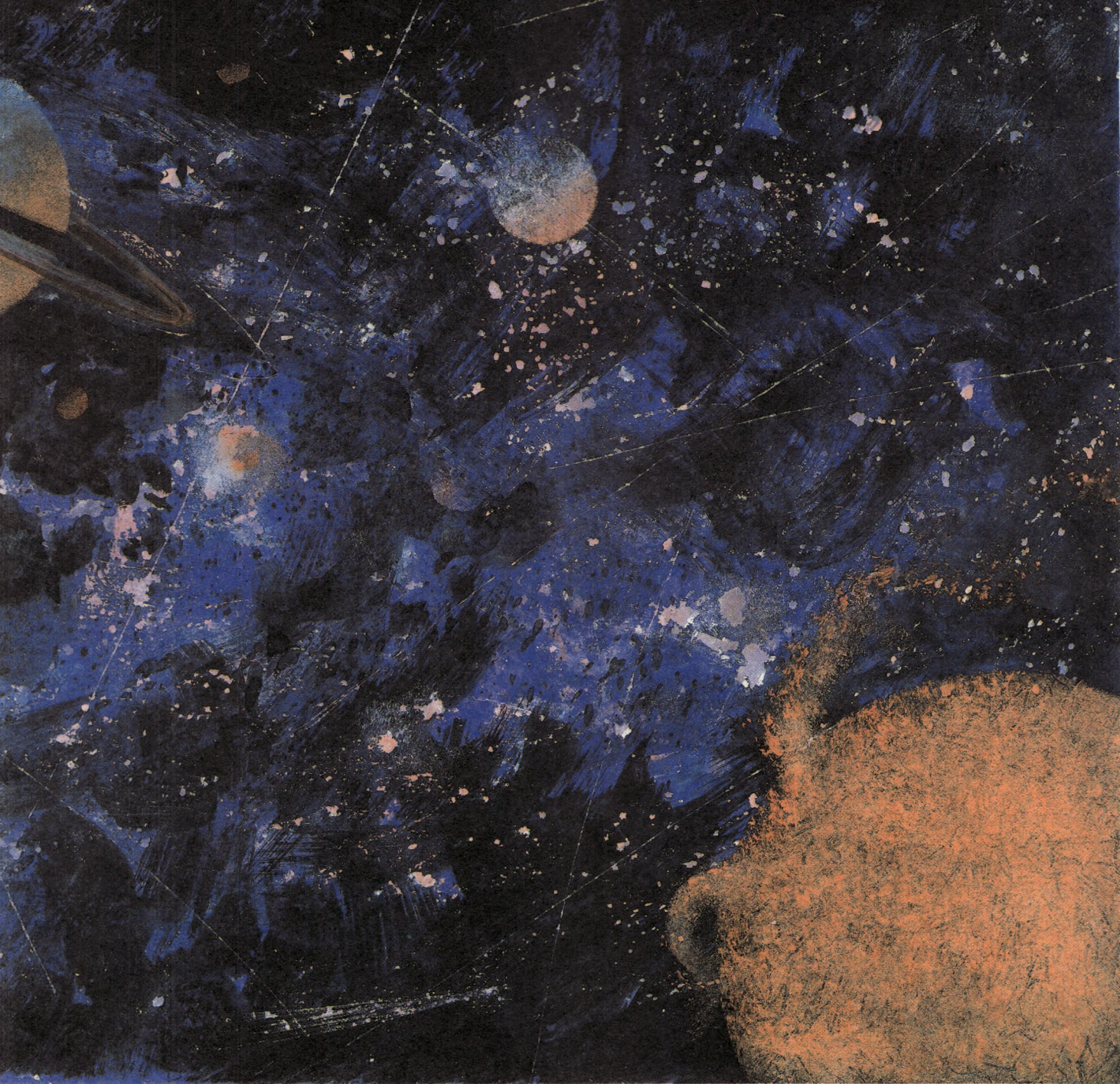
Uma vez que o humanismo adotado pelo homem deve ser coerente com a representação que ele faz do mundo, parece ter soado a hora para se proceder a uma radical revisão de valores. Na nova cosmovisão, dissolvem-se todas as contradições ou contrariedades das clássicas dicotomias, tais como: céu-terra, corpo-alma, céu-inferno, bem-mal, cristão-pagão, branco-negro, ocidente-orientes. Dissolve-se, sobretudo, a dicotomia homem-cosmo que tradicionalmente vem fundamentando o humanismo tradicional em suas múltiplas versões. Em todas elas a realidade humana veio sendo considerada transcendente ao mundo, como se a sua gênese não tivesse ponto de contato com a realidade cósmica.

De auto-superação em auto-superação, o homem teve que abdicar da pretensão ao privilégio de residir no centro do universo, mas ganhou o reconhecimento de sua cidadania no cosmo. A nova cosmologia não é mero modelo inócuo, já que traz implicações de natureza ética: a auto-afirmação humana só se realiza através da adesão ao processo cósmico.



Principia mathematica

As idéias centrais de Principia Mathematica foram concebidas nos dois anos de retiro na terra natal, a que Newton se vira forçado por causa da peste que começou em Londres em 1665. Borelli, discípulo de Galileu, já antes tinha intuído que o Sol deveria exercer sobre os planetas uma ação atrativa, pois, do contrário, eles sairiam pela tangente. Newton, porém, caracterizou essa ação atrativa como uma força que decrescia segundo o inverso do quadrado da distância; e ousou



CHARLES MAYER 87

admitir que o movimento da Lua ao redor da Terra era devido à mesma força atrativa responsável pela prosaica queda dos corpos na superfície de nosso planeta.

Na primeira visita que fez a Newton em 1684, Halley indagou sobre a natureza da órbita de um objeto atraído por uma força que decrescia com o quadrado da distância. Newton respondeu, sem titubear, que a órbita seria uma seção cônica (eclipse, parábola ou hipérbole). Interessado nos cálculos demonstrativos, Halley estreitou o contato com ele, encorajando-o posteriormente a publicar *Principia*, tendo até mesmo oferecido recur-

sos financeiros pessoais para a edição. A obra explica as leis de Kepler, o fenômeno das marés, a precessão da Terra² e o movimento dos cometas. Ela requeria, todavia, um conhecimento mais preciso do tamanho e da forma da Terra.

Picard, que sugerira a Luís XIV a construção do Observatório de Paris, refez, com maior precisão a medida do raio da Terra, usando o método de Eratóstenes (III a.C.) descrito na primeira parte deste artigo. Nesse mesmo ano, a Academia de Ciências de Paris organizou uma expedição a Caiena, onde um pêndulo teve que ser encurtado para que

oscilasse no mesmo ritmo que em Paris. A conclusão foi a de que em Caiena, perto do equador e mais afastado do centro da Terra, a gravidade era menos intensa. A Terra seria, portanto, achatada nos pólos. Esses resultados foram publicados em 1684 e utilizados por Newton na elaboração de *Principia*.

Huygens, quando visitou Newton em 1689, expôs na Royal Society a teoria planetária baseada nos vórtices de Descartes. O continente europeu vinha aceitando essa teoria e, somente entre 1730 e 1740, após uma visita de Voltaire à Inglaterra, passou a acolher favoravelmente *Principia*. Com ela foi estatuída a

universalidade das leis físicas no cosmo. A universalidade da composição química viria depois, no século XIX, com o advento da espectroscopia.

A mecânica newtoniana pressupunha a existência objetiva de um tempo e de um espaço absolutos como substrato onde os eventos físicos aconteciam. Para Newton, esse tempo e espaço eram entes metafísicos identificáveis, respectivamente, com a eternidade e a onnipresença de Deus.

Principia surge nitidamente com a característica marcante da ciência moderna: ela aborda tão-somente como os processos ocorrem na natureza, ignorando sistematicamente o porquê e o para quê, antes respondidos em termos de virtudes e propósitos. Newton confessava não saber o que era a gravitação, mas reconhecia nisso uma deficiência do conhecimento científico. De acordo com o teísmo vigente na Inglaterra e na Alemanha, essas deficiências exaltavam o Criador e os seus desígnios. Por exemplo, para Newton, os planetas eram opacos e as estrelas, brilhantes, pela vontade de Deus. Já na França, segundo o próprio modelo de Newton, o mundo não passava de uma máquina e somente interessava como tal. Assim, ironicamente, o iluminismo do século XVIII que se erigiu com base na consagração irrestrita da razão, consagrou também a filosofia mecanicista.

Irregularidades no movimento dos planetas e cometas eram constatadas quando os cálculos levavam em conta só a atração solar. Hoje elas são explicadas pela influência gravitacional (perturbação) exercida por planetas, ou por forças menos conhecidas de origem não gravitacional. Para Newton, tais irregularidades requeriam, de vez em quando, uma intervenção divina direta para afastar catástrofes. Mas aqui, de novo, foi irônico que **Principia** tivesse subministrado as bases para o ateísmo dos enciclopedistas franceses. Laplace tinha provado matematicamente a estabilidade do Sistema Solar, ou seja, este não evoluía para crises catastróficas e, assim, não era necessária a intervenção direta de Deus. A religião da moda era a natural, inata no homem ou adquirida pela razão, independentemente de revelação divina ou de ensinamento pela Igreja. O homem, representado pelo nobre selvagem, era bom pela sua própria natureza. Assim é que se estabelece um nexos ideológico entre **Principia** e a Revolução Francesa.

A hipótese cosmogônica laplaciana de 1796 tinha sido já proposta em 1755 por Kant. Considerava uma nebulosa primitiva em rotação, de cuja contração resultavam o Sol e seus planetas. É importante sublinhar a pre-

cocidade da astronomia na abordagem evolutiva da natureza. Até então, a idéia vigente era a da criação em seis dias sucessivos de 24 horas, por volta do ano 4.000 a.C. Newton achava que Deus criara o mundo tal como ele é atualmente. Quando Laplace propunha a nebulosa solar primitiva, as camadas sedimentares da Terra foram associadas a diferentes épocas, e concluiu-se que a Terra deveria ser muito mais velha. A teoria evolutiva de Darwin veio bem mais tarde, em 1859, consolidando o ideal vitoriano de contínuo progresso e aprimoramento humano, acima dos destinos dos indivíduos.

Como teoria científica, a mecânica de Newton vem sendo empregada até hoje, com sucesso, dentro dos limites de sua aplicabilidade ao mundo de dimensões intermediárias entre as escalas subatômicas e cosmológicas. Como concepção da natureza, ela resistiu somente até meados do século passado, quando o mecanicismo foi substituído pela teoria de campo.

O mecanicismo pretendeu explicar todos os processos físicos, tanto macroscópicos, quanto microscópicos, em termos de corpos em movimento. Na versão cartesiana, o mundo material era um contínuo, sem lugar para o vácuo. O espaço estava preenchido de éter, o qual transmitia, por contato direto, o movimento da rotação solar aos planetas. Newton postulou a ação da gravidade à distância, sem contato direto, mas não saiu do esquema mecanicista, pois o espaço intermediário era visto como mero suporte da ação atrativa, sem participação na mesma. Ainda no meio do século XVIII, Helmholtz chegou a fazer a seguinte profissão de fé no mecanicismo: "O papel da ciência se cumprirá quando a redução dos fenômenos naturais a simples forças se completar, e ficar provado que esta é a única redução possível".

Dentro da postura mecanicista, o século e meio posterior a Newton foi pródigo na idealização de diversos fluidos imponderáveis, tais como, o elétrico, o magnético, o calórico e o flogisto.

Em 1864 Maxwell apresentou sua teoria eletromagnética, que não era mecanicista, e aproximou a óptica do eletromagnetismo usando o conceito de campo. Campo significará uma alteração na condição física do espaço circundante, que se revelará como ação gravitacional, elétrica ou magnética. A interação entre corpos, fontes de campos, passou a ser descrita em termos de interação entre os seus campos. A noção de campo permeia a cosmologia moderna através da teoria geral da relatividade.

A excessiva confiança depositada no mecanicismo fez pensar que o único pro-

gresso possível na física consistiria no aprimoramento das medições e da determinação de suas constantes. Foram aprimorados os padrões de pesos e medidas, e feitas novas determinações do raio da Terra e de seu achatamento.

Mas, contribuições importantes vieram também de eminentes teóricos da segunda metade do século XVIII: Euler, Lagrange, Clairaut, d'Alembert e Laplace. Eles encetaram estudos do movimento de múltiplos corpos se atraindo reciprocamente. Sendo a atração recíproca exercida pelos planetas muito pequena, em face da atração exercida sobre eles pelo Sol, ela é designada perturbação e tratada matematicamente como tal. A consagração da mecânica newtoniana aconteceu em 1846 com a descoberta de Netuno, cuja existência havia sido predita por Le Verrier e Adams, a partir da análise de perturbações no movimento de Urano.

Emergência da cosmologia moderna

O universo geocêntrico estava todo contido na esfera das estrelas fixas e tinha raio finito. Fora, onde não havia "nem lugar, nem vazio", era a habitação dos anjos e de Deus. Já no universo heliocêntrico, essa esfera não era requisito. Numa carta a Bentley, Newton já defendia que o universo era infinito, pois se fosse um mero conjunto local de estrelas, a gravidade que atua universalmente as concentraria num único ponto, impossibilitando a sua estabilidade cósmica num sistema com inúmeros corpos bem separados uns dos outros. Todavia, o grande pioneiro da moderna cosmologia foi William Herschel. Suas primeiras incursões astronômicas foram coroadas de êxito, porquanto em 1781 descobriu Urano, o que lhe valeu a posição de astrônomo do rei Jorge III.

Uma dificuldade em que Herschel esbarrou ao tentar reconhecer a estrutura do universo foi o desconhecimento das distâncias das estrelas. Por isso ele se interessou grandemente pela determinação de paralaxes³ semianuais de estrelas. Na tentativa de resolver o problema, decidiu observar paralaxes em sistemas duplos de estrelas, presumindo erroneamente que a duplicidade sempre se devia a um mero e casual efeito de perspectiva. Acreditando, erroneamente também, que todas as estrelas tinham intrinsecamente o mesmo brilho do Sol e que, portanto, os brilhos aparentes maiores se deviam a distâncias menores à Terra⁴, esperava encontrar paralaxes maiores nas estrelas mais bri-

lhantes de cada par. Essa expectativa foi frustrada, pois Herschel não logrou medir nenhuma paralaxe. Todavia, em 1802, constatou casos de movimento mútuo de estrelas duplas⁵, uma orbitando ao redor de outra. Esta foi uma importante constatação da universalidade da gravitação, possibilitando a determinação da massa das estrelas.

Comparando posições recentes com posições dadas por Hiparco e Ptolomeu, Halley teve prioridade na constatação, em 1710, de que as estrelas não são estritamente fixas, mas deslocam-se na esfera celeste, ou têm movimento próprio. Apesar da dificuldade em discriminar, no movimento observado, a componente devida ao movimento próprio, das componentes decorrentes do movimento do observador, pelo fato deste compartilhar necessariamente dos movimentos da Terra e do Sistema Solar como um todo, Herschel concluiu corretamente que o Sol se desloca dentro da Via Láctea, em relação às estrelas

vizinhas, na direção da estrela lambda da constelação de Hércules.

Hoje se sabe que o brilho intrínseco das estrelas varia numa ampla faixa. Comparativamente ao brilho solar, as estrelas mais fracas correspondem a um milésimo; as mais intensas, a um milhão de vezes. Usando a hipótese simplificadora de que todas as estrelas tinham o mesmo brilho intrínseco, com uma simples objetiva de 47 cm, Herschel fez pacientemente a contagem das estrelas ao longo da Via Láctea e, através de métodos estatísticos, concluiu que esta se assemelhava a uma caixa achatada cheia de estrelas, com o Sol ao centro, e cuja altura era apenas 1/5 do lado. É intrigante que Herschel tivesse catalogado aglomerados globulares de estrelas (ver o próximo parágrafo), certamente notado a sua distribuição assimétrica em torno do Sol, mas não tivesse chegado a concluir a posição não central do Sol na Via Láctea. Não era incomum, na época, a idéia errônea

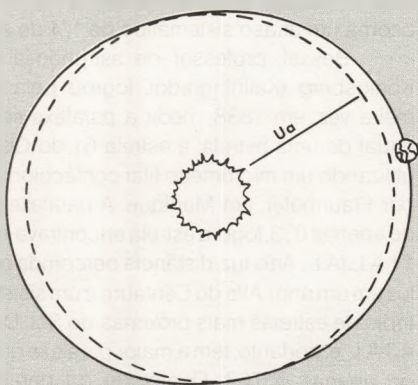
de que os aglomerados estelares então observados eram externos à Via Láctea.

À época de Herschel já existia o catálogo com 103 nebulosas, de autoria de Messier. Hoje se sabe que elas consistem em astros de diversas espécies, uns internos, outros externos à Via Láctea. Dentre os internos, há restos de explosão de supernovas (p. ex., Nebulosa do Caranguejo, ver Box 16), nebulosas planetárias (p. ex., Bola de Sabão na constelação da Raposa), aglomerados estelares abertos (p. ex., Plêiades), aglomerados estelares globulares (p. ex., ômega de Centauro) e nebulosas difusas (p. ex., Grande Nebulosa de Órion). Mas há também inúmeras nebulosas externas à Via Láctea e que, por isso mesmo, são importantes na discussão acerca da estrutura do universo em grande escala.

As nebulosas difusas consistem em nuvens de gás e poeira. Logo, mesmo quando

Box 14

Unidade astronômica



Dada a forma quase circular da órbita da Terra, a Unidade Astronômica (U.A.) pode ser definida como o raio dessa órbita. Ela é a linha de base para medições semi-anuais da paralaxe de estrelas mais próximas.

Aristarco de Samos (IIa.C.) propôs um método para determinar a razão entre as distâncias ao Sol e à Lua, quando a fase da Lua fosse exatamente o quarto minguante ou crescente. Essa razão é 400.

A duração de um eclipse lunar é máxima quando a Lua se encontra no pla-

no da eclíptica (plano da órbita da Terra). Nessa situação a Lua cruza o eixo do cone de sombra da Terra. Aristarco propôs a medição do diâmetro dessa sombra, em termos de diâmetros lunares. Um sistema de triângulos retângulos semelhantes pode ser construído envolvendo o Sol, a Terra, a Lua e a sombra da Terra na posição da Lua, levando em consideração as informações obtidas anteriormente sobre distâncias e diâmetros relativos do Sol e da Lua. O diâmetro da Terra, determinado independentemente pelo método de Eratóstenes, possibilitava finalmente converter as distâncias e diâmetros relativos em distâncias e diâmetros absolutos.

Após Copérnico, impôs-se a necessidade de se determinar com mais precisão o valor da U.A., mas a chave da solução veio somente com o enunciado da terceira lei de Kepler. Esta relacionava o período orbital com o tamanho da órbita de modo que, a partir da determinação do tamanho de uma órbita, tornava-se possível determinar o tamanho da órbita de todos os demais planetas do Sistema Solar. A tentativa de se medir diretamente a paralaxe do Sol não era promissora, pois, hoje se sabe, ela é de apenas 8",8 (8",8 é o ângulo subtendido por uma moeda de 1 cm de diâmetro a cerca de 235 m).

A solução foi medir a distância dos planetas dos que mais se aproximam da

Terra e, depois, recorrer à terceira lei de Kepler. Entre 1671 e 1673 a paralaxe de Marte foi determinada, tendo-se linhas de base formadas pelos Observatórios de Paris, de Greenwich e Caiena.

Quando estava na ilha de Santa Helena (1677), Halley assistiu ao trânsito de Mercúrio sobre o disco solar e concebeu que a U.A. poderia ser medida com maior precisão por ocasião do trânsito de Vênus sobre o disco solar. Observações de acordo com essa sugestão foram feitas em várias ocasiões no século passado.

Na última virada do século, a paralaxe já era medida fotograficamente e em relação a estrelas fixas, não só de planetas, mas também do asteroide Eros que se aproxima até 22,5 milhões de quilômetros da Terra. No século XX, a determinação da paralaxe solar se baseia na perturbação gravitacional da Terra sobre Eros e Vênus, ou em observações espectroscópicas de estrelas que revelam modulações anuais do efeito Doppler acarretado pelo movimento orbital da Terra (ver Box 17). O método mais direto e preciso é baseado no uso de radares, o que teve início só em 1961. Qualquer que seja o método, a determinação é sempre intrincada, envolvendo, dentre outros conhecimentos prévios, o do movimento do astro observado e da própria Terra, assim como o raio do nosso Planeta, a cujo centro as distâncias devem se referir. O valor oficialmente aceito é:

U.A. = 149.600.000 km.

vistas através de telescópios, não perdem o seu aspecto nebular. Já os aglomerados globulares que, à vista desarmada podem parecer nebulares, ao telescópio podem resolver-se em inúmeras estrelas individuais. Esse também é o caso das nebulosas que são galáxias externas à Via Láctea, mas essa constatação não estava ao alcance de Herschel, principalmente pela limitação dos telescópios então disponíveis. Mesmo assim, Herschel e, bem antes dele, Wright, Kant e Lambert, intuíram corretamente que tais nebulosas consistiam em miríades de estrelas não resolvidas, constituindo sistemas externos e semelhantes à Via Láctea. Esse assunto só foi esclarecido no primeiro quarto do presente século.

Em 1845, usando o maior telescópio da época, refletor de 1,7m, o Leviatã de Personstown na Irlanda, Lorde Rosse reconheceu a forma espiral⁶ de inúmeras nebulosas, só que se enganou ao considerá-las pertencentes à Via Láctea. A idéia de que tais nebulosas seriam outras galáxias sofreu forte revés em 1863 quando Huggins, pioneiro da espectroscopia, anunciou ter observado numa delas, em lugar de bandas coloridas quase contínuas, típicas de estrelas, apenas bandas azuladas e esverdeadas separadas por faixas escuras, típicas de emissão nebular. Por infeliz coincidência, Huggins tinha observado uma nebulosa difusa da Via Láctea. Assim, no final do século passado, ensinava-se que todas as nebulosas faziam parte da Via Láctea.

Herschel teve também intuição do sentido evolutivo do cosmo. Ele comparou o céu a um jardim, onde a variedade era representativa dos estágios evolutivos de uma planta. Assim, estrelas e nebulosas representavam diferentes estágios evolutivos dos astros. Sabendo também que a velocidade da luz era grande, porém, finita, intuiu que a observação astronômica de um objeto distante significava a penetração no passado.

Glorioso triunfo da astronomia prática

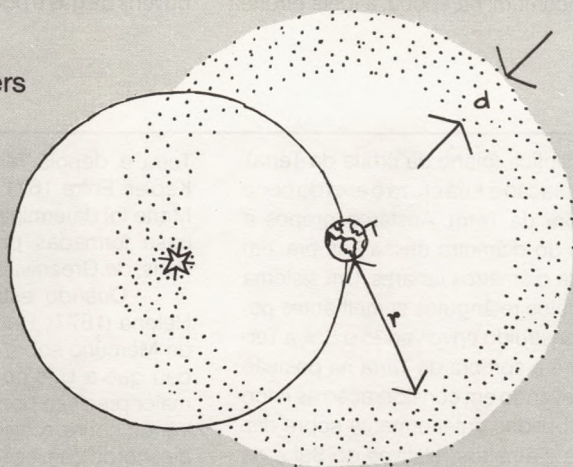
No propósito de constatar a paralaxe semianual de alguma estrela, Herschel falhou, mas foi amplamente recompensado com descobertas importantes e insuspeitadas. Bradley, terceiro astrônomo real da Inglaterra, também se empenhou nesse propósito desde 1720, e também falhou. Mas, com base nas observações que fez entre 1725 e 1728 da estrela gama do Dragão, descobriu a aberração da luz⁷. A posição aparente dessa estrela no céu não era fixa, mas descrevia, ao longo de um ano, uma eclipse. Bradley logo se deu conta de que esse deslocamento não podia ser explicado pela paralaxe trigonométrica semianual, pois, dentro dessa hipótese, ocorria um atraso sistemático de 1/4 de ano.

Bessel, professor de astronomia em Königsberg (Kaliningrado), logrou pela primeira vez, em 1838, medir a paralaxe semianual de uma estrela: a estrela 61 do Cisne, utilizando um micrômetro filar confeccionado por Fraunhofer, em Munique. A paralaxe era de apenas $0''.3$, logo, a estrela encontrava-se a 11 A.L. (A.L.: Ano-luz, distância percorrida pela luz em um ano). Alfa do Centauro é um sistema triplo de estrelas mais próximas do Sol. Dista 4,3 A.L. e, portanto, tem a maior paralaxe que é de apenas $0''.763$. O método da paralaxe semianual só é aplicável a estrelas não mais distantes que uns 50 A.L. Esta façanha de Bessel, premiada com a Medalha de Ouro da Royal Astronomical Society em 1841, foi proclamada por sir John Herschel (filho de William) como "o mais glorioso triunfo jamais testemunhado pela astronomia prática".

Uma extensão desse método é aplicável a estrelas mais distantes, substituindo-se a linha de base da U.A. pelo contínuo deslocamento do Sol no interior da Via Láctea, em relação às estrelas vizinhas. Herschel descobriu que o Sol se desloca na direção de lambda de Hércules a 20 km/s, gerando uma linha de base crescente numa taxa de 4 U.A. por ano. Por isso o método é denominado paralaxe secular, cuja aplicação é sobretudo

Box 15

Paradoxo de Olbers



Relevante para os estudos cosmológicos é que o céu é escuro à noite. Certamente influenciado pela concepção newtoniana de um universo infinito, em 1826, o médico e astrônomo amador, Olbers, considerou esse fato um paradoxo. Ele concebia um universo infinito, em que as estrelas se distribuíam aleatoriamente, sem privilegiar nenhuma direção específica do céu. Elas não teriam também movimentos coletivos. Concluiu então, acertadamente, que em qualquer direção que olhássemos, fatalmente nossa linha de visada acabaria interceptando uma estrela. E tomando o Sol como uma estrela de brilho médio, todo o céu deveria brilhar como a superfície do Sol! A não verificação dessa conclusão fundamentou o paradoxo. Para se esquivar da dificuldade, Olbers postulou a existência de nuvens de gás e de poeira que obscureceriam o céu. Essa explicação não é sustentável, pois tais nuvens absorveriam a luz das estrelas,

se aqueceriam, e passariam a iluminar o céu.

Hoje, à luz de novos conhecimentos, pode-se entrever algumas premissas de Olbers que devem ser removidas. Segundo cálculos baseados na distribuição espacial de estrelas e de galáxias, o comprimento médio de uma linha de visada, até cruzar uma estrela, seria de alguns quintilhões de A.L.! Essa distância é cem milhões de vezes maior que o raio do universo, que é a distância percorrida pela luz desde a criação (cerca de dez bilhões de A.L.). Isto significaria que o universo observável não seria infinito.

Uma outra premissa de Olbers, talvez mais comprometedora, era a de que o cosmo era estático, sem movimentos coletivos. A escuridão do céu pode também ser explicada em termos de que a expansão do universo, que será discutida adiante, debilita a potência radiante recebida de astros longínquos.

conveniente a aglomerados de estrelas, onde estas compartilham do movimento comum do aglomerado. Outros métodos baseados no conhecimento do brilho intrínseco de estrelas, inferido de seu espectro (paralaxe espectroscópica⁸), ou de suas massas em sistemas duplos (paralaxe dinâmica), permitiram entender a mensuração de distâncias até 300 A.L.

Como o Sol orbita a 250 km/s em redor do centro da Via Láctea, daqui a 125 milhões de anos ele terá descrito metade dessa órbita, e estará na posição diametralmente oposta à atual. A linha de base de 66.000 A.L. possibilitaria, em princípio, a medição da paralaxe trigonométrica de galáxias mais próximas. Mas, a escala de tempo torna esse procedimento impraticável.

Sol deslocado do centro

Um passo decisivo para a determinação de distâncias maiores e para o reconhecimento da estrutura da Via Láctea foi dado em 1908, quando a astrônoma Leavitt, do Observatório de Harvard, estudava o compor-

tamento de cefeidas da Grande Nuvem de Magalhães. Cefeidas são estrelas cujo brilho varia de forma periódica (entre 2 e 40 dias), o nome sendo devido à estrela paradigma, delta da constelação do Rei. As variações de brilho se devem a pulsações dessas estrelas, determinadas pela competição entre duas forças antagônicas: a gravidade e a pressão do gás estelar que favorecem, respectivamente, a contração e a expansão. Empiricamente, Leavitt constatou que o brilho intrínseco das cefeidas era maior, quando o período de variação do brilho era mais longo. Para que as cefeidas assumissem o papel de indicadores de distâncias, restava ainda a tarefa de calibrar a relação entre período e brilho intrínseco. O astrônomo de Monte Wilson, Shapley, foi pioneiro nesse trabalho, beneficiando-se das cefeidas próximas, na Via Láctea, cujas distâncias podiam ser determinadas por outros métodos. O fato delas serem muito brilhantes permite sua observação individual em outras galáxias, até cerca de 5 milhões de A.L. De fato, Shapley englobou indiscriminadamente na categoria de cefeidas um outro tipo de variáveis, hoje designado RR Lyrae; estas bem menos brilhantes, e distintas por se

encontrarem em aglomerados globulares; cefeidas são encontradas somente em aglomerados do tipo aberto.

Em vez de estudar a estrutura da Via Láctea a partir da distribuição de estrelas, como fez Herschel, Shapley retomou esse estudo em 1918 considerando a distribuição de aglomerados globulares. Observando o período de variáveis RR Lyrae, estimou a distância de 25 aglomerados e constatou uma distribuição assimétrica em redor do Sol, mais concentrada na direção da constelação de Sagitário. Ele interpretou acertadamente que essa concentração era o centro da Via Láctea, em torno do qual os aglomerados se distribuíam simetricamente. O Sol achava-se bastante deslocado desse centro. Sabe-se que está a 33.000 A.L. Shapley estimou o dobro deste valor, sendo que a maior parte dessa discrepância foi corrigida em 1930 por Trumpler, do Observatório de Lick. Shapley não tinha considerado a redução do brilho das estrelas pelo gás e poeira interestelares.

Concentricamente ao centro galáctico, existe o bojo equatorial com diâmetro de 3.000 A.L. e com grande quantidade de aglomerados globulares. À sua volta existe um

Box 16

Novas, Supernovas, Pulsares e Buracos Negros

mente para, depois, voltar a diminuir. Geralmente as novas são membros de sistemas duplos de estrelas. Seriam elas anãs brancas, cuja erupção seria detonada ao receberem massa transferida da estrela companheira. A designação anã se aplica a estrelas com tamanho menor que o do Sol. Uma anã branca tem dimensão próxima à da Terra! Trata-se de estrela que já exauriu seus recursos energéticos (i.e., já queimou seu combustível nuclear), e se encolheu sensivelmente, tendo sua densidade central atingido cerca de dez toneladas/cm³ (a densidade média do Sol é de apenas 1,4 g/cm³). Anãs brancas estão às vésperas de se apagarem e de se tornarem anãs negras, sem brilho e inertes.

Supernovas são estrelas que também sofrem erupções imprevisíveis, mas de intensidade bem maior. A que deu origem à Nebulosa do Caranguejo foi vista a olho nu em 1054 por astrônomos chineses.

Em 1967, radioastrônomos de Cambridge, Inglaterra, descobriram um novo tipo de fonte cósmica de ondas de rádio, o pulsar, que emite pulsos a intervalos extremamente regulares de tempo. A Nebulosa do Caranguejo tem ao centro um pulsar que emite a cada 33 milésimos

de segundo, e que foi identificado a uma estrela, cujo fraco brilho pulsa também na mesma frequência. O pulsar é a estrela remanescente da explosão de supernova. Seu diâmetro é de apenas algumas dezenas de quilômetros, portanto é uma estrela bem mais comprimida do que uma anã branca. A densidade central é de bilhões de toneladas/cm³! Elétrons e prótons são forçados a uma aproximação tão grande que acabam se combinando para formar nêutrons. Portanto, os pulsares seriam estrelas de nêutrons. O caráter pulsante da emissão se deve ao magnetismo e à rápida rotação.

Mais densa que estrelas de nêutrons são os buracos negros. Neles, toda a matéria de uma estrela como o Sol se comprimiria numa esfera com apenas 3 km de raio. O tempo não flui no buraco negro, daí que a luz emitida por ele demoraria uma infinidade para dele escapar, ou seja, não escaparia. O buraco negro não é, pois, observável através da sua luz, mas só através dos efeitos gravitacionais e eletromagnéticos que provoca na matéria e em corpos ao seu redor. A potente fonte de raios X, Cygnus X1, é provavelmente um buraco negro tragando matéria circundante.

A designação nova é inadequada, pois refere-se a uma estrela preexistente, em geral de pequeno brilho aparente. Devido a um fenômeno explosivo em sua superfície, ejeta uma parte de sua massa ao meio circundante, a 300 até 3 mil km/s. Como consequência, em questão de semanas, seu brilho aumenta consideravel-

halo contendo também aglomerados globulares, mas em menor densidade. A faixa da Via Láctea delinea o perfil do disco galáctico, com diâmetro de 100.000 A.L. e espessura de apenas 600 A.L. Em realidade, o disco consiste em estruturas de braços alongados e espiralados. O Sol encontra-se levemente ao Norte do disco galáctico e perto da parte interna de um dos braços espirais.

Toda a Via Láctea contém cerca de cem bilhões de estrelas. Hoje, o universo esquadrihado pelos mais modernos telescópios é quase cem mil vezes maior que a Via Láctea.

Outras galáxias

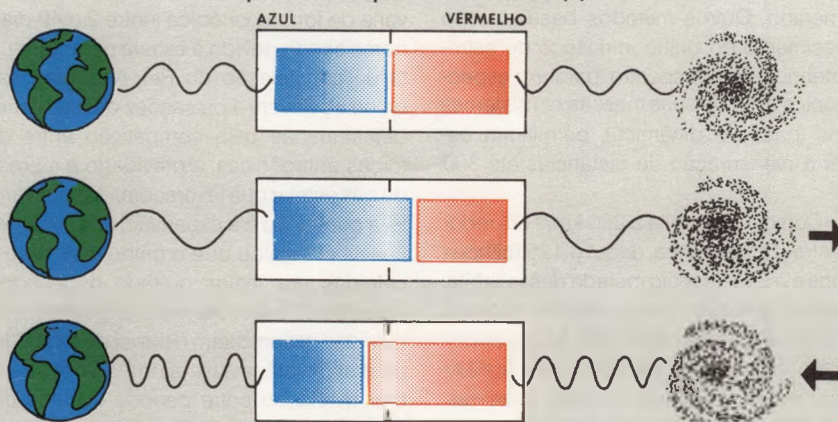
A corrente favorável à opinião de que muitas nebulosas eram imensos sistemas estelares análogos e externos à Via Láctea voltou a tomar corpo a partir dos trabalhos de Curtis, do Observatório de Lick, no final da década de 20. Curtis conseguira medir o brilho de novas, estrelas de brilho ocasionalmente conspícuo, de algumas nebulosas que apresentavam estrutura em espiral. Admitindo que essas novas eram similares às da Via Láctea, concluiu que aquelas nebulosas distavam dezenas de milhões de A.L., logo encontravam-se além dos confins da Via Láctea.

Em Monte Wilson, com o telescópio refletor de 2,5 m, o maior na época (1926), Hubble logrou resolver cefeidas na nebulosa M33, com estrutura espiral, na constelação do Triângulo (Boreal). Estimou a distância, confirmando definitivamente sua natureza extragaláctica. Hubble observou posteriormente várias centenas de nebulosas espirais. A investigação pôde ser estendida até dezenas de milhões de A.L., graças à observação de supernovas e de aglomerados globulares, ainda reconhecíveis a essas distâncias, através do citado telescópio de 2,5m.

A matéria não se distribui homoganeamente no universo. É evidente a existência de uma hierarquia de corpos e de aglomerados, regida pela atração gravitacional. Os átomos se reúnem para formar estrelas e planetas a elas associados. A seguir, estrelas podem se reunir em aglomerados estelares. Da reunião destes resultam galáxias. Estas também podem se reunir e formar um aglomerado de galáxias, com milhões de A.L. A Via Láctea faz parte de um aglomerado com umas vinte galáxias, denominado Grupo Local. Deste fazem parte a Grande e a Pequena Nuvem de Magalhães (170 mil A.L.) e Andrômeda (2,3 milhões de A.L.). Finalmente, aglomerados de galáxias também podem se reunir e formar aglomerados de aglomerados de galáxias, ou

Box 17

Espectroscopia e Efeito Doppler



Foi durante aquele retiro forçado em Lincolnshire, em 1666, que Newton decom pôs (dispersou) em suas várias cores, através de um prisma, um feixe de luz solar. Denominou espectro essa dispersão de cores. Ele se dera conta de que não se tratava de alteração de cor, mas de real decomposição da luz solar, que consiste numa mistura de radiação de diversas cores. Essa possibilidade de decompor a luz abriu as portas para a espectroscopia, base da astrofísica.

Em 1873, Maxwell publicou *Treatise on Electricity and Magnetism* e ofereceu uma contribuição científica fundamental. A luz era explicada como fenômeno ondulatório eletromagnético, sendo que cada cor do espectro correspondia a uma frequência.

Em 1887, Hertz produziu em laboratório ondas de rádio e, investigando suas propriedades, concluiu que aquelas eram da mesma natureza que a luz visível e a radiação infravermelha, esta detectada por Herschel no Sol em 1800 com um simples prisma e termômetro. As frequências eletromagnéticas mais baixas são as das ondas de rádio. Na ordem crescente vêm, depois, as microondas, a radiação infravermelha, a luz visível, a radiação ultravioleta, os raios X e, finalmente, os raios gama. O advento de novas técnicas de detecção da radiação derrubou as barreiras que limitavam as observações cósmicas apenas à faixa visível, acessível aos olhos. A era espacial possibilitou observações em raios gama e X, radiação ultravioleta e parte da radiação infravermelha, antes impossíveis devido ao bloqueio dessas radiações imposto pela atmosfera da Terra.

Espécies atômicas e moleculares presentes em nuvens cósmicas ou atmosferas de estrelas podem emitir radiação ou absorvê-la. A emissão ou a absorção ocorre em frequência bem definida, característica do átomo ou da molécula. Este

fato fundamenta a espectroscopia astronômica que, assim, reconhece a composição química de astros distantes, pela análise da distribuição espectral da radiação desses astros.

A luz solar, após passar por um prisma, apresenta à primeira vista as faixas coloridas do arco-íris, mas uma análise mais detalhada mostrará que tais faixas não são realmente contínuas. Elas são entrecortadas por linhas escuras, denominadas linhas de Fraunhofer, que resultam da absorção da própria luz do Sol por átomos de camadas mais frias da atmosfera solar. Linhas ou faixas brilhantes e coloridas que aparecem no espectro de nebulosas gasosas correspondem, por sua vez, à emissão dos átomos e moléculas.

É bem sabido que o tom de um apito se altera em função do nosso movimento em relação à fonte sonora. O tom se torna mais agudo ou mais grave, conforme nos aproximamos ou nos afastamos da fonte. A variação do tom corresponde a alteração na frequência de vibração sonora, sendo que as frequências mais elevadas correspondem a tons mais agudos, e vice-versa.

Fenômeno análogo de alteração de frequência ocorre também com a radiação. Esse efeito foi descrito pela primeira vez pelo austríaco Doppler, em 1842. Por isso foi denominado efeito Doppler.

Esse efeito na frequência característica de emissão, ou de absorção, de uma espécie atômica ou molecular presente num astro só é observável se este se afasta ou se aproxima relativamente ao observador. Não há efeito Doppler decorrente do movimento transversal à linha de visada, pois, então, não há aproximação nem afastamento em relação ao observador. O efeito Doppler, portanto, diagnostica somente a componente radial (ao longo da linha de visada) da velocidade do astro.

superglomerados, medindo cerca de cem milhões de A.L. O Grupo Local faz parte do Superaglomerado Local, cujo centro é o grande aglomerado de Virgem, a 65 milhões de A.L.

Expansão do universo

Em 1929, Hubble tinha o espectro visível de 46 galáxias espirais, cujas distâncias eram conhecidas. Notou que as linhas espectrais estavam sistematicamente deslocadas na direção do vermelho. Admitindo que tais deslocamentos eram devidos ao efeito Doppler, concluiu que as galáxias estariam se afastando da Via Láctea a enormes velocidades, sendo que as mais distantes se afastavam com velocidades maiores. Estas superaram significativamente a velocidade orbital da Terra, bem como a velocidade de deslocamento do Sol em relação às estrelas vizinhas.

O início das operações do famoso telescópio de 5m do Monte Palomar, em 1949, possibilitou estender a verificação dessa lei a galáxias distando até 2 bilhões de A.L. A essa distância, a velocidade de afastamento já é metade da velocidade da luz. Além, há limitações observacionais impostas pelo brilho difuso do céu noturno que ofusca o brilho das galáxias normais. Esse brilho difuso pode ocorrer na própria atmosfera da Terra, tendo como fontes luminosas a iluminação artificial, a própria luz dos astros, fenômenos de aurora e de luminescência atmosférica; mas pode ocorrer também no espaço interplanetário, como a luz zodiacal.

Entram em cena, então, as raras galáxias não normais que se destacam por emitir intensamente ondas de rádio: as radiogaláxias. Mesmo distando mais que 2 bilhões de A.L., podem ser detectadas através de radiotelescópios e, depois, identificadas na luz visível. Por sediarem fenômenos violentos, linhas de emissão aparecem claramente e permitem estender a observação até 5 bilhões de A.L. A determinação dessas distâncias pode ser feita com base em propriedades, tais como brilho e diâmetro, de galáxias mais brilhantes de um aglomerado.

O esquadramento do céu à caça de novas radiogaláxias propiciou acidentalmente, em 1960, a descoberta de um novo tipo de objeto astronômico: o quasar. Isso aconteceu com o radiointerferômetro do Instituto de Tecnologia da Califórnia. Observado em ondas de rádio, um quasar quase não se distingue de uma radiogaláxia. Mas o astrônomo Sandage fotografou a região com o telescópio de 5m do Monte Palomar, e verificou que se

tratava de um objeto com aspecto estelar. Daí o nome quasar que resultou da contração de "quasi stellar radio source". A escala de tempo das flutuações observadas na emissão implicava um diâmetro não superior a alguns A.L.⁹ Luz pronunciadamente azulada se sobrepunha a intensas linhas de emissão, não atribuíveis a estrelas, mas a um gás difuso, geralmente visto na forma de jatos de ejeção de matéria. Essas linhas apresentavam-se fortemente deslocadas em direção ao vermelho. O maior deslocamento, se explicado pelo efeito Doppler, corresponde a 91% da velocidade da luz. Aparentemente, os quasares são emissores de ondas de rádio intrinsecamente mais potentes do que as radiogaláxias e, assim, possibilitam estender a verificação da lei de Hubble a distâncias maiores, mas não além de cerca de 20 bilhões de A.L. As incertezas aí são grandes, principalmente porque os quasares já não se relacionam com nenhum outro tipo de objeto cósmico conhecido, cuja distância tenha já sido bem determinada.

A lei de Hubble é uma simples equação que relaciona distância com velocidade de afastamento, através de uma constante denotada pela letra H, a constante de Hubble. O recíproco de H, $1/H$, é um lapso de tempo chamado idade do universo e seu valor está entre dez e vinte bilhões de anos. Não seria lícito ater-se estritamente a esse valor, não só pelas incertezas em sua determinação, mas também pelo fato de que a velocidade de expansão pode ter diminuído ao longo do tempo. (Só para fins de comparação, pode-se relembra que o Sol tem 4,5 bilhões de anos.)

A lei de Hubble, à primeira vista, pareceria indicar que a Via Láctea estaria situada em local privilegiado do universo; aparentemente estaria em seu centro. Mas, através de uma análise mais cuidadosa, pode-se verificar que essa lei seria observada da mesma forma, qualquer que fosse a galáxia em que se postasse o observador.

O alcance dos atuais telescópios é de cerca de dezenas de bilhões de A.L. e, até o momento, os confins do universo observável têm sido ampliados em função do aumento da capacidade dos telescópios. Uma grande expectativa cercava o lançamento do Telescópio Espacial Hubble de 2,4 m, adiado desde o acidente fatal com a Challenger. Não se sabe até quando os astrônomos continuarão podendo recuar as fronteiras do universo observável.

Uma limitação poderia advir da própria lei de Hubble. A velocidade de expansão cresce com a distância, e as fronteiras poderão estar naquela distância em que a expan-

são atingisse a velocidade da luz. A luz emitida daí jamais nos alcançaria.

O além só gera intrigantes questões: seria inexistente? Haveria um mundo físico violando o limite da velocidade da luz? (Isso não repugna à teoria geral da relatividade.) A lei de Hubble mantém validade até essas distâncias? Haverá limitação imposta pela natureza geométrica do espaço cósmico?

Modelo cosmológico

Modelo cosmológico é uma descrição física das propriedades do universo tomado como um todo. Ao descrever as propriedades de um gás, por exemplo, o físico leva em conta apenas parâmetros macroscópicos, tais como, densidade, pressão e temperatura, ignorando as características microscópicas de cada átomo ou molécula. Analogamente, ao elaborar um modelo cosmológico, um astrofísico ignora as propriedades individuais das galáxias e de seus aglomerados, idealizando um substrato material distribuído contínua e uniformemente por todo o universo. As reais flutuações da densidade, acima e abaixo de um valor médio, são supostamente circunscritas a um âmbito meramente local, sem conseqüências de alcance universal.

Antes de se elaborar um modelo cosmológico é necessário que se especifique as condições do observador. É de todo conveniente pressupor um observador fixo ao substrato cósmico. Se este se expande conforme a lei de Hubble, o observador estará participando da expansão. Assim, o modelo retratará um universo nas condições reais em que o observamos. Tecnicamente esse observador é denominado **observador fundamental**.

A elaboração do modelo prossegue com a colocação de uma importante hipótese de trabalho denominada Princípio Cosmológico. Segundo o mesmo, o universo em grande escala é o mesmo para todos os observadores fundamentais, onde quer que eles estejam. Assim, não há nenhum observador situado em local que privilegie a sua observação.

A mesma seqüência de eventos no universo é vista por todos os observadores fundamentais. Há um tempo cósmico, comum a todos, ao qual eles podem se referir para descrever a evolução cósmica. Esse tempo, porém, não é absoluto, pois os sistemas de referência dos observadores não são absolutos. Também, entre dois observadores fundamentais quaisquer, o movimento só poderá ser de aproximação ou afastamento. Não pode haver movimento transversal à trajetória que une os dois observadores. A figura formada por segmentos imaginários de reta

unindo várias galáxias distantes pode apenas crescer ou decrescer aparentemente, mas não pode sofrer deformação.

Até agora não foi possível verificar diretamente a validade, ou não, do Princípio Cosmológico. Apenas se sabe que ele não é

conflitante com as observações feitas até agora.

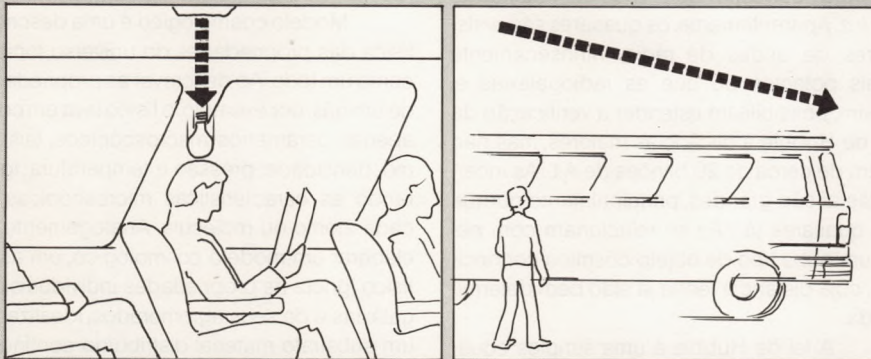
Ao abordar a questão cosmológica, Newton supôs que o espaço era euclídeano e obedecia ao famoso axioma das paralelas. A noção da expansão do universo foi bem pos-

terior. Mesmo que a cosmologia de Newton seja revisada sob esse aspecto, ela continua insatisfatória, já que não dá conta dos bem estabelecidos efeitos relativísticos.

Pelo fato de que a expansão do universo envolve velocidades relativísticas e obser-

Box 18

Relatividade



Na física clássica admitia-se que a velocidade dependia do movimento relativo do observador. Assim, a velocidade da luz emitida por uma fonte que estivesse se movendo na direção do observador deveria ser a soma das velocidades da própria luz e da fonte. No entanto, em 1887, dois cientistas americanos, Michelson e Morley, realizaram o famoso experimento em que demonstraram que a luz se propagava com a mesma velocidade, quer na direção paralela, quer na direção transversal ao movimento orbital da Terra.

Em primeiro lugar, esse resultado levou ao descrédito a hipótese do éter luminífero. Este havia sido invocado por Maxwell como suporte material à propagação da luz, já que ele relutava em aceitar que ondas eletromagnéticas pudessem se propagar no vácuo. Segundo Michelson e Morley, se a Terra se movesse através de um éter hipotético, e se a velocidade da luz fosse constante relativamente a esse éter, já relativamente a um observador na Terra, a luz se propagaria com diferentes velocidades, na direção do movimento da Terra e na direção transversal a esse movimento. Mas, em 1905, Einstein preferiu aceitar os resultados do experimento como indicação de que a velocidade de propagação da luz no vácuo é constante e não depende do movimento do observador.

Esse foi o ponto de partida para a elaboração da teoria restrita da relatividade. Nela Einstein estabeleceu a dependência que as medidas devem ter na

velocidade do observador, de modo a assegurar as mesmas leis dos fenômenos elétricos e magnéticos a todos os observadores em repouso, ou que se deslocassem com velocidade constante em linha reta. Esses observadores não estariam sujeitos a nenhum tipo de força (ou aceleração) que pudesse alterar seu movimento e são chamados inerciais.

Para caracterizar intervalos de tempo e de espaço entre dois eventos, a teoria restrita reuniu espaço e tempo, antes separados, num único ente matemático, o intervalo espaço-temporal do universo plano de Minkowski, que engloba as três dimensões do espaço mais uma quarta dimensão do tempo. Esse intervalo é invariante, isto é, o mesmo para todos os observadores inerciais.

A teoria clássica, válida ainda hoje para a descrição de uma grande parte de fenômenos cotidianos, passou a ser um caso particular da teoria relativística, restrito a situações em que as velocidades são muito menores que a da luz. Quando um objeto se movimenta a velocidades próximas à da luz, seu tamanho na direção do movimento se contrai; o tempo ali se dilata, ou seja, o relógio anda mais devagar, e a massa aumenta. Como a massa atingiria um valor infinito quando sua velocidade atingisse a da luz, esta representaria um limite físico que não pode ser ultrapassado. A teoria também prevê a relação de equivalência entre energia e massa (ou matéria), a conhecida equação $E = M c^2$ (c : velocidade da luz).

A influência maior da relatividade na cosmologia veio da teoria geral, proposta em 1916 por Einstein que, nela, ousou ir mais longe. Na teoria restrita ele tinha se preocupado apenas com a influência da velocidade do observador nas medidas, privilegiando observadores inerciais.

Na teoria geral, Einstein escreveu suas 16 famosas equações de campo, cujo conteúdo é equivalente às equações de movimento e à lei da gravitação de Newton. Essas equações são capazes de dar a mesma descrição dos movimentos a todos os observadores, mesmo que sofram ação de alguma força ou aceleração. Prestam-se, portanto, também aos observadores fundamentais.

Espaço e tempo são combinados agora no universo curvo de Riemann. A curvatura depende da quantidade de matéria e radiação presentes. Na interpretação newtoniana, quando um corpo descreve uma órbita, o faz sob a ação de uma força gravitacional. Segundo a teoria geral, não se fala mais de força. Radiação e matéria descrevem curvas geodésicas que se recurvam mais nas proximidades de grandes concentrações de matéria. (Uma curva geodésica define o caminho mais curto entre dois pontos. Num espaço definido por um plano, a geodésica é um segmento de reta. Já sobre a superfície de uma esfera, a geodésica será um segmento do grande círculo, cujo plano, além de passar pelos dois pontos, passa também pelo centro da esfera.) A expansão do universo não é o afastamento das galáxias num espaço fixo e preexistente, mas a expansão do próprio espaço.

Karl Schwarzschild resolveu as equações de campo para a situação especial de uma massa num universo vazio. Essa realização representa bem o campo gravitacional de uma estrela como o Sol, assim como de corpos densos como buracos negros. A partir desses cálculos foi feita a predição de vários efeitos decorrentes da teoria geral, todos eles confirmados: precessão da órbita de Mercúrio, encurvamento da trajetória da luz, deslocamento espectral para o vermelho e retardamento na chegada de pulsos de radar, pela ação gravitacional do Sol.

vadores não inerciais, as equações de campo da teoria geral da relatividade constituem a base teórica mais adequada para a formulação de uma cosmológica moderna.

Como já foi dito, com o passar do tempo, a figura formada no céu pela conexão das posições de várias galáxias poderá apenas se contrair ou se expandir, mantendo sempre a mesma forma. Neste caso, pode-se dispensar a medição de distâncias absolutas entre galáxias, atendo-se apenas às variações da escala da figura ao longo do tempo.

Equações de campo particularizadas de modo a satisfazerem o Princípio Cosmológico, e simplificadas às condições atuais do universo, tornam-se relativamente simples, permitindo descrever o comportamento do fator de escala ao longo do tempo. A descrição, porém, não é única, pois depende de parâmetros ainda não bem conhecidos: a densidade média de matéria e a geometria do espaço¹⁰; a constante cosmológica, considerada de valor nulo na maioria dos modelos atuais, mas que abre possibilidades de intervenção de uma hipotética ação repulsiva ou atrativa na expansão, que só atuaria em escala cosmológica.

Já em 1917, o próprio Einstein ensaiou um modelo relativístico. Mas, por não poder ter tido, então, conhecimento da expansão do universo, supôs um universo estático. Foi forçado a concluir que o espaço não podia ser euclidiano, mas devia ser finito e curvo. O matemático russo Lobachevsky havia demonstrado que, sem se prender ao axioma das paralelas de Euclides, podia-se construir novos sistemas perfeitamente autoconsistentes e lógicos.

Em 1930, Lemaître e Eddington constataram que esse universo einsteiniano não era fisicamente viável, pois era sujeito a instabilidades, passando a se expandir, ou a se contrair, de forma incontrollável. Esse universo não podia subsistir em estado estático.

Pouco depois de Einstein, de Sitter obteve uma nova solução, de início com valor puramente acadêmico. O universo era vazio, tinha densidade nula. O espaço deveria ser plano e o universo tinha que estar em expansão. O modelo encerrava um curioso paradoxo, pois a expansão implicada era a do nada. Mas depois da descoberta da expansão do universo (1920), foi reacendido o interesse pelo modelo. De fato, a densidade cósmica é baixa e, na época, acreditou-se que ela bem podia ser representada por um universo vazio.

Todos os modelos acima incluíam a constante cosmológica. Em 1922, Friedmann construiu seus modelos em que essa constante era nula e o universo, evolutivo. Como

resultado, o fator de escala evoluiria ao longo do tempo segundo um dos três esquemas seguintes:

- a) cresceria indefinidamente com uma velocidade decrescente que, todavia, nunca se anularia, se o universo fosse aberto;
- b) cresceria até um certo instante e, depois, simetricamente, se contrairia, se o universo fosse fechado (universo oscilante);
- c) cresceria com uma velocidade decrescente, até que se anularia num futuro distante, se o universo fosse plano ou euclidiano.

É importante salientar que todas essas soluções convergem num instante inicial, quando a dimensão do universo era nula.

O universo é aberto ou fechado, conforme a densidade média de matéria seja maior ou menor que a densidade crítica, estimada em 1 g num cubo com 60 mil quilômetros de lado. Parece provável que a densidade média do universo seja inferior à densidade crítica, de modo que o universo seria aberto. As medidas diretas são dificultadas pelo desconhecimento da contribuição devida ao gás intergaláctico ou à matéria galáctica não luminosa. As galáxias contribuem com uma massa correspondente a apenas 6% daquela necessária para perfazer a densidade crítica.

A velocidade de expansão teria sido praticamente constante e a idade do universo seria o tempo de Hubble, $1/H$, de 20 bilhões de anos, se o universo fosse aberto. A diminuição da velocidade de expansão devida à atração gravitacional teria sido pronunciada num universo fechado. A idade do universo seria então menor que $2/3$ do tempo de Hubble, ou 13,3 bilhões de anos, idade do universo plano, intermediário entre o fechado e o aberto.

Esses modelos fornecem também métodos observacionais para se reconhecer a geometria do universo. Baseiam-se nas relações entre desvio espectral para o vermelho e brilho aparente (que tem a ver com a distância); ou entre diâmetro da galáxia e brilho aparente; ou entre número de galáxias numa região do céu e limite do brilho aparente em que a contagem é feita. As observações, porém, contêm incertezas que não permitem a tomada de uma decisão definitiva.

Evolução cósmica

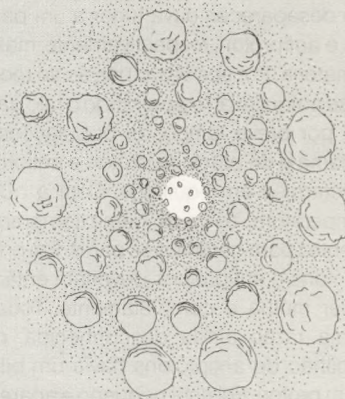
Em 1965, os radioastrônomos Penzias e Wilson dos Laboratórios Bell Telephone descobriram acidentalmente a radiação cósmica

de $2,7 \text{ K}^{11}$. Este fato corroborou o modelo evolutivo.

Segundo os modelos de Friedmann, existe um instante inicial chamado Grande Explosão, em que começa a contagem do tempo cósmico. Nele, todo o universo se

Box 19

Relíquia da bola de fogo



Penzias e Wilson utilizavam uma antena altamente direcional, que havia servido para captar sinais de satélites de comunicação, para medir a emissão de radiogaláxias em microondas. Durante as observações, notaram que não conseguiam livrar-se de uma emissão residual de origem cósmica que vinha igualmente de todas as direções do céu. Observações anteriores não tinham constatado essa emissão porque ordinariamente os astrônomos se preocupam em medir a posição e a emissão de astros que se sobressaem num fundo celeste, desconsiderando a emissão do próprio fundo.

A origem omnidirecional dessa emissão era, de acordo com o Princípio Cosmológico, sintoma de que sua fonte era muito distante, já nos confins do cosmo observável.

Observações posteriores confirmaram que a emissão era correspondente à de um eficiente radiador (corpo negro) aquecido a apenas $2,7 \text{ K}$ ou $-270,3 \text{ C}$.

Toda a energia coletada por Penzias e Wilson ao longo de suas investigações seria apenas suficiente para erguer um floco de poeira a 1 cm de altura. Mas ela é interpretada como relíquia da bola cósmica de fogo de 4.000 K , o próprio cosmo no fim da era radiativa, quando era 1.500 vezes menor que o universo atual. Sua luz era visível a fulgurante. Com a expansão cósmica a bola de fogo se resfriou e, hoje, o grosso da radiação cósmica ocorre em microondas.

reduz a um ponto. A temperatura e a densidade são infinitos. Isso constitui uma singularidade matemática e o conhecimento atual da física é insuficiente para interpretá-lo completamente.

A física descreve satisfatoriamente o comportamento da matéria a temperaturas inferiores a um trilhão de graus Kelvin. A temperatura baixou a esse valor, a um décimo de milésimo de segundo após o “*fiat lux*”. A radiação correspondente a temperaturas superiores a um trilhão de graus Kelvin era constituída de energéticos raios gama. Cada um deles, ao desaparecer, dava lugar a um par de próton e antipróton, respectivamente, matéria e antimatéria. Por sua vez, o par, ao se recombinar, se aniquilava, regenerando o raio gama. Assim, por breve tempo, as populações de raios gama e de pares de próton e antipróton mantiveram-se em equilíbrio. Com a queda da temperatura, os raios gama tornaram-se impotentes para gerar novos pares. Em princípio, prótons e antiprótons deveriam então se aniquilar mútua e completamente. Todavia, por uma razão ainda desconhecida, para cada bilhão de antiprótons havia um bilhão mais um próton. Foi este pequeno e aparentemente fortuito desequilíbrio que garantiu que o universo agora não fosse de pura radiação, mas também de matéria na forma de galáxias, estrelas, planetas e vida!

Logo em seguida, também por breve tempo, prótons puderam se converter em nêutrons e vice-versa, de modo que ambos os tipos de partículas conviveram em proporções quase iguais. Mas, como a temperatura continuou decrescendo, quando esta atingiu cem bilhões de graus Kelvin, a 10 mili-segundos da criação, a produção de nêutrons a partir de prótons já não era mais possível, de modo que a população final de prótons ficou maior.

Veio depois a fase em que a temperatura ficou menor e a energia da radiação era suficiente apenas para criar pares de elétrons e pósitrons. Seu final ocorreu aos 4 s da criação, quando a temperatura era de 5 bilhões de graus Kelvin. Então elétrons e pósitrons começaram a se recombinar e se aniquilar, mas, aqui também, não se aniquilaram totalmente. Restou um excesso líquido de elétrons.

Os nêutrons ordinariamente decaem em prótons e elétrons numa escala de tempo de 15 m. Antes que isso acontecesse, aos 3 m da criação, quando a temperatura era de um bilhão de graus Kelvin, nêutrons e prótons se combinaram de modo a formar o deutério ou o hidrogênio pesado. Inicialmente essa produção foi compensada pela sua destruição através da radiação. Mas, com a queda da temperatura, essa radiação foi enfraquecen-

do de modo a assegurar uma acumulação do deutério.

Posteriormente, de reações envolvendo o deutério, na primeira hora do universo, processou-se a produção do hélio. 26% da matéria universal era hélio e o restante, hidrogênio. Como o hélio é extremamente estável e pouco apto a fornecer energia nuclear, a vida e a evolução das estrelas teriam sido impossíveis se a natureza tivesse convertido toda a matéria em hélio. A abundância do hélio pode ser diagnosticada em rochas terrestres, lunares e meteoríticas, e no vento solar; através do espectro de nuvens interestelares, de estrelas jovens ou velhas, ou pela observação do fenômeno de pulsação de estrelas do tipo RR Lyrae. Como o hélio é praticamente indestrutível, sua abundância mínima seria de 26%. O diagnóstico é difícil, mas tende a confirmar a origem cosmológica do hélio.

A quantidade de deutério restante, não incorporada nos átomos de hélio, dependeu da densidade do universo no momento em que se formou o hélio. Maior essa densidade, menor será a quantidade de deutério remanescente. A atual abundância de deutério pode ser medida na água do mar e no meio interestelar. A abundância primitiva pode ser estimada, já que a atual foi alterada por processos de segregação no nosso planeta e por reações nucleares no interior de estrelas. Há indícios de que a abundância original é compatível com um universo aberto, com baixa densidade de matéria.

Elementos mais pesados não puderam ser formados em abundância nesses primeiros minutos do universo. Eles foram e continuam sendo sintetizados no interior das estrelas, através das reações nucleares responsáveis também pela produção da energia luminosa estelar.

Depois da primeira hora de grande ebulição, o universo passou por um período relativamente longo de tranqüilidade, denominado *era radiativa*. A temperatura era suficientemente alta para impedir a recombinação de elétrons e prótons formando átomos de hidrogênio. Os elétrons livres provocavam grande opacidade, de modo que a radiação não podia escapar da matéria e viajar livremente. Um observador hipotético enxergaria somente dentro de uma esfera de visibilidade bem menor que o universo. Mas, quando a idade do universo atingiu cerca de 300 mil anos, a temperatura baixou, propiciando a recombinação dos átomos de hidrogênio. Repentinamente o universo começou a ficar transparente. Radiação e matéria se desacoplaram. Terminava uma era em que o conteúdo relevante do universo era a radiação. O conteúdo principal passava a ser a matéria.

Inicialmente, até cerca de 200 milhões de anos, ocorreu a *era gasosa*, em que a matéria permaneceu na forma de gás de hidrogênio atômico. A era posterior, correspondente à atual, que começou com o hidrogênio gasoso se condensando nas primeiras galáxias iluminadas pela primeira geração de estrelas, é a *era estelar*. A radiação se resfriou e hoje tem a temperatura de 2,7 K. A matéria se resfriou mais ainda.

Novo humanismo

Nenhum outro campo científico tem, talvez, vinculações mais frouxas com fatos observacionais do que a cosmologia hodierna. Os motivos são facilmente compreensíveis. As observações são feitas no limiar da detecção dos métodos e instrumentos atualmente disponíveis.¹² Além disso, o cosmo não é um sistema isolável, mas a própria totalidade; portanto, existe um único cosmo observável, e o observador está impedido de verificar se uma propriedade cosmológica observada é essencial ou acidental.

Um outro grau de liberdade das teorias cosmológicas provém das premissas básicas adotadas. Por exemplo, segundo a teoria geral da relatividade, a constante gravitacional, *G*, seria realmente constante e seu atual valor teria vigorado durante toda a evolução cósmica. Porém, Dirac propôs em 1937 uma cosmologia em que *G* decresceria com o tempo.

Embora não seja possível, por ora, um consenso em torno de uma única teoria cosmológica, merece atenção o fato peculiar de que a elaboração de cosmologias é monopólio da ciência. E tudo que se torna objeto de estudo científico parece ficar fadado à recusa do homem para ser abordado em suas propriedades imponderáveis, irreduzíveis a medidas (através da consciência estética, por exemplo). No âmago disso vigora a generalizada postura de descabida expectativa e cobrança diante da ciência, quanto à sua perfeição: a ciência é encarada como doutrina acabada, sua descrição é tida na conta de algo exaustivo, absolutamente preciso e objetivo. Essa postura injustificável tem sido causadora de males atribuídos à ciência, que a ciência só não seria capaz de produzir. Por sua causa a moderna cosmologia fica confinada à discussão técnica, e os germes de seus valores culturais e éticos permanecem estéreis e inócuos.

No desafio de abordar cientificamente a totalidade singular que é o cosmo, o homem teve, em primeiro lugar, que renunciar a conceitos intuitivos aplicáveis na vivência cotidiana. A física newtoniana do determinismo mecanicista teve que ser renunciada, pois é inadequada para medições espaço-tempo-

rais envolvendo grandes dimensões e grandes velocidades, como as cosmológicas. A observação de astros próximos revela praticamente um flagrante instantâneo da evolução cósmica na região mais próxima do universo, onde não são envolvidos movimentos tão velozes como o da luz, e o espaço (sem curvatura) admite descrição em termos de geometria euclidiana. Mas a observação de uma galáxia distante significa observar um flagrante remoto do passado, quando a luz observada iniciou sua viagem em direção à Terra. A medição de espaço não se pode fazer independentemente da do tempo, e vice-versa. Os eventos físicos de emissão e de captação da luz em escala cósmica são definidos no espaço-tempo quadridimensional de Riemann da teoria geral da relatividade, na qual a estrutura geométrica do espaço-tempo passou a ser determinada por seu conteúdo de matéria e energia, ambos equivalentes; a matéria perdeu o significado clássico de algo extenso no espaço e persistente no tempo.

Os modelos cosmológicos de Friedmann (universo com pressão nula ou preenchido com um fluido de poeira¹³, em que cada grão seria uma galáxia), para qualquer alternativa de curvatura do espaço, mostram que houve no passado um instante inicial (ou que se repete periodicamente) do tempo cósmico, no qual todo o cosmo conheceu um estado de infinita concentração, reduzindo-se a um ponto. Na verdade, esses modelos se invalidam quando se considera estágios do cosmo pretéritos à época em que os núcleos dos átomos tocavam-se uns nos outros, e o universo era um trilhão de vezes menor que o atual. Seu conteúdo relevante não era a matéria, mas a radiação. Mesmo quando se leva em conta este fato, o estado de condensação infinita no instante inicial persiste. Esta singularidade matemática proclama uma decorência lógica, mas aparentemente muito maior do que a nossa capacidade de compreensão: se todo o cosmo esteve reunido num mesmo ponto no princípio, então toda a raça humana literalmente coexistiu, identificando-se com a totalidade do cosmo. Nenhum elo de união poderia ser ontologicamente mais intenso ou real. A pluralidade fenomenológica de pessoas, continentes, raças, planetas, estrelas, galáxias e aglomerados de galáxias, nessa perspectiva evolutiva do cosmo, se reduz à mais substancial unidade, pois, resultado de um processo cósmico único e universal.

O universo existiu sem o homem, quicá mais de dez bilhões de anos, enquanto que a emergência do homem deu-se há apenas três milhões de anos! Todavia, sem o homem, o

universo já não seria universo, pois a consciência (que pressupõe vida) e a vida emergiram da evolução cósmica e são realidades iminentes ao cosmo.

O processo evolutivo e o estabelecimento de condições físicas à emergência da vida e da consciência foram criticamente dependentes de diversos parâmetros físicos. Por exemplo, a abundância de hidrogênio e hélio foi determinada nos primeiros instantes do universo; se as forças nucleares atrativas fossem mais intensas, a quantidade relativa de hélio seria maior e a evolução das estrelas teria seguido curso diferente. A formação de galáxias, depois que matéria e radiação se desacoplaram, dependeu criticamente da taxa de expansão do universo; fosse ela mais lenta, ou mais rápida, toda a matéria teria se colapsado num único objeto, ou se dispersado. O tempo de formação e de vida de estrelas e de galáxias foi compatível com a formação e evolução da vida. Houve uma quase miraculosa conspiração entre constantes físicas microscópicas e macroscópicas, que assegurou estofo material (elementos químicos) e condições para o aparecimento do homem. Mas tudo indica que essa conspiração cósmica é uma metáfora do próprio processo cósmico. Segundo o princípio chamado antropológico, a observação do cosmo deve revelar ao homem um mundo marcado por todas as condições físicas necessárias para assegurar a sua presença como consciência do cosmo. Nessa ótica, o papel dos homens é elaborar cosmologia, e este deveria ser o caminho da aquisição da sabedoria.

Enquanto o homem figurou o mundo com idéias tiradas imediatamente da experiência cotidiana, ele achou que habitava em local privilegiado do universo, e que era transcendente ao mundo. A elaboração de conceitos que ultrapassam o senso comum, desde o advento da revolução científica, possibilitou figurações do mundo em que a dicotomia entre céu e terra foi sendo gradativamente obliterada. A tal ponto que o moderno Princípio Cosmológico estatui exatamente a remoção de qualquer pretensão de privilégios por parte do homem, enquanto contemplador do universo.

A contrapartida disso é assombrosamente grande, pois o homem deixou de ser um peregrino vindo de um outro mundo, em acidental passagem por este "vale de lágrimas", para se tornar um legítimo cidadão do cosmo.

Já tarda a hora em que a imanência do homem no cosmo venha a ser percebida e descoberta no âmago dos modelos cosmológicos, para substituir a tradicional idéia da

transcendência do homem no cosmo, fundamento do humanismo ocidental. O retardamento dessa hora cinge-se ao torpor resultante da auto-satisfação que os especialistas encontram no uso incondicional dos modelos cartesiano e newtoniano para descrever o cenário provinciano de suas especialidades. As implicações nefastas dessa visão tradicional, mutilada e fragmentária, são insanidades e crises da atualidade¹⁴, já que a figuração mental do mundo é denunciada pelo agir do homem no mundo.

Um corolário ético do novo humanismo é que o desrespeito ao processo cósmico por parte do homem não resultará indiferente, mas acionará mecanismos inexoráveis de reacerto, controlados não por forças antropomórficas punitivas, mas por virtudes imanentes ao próprio cosmo. Qualquer tentativa de burla não passará de tentativa.

O humanismo da imanência se distingue por não precisar se apoiar em nada que seja extrínseco à realidade cósmica natural, ou convencionado pelo arbítrio humano (lei positiva). A ética desse humanismo é a da suprema responsabilidade do homem, pois é a lei natural revelada imediatamente a cada consciência pela própria natureza, sem esoterismos e revelações diretas a privilegiados e eleitos. A imanência confere novo significado ético ao estar no mundo e à ação do homem, e dá transparência às coisas apresentadas como opacas nas visões fragmentárias e analíticas.

A longa jornada do homem até as vésperas do advento da era científica vinha sendo a busca de auto-superação de fragilidades físicas e de fraquezas de vontade, para a solução de crises de inadaptação no mundo. O primeiro desafio foi a prática da caça e da coleta de alimentos para aplacar a fome. A antiga prática dos ritos de propiciação visava aplacar a ira dos deuses (ou a própria consciência). O herói homérico desafiava o inimigo para defender o seu povo. O filósofo grego punha à prova o poder da razão para desvendar o princípio de todas as coisas. O cristão na Idade Média se apegou à fé na verdade revelada, na busca da salvação de sua alma. Nunca é demais enfatizar que o propósito de cada auto-superação resulta da figuração mental vigente do "estar no mundo" do homem.

Após o período das grandes viagens e descobertas, o homem adotou definitivamente o sonho baconiano da dominação da natureza, em que o homem, insolentemente, se afigurava como que destacado do cosmo, e sem nenhuma relação de conaturalidade com ele. Esse ideal já não visa mais solucio-

nar uma crise de inadaptação, mas uma miope e irrealizável ambição de soberania. Os fatos hoje estão testemunhando que o sonho baconiano, na verdade, foi um terrível pesadelo, pois, ironicamente, na busca de auto-superação, o homem que, apoiado pela ciência e tecnologia, objetivava a dominação da

natureza, tornou-se perverso a si próprio. A crise, portanto, do presente momento reclama a implantação de um novo humanismo, através do qual o homem supere um desafio maior que todos até agora por ele enfrentados: comeder sua ambição, depois de reconhecer que o mundo permeado por sua

ciência e tecnologia não passa de um rincão provinciano do cosmo, cujo separatismo não passa de uma ficção.

Oscar Toshiaki Matsuura doutorou-se em astronomia pelo Instituto Astronômico e Geofísico da USP, onde realiza atualmente pesquisas sobre poeira cósmica, a partir de observações em infravermelho; fenômenos magneto-hidrodinâmicos e de plasma em diversos contextos astrofísicos.

Notas

- 4. Uma fonte luminosa separada do observador pelo vácuo, tem brilho aparente proporcional ao inverso do quadrado da distância.
- 5. Cerca de metade das estrelas forma sistemas duplos, triplos, quádruplos, ou de maior multiplicidade, ligados pela gravitação. Logo, tais sistemas não constituem exceções raras.
- 6. Morfologicamente, uma maioria de 80% das galáxias tem estrutura em espiral. Vêm depois as galáxias esféricas e elípticas. Poucas são irregulares como as Nuvens de Magalhães.
- 7. A aberração é ilustrada pela chuva, que cai verticalmente para o observador parado, mas, aparenta cair obliquamente de uma direção à frente, quando ele se movimenta. A obliquidade da direção é a aberração. No caso da luz ela é determinada pela razão entre as velocidades orbital da Terra (30 km/s) e a da luz (300.000 km/s). A obliquidade é de 20"5. Essa descoberta casual consubstanciou a primeira evidência do movimento orbital da Terra em torno do Sol.
- 8. O espectro (ver Box 17) denuncia a temperatura da estrela. Com uma dada temperatura, a estrela terá brilho intrínseco referente a uma das seguintes classes de luminosidade: supergigante, gigante, subgigante ou anã. Essa relação entre temperatura e brilho intrínseco é um fato observacional sintetizado no chamado diagrama H-R ou de Hertzsprung e Russell, que pode ser aplicado a estrelas de um mesmo aglomerado, possibilitando a avaliação da distância do aglomerado.
- 9. O tamanho do emissor não pode exceder a escala de tempo das flutuações observadas, multiplicada pela velocidade da luz. Se a escala for o ano, a dimensão será inferior ao A.L.; se for o mês, será inferior ao mês-luz,

etc. O argumento é que a emissão simultânea de um astro não chega à Terra ao mesmo tempo, mas, se dispersa sobre um intervalo de tempo equivalente àquele gasto pela luz para cruzar o astro de um extremo a outro.

- 10. A geometria do espaço pode ser de três tipos: esférica, com curvatura positiva, em que a densidade de matéria é alta, o espaço dobra-se sobre si mesmo e o universo é fechado e finito; geometria hiperbólica, com curvatura negativa, em que a densidade é baixa e a matéria se move muito velocemente, o espaço se abre para fora e o universo é aberto e infinito; geometria plana, com curvatura nula (caso intermediário), em que o universo é euclídeano e infinito.
- 11. Lê-se 2,7 graus na escala Kelvin. O zero dessa escala é o zero absoluto da ausência total de agitação térmica. O valor da temperatura Kelvin é dado pela adição de 273 ao valor da temperatura Celsius.
- 12. Nesse contexto, a falseabilidade ou a vulnerabilidade de uma proposição científica, como propôs Popper, lhe conferem maior valor científico, já que a vulnerabilidade é proporcional à verificabilidade. Teorias que permanecem irrefutáveis à custa de não poderem ser verificadas são pouco úteis e têm menor valor científico.
- 13. O fluido de poeira que preenche o universo é referente à era estelar; sua pressão de agitação é praticamente nula. Contrapõe-se ao fluido do gás e ao fluido da radiação, referentes respectivamente às eras gasosa e radiativa.
- 14. Capra (ver bibliografia) fundamenta a mesma crítica a partir do estudo do mundo microscópico. O método científico não dá conta da descrição dos mundos microscópico e macroscópico, a não ser que reconheça a imbricação das partes no todo.

Bibliografia

Berry, Michael. *Principles of Cosmology and Gravitation*. Cambridge University Press, London, 1976.

Capra, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. Editora Cultrix Ltda., São Paulo, 1986.

Hoyle, Fred. *Astronomy and Cosmology. A Modern Course*, W. H. Freeman and Company, San Francisco, 1975.

Lovell, Bernard. *Emerging Cosmology*. Series: Convergence, Ed. Ruth Nanda Anshen, Columbia University Press, New York, 1981.

Rowan-Robinson, Michael. *Cosmology*. Clarendon Press, Oxford, 2nd. Edition, 1981.

Scheler, Max. *Visão Filosófica do Mundo*. Coleção Debates 191, Editora Perspectiva S.A., São Paulo, 1986.

Resumen

Cosmología

LA CONSCIENCIA DEL COSMOS

Al paso del tiempo, las relaciones del hombre con el cosmos han asumido características distintas según los diferentes contextos culturales, y se han expresado a través de diversas concepciones cosmológicas, recapituladas aquí en orden cronológico. Esta recapitulación culmina en una evaluación crítica de las formas mentales del cosmos. En éstas, incluso más recientemente, bajo la égida de la ciencia, la naturaleza y el propósito del autor – el hombre – no dejan de reflejarse. Así, la relación del hombre con el cosmos permite vislumbrar, a despecho de todos los pesimismo en boga, una posibilidad de rescate de valores humanísticos a la luz de la ciencia moderna.

Abstract

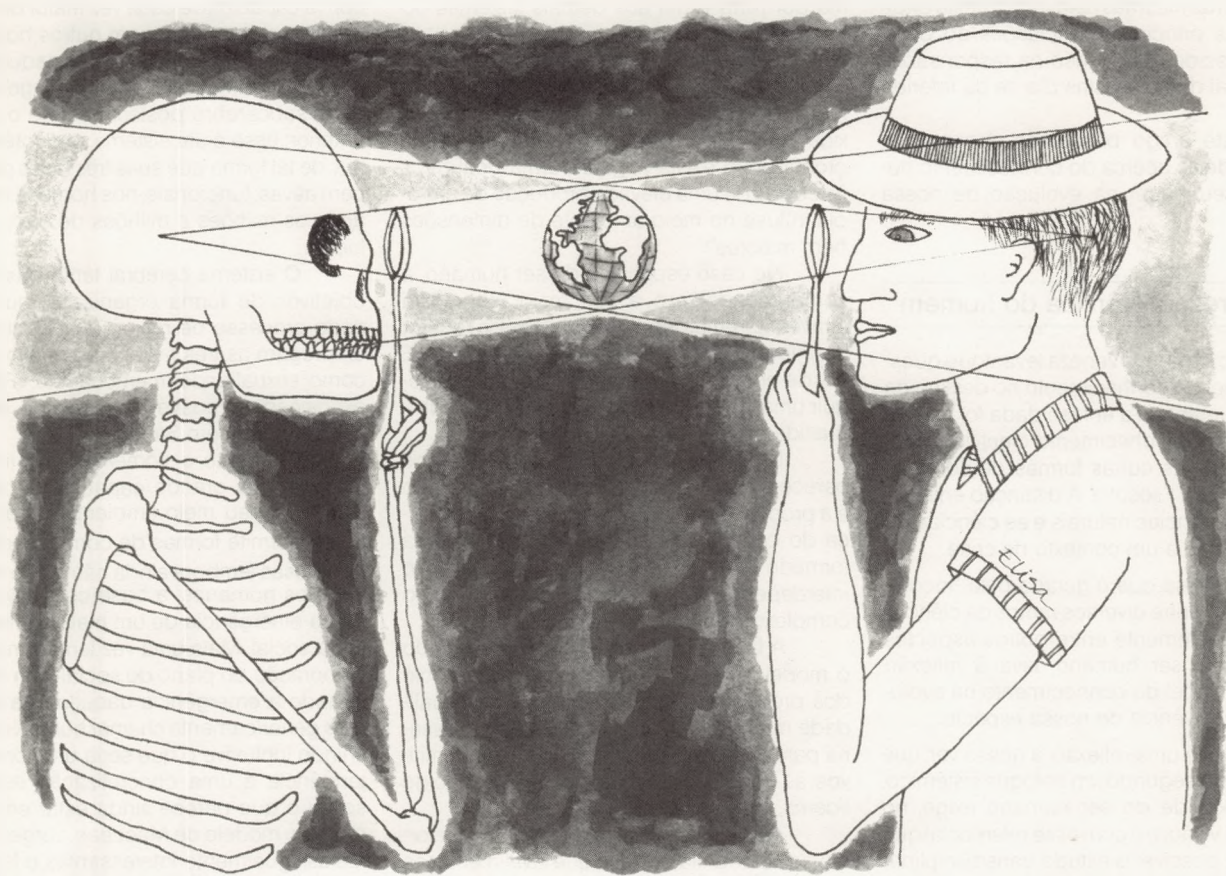
Cosmology

MAN'S AWARENESS OF THE COSMOS

Over the course of time, man's relations with the cosmos have taken on distinct characteristics in accordance with different cultural contexts and have been expressed through different cosmological conceptions, recapitulated here in chronological order. This summary culminates in a critical evaluation of mental figurations of the cosmos. The nature and purpose of man, the author of these figurations, do not cease to transpire in them, even in the most recent ones which fall under the patronage of science. Thus, the relation of man with the cosmos allows us to catch a glimpse of the possibility of recovering humanistic values in the light of modern science despite all the pessimism that is fashionable.

Conhecimento e sobrevivência

Jorge de Albuquerque Vieira



Em março de 1986, em Veneza, um colóquio internacional organizado pela Unesco reuniu personalidades científicas e observadores, representando as mais variadas disciplinas, com o objetivo de discutir o papel do conhecimento na evolução e sobrevivência da espécie humana. Os participantes do Colóquio de Veneza manifestaram sua preocupação com um inquietante desvio que confronta, assinalando um contexto de crise, as ciências naturais e as ciências humanas. Enfatizando a responsabilidade social dos cientistas, o Colóquio de Veneza reconhece a urgente necessidade de pesquisas verdadeiramente transdisciplinares, que permitam uma troca dinâmica entre as ciências “exatas” e as ciências “humanas”, e propõe novos métodos em educação que harmonizem o avanço nas ciências com as grandes tradições culturais.

O Colóquio de Veneza: ciência e mundividência.

Ao final do Colóquio, em 7 de março de 1986, foi apresentada a “Declaração de Veneza”¹, cujos pontos fundamentais são:

- O testemunho dos participantes quanto a uma intensa revolução científica gerada pelas ciências fundamentais (em particular, a física e a biologia), assim como quanto às consequências do impacto tecnológico em nossas vidas;
- O reconhecimento de um crescente desvio entre a nossa visão de mundo, emergente do

estudo de sistemas naturais, e os valores que predominam na filosofia, nas ciências humanas e na vida da sociedade moderna – tais valores sendo fundamentados, em grande medida, sobre o determinismo mecanicista, o positivismo e o nihilismo. O citado desvio é visto como fortemente nocivo e portador de ameaças de destruição de nossa espécie; – A urgente necessidade de uma pesquisa verdadeiramente transdisciplinar, uma troca dinâmica entre as ciências “exatas”, as ciências “humanas”, a arte e a tradição; – A proposição de pesquisas visando novos métodos em educação, que harmonizem o avanço nas ciências com as grandes tradições culturais.

Os pontos acima (expressos praticamente com as mesmas palavras do texto original) são as principais conclusões do Colóquio, acrescidos da ênfase na responsabilidade social dos cientistas diante da referida crise.

Neste artigo buscamos desenvolver algumas idéias acerca do conhecimento humano e seu papel na evolução de nossa espécie.

A natureza sistêmica do homem

O Colóquio de Veneza levantou a questão do papel do conhecimento no destino da espécie humana. E a ênfase dada foi quanto aos efeitos do conhecimento científico, confrontado com as outras formas de conhecimento, como a Filosofia. A distinção entre as chamadas ciências naturais e as ciências do homem assinala um contexto de crise.

Uma crise que é gerada pela “incompatibilidade” entre diversos ramos da ciência, e consequentemente entre outros aspectos vivenciais do ser humano, leva à reflexão quanto ao papel do conhecimento na evolução e sobrevivência de nossa espécie.

E esta é uma reflexão, a nosso ver, que deve ser feita segundo um enfoque sistêmico. A complexidade do ser humano exige, no mínimo, tal visão; e é com esse referencial que talvez seja possível o estudo transdisciplinar proposto na Declaração de Veneza – a ponte necessária entre as ciências da natureza e as ciências do homem.

Na base de tal postura repousa a escolha, ontológica, de uma hipótese que estabelece o Universo como um sistema gerador de todos os demais sistemas. Uma ontologia científica, baseada nessa hipótese, tem sido trabalhada por alguns autores, dentre eles Bunge². A chamada Teoria Geral dos Sistemas³ percorre este caminho, através de uma construção transdisciplinar que busca objetivar esse ideal ontológico.

Nas ciências humanas, o esforço para resgatar a natureza sistêmica do homem é muito bem representado pelos trabalhos de Morin^{4, 5}, em sua elaboração de uma moder-

na antropologia e do método necessário para tal.

Buscar uma visão sistêmica do homem e da sociedade significa trabalhar com a fusão dos planos ontológicos que a nossa ciência, ocidental, identifica na estrutura do mundo: notadamente, o biológico, o psicológico e o social, com os seus interníveis.

Para isso, vamos nos apoiar em alguns modelos, sempre lembrando a óbvia possibilidade de limitação e transitoriedade dos mesmos.

Os sistemas biológico, psicológico e social desenvolveram-se num processo de interação sistêmica, segundo Morin. Este processo teve e tem como palco a biosfera terrestre, nicho ecológico conectado ao sistema Sol-Terra e daí aos demais sistemas do Universo.

A evolução, vista a partir desse enfoque, parece estabelecer-se através do crescimento de um parâmetro sistêmico: a complexidade. No Universo, complexidade permite organização, e esta vinga de forma localizada, às custas de uma elevada produção de entropia, difusa no meio ambiente de dimensões bem maiores⁶.

No caso específico do ser humano, a complexidade teve a sua maior conquista através da emergência de um centro redutor de informação, o sistema nervoso central. E desde então, essa complexidade parece seguir uma tendência para o “exterior” da dualidade.

No plano biológico, o modelo que nos parece o mais sedutor quanto a esse aspecto é a proposta de MacLean⁷ de estrutura triúnica do cérebro. O cérebro seria um sistema formado por três subsistemas interligados e interdependentes: o complexo reptílico, o complexo límbico e o neocórtex.

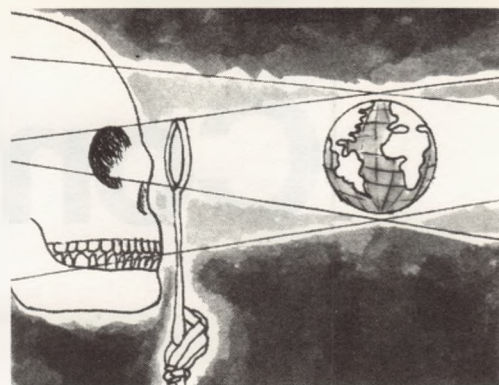
A fase cerebral reptílica teria, segundo o modelo, as seguintes funções: o controle dos processos vitais automáticos, a sexualidade mais básica, a agressividade necessária para a sobrevivência, os ritos mais primitivos, as condições para seleção e atuação de líderes, etc.

Assim, esse complexo possui uma forma de autonomia de base que irá alimentar os complexos posteriores.

A fase cerebral que surgiu a seguir, na aventura da evolução, foi o chamado complexo límbico: destaca-se notadamente como fonte de sentimentos e emoções, formas mais elaboradas de sexualidade, assim como aspectos relacionados ao sonho. Assim, ocorre uma espécie de dilatação no “alfabeto” da semiótica humana, aumentando as possibilidades de emergência de formas de comunicação mais e mais efetivas.

A ritualização reptílica, mais primitiva, começa a atingir o abstrato do sonho, do onírico.

O último passo é a emergência do neocórtex, uma espécie de coroamento da expansão da complexidade biológica – é a



fonte da lógica mais elaborada, do formal, do conhecimento discursivo, ou seja, o simbólico por excelência.

A expansão do cérebro, por meio dessa superposição de subsistemas, coincide com a capacidade cada vez maior do homem comunicar, conectar com outros homens.

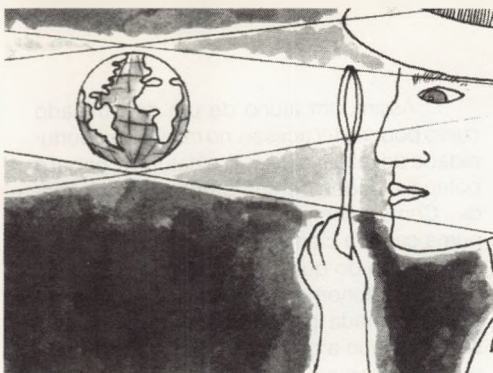
Uma coisa não pode ser esquecida: no modelo de MacLean não é sugerido que cada subcérebro posterior vence ou inibe o anterior: esse é um sistema, um notável sistema, de tal forma que suas três fases permanecem ativas, funcionais, nos homens de agora, após os milhões e milhões de anos da evolução.

O sistema cerebral tenta buscar seus objetivos de forma organizada, num intrincado processo de rotinas e sub-rotinas que empregam as três fases e permitem funções como sexualidade, memória, etc. (Para uma exposição agradável do trabalho de MacLean, ver também Sagan⁸).

Enquanto o homem, como indivíduo, adquire uma grande capacidade de agir e lidar com seu meio ambiente, o cérebro triúnico permite formas de comunicação mais poderosas (embora ainda não muito eficazes) entre os humanos: a base conectiva para a futura emergência de um mais completo sistema social. Mais uma vez lembramos que a elaboração do plano do social vem acompanhando a emergência daquilo que poderíamos genericamente chamar humanidade, definindo inclusive o que seria um homem. É a tendência a uma concretização estável do social o que parece ainda estar em jogo. A partir do modelo de MacLean, surgem muitas idéias, igualmente interessantes e férteis.

McLaughlin⁹ lembra um possível paralelo entre essas estruturas cerebrais e a estrutura do psíquico como vista por Freud: Id, Ego e Superego, formando também um sistema triúnico, com o Id como fonte de autonomia da psique (o centro de uma energia psíquica) e representando o pólo psicobiológico; o Ego como o pólo psicológico por excelência e o Superego como pólo psicossocial – uma mesma tendência “para o exterior”, a transição do indivíduo ao social.

É ainda o mesmo autor que cita a possibilidade da emergência de um quarto subcérebro – aquele que contém conhecimento extra-somatizado. A complexidade do ser humano, em um crescimento por vezes assustador, abandona sua sede biológica e



vence espaço e tempo, objetivando e tornando concreto o conhecimento, que agora pode passar, sob a forma de herança, para as futuras gerações. Não somente genética ou salva sob transmissão oral, mas grafada, concretizada, em livros, bibliotecas, etc.

Visões bem próximas, sobre esse tema, podem ser encontradas em Sagan¹⁰ e Popper¹¹.

O conhecimento extra-somatizado parece ser o grande referencial conectando seres humanos no espaço e no tempo.

E agora, nos nossos dias, já percebemos a possibilidade de algo como um quinto subcérebro: o ser humano, em seu movimento cada vez mais externalizado, tenta abandonar o planeta; ao mesmo tempo, trabalha cada vez mais seriamente na busca da inteligência extraterrestre. O mesmo movimento para o exterior, talvez na busca de um mapeamento da vida na organização do Universo.

Nessa última etapa, basicamente a partir do quarto subcérebro, a ênfase da complexidade se fez em um tipo de conhecimento: aquele de natureza lógica e discursiva, básico no processo de **comunicação** (principalmente da ciência). Notar que os processos de criação, comuns tanto à ciência quanto à arte, parecem ainda parcialmente restritos à individualidade e à subjetividade.

A criação científica, imersa nem que seja parcialmente no domínio do tácito¹², parece ter um limite real quanto à possibilidade de sua comunicação. Ou seja, como diz Pollany, "os cientistas sabem sempre mais do que conseguem comunicar".

Sob esse ponto de vista, mais completos são os artistas, com seus mergulhos semi-óticos, bem mais amplos e poderosos, na subjetividade.

Mas a ciência tenta ser objetiva, na busca de uma realidade.

Os discursos extra-somatizados sob forma lógica não contêm as facetas límbicas e reptílicas dos homens que os construíram, pelo menos o suficiente para conter suas humanidades.

O nível de conhecimento ligado à tradição e à mundividência, envolvendo domínios mais livres, culturais e antropológicos, permeados pelo conhecimento mítico, mais próximos da ação do reptílico e do límbico, esse nível de conhecimento é que parece distanciar-se daquele típico das ciências naturais ("exatas", como citado no texto de Vene-

za), ao longo da intensa revolução em andamento.

É como se, olhado o problema somente do ponto de vista da excessiva quantidade de informação a ser elaborada pelo cientista, este perdesse mais e mais a consciência do momento histórico.

Além disso, é o cenário do reptílico e do límbico, além do neocórtex, que age nesse processo.

Demarcando nichos ecológicos, lutando por suas várias formas de sobrevivência, os seres humanos, e entre eles os cientistas e demais intelectuais, perdem na maioria das vezes a noção da totalidade, da integralidade do conhecimento e do homem.

Sabemos qual é a grande dificuldade das ciências humanas: lidam com os objetos de máxima complexidade.

Na busca de reconhecimento, aceitação e até mesmo poder, é comum ver na comunidade científica mitos como o da quantidade ou da qualidade¹³, ou a antiga polaridade entre racionalismo e empirismo, mais separando os cientistas do que complementando o sistema científico.

Assim, muitos ligados às "ciências exatas" (afinal, não tão exatas assim) criticam ou ignoram os ligados às ciências humanas e vice-versa; estes últimos criticam os primeiros "como aqueles camaradas que só sabem fazer contas".

Se "as ciências humanas não são suficientemente científicas", como por vezes ouvimos dizer, é porque lidam com objetos de máxima complexidade: homens.

Via um cérebro triúnico, não é possível ao homem quando cientista separar atividades "puramente racionais" daquelas "puramente emocionais". Na verdade, essas atividades são mescladas e o que está em ação é a instabilidade do sistema cerebral.

Talvez essa é que seja a fonte, no dizer do texto da Declaração de Veneza, "de uma ameaça à sobrevivência da espécie".

O futuro da espécie humana

É sugerido pela Teoria Geral de Sistemas que a conectividade permite crescimento de complexidade, de integralidade e a emergência de **funções**^{14, 15}.

Na medida em que aumenta a conectividade entre seres humanos, via conhecimento extra-somatizado (vide o atual surto da informática), surgem maiores possibilidades de um aumento de integralidade, concretizado na emergência de subsistemas funcionais: aqui, funções representam propriedades e processos que só são possíveis em coletividade, não nos elementos que a constituem.

Surge assim a possibilidade da emergência de funções superiores da espécie, funções de caráter nitidamente social. Essa fase do processo evolutivo é que nos parece,

no atual momento histórico, difícil de concretizar-se.

É nossa crença pessoal que uma função superior da espécie humana, potencialmente geradora, em algum futuro, de um sistema eminentemente social, será possível via a elaboração e vivenciação do plano emocional e afetivo do ser humano – na verdade, a estabilização do sistema cerebral triúnico e a exploração de potencialidades límbicas.

A afetividade seria o caminho final para a conectividade entre os humanos, de forma que, atualmente, a principal função do neocórtex seria, através do conhecimento discursivo e por vezes científico, criar as condições para que tal afetividade possa, efetivamente, vir à tona.

Ou seja, não somente adequação, ação e domínio sobre o meio ambiente, mas adequação, estabilização e vivenciação do sentir, além do pensar.

A conquista do neocórtex não é um fim último, como a eleição de uma forma "máxima" ou "eficiente" de conhecimento – conquistas realizadas pela razão devem ser vistas como propiciadoras, auxiliares, da conquista da estabilidade e integralidade do homem. E, assim, talvez, seja permitida a emergência plena de características humanas ainda mal delineadas e consequentemente mal valorizadas.

A crise existe. Ao que tudo indica, sistemas abertos evoluem e crescem sua complexidade exatamente por meio de crises, intercaladas com fases de metaestabilidade (comparem, por exemplo, as visões de Prigogine¹⁵, Piaget¹⁶, Khun¹⁷, Mende⁶, etc.).

O problema é que um sistema pode muitas vezes sucumbir em meio à crise: necessariamente ele não precisa sobreviver. O perigo de extinção é real, já tendo ocorrido para outros sistemas conhecidos, pertinentes aos vários planos da realidade.

Assim, estrelas colapsam irreversivelmente, espécies vivas desaparecem, personalidades fragmentam-se definitivamente, teorias científicas e paradigmas são rompidos e superados, ou seja, colapsos relacionais ocorrem no mundo sistêmico¹⁸ de forma irreversível.

A possibilidade da espécie humana não sobreviver à crise é real. Mas não somos apenas seres reptílicos, agressivos, demarcando territórios, disputando nichos ecológicos, ostentando nosso poder e domínio. Nós já conseguimos perceber outras coisas... E há então a possibilidade, também real, da crise ser superada, por meio do desenvolvimento de funções superiores, via reestruturação e reorganização, via crescimento. Mesmo doloroso.

A orientação proposta pelo Colóquio de Veneza

Temos ouvido, por vezes, entre os profissionais, notadamente da área biológica, uma consideração angustiante e amarga: o ser humano pode ser, afinal, uma espécie de experimento genético que não deu certo, um sistema vivo simplesmente inviável.

Por vezes essa imagem é mais forte: a vida na superfície do planeta vista como uma espécie de bolor na casca de uma laranja, ou o crescimento do neocórtex como o de uma espécie de tumor maligno.

Mas sabemos também que podemos estar imersos em uma espécie de singularidade, imersos em uma circunstância tal que não consigamos avaliar exatamente, "de fora", o comportamento do sistema.

Os participantes do Colóquio de Veneza propõem algumas idéias visando minorar a crise: via educação, o que parece realmente ser um bom caminho. Falam, assim, em estudos transdisciplinares, em métodos em educação que levem à fusão da visão da ciência com as mundividências, etc.

Anteriormente, citamos o termo "crescimento" como sendo o caminho na busca da estabilidade e da superação da crise.

De uma maneira agora mais ampla, usaremos o termo **desenvolvimento**, seja individual ou coletivo.

Em nossa visão, desenvolvimento é um parâmetro sistêmico que deve ser encarado como **capacidade de sobrevivência**.

A espécie humana poderá sobreviver, na medida em que aprender o caminho dos vários níveis sistematicamente harmoniosos de desenvolvimento.

Ainda seguindo a orientação sistêmica, temos que um sistema social¹⁹ é formado por quatro subsistemas: o biológico, o econômico, o político e o cultural. E como em todo o sistema, sua sobrevivência ou concretização depende de todos os seus subsistemas.

Uma espécie que espera desenvolver-se sobrevivendo à crise sistêmica descrita anteriormente, precisa aprender a lidar não só com soluções culturais, mas também com aquelas de natureza biológica, econômica e política.

Colocado dessa maneira, o problema torna-se mais complexo ainda. Parece-nos que iniciar o processo via o subsistema cultural seria um bom passo: conhecimento é autonomia sistêmica, ao lado da liberdade (via política) e da sobrevivência do corpo (via biologia e economia).

Ou seja, a idéia seria que aqueles que tivessem garantidos, mesmo precariamente, meios para sobreviver em corpo, desenvolvessem as idéias que pudessem permitir a emergência daqueles que nem isso conseguem.

Em termos, os que podem pensar alguma coisa, que o façam, para disparar o processo de desenvolvimento integral.

Surge aqui o papel fundamental das universidades.

Devemos estar preparados para perceber todos os processos que possam vir a aviltar a universidade, que é o nicho ecológico onde o conhecimento humano pode tentar atingir o nível de desenvolvimento sistêmico necessário à sobrevivência da espécie.

Isto é fundamental para o mundo como um todo, e mais ainda para um país como o nosso. Partindo do pressuposto de que um país do Terceiro Mundo é um dos maiores interessados nas várias formas de sobrevivência (o que nos parece salutar), necessitamos lutar para garantir os nossos nichos ecológicos, na geração de autonomia mental de nosso povo – a não-permanência da universidade é, para nós, destruição de autonomia e comprometimento da sobrevivência geocultural.

É no meio ambiente das universidades que o transdisciplinar por excelência pode estabelecer-se. No mundo ocidental, vivemos uma etapa onde a especialização domina; não temos mais os chamados cientistas universais, como um resultado da grande quantidade de informação que percorre o sistema cultural científico de hoje e suas normas de comportamento.

Mas nos últimos anos, a tendência ao inter e transdisciplinar parece estar mais intensa, talvez já como uma reação, não conscientemente planejada, do sistema cultural, visando a busca de estabilidade. Assim, de alguma forma, a espécie, através de seus elementos mais próximos do cenário do conhecimento, atinge parâmetros críticos que podem disparar os processos de crescimento e estabilização da complexidade.

E então o Colóquio de Veneza fala em pesquisas transdisciplinares, tecendo, a partir de uma teia ampla dos vários níveis de conhecimento, um real Conhecimento; ou fala ainda em pesquisas em educação que gerem técnicas que respeitem e aproveitem as grandes tradições culturais.

Segundo os modelos mais simples, cibernéticos, de sistemas organizados, sabemos que uma forma importante de autonomia é a capacidade de adaptação do sistema às circunstâncias novas ou de crise. Assim, se especialização é autonomia em conhecimento, o desenvolvimento das potencialidades globais do ser humano é autonomia mental potencial, aquela parte sistêmica ainda não organizada, com um fim específico, mas que pode garantir a rapidez necessária para que se possa lidar com situações críticas.

Em nossa opinião, é necessário buscar, em educação, as situações que permitam enriquecimento cultural e integração entre cursos, assim como aquelas que envolvam discussões em teoria do conhecimento e lógica (o ideal seria em todo o corpo da Filosofia), para qualquer formação visada por um curso específico.

Assim, um aluno de um determinado curso poderia ter acesso, no mínimo, à oportunidade de refletir e discutir a natureza, papel e potencialidades de sua própria especialidade. Como exemplo, se alguém é formado numa carreira científica, que ao menos tenha uma noção do que é ciência.

A autonomia do ser humano é basicamente formada por suas potencialidades e sabemos que a boa educação é aquela que permite o homem, que o libera no espaço de suas potencialidades.

As soluções que envolvem o transdisciplinar e o intercâmbio entre ciência como imagem de mundo e mundividência como visão de mundo são pertinentes ao subsistema cultural em um sistema social. E, segundo o conceito de desenvolvimento integral, é necessário lembrar que esse subsistema depende de outros, ou seja, o biológico, o econômico e o político.

Apesar de a ênfase ter sido dada ao desenvolvimento cultural, via ciência e educação, um ponto ligado ao desenvolvimento biológico deve ser citado, por estar diretamente relacionado com a problemática levantada pelo Colóquio de Veneza.

Trata-se da marginalização dos profissionais das áreas ditas humanas, em uma sociedade atualmente voltada para a tecnologia, muitas vezes de forma imediatista.

Isso torna-se mais significativo quando consideramos que, se desejamos os nichos ecológicos onde ciência e transdisciplinaridade sejam desenvolvidos, e a cultura de maneira geral, tais meios ambientes devem poder garantir um mínimo de sanidade, e, no caso, sanidade mental.

Como garantir, por exemplo, um nível estabilizado do emocional e do afetivo em grupos de pesquisa que creem poder agir somente no plano do racional?

Como evitar, ainda, as convenientes (para alguns) "doenças de instituição", processos que envolvem grupos, estrutura de poder, o comportamento de líderes agônicos, que limitam o sucesso das pessoas envolvidas e de suas contribuições à sociedade como um todo? (Ver, por exemplo, Escobar²⁰).

Esses são problemas difíceis, do domínio da metaciência, mas que pertencem à área de ação de assistentes sociais, psicólogos e psicanalistas, ainda por demais olhados com certo desprezo, porque profissionais em áreas de "status" não tão bem estabelecido na escala de valores vigente.

Não é nada comum, afinal, encontrar um psicólogo atuando junto ao pessoal de uma instituição de pesquisa pura...

Marginalizar ciências humanas é impedir saúde mental, e o sucesso de um intercâmbio cultural que não se espera de máquinas, mas sim de pessoas.

Da mesma maneira, é necessário abrir espaço para a interação entre artistas e cientistas, um processo que ampara e desenvolve criatividade, gerador de idéias e visões novas,

mas que também é bloqueado por preconceitos e cegueiras estabelecidos por nossa visão de mundo, ainda dividida em horizontes por demais estanques.

Considerações finais

As tentativas de solução para a crise que compromete a sobrevivência da espécie humana, soluções essas delineadas no Colóquio de Veneza, foram propostas por intelectuais, apoiando-se nos sistemas culturais como caminho para os primeiros passos – conhecimento transdisciplinar e educação.

As universidades parecem ser o meio ambiente mais adequado para essas tentativas, o que coloca a questão de elas defenderem diretamente do seu próprio nicho ecológico, ocupado em seu país. Ou seja, garantir uma mentalidade que permita Universidades, como produtoras de conhecimento, ensino e pesquisa, já é uma boa parte da questão. No caso específico de nosso país, tais aspectos tornam-se gritantes.

Os intercâmbios entre áreas diversas devem ser estimulados, assim como a criação de grupos de pesquisa envolvendo profissionais de formação diversificada; mas deve ser lembrado que, tendo em vista os processos conservadores e estabilizadores que envolvem, além da área cultural, as áreas política e econômica, a iniciativa em tais programas talvez só venha a ser dada por elementos (isolados ou de grupos e instituições) que já

tenham adquirido de alguma forma essa mentalidade.

Ou seja, não podemos contar com um sistema que ainda não existe – temos é que permiti-lo.

Necessitamos ainda não somente reconhecer a existência de profissionais de um pólo cultural aparentemente antagônico (como na dicotomia entre ciências humanas e ciências da natureza, levantada no Colóquio); é necessário unir os pólos, integrá-los, de forma que, por exemplo, a psicologia possa auxiliar na formação e estabilização de grupos de pesquisa e instituições, e, por sua vez, matemáticos e/ou físicos e/ou biólogos possam auxiliar no desenvolvimento da psicologia.

Quanto aos níveis dos problemas que envolvem o desenvolvimento integral, temos aí as questões mais difíceis e cruciais.

Graças a esses níveis de problemas e a uma questão extremamente vaga, muito mergulhada na Axiologia e na Ética, algo que talvez pudesse ser enunciado como “qualidade humana”, é que nossa espécie conseguiu chegar, com uma persistência imbatível ao longo da história, à beira de um conflito nuclear insano e suicida.

E não podemos simplesmente culpar o complexo reptílico por esse tipo de comportamento: a partir do momento que tomamos consciência do processo, boa parte da responsabilidade passa a ser nossa, e não da “natureza”.

Pode ter sido o complexo reptílico e um complexo límbico mal desenvolvido e equilibrado que usaram, no passado, garras e dentes para eliminar um semelhante, na luta por um nicho ecológico; pode ser que hoje em dia queiram usar uma bomba de nêutrons.

Podem até sentir orgulho nisso.

Mas a questão é que o homem, quer queira ou não, é algo mais. Não podemos negar que a humanidade por vezes produz seres humanos que lembram o que possa ser, realmente, humano. Ou pelo menos, o que possa vir a ser.

Parece assim que as tentativas de lidar com a crise da sobrevivência da espécie ficaram restritas àqueles que, por percebê-la e tentar entendê-la, deverão lutar para criar condições quase inexistentes, buscando o quase inquietantemente proibido, visando sempre uma superação.

Aliás, esse parece ser o caminho de toda a evolução.

Agradecimentos: Gostaríamos de agradecer aos alunos do Curso de Astronomia da UFRJ, especialmente Renato Dupke e Davi Reis Jr., assim como a José Wagner Garcia (USP-ECA) e Carlos Eloy (Instituto de Biofísica da UFRJ), pelas agradáveis e estimulantes discussões acerca da ciência e dos temas deste trabalho.

Jorge de Albuquerque Vieira é professor do curso de Astronomia da UFRJ, em Evolução Estelar e Metodologia Científica. Tem realizado pesquisas em análise de sinais astronômicos via Teoria da Informação e Semiótica. Trabalha atualmente no Observatório do Valongo – UFRJ; e suas áreas de interesse são Astrofísica e Cosmologia, Epistemologia e Metodologia, além de Teoria Geral de Sistemas.

Referências bibliográficas

1. Declaration de Venise. Venise, 7 mars 1986 – Distribuída pela Unesco, referência CL/3010, de 09/06/86.
2. Bunge, M. *Treatise on Basic Philosophy*. Vol. 4. D. Reidel Publ. Co., 1979.
3. Bertalanffy, L. V. *General System Theory*. Braziller, 1968.
4. Morin, E. *O enigma do homem*. Zahar Ed., 1975.
5. Morin, E. *O Método*. Publ. Europa-América, Ltda., 1977.
6. Mende, W. "Structure-building phenomena in systems with power products forces". In: *Chaos and order in Nature*. Ed. by Haken, H., Springer-Verlag, 1981.
7. MacLean, P. D. A. *Triune Concept of the brain and behaviour*. University of Toronto Press, 1973.
8. Sagan, C. *The Dragons of Eden*. Ramdon House Ed., N.Y., 1977.
9. McLaughlin, W. I. *Human Evolution in the Age of the Intelligent Machine*. Leonardo. Vol. 17, nº 4, p. 277-287, 1984.
10. Sagan, C. *Cosmos*. Francisco Alves, 1981.

11. Popper, K. R. *Conhecimento Objetivo*. Ed. Itatiaia Ltda., 1975.
12. Polanyi, M. *Personal Knowledge*. N. Y., Harper & Row, 1962.
13. Kaplan, A. A. *Conduta na Pesquisa*. Ed. Herder, 1972.
14. Denbigh, K. G. "A non-conserved function for organized systems". In *Entropy and Information in Science and Philosophy*. Ed. by Kubat, L. and Zeman, J., Elsevier Scient. Publ. Co., 1975, p. 83.
15. Prigogine, I. "Order through fluctuations". In: *Evolution and Consciousness: human systems in transition*. Ed. by Jantisch, E., and Waddington, P. H., Addison-Wesley Publ. Co. p. 93. 1977.
16. Piaget, J. *Psicologia da Inteligência*. Zahar Ed., 1977.
17. Kuhn, T. S. A *Estrutura das Revoluções Científicas*. Perspectiva, 1978.
18. Uyemov, A. I. "Problem of Direction of Time and the Laws of Systems' Development".
19. Bunge, M. *Ciência e Desenvolvimento*. Ed. Itatiaia Ltda., 1980.
20. Escobar, C. H. "As Instituições e os Discursos". In: *Tempo Brasileiro* n. 35, Outubro-Dezembro 1973.

Resumen

Futuro

CONOCIMIENTO Y SOBREVIVENCIA

En marzo de 1986, en Venecia, un coloquio internacional organizado por la Unesco reunió personalidades científicas y observadores – representando las más variadas disciplinas – con el objetivo de discutir el papel del conocimiento en la evolución y la sobrevivencia de la especie humana. Los participantes del Coloquio de Venecia manifestaron su preocupación hacia un inquietante desvío que enfrentan las ciencias naturales y las ciencias humanas, configurando un contexto de crisis. Al enfatizar la responsabilidad social de los científicos, el Coloquio de Venecia reconoce la urgente necesidad de motivar investigaciones transdisciplinares, que permitan un intercambio entre las ciencias "exactas" y las "humanas"; además, propone nuevos métodos de educación que armonicen el avance de las ciencias con las grandes tradiciones culturales.

Abstract

Futur

KNOWLEDGE AND SURVIVAL

In March 1986, UNESCO held an international colloquy in Venice. It brought together renowned scientists and observers, representing a wide variety of disciplines, to discuss the role of knowledge in the evolution and survival of the human species. The participants at the Venice colloquy expressed their concern at a disquieting deviation that has divided off natural sciences and humanities into opposing camps, revealing a context of crisis. Insisting on scientists' social responsibility, the Colloquy recognizes the urgent need for truly transdisciplinary research that will foster dynamic exchange between "exact" and "human" sciences, and proposes new methods of education that will reconcile the progress of science and the great cultural traditions.

Esta seção aceita resumos críticos, assinados, de livros, periódicos, artigos, teses, conferências, e de textos em língua estrangeira que o leitor considere relevante sugerir para edição em português. Pretende-se com isso uma seletiva atualização bibliográfica e uma permanente contribuição para manter aceso o debate cultural a partir da análise de um dos seus testemunhos mais expressivos – o texto publicado.

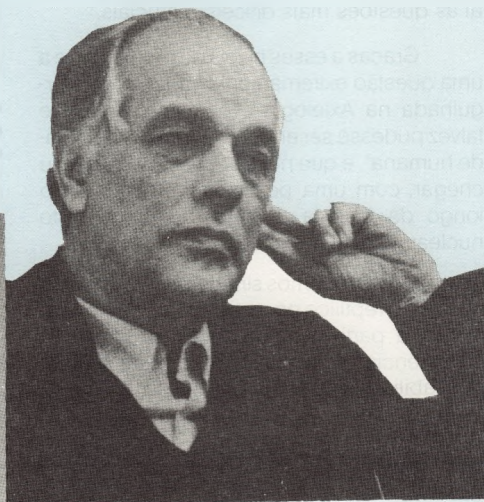
Humanidades

Crítica

Cinema – Bibliografia

SALEM, Helena. **Nélson Pereira dos Santos, o sonho possível do cinema brasileiro**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1987, 371 p.

Leia o livro e veja os filmes



são muito alterados durante as filmagens, ou então, feito o filme, interessa é partir para outro. É mais de fazer filmes do que de falar, ou escrever, sobre eles. "Só quando estou filmando me realizo plenamente", ele confessa a Helena Salem.

Neste seu terceiro trabalho em livro (os anteriores foram sobre a questão palestina e a igreja progressista), a jornalista mergulha com paixão e objetividade na vida e obra do autor de *Azyllo* muito Louco. Como combinar participação sensível com isenção jornalística? É difícil, mas Helena consegue. "O mergulho foi profundo", ela diz, no prólogo, continuando: "e, às vezes árduo. Porque é mesmo muito difícil, ainda que gratificante, trabalhar sobre um objeto que também é um sujeito a quem se estima muito". Essa assumida estima e o fato de que o retratado está vivo poderiam aconselhar que o livro não fosse feito, por inexistir um adequado "distanciamento" objetivador. No Brasil tal enfoque não se aplica. Nossa memória tem sido sempre muito encurtada. Urge impedi-lo.

No caso presente, o resultado da "petulância" de Helena Salem é um livro gostoso de ler e, ao mesmo tempo, informativo, denso na abordagem, em técnica jornalística, dos dilemas, agruras e realizações de um intelectual do Terceiro Mundo. Situações que ganham magnitude e agudeza quando o intelectual escolhe como campo de atuação o cinema, essa arte-indústria tão própria das economias desenvolvidas, essa arte de elaboração necessariamente coletiva, na qual se enfrenta a concorrência direta (e desleal) do oligopólio internacional, a censura do governo e o despreparo da crítica

tupiniquim, geralmente cevada nas benesses da quele oligopólio.

Helena Salem percorre com desenvoltura todos os escaninhos possíveis de seu argumento litero-cinematográfico. Calçada em vasta pesquisa documental e numa longa (quase dois anos de trabalho) série de conversas informais com o biografado, ela amplia o universo do livro entrevistando 82 pessoas, entre parentes, amigos, discípulos, colaboradores, diretores de cinema, críticos e companheiros de militância dos tempos de Partido Comunista Brasileiro.

A ordem, naturalmente, é cronológica. E, desde que NPS ingressa na realização cinematográfica, a ossatura é fornecida pela sequência dos filmes realizados. Para cada um deles há uma descrição do ambiente político, cultural e afetivo em que foi concebido e realizado. Há os fatos pitorescos que cercam cada filme, há uma descrição do argumento do filme, do seu impacto, além de uma ágil discussão do seu significado no contexto da cultura popular brasileira – em particular a cinematográfica.

A paixão e o zelo para com a "imagem" do biografado não prejudicam a abordagem honesta dos momentos menos felizes do realizador – afinal, quem não os tem? – em filmes como *Boca de Ouro*, *Mandacaru Vermelho* e, principalmente, *El Justicero*, filme renegado por Nélson, que intimamente felicitou-se com sua apreensão pela Censura, em 1968, nunca se empenhou em liberá-lo e nem sabia dizer onde encontrar uma cópia.

"Nélson Pereira dos Santos, o sonho possível do cinema brasileiro" é um livro para o público, e não apenas para cinéfilos e cineastas. Estes, entretanto, vão se deliciar com as descrições, que povoam todo o livro, de como Nélson trabalha, como deixa amadurecer seus melhores projetos na cabeça, antes de passá-los para o papel, aguardando até 20 anos, como em *Memórias do Cárcere*; como dirige seus atores, segundo os próprios.

Mas o trabalho de Helena Salem é sobretudo indispensável para quem queira compreender o processo da cultura popular (ou popularesca, como preferiria Mário de Andrade) brasileira, nestes últimos 30 anos, pois extrapola de muito a simples biografia e alcança a dimensão do biografado. Acompanha a trajetória que vai da alienação da experiência de uma Vera Cruz colonizada e do sectarismo stalinista da esquerda do início dos anos 50, à gradual descoberta do Brasil real, mestiço e racista, católico e umbandista, urbano e caipira, ao encontro maior com a visão política e humanista, em realizações como *Memórias do Cárcere* e *Jubiabá*.

Alberto R. Cavalcanti
Cineasta

Estava mesmo faltando um livro de fôlego sobre este que é, junto com Glauber Rocha, Humberto Mauro e Vladimir Carvalho, um dos maiores cineastas do Brasil. O próprio Nélson Pereira dos Santos não colaborava para suprimir a lacuna. Pródigo em realizações cinematográficas da melhor lavra, ele já nos deu, entre 15 longas-metragens, obras-primas como *Vidas Secas* e *Memórias do Cárcere* – baseados em Graciliano Ramos – *Rio 40 Graus* e *Como era Gostoso o meu Francês*. Mas, para escrever, Nélson é uma negação. Desde que o cinema lhe permitiu abandonar o jornalismo, por volta de 1965, seus escritos são raros e dificilmente versam sobre a própria obra. Nem mesmo seus melhores roteiros têm sido publicados. Ou porque

Ensaio crítico

SONTAG, Susan. **Contra a Interpretação**. Porto Alegre, São Paulo, Ed. L&PM, 1987, 350 p.

Pela hermenêutica erótica

O artigo que dá título ao livro, *Contra a interpretação*, é o primeiro de uma série de textos escritos pela Autora, entre os anos de 1961 e 1966, e publicado inicialmente na revista norte-americana *Evergreen*. O artigo começa e termina, assim como atravessa seu caminho ensaístico, por libelos contra o ato interpretativo. Logo de início, Susan Sontag coloca como exórdio uma transcrição de Oscar Wilde: "Somente as pessoas superficiais não julgam pelas aparências: O mistério do mundo está no visível, não no invisível". No meio do texto pode-se ler: "Interpretar é empobrecer, esvaziar o mundo – para erguer, para edificar um mundo fantasmagórico de 'significados'. É transformar o mundo nesse mundo. (Esse mundo! Como se houvesse algum outro)." E a Autora termina o seu curto ensaio contra a interpretação da seguinte forma: "em vez de uma hermenêutica, precisamos de uma erótica da arte".

O ponto de vista da Autora, que é também fotógrafa, crítica, ensaísta, filósofa, polemista norte-americana – muito em moda atualmente no Brasil e que não deixa também de ser uma intérprete da realidade, é pelo menos *sui generis*. Justamente no momento em que se procura soerguer a presença da filosofia e até mesmo da teologia em meio ao apogeu do mundo técnico e científico em que vivemos, surge alguém contra a hermenêutica – a ciência geral da interpretação, ou, como queria W. Dilthey, um movimento filosófico cujas bases são capazes de sustentar o movimento geral das ciências do espírito, ou de ciências não "explicativas" de um mundo positivo. Esse alguém, a autora Susan Sontag, propõe uma redução dos significados das coisas, ao invés da idéia clássica da hermenêutica, desde os tempos do deus e mensageiro Hermes e do *peri hermeneias* de Aristóteles – até a contribuição crítica de Habermas – que seria a da ampliação da significação das coisas, dos fatos, dos fenômenos, dos diálogos sociais, através de atos interpretativos, isto é, de uma ponte entre o horizonte da obra e aquele de seus leitores (o ponto de vista de Gadamer e Ricoeur). Esse ponto de vista *sui generis* assusta o leitor, interessado no tema da crítica, da estética, também comprador de livros, que acaba levando a obra de Sontag para casa, com a finalidade de conhecer de perto idéias insólitas e diferentes, muito bem resumidas na publicidade da contra-capla de *Contra a interpretação*.

Ao propor uma estética do erótico sobre o domínio das artes e pressupondo uma prevalência do sensível sobre o racional nos terrenos da arte, Sontag prefere uma interpretação (para ela, no sentido da não-interpretação) que seja sensível, intimista, amor à primeira vista, entendimento intuitivo, livre dos *a priori* teóricos e culturais. Assim ela diz: "Nenhum de nós poderá jamais recuperar a inocência anterior a toda teoria, quando a arte não precisava de justificativa, quando ninguém perguntava o que uma obra de arte dizia, porque sabia (ou pensava que sabia) o que ela realizava. A partir desse momento até o fim da consciência estamos comprometidos com a tarefa de compreender a arte". Sendo assim, Ms. Sontag, ao mesmo tempo em que advoga a não-interpretação ou um novo conceito de interpretação – que seja uma epistemologia diferente, ou, ainda melhor, uma ontologia existencial como na hermenêutica de Heidegger, ela quase cai em contradição, na medida em que prediz enfaticamente que ninguém conseguirá se livrar das teorias e das culturas que nos asfixiam. O

que Ms. Sontag deseja é uma interpretação antropológica, tal e qual faria o homem primitivo, livre dos imperativos categóricos dos códigos das sociedades mais complexas. Até que ela tem razão, mas não se postaria contra a interpretação, apenas contra algumas correntes mais radicais da hermenêutica, que acabariam complicando a ligação entre "O lá e então" de um texto e "o aqui e agora" de um leitor.

A contra-interpretação de Susan Sontag é muito mais um gesto publicitário de largo espectro. Ao se posicionar a favor dos conteúdos manifestos – ou melhor – das formas claras das obras de arte e mesmo recomendando que os artistas não se escondam mais nos abstracionismos e nos decorativismos, a Autora realiza mais um manifesto contra a ciência, o método, os princípios teóricos e epistemológicos, que invadiram a arte de interpretar. Ela diz ainda: "o estilo moderno de interpretação escava e, à medida que escava, destrói: cava debaixo do texto (e aí nos lembramos nós do *understanding* dos saxões), para encontrar um subtexto que seja verdadeiro. As mais celebradas e influentes doutrinas modernas, as de Marx e Freud, em realidade são elaborados sistemas de hermenêutica, agressivas e ímpias teorias da interpretação". Acreditamos que Sontag prefere muito mais o modelo *delleuziano*, o de um outro manifesto, aquele rizomático, em que o rizoma – tipo o pé de abóbora, fica sendo o melhor exemplo. Tudo está ao nível do rés-do-chão, nada de subsolos *dostoevskianos*, nem tampouco de templos exegéticos. A vida flui ao nível dos rios e não das quedas d'água ou das grandes depressões do fundo dos mares. E aí certamente a análise de conteúdo seria a melhor crítica e interpretação...

São afirmações inquietantes, porém coerentes, principalmente porque a hermenêutica visa recuperar o pré-entendido, a intuição, nessa simples operação de interpretar textos, obras de arte e a própria vida. No entanto, Ms. Sontag nos assusta no momento em que diz: "A interpretação, portanto, pressupõe uma discrepância entre o claro significado do texto e as exigências dos leitores (posteriores). Ela tenta solucionar essa discrepância. O que ocorre é que, por alguma razão, um texto se tornou inaceitável, entretanto não pode ser desprezado. A interpretação é uma estratégia radical para a conservação de um texto antigo, considerado demasiado precioso para ser repudiado, mediante sua recomposição."

Seria então o ato hermenêutico um gesto reacionário e conservador, uma espécie de recuperação de patrimônio feita à revelia das gerações presentes? Ou o embalsamar textos não passaria nunca pela cabeça dos *hemeneutas*?

Sérgio Dayrell Porto, Diretor do Núcleo de Estudos de Comunicação e professor de Comunicação da UnB.

Remendos na velha instituição

Duas impressões são inevitáveis, ao final da leitura de "Uma nova família?", coletânea de sete artigos organizada pelo psicanalista e professor Sérvulo A. Figueira, sobre diferentes questões que na sua ótica afetam e configuram a família brasileira das camadas médias urbanas, contemporaneamente. A primeira delas é a de que se foge sistematicamente, no livro, do risco de poder identificar, ou ao menos sugerir claramente, as verdadeiras fontes e matrizes das representações mais "modernas" dessa família. A segunda impressão é a de que os autores não conseguem perceber que falam, na verdade, de famílias das camadas médias mais intelectualizadas da Zona Sul carioca, e não do que poderia ser uma genérica família brasileira, nas faixas de renda médias. Extrapolam assim as angústias e dramas das primeiras, para a última, sem maiores interrogações sobre a propriedade de tal procedimento, ou sem a preocupação de demarcar limites, com o mínimo de rigor.

Neste sentido, o da generalização fácil, é extremamente significativo o artigo "A Invenção do Amor: amor, sexo e família nas camadas médias urbanas", de Tânia Dauster, que se propõe a explorar um tema, de grande interesse sem sombra de dúvida, qual seja as imagens e representações atuais da classe média, nesse âmbito. Para isso, ela parte de entrevistas com cinco mulheres e quatro homens, a quem pede que falem sobre "a sua vida afetiva". São todos "moradores da zona sul do Rio de Janeiro", todos têm entre 30 e 40 anos, formação superior e são, segundo suas palavras, "pessoas com significativas características artísticas e intelectuais, partilhando aproximadamente o mesmo estilo de vida". Tânia Dauster não explica o que é uma pessoa com significativas características artísticas, ao longo do artigo, onde entre outras coisas, depois de discutir a "nova família" formada pela mãe solteira "liberada" e filhos, conclui que permanece a "nostalgia do par" e que é mesmo a família elementar, envolvendo homem, mulher e prole, quem se mantém "como a representação e o padrão cultural balizador das relações sociais concretas".

Deve-se, de todo modo, louvar a honestidade da autora em revelar o seu diminuto campo de exploração, exemplo nem sempre seguido nos demais artigos. E ainda registrar o seu cuidado em não chegar a conclusões sobre a "sociedade brasileira", a partir de amostra tão pouco representativa.

É o cuidado que não tem, por exemplo, Ana Maria Nicolaci-da-Costa, em "Família e Pedagogia: Nostalgia do Tradicional ou Carência do Novo?". No artigo, ela examina o conflito vivido por algumas famílias, no momento de eleger a escola para os filhos, quando vacilam entre as ofertas das novas pedagogias e as da pedagogia tradicional. De um lado, há o fascínio pelas escolas experimentais, com a sua proposta de valorizar o indivíduo e permitir a expressão das suas singularidades e predisposições particulares. Do outro, as mais conceituadas escolas tradicionais, exercendo uma atração poderosa, já que acenam com a possibilidade de assegurar o projeto de ascensão social da família, através da preparação do aluno para uma inserção mais fácil no mercado de trabalho.

Nicolaci-da-Costa se detém na questão da valorização individual, embutida no discurso das novas pedagogias e tão salientado "no processo de psicologização pelo qual passou a nossa sociedade". Ora, que há uma difusão do discurso psicologizante entre camadas médias das áreas urbanas brasileiras, bem apoiada no tipo de "modernização" veiculado e até proposto pela mídia, não se tem muitas dúvidas. Que ele impregna as discussões sobre família e educação, no interior mesmo

Família

FIGUEIRA, Sérvulo A. (org.), Anna Maria Nicolaci-da-Costa, Fernando Moura, Maria Isabel Mendes de Almeida, Maria José Carneiro, Tânia Coelho dos Santos e Tânia Dauster. **Uma nova família? – o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. RJ, Jorge Zahar Editor, 1987, 112 p.

de famílias de camadas médias, há evidências claras. Mas falar em processo de psicologização da nossa sociedade, num país onde nem 10% das crianças entre zero e seis anos chegam à pré-escola, onde há 34,5 milhões de menores carentes e onde 70% da população vivem abaixo de uma linha de pobreza, para não dizer miséria, é, no mínimo, uma leviandade no emprego da palavra sociedade. E mais que isso, um escorrego fatal, que o discurso acadêmico não evitou e que aponta para a revelação de o que é mesmo que as elites brasileira têm na cabeça – qual a sua representação – ao nomear **sociedade brasileira**.

Detendo-nos, contudo, na primeira impressão apontada: à exceção do artigo de Tânia Coelho dos Santos – “De Dona Leticia a Carmem da Silva: as revistas femininas e a modificação do comportamento da mulher” –, os demais alimentam o pressuposto de que as camadas médias urbanas, no Brasil, geram, espontaneamente, num processo autônomo, suas próprias representações e comportamentos “modernos”, que conflitam com formas ainda arcaicas de constituição da família atual. Só muito tangencialmente toca-se (Sérvulo A. Figueira) na força da modelização proposta pelos meios de comunicação; na indução à “liberação”, à “modernização”, que integra o discurso da poderosa “mass media”, enquanto parte essencial, dispositivo vital, de articulação do espaço social contemporâneo e do projeto hegemônico do capital, que o aciona.

Só de modo extremamente marginal toca-se na relação entre o “milagre” dos anos 70, a expansão do consumo e a psicologização das discussões sobre relações familiares, facilitada, de um lado, pela inflação de terapeutas, conselheiros e analistas, de outro, pela perda de referências anteriores, no rápido processo de industrialização e urbanização vivido pelo país. E quanto à troca que se operou do ideal de libertação política, pelo de libertação psicológica, ou as relações que isto guarda com a intensa repressão política dos anos do milagre, nem uma palavra.

Assim, não pode espantar a superficialidade de artigos que tratam da “nova maternidade”, ou da rebeldia dos grafiteiros. Porque em lugar de examinar relações complexas, fotografam-se fragmentos, que são embalados como reflexões sobre a “nova família”. Esta fotografia, aliás, fica aquém de reportagens jornalísticas, que costumam fazer melhor e com mais indicações sobre o fenômeno em foco.

O livro vale como indicação de algumas preocupações que assaltam as camadas médias da população carioca. Mas não é de grande ajuda para compreendermos um pouco mais as alterações que se processam no espaço social urbano deste país; as razões do incessante estímulo para que a família assuma uma imagem liberatória, abandonando poderes que exercia sobre a criança e a sexualidade da mulher, e, ainda, o porquê de a família não ser mais tão solicitada a desempenhar um papel fundamental, na organização do espaço social, podendo por isso ser instada a voltar para o âmbito da afetividade. E justamente essas questões parecem mais relevantes para compreender as transformações no interior da família das camadas médias urbanas do que constatações do gênero conflito de jovem mulher que quer ser “moderna”, alternativa, engajando-se na mais velha das funções femininas: a maternidade.

Mariuce Moura
jornalista.

Literatura

Contos jovens/Jovens contos eróticos
(Antologias) Ed. Brasiliense, 1987, São Paulo.

Pálida Panorâmica



A literatura brasileira por certo esperava mais dessas duas antologias. Quase 2 mil autores enviaram textos para os dois concursos promovidos pela Editora Brasiliense – a que mais cresceu no país nos últimos anos, adotando um bem montado trabalho de marketing para conquistar público leitor na faixa mais jovem da população. Passada a fase das revistas literárias e dos escritores independentes vendendo livros de bar em bar, essas antologias bem poderiam dar uma mostra do que há de novo na literatura brasileira. Mas o resultado está aquém do esperado.

Os livros mostram muitas tentativas, mas é impossível acreditar que contêm a elite da literatura jovem brasileira, ou pelo menos que a representem. Enquanto alguns textos demonstram apenas tentativas de seguir escola de autores consagrados, como Jorge Luís Borges ou alguma coisa próxima a Guimarães Rosa, outros são interessantes experiências de linguagem ou de tema que, às vezes, perdem o fôlego antes do ponto final. Há ainda os textos que, apesar de leitura agradável e bem resolvidos, não chegam a propor novos caminhos – embora nem sempre se possa dizer que os textos são “bem comportados”.

Os livros são um painel que se pretende bem amplo na literatura jovem. Em termos de experiência de linguagem, o destaque é sem dúvida para “Mastela”, do carioca André da Gama, 31, que descreve através de um estranho mas coerente vocabulário um universo paralelo ao mundo real, um delirante mundo habitado por seres desconhecidos (gnomos? duendes? extraterrestres?). Infelizmente, o autor perde o fôlego a três parágrafos do ponto final, e termina o conto desculpando-se pela falta de idéias. Uma pena.

Entre os bem resolvidos, destaque para “Aquele olhar estudado de James Dean”, de Mário Bortolotto (paranaense, 25), “Zé Bosta não é mais aquele”, de Nilson Yamauti (paulista, 37), “As duas mortes de Pedro Olindino Cardoso”, de Alberto Ribeiro da Silva (carioca, 29), “Sinal de luz”, de Lourenço Cazarré (gaúcho, 34), “Gê”, de Vanderlei Oliveira de Timóteo (mineiro, 31), “As flores do parque”, de Luciano Trigo Teixeira (carioca, 23). Outros poderiam ser citados. “Por que me tornei estuprador”, de Sérgio Francisco Cruz Fantini (mineiro, 26) cresce na segunda parte, que reproduz uma carta da mãe do autor da primeira para o editor do con-

curso. E “Uma noite com a princesa”, de José Américo Azevedo (paulista, 26), pela concisão e pelo inusitado da narrativa, é um dos mais marcantes.

A antologia de contos eróticos mantém o mesmo nível, mesmos defeitos e qualidades da “Contos Jovens”, e os poucos autores que participam de ambas não apresentam em seus trabalhos grandes diferenças entre uma e outra. Mas escrever um conto erótico em que o leitor se prenda mais pela originalidade da narrativa do que pelo erotismo em si é certamente mais difícil. A descrição de cheiros, toques, gestos, é um perigoso caminho para o lugar comum.

O destaque entre os eróticos seria para “Intimidade”, de Lúcia Casimiro (carioca, 23), “Espadas Nuas”, de Caio Junqueira Maciel (paulista, 26), “Balada cruel de Big Gordon”, de Mário Bortolotto (paranaense, 25), “Sem título”, de Andréa Cristina Bianchi Alves (24). Também chama a atenção o texto “24 horas de Le Mans”, de Antônio Barreto (mineiro, 33), a meio caminho entre o conto e o poema, que mostra um casal perdido entre fantasias sexuais e o dia-a-dia das contas a pagar e dos serviços de casa.

O autor do prefácio das antologias, Príncipe-lho Mon Petit, alterego do editor Caio Graco Prado, lembra que na seleção foram obedecidos alguns critérios mínimos quanto à forma, à autonomia de estilo, inteligência e talento. Quem leu os dois livros, e obviamente não leu os contos que ficaram de fora, certamente há de questionar se o resultado foi mesmo representativo, e concordará que os autores publicados não têm a obrigação de tornarem-se os melhores escritores brasileiros do século. Ainda há muita luta pela frente.

A antologia valeu, principalmente – como é dito no prefácio – pelo seu caráter agitado. Quem participou e ficou de fora certamente está a fim de dar o troco e mostrar que existe e também tem originalidade, inteligência e talento. Nunca os escritores foram tão necessários, e a literatura brasileira precisa ser renovada, sempre. O país precisa de artistas – essa gente irreverente que não se compromete, não conchava, e que levanta questões, critica, mostra que o rei está nu.

Por isso, depois desta primeira iniciativa, a Editora Brasiliense fica com o compromisso moral de abrir de novo o concurso este ano, para que os que ficaram de fora tenham nova chance e os que entraram mostrem que sua escolha não foi coincidência. Quem sabe na próxima os jovens escritores, hoje mais travestidos de letristas de bandas de rock, partam para a luta?

Alexandre Marino é escritor e jornalista.
Atualmente é repórter do “Jornal do Brasil”, em Brasília

Os ensaios de Antônio Cândido

Antônio Cândido reuniu diversos estudos sob o título **A Educação pela Noite & Outros Ensaios** (S. Paulo, Ática, 1987), em que a sensibilidade criadora do ensaísta e a agudeza do crítico mais uma vez se combinam para oferecer-nos um conjunto de reflexões e juízos acerca da literatura e de suas consequências sociais e psicológicas.

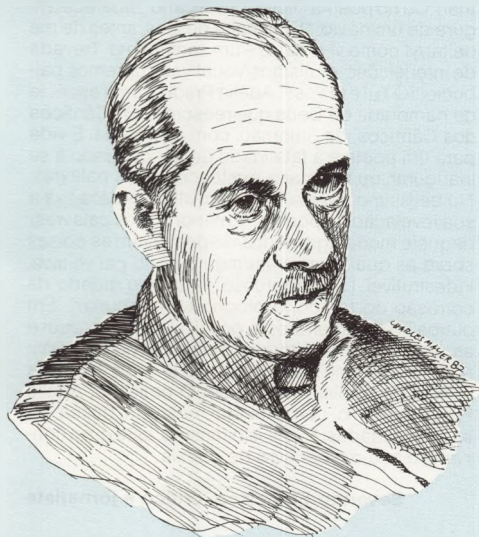
Apenas aparentemente se nota a desconexão dos trabalhos, que versam sobre o teatro e a narrativa em prosa de Álvares de Azevedo, os primeiros poetas brasileiros de influência baudelairiana, a natureza confessional e documentária da obra de Lima Barreto, à luz de seus diários, e os

componentes de poesia e de ficção nos textos autobiográficos de Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade e Murilo Mendes, na primeira parte.

Na segunda parte, a ênfase recai sobre Giraldo Cinzio, considerado o primeiro teórico da narrativa, sobre o frances Fancan e o nascimento do gênero romanesco, sobre Silvio Romero, crítico e historiador, e Sérgio Milliet e sua atividade crítica.

Na parte final, Antônio Cândido apresenta estudos de macrovisão de nossa literatura, sublinhando o contexto latino-americano, as relações da literatura com o subdesenvolvimento e as tendências contemporâneas de nossa produção literária pós-1930, especialmente da nova narrativa.

A coleção é permeada por vários atributos que lhe dão unidade e interesse. O primeiro vem a ser a "dicção" do escritor, cuja prosa possui traços inconfundíveis. Neste caso, a parte ensaística se colore de um envolvimento pessoal e de sutilezas que evocam dois nomes – Montaigne e Sérgio Milliet – lembrados no texto "O ato crítico". Ao mesmo tempo, o crítico transparece em pequenos comentários, certeiros, judicativos, luminosos, que lembram aquele "jovem crítico bastante parcial, apaixonado e meio dogmático" referido no mesmo texto.



Agregam-se à dicção as marcas do estilo, seguro, sereno e objetivo tantas vezes, sem descurar de manifestações coloquiais, que trazem graça e sabor à exposição.

Pode-se até arrolar as cláusulas de personificação dos comentários avaliativos, como "ao que eu saiba" (p. 74), "a meu ver" (p. 79), "não estou esquecendo" (p. 80), "estou certo" (p. 149), "como procurei mostrar" (p. 179), "na minha geração" (p. 73) e até mesmo de situações dubitativas ou de imprecisão, como "consta" (p. 72) e "se não me engano" (p. 199).

É possível igualmente compendiar os termos estratégicos do escritor, como o uso fluente da palavra "inclusive", semanticamente liberta da obrigação de "incluir", e o emprego oportuno de "reversível" e "irreversível", assim como de "decisivo", que vêm em auxílio da grande capacidade persuasória do crítico, cuja visão participante do fenômeno literário reclama "momentos decisivos", do mesmo modo que a exploração dialética da reversibilidade e da irreversibilidade das coisas se presta a colocá-las na perspectiva histórica.

Outro fator da unidade de *Educação pela Noite* vem a ser a erudição de Antônio Cândido e sua extrema habilidade em mobilizar cabedais para tornar o texto mais elucidativo e fecundo.

Juntam-se aí a vivência de leitor obstinado e o senso de organização do saber, de tal sorte que vários níveis de significância entrecruzam a obra, tornando o texto denso, proveitoso e agradável ao mesmo tempo.

O artista em Antônio Cândido é perito tanto em sínteses, quanto em aberturas analíticas, assim como em juízos de valor, numa polifonia de argumentos que fazem o texto vibrar de sugestões. Antônio Cândido, assim, gera constantemente uma espécie de polissemia crítica, na medida em que, no curso da exposição, descortina caminhos para o leitor, convidando-o a ver mais fundo e mais longe, e a frequentar novas fronteiras da cultura.

Os dois ensaios sobre a ficção, "O patriarca" e "Timidez do romance", por exemplo, falam com segurança sobre as origens do romance como gênero literário e abrem novas perspectivas ao assunto, já que, a cada comentário, o texto de Antônio Cândido está a germinar outros ensaios. Podemos surpreender mesmo uma constelação de ensaios implícitos ao longo do livro, tamanha a polivalência do autor ao analisar e criticar obras literárias.

A lei de significação geral que percorre *Educação pela Noite* ilustra a co-participação de várias literaturas e de incontáveis obras na elaboração do ensaio de Antônio Cândido. O próprio título evoca a "educação pela pedra" de João Cabral de Melo Neto, segundo depõe o autor.

Assim, a razão do crítico, na linha da persuasão, progride a poder de um repertório vastíssimo de que o leitor desfrutará de acordo com a maior ou menor informação ou argúcia diante das noções, idéias e opiniões distribuídas ao longo dos ensaios.

O estudo sobre Giambattista Giraldo Cinzio é exemplar, o primeiro, no sentir do crítico, a formular uma teoria do romance.

Salvatore Battaglia, em *Mitografia del Personaggio* (Milano, Rizzoli, 1970), sustenta semelhante pensamento. Considera Orlando Furioso um novo gênero literário, o romance cavaleiresco e, como Antônio Cândido, dá primazia a Cinzio e Giambattista Nicolucci, cognominado o Pigna, como pioneiros na percepção do nascimento do novo gênero. Battaglia reivindica igualmente para a Itália o berço da palavra "novela".

No campo das primazias, como é sabido, o fator nacional é preponderante. Ian Watt, por exemplo, em *The Rise of the Novel* (Berkeley, University of California Press, 1965) enfatiza a contribuição britânica. E apresenta preciosa digressão filosófica sobre o estudo do Realismo.

Antônio Cândido vasculha a bibliografia sobre o assunto e presta notável tributo ao esquecido Cinzio, com uma autoridade de scholar.

Quem auscultar a sua simpática visão de Silvio Romero e, especialmente, de Sérgio Milliet, haverá de deter-se em novas reflexões sobre a arte de criticar.

Argumentos preciosos acumulam-se acerca de nossa história literária, como a apologia do saber metropolitano do período colonial, baseado em norma culta; como sustentar que entre nós a alfabetização não leva necessariamente à leitura e revelar tolerância com o analfabetismo, que se inspira nas fontes orais, não escritas, da cultura, em confronto com o folclore eletrônico da cultura massificada, que gera o "folclore urbano" dependente; como o ceticismo quanto às reformas de ensino sem revolução social; como ressaltar a grandiloquência como resíduo de nossa formação barroca; como as considerações sobre Borges e Machado de Assis, pioneiros do universalismo da América Latina, embora Machado se tivesse prejudicado, pois "perdeu-se na areia de uma língua desconhecida, num país então completamente sem importância" (ob. cit., p. 153).

Há páginas seminais como a dedicada à função do intelectual em nossa cultura, no ensaio "A Revolução de 1930 e a Cultura", ou a que versa sobre o estilo indireto livre e a narrativa em primeira pessoa em "A nova narrativa".

Muitas fronteiras, portanto, são abertas para o leitor que, afinal, acaba convivendo com estudos exemplares e interpretações verdadeiramente novas do fenômeno literário, quer tomando-o na sua natureza intrínseca, quer na sua axiologia, quer ainda na sua projeção histórica e cultural sobre o ambiente brasileiro.

Fábio Lucas
Crítico e ensaísta.

Literatura Latino-Americana

Quatro livros latinos

Quatro livros publicados recentemente no Brasil trazem o eco latino-americano do eterno debate sobre a questão da participação política do escritor.

As obras agora editadas revelam o modo de pensar de nomes famosos da literatura hispano-americana, como Jorge Luís Borges, Júlio Cortázar, Mário Vargas Llosa e Octavio Paz.

Cada um deles opina, expressa ou tacitamente, acerca de conceitos, pessoas e fatos que estão no centro das preocupações do mundo contemporâneo.

Vejamos, a seguir, as confissões e os depoimentos apresentados pelos quatro, dois deles já falecidos (Borges e Cortázar)

Borges em diálogo – conversas de Jorge Luís Borges com Osvaldo Ferrari. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

Em tradução de Eliane Zagury, a Rocco publicou as trinta entrevistas realizadas por Osvaldo Ferrari com Borges na emissora LSI, Rádio Municipal de Buenos Aires, em 1984, depois reproduzidas no jornal *Tiempo Argentino*. Para Borges, esses diálogos, tal como a vida e todas as coisas, foram predeterminados. Segundo ele, o dever de todas as coisas é constituir felicidade. As coisas que não constituem felicidade são inúteis ou prejudiciais. Diz ele ter percebido, ao longo da conversa, que o diálogo é um gênero literário, uma forma indireta de escrever.

A conversação entre o monstro sagrado da literatura argentina contemporânea, recentemente desaparecido, e seu interlocutor, cinquenta anos mais jovem, abrange uma gama diversificada de assuntos, que abordam desde temas abstratos, como a ordem e o tempo, ou o tempo e a literatura, até aspectos mais concretos, como os perfis traçados por Borges para retratar os autores de sua predileção, ou os depoimentos em que registra seu relacionamento com outros escritores. Além disso, fala de viagens, dos diplomas *honoris causa* que recebeu, da poesia épica, da mitologia, do Oriente, das ruas e dos bairros de Buenos Aires e de outras cidades argentinas, da milonga, do tango e até mesmo das rinhas de galos. Os sonhos, os pesadelos e as intuições são também presenças constantes nas digressões de Borges, pontuadas por improvisações e descobertas, enquanto o diálogo se desenvolve.

Amante das experiências trazidas pelos sonhos e cultor dos paradoxos, Borges se compraz num infundável jogo de idéias, examinando e reexaminando continuamente cada conceito e procurando ver cada coisa de modo inusitado ou invulgar, sempre servido pela intuição. Fervoroso admirador dos livros, leu e releu, por dezenas de anos, as várias edições de suas obras preferidas, escolhidas entre as maiores da literatura universal. Considerando-se um europeu exilado na América, extraía das bibliotecas o prazer de estar vivo. Vivía o que lia, pensando-se, assim, de uma existência rica em

aventuras e colocando a ética acima da religião, da literatura e da política.

Tempo nublado, de Octavio Paz. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986.

Octavio Paz, poeta e crítico mexicano, considerado um dos grandes pensadores atuais do continente, publicou uma série de artigos "sobre o passado recente" em jornais da Espanha, do Brasil e da América Hispânica. Esses artigos, depois de cortados, modificados, retificados ou ampliados, conforme o caso, fazem agora parte desta coletânea lançada no Brasil pela editora Guanabara.

Os textos de Octavio Paz estão agrupados em duas partes. A primeira subdivide-se em: **Uma vista de olhos sobre o Velho Mundo, A democracia imperial, O império totalitário, Revolta e ressurreição e Mutações**. A segunda compõe-se de três ensaios: **México e Estados Unidos, A América Latina e a democracia e Crônica da liberdade**.

Octavio Paz trata das grandes sínteses históricas, políticas, sociais e culturais. Faz seus exercícios filosóficos em torno das relações entre a política e a moral, sempre no terreno das grandes generalizações e abstrações.

O escritor e pensador mexicano fala do confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética. Analisa e critica os blocos em que se bipartiu o mundo, conduzido no rastro das duas superpotências. Menciona as falhas dos dois sistemas. Fala do dinamismo do povo norte-americano, embora lhe censure o consumismo, e registra o caráter estático da burocracia soviética. Vê os Estados Unidos como uma sociedade integrada e considera a União Soviética um estado multinacional, em que os diferentes nacionalismos podem irromper em dado momento.

Octavio Paz critica a falta de compreensão dos norte-americanos com relação ao seu papel histórico e não tem nenhuma contemplação com o regime soviético, nem com os governos comunistas, nem com os intelectuais que, em algum momento, estiveram de acordo com o que ele chama de "império totalitário", em contraposição à "democracia imperial" norte-americana.

Conversas com Vargas Llosa, entrevistado por Ricardo A. Setti. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

Durante três dias, em maio de 1986, o romancista peruano Mário Vargas Llosa concedeu ao jornalista de São Paulo Ricardo Setti uma entrevista destinada à revista *Playboy* e depois publicada na íntegra pela editora Brasiliense.

Nessa entrevista, o autor de *A casa verde*, *Conversa na Catedral* e *A guerra do fim do mundo* falou de política e literatura, além de revelar detalhes biográficos, descrever seus métodos de trabalho e mencionar preferências e antipatias pessoais.

Vargas Llosa passou longos períodos de sua vida no exterior, onde produziu parte substancial de sua obra. Afirma ele que escreve porque não é feliz. Declara que não pode passar sem escrever e que não imaginava chegar um dia a viver e, ainda mais, "viver bem", de literatura.

Uma boa parte do livro é dedicada à posição política atual do autor, que diz opor-se igualmente aos regimes autoritários de direita e aos regimes totalitários de esquerda. Assim, para ele, igualitarismo e liberdade não se harmonizam e sempre haverá novas injustiças a combater.

O ficcionista peruano queixa-se dos muitos ataques que alega ter sofrido na imprensa, a partir de sua ruptura com as posições políticas por ele assumidas em seus tempos de marxista. Simultaneamente, reconhece, numa passagem de sua longa entrevista, que os meios de comunicação estão a serviço dos que dominam a sociedade.

São muitos os escritores que aparecem nas listas de amigos e ex-amigos do romancista, entre

eles Gabriel García Márquez, Ernesto Cardenal, Jorge Luis Borges, Júlio Cortázar, Pablo Neruda, Alistair Reid, Jorge Amado, Rafael Alberti, Mário Benedetti, Alejo Carpentier, Haydée Santamaría.

Professor, jornalista e conferencista em universidades, Vargas Llosa é, há muito, escritor em tempo integral e lamenta a notoriedade que limita sua intimidade e o obriga a inúmeros e diversificados compromissos que lhe tomam o tempo e o forçam a conviver com pessoas pelas quais não se interessa. Paga, assim, o preço da glória.

Nicarágua tão violentamente doce, Júlio Cortázar. São Paulo, Brasiliense, 1987.

Júlio Cortázar e Mário Vargas Llosa escreveram coisas radicalmente distintas a respeito da Nicarágua. O romancista peruano criticou a posição de Júlio Cortázar e Gabriel García Márquez em defesa do sandinismo, na entrevista concedida a Ricardo Setti. Já o argentino Cortázar, autor de *O jogo da amarelinha* e *Todos os fogos o fogo*, expõe, em *Nicarágua tão violentamente doce*, toda a sua paixão pelo povo nicaraguense e pela revolução sandinista, embora esse envolvimento sentimental não o impeça de reconhecer as enormes dificuldades que o país atravessa.

Ao contrário de Mário Vargas Llosa, Cortázar admira Ernesto Cardenal. Já Vargas Llosa não apenas considerou Cortázar ingênuo em sua posição política, mas criticou duramente Cardenal. Fez o mesmo também em relação ao colombiano Gabriel García Márquez, de quem foi outrora amigo e admirador, tendo até escrito um livro sobre ele.

Cortázar defende a participação do escritor na vida política e adota a condição de revolucionário. Ataca o elitismo na cultura. Defende o processo educativo e cultural da Nicarágua e afirma que os aspectos inovadores da obra por ele escrita não o impedem de colocar-se a serviço do povo e da revolução.

Concluimos, portanto, que essas quatro visões distintas da vida e dos fenômenos contemporâneos, manifestadas por alguns dos maiores nomes das letras latino-americanas deste século, representam bem o que seja o vasto painel das idéias que resultam da inserção do continente no mundo de hoje. Direta ou indiretamente, a literatura está ligada à vida e a representa.

Reynaldo Valinho Alvarez, crítico, jornalista e escritor.

Agora, Adélia Prado vem de publicar o seu quarto livro de poesia: **O pelicano**. Em pouco mais de dez anos Adélia construiu uma obra, tanto em poesia quanto em ficção, que a coloca entre os maiores escritores (vivos) do país. Embora distante do debate (e também dos modismos) dos grandes centros urbanos, Adélia tem sua linhagem, tem sua tradição: a Bíblia, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Pessoa, Jorge de Lima... Poesia não tem sexo: só existe a poesia boa e a poesia ruim, a poesia que existe e a poesia que não existe. Mas a poesia também não escapa à história. E a história de Adélia Prado é a de uma mulher. Sua poesia tem um registro feminino. Ela deixa sempre a sua marca de mulher no confronto com todos os textos de sua linhagem.

O pelicano está dividido em quatro partes: **Licor de romãs, O jardim das oliveiras, O pelicano e Colméias**. O que está em jogo é a gênese, a queda e a ressurreição, temas da cosmologia bíblica/cristã. Cada parte de **O pelicano** tem como dístico uma citação bíblica: "Estou enferma de amor" (dos *Cânticos dos Cânticos*) abre o segmento de **O pelicano**. Na mitologia, o pelicano é um animal de grande capacidade de amar, a ponto de abrir o próprio peito com bicas para que seus filhotes possam se alimentar do seu sangue. Em **O pelicano**, na verdade, não aparece nenhum pelicano. Aparece a figura mítica de um amante impossível: Jonathan. Ou no poema/título, "**O pelicano**", aparece a figura de um navio: "Uma noite dessas, antes de me deitar/vi como vi o navio – um sentimento. Travada de interjeições, mutismos/vocativos supremos balbuciei: 'Ó Tu! e Ó Vós!'. Adélia Prado é uma espécie de namorada de Deus que reescreve **Os Cânticos dos Cânticos**, de Salomão, com a sua vida. E vida para um poeta é a fatalidade de ser obrigado a se inaugurar, ou retomar a existência, pelas palavras. No belíssimo poema "A rosa mística", Adélia fixa a sua revelação da poesia: "Entendi que as palavras/daquele modo agrupadas/dispensavam as coisas sobre as quais versavam/meu próprio pai voltava, indestrutível. (...) Era forçoso garantir o mundo da corrosão do tempo, o próprio tempo burlar". Em outros livros, anteriores, é possível detectar, aqui e ali, alguns toques pitorescos da paisagem de Divinópolis, que me parecem a parte mais frágil da poesia de Adélia Prado. Com **O pelicano**, Adélia Prado fecha o cerco ainda mais em busca de essencialidades. E, por isto mesmo, este é, no conjunto, o seu melhor livro de poesia.

Severino Francisco, crítico e jornalista

Poesia

PRADO, Adélia. **O pelicano**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987. 77 p.

Namoro com Deus

Enquanto as vanguardas discutiam o sexo das artes e a poesia marginal se debatia com o sexo do besteirol ignaro, lá pela encruzilhada dos anos 70 uma mulher vindo dos fundões de uma cidadezinha de Minas Gerais (Divinópolis) atirava-se de corpo inteiro às interrogações cotidianas do desejo, do erotismo, da religiosidade, da carne, da transcendência. Com a língua desabusada e o coração disparado, Adélia Prado irrigava de sangue novo a poesia brasileira. O primeiro livro, *Bagagem* (poesia), foi publicado sob a bênção de Carlos Drummond de Andrade e Afonso Romano de Sant'Anna. Depois vieram *O Coração Disparado* (1978, poesia), *Solte Os Cachorros* (1979, ficção), *Cacos para um Vitral*, (1980, ficção), *Terra de Santa Cruz* (1981, poesia), *Componentes da Banda*, (1985, ficção).

Política

CARVALHO, Ruy de Quadros. **Tecnologia e trabalho industrial: as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística** – São Paulo, L & PM, 1987.

No ritmo das máquinas

Este livro, para os que se interessam pelo tema das implicações da política tecnológica para a sociedade brasileira, vem enriquecer as discussões pioneiras relacionadas à competitividade de nossa produção industrial no mercado internacional e à questão do emprego no processo de modernização tecnológica.

Sem descuidar desses dois aspectos, o Autor centra sua análise na mudança do padrão do uso e controle da força de trabalho, da década de setenta para a de oitenta. Na primeira, com o merca-

do em expansão e pouco competitivo, predominou uma exploração predatória da força de trabalho baseada na intensificação do trabalho e no arrocho salarial, sustentada por instrumentos jurídicos e forte aparato repressivo, garantido ao nível das empresas através das altas taxas de rotatividade e da utilização de tecnologias modernas voltadas para a automatização e integração de processos industriais, reforçando o controle da gerência sobre o processo de trabalho. Na segunda, a alteração dos fatores econômicos e político-sindiais definiu um cenário distinto. A crise econômica desencadeada no início da década levou à ênfase nas exportações de veículos, aumentando a competitividade entre as empresas em relação aos custos e à qualidade dos produtos e orientando-as para a adoção de equipamentos de base microeletrônica. Ao mesmo tempo, a retomada do movimento operário a partir de 1978 favoreceu a democratização das relações trabalhistas e garantiu novos direitos sociais e políticos à classe trabalhadora brasileira.

Dentro deste marco mais amplo, onde a entrada das inovações tecnológicas ocorre em um contexto econômico, social e político bastante determinado, o autor apresenta a tendência do novo padrão de uso e controle da força de trabalho da indústria automobilística. Baseando-se principalmente na análise de Humphrey (Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira, Vozes, 1982), recupera a política de relações de trabalho em vi-

gor neste setor industrial na década de setenta, combinando-a com os estudos existentes sobre as diferentes áreas industriais (construção naval, têxtil, máquinas-ferramenta, siderúrgica e química).

Para equacionar a situação da indústria automobilística dos anos oitenta foi fundamental o convênio OIT/PNUD/IPLAN, patrocinando uma investigação qualitativa em duas empresas do setor, tendo como objetivo avaliar o nível de automação microeletrônica existente, os motivos e obstáculos à automação, as repercussões no processo de trabalho, os seus efeitos sociais, além da resposta operária à automação nas empresas (**Automação e Trabalho na Indústria Automobilística**, no prelo). Desdobrando a questão sindical, este convênio deu apoio também a uma pesquisa junto a representantes sindicais e de Comissões de Fábrica no setor metalúrgico de São Paulo, abrangendo o nível de percepção dos efeitos sociais da nova tecnologia nas fábricas, as reações operárias à automação, a atuação sindical diante da modernização tecnológica e o papel da cultura empresarial, da



política de gestão da força de trabalho e das esferas governamentais (Executivo e Legislativo) diante da entrada da nova tecnologia nas fábricas (**Automação e Movimento Sindical no Brasil**, no prelo).

Este livro é fruto da reflexão metódica do autor sobre as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística, tendo como pano de fundo a investigação feita nas duas montadoras acima mencionadas. As principais tendências deste novo padrão de uso e controle da força de trabalho apontam para aspectos significativos.

A característica deste modelo tecnológico de transição, em vigor nas fábricas pesquisadas ao nível da organização do trabalho, é a substituição do trabalho manual em certas operações estratégicas do processo produtivo, integrando os postos de trabalho remanescentes ao sistema de circulação mecanizado. Se, de um lado, padroniza as tarefas e torna o trabalho mais leve na linha de montagem da armação de carrocerias, de outro lado elimina gradualmente a autonomia do trabalhador diante do ritmo da produção, subordinando-o à cadência dos novos automatismos.

A categoria mais beneficiada com a mudança tecnológica é a dos trabalhadores de manutenção. Além da ampliação do nível de conhecimento formal, eles passaram a constituir a peça-chave do funcionamento da linha automatizada, sujeitos a um tratamento mais respeitoso por parte das chefias e treinados para reagir prontamente à quebra dos novos equipamentos.

Esta situação dos operários da manutenção está vinculada também à mudança na orientação da política de relações trabalhistas das empresas. A presença das novas máquinas automatizadas tem levado as gerências a priorizar o controle técnico sobre o conteúdo e o ritmo de trabalho, ou seja, a ampliar o seu espaço ao nível do processo produtivo. Porém, os novos automatismos são caros, sofisticados e frágeis, necessitando de uma mão-de-obra cooperativa e confiável para manobrá-los. Daí a tendência a adotar uma política voltada para a estabilidade da força de trabalho, tendo em vista a fragilidade dos novos equipamentos e os investimentos feitos em treinamento para o pessoal da linha automatizada. Sem dúvida, há uma contradição em jogo que envolve a questão do poder dentro da fábrica.

Neste aspecto, este livro contribui decisivamente, ao relacionar a entrada da nova tecnologia não apenas aos condicionantes econômicos, mas principalmente aos políticos. É no campo da negociação entre gerentes e representantes dos trabalhadores (Comissões de Fábrica) que poderá ser definida uma política de adoção da nova tecnologia que, sem desprezar os interesses empresariais em jogo, seja capaz de dar cobertura aos impactos sociais trazidos pela automação.

É neste âmbito que se torna viável pensar na possibilidade da configuração de um padrão de desenvolvimento tecnológico onde os interesses dos trabalhadores e da sociedade sejam preservados. Aí terá início um pequeno exercício para a construção de uma sociedade mais avançada, justa e democrática.

Nair Heloisa Bicalho de Sousa



Editora da UnB Lançamentos

A Editora da Universidade de Brasília está em fase de renovação. Além de continuar com suas coleções tradicionais, entre as quais se destaca a Pensamento Político, hoje com 73 títulos, a Editora da UnB vai agora ampliar suas áreas de interesse, abrindo novas linhas que correspondem às mudanças que o país vem sofrendo nos últimos anos.

Esta modificação, numa editora tanto de prestígio quanto de sucesso comercial, insere-se dentro de uma tomada de consciência quanto às reais necessidades editoriais do país. Agora, além de livros de autores consagrados, a Editora da UnB passará a dar espaço para que o melhor da produção intelectual dos países do Terceiro Mundo possa chegar aos leitores brasileiros.

O que se quer é trazer para o Brasil autores africanos, asiáticos e latino-americanos que se dediquem ao estudo dos problemas comuns aos países que sofrem com a dependência econômica, política, tecnológica e cultural.

Da mesma forma, a Editora da UnB pretende incrementar a publicação de autores nacionais que se dediquem efetivamente ao trabalho de resgate das nossas verdadeiras raízes, bem como os que estudam a nossa conflituada realidade. Fascinante e dramática realidade.

Não vai ser fácil. São muitos os obstáculos a serem enfrentados, a começar pela falta de intercâmbio entre intelectuais que escreveram seus livros, fizeram suas pesquisas a duras penas. Com o amadorismo que em geral marca as atividades da inteligência nos países pobres. Amadorismo, neste caso, não no sentido pejorativo que a sociedade atual emprega. Amador significando aquele que ama.

Para esta mudança a Editora da UnB pede a participação de todos. Assim, solicitamos aos leitores de Humanidades que nos enviem sugestões de obras que se enquadrem dentro desta nova proposta.

Lourenço Cazarré Chefe da Editoração

Suspiros Poéticos e Saudades de G. de Magalhães

Mais uma vez a obra de um escritor se sobrepõe a sua pessoa. Trata-se dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães. Grande diplomata e político, não teria se destacado tanto na história da literatura brasileira se uma conspiração do tempo e das circunstâncias não o tivesse favorecido com a publicação de seu livro em 1836, antecipando-se, assim, cronologicamente, às gerações mais bem dotadas do romantismo poético nacional.

Com efeito, a posição precursora de seus temas é ostensiva, malgrado o tratamento que lhes dá Magalhães. Ou seja: alguma coisa de novo é insinuada através de temas como o nacionalismo, o dó-de-peito, a melancolia, a tristeza, o pessimismo, amor e medo, a infância e a morte, o idianismo, tornando a obra um marco de inegável valor histórico, uma fronteira entre o clássico e o romântico. E o poeta deixa isto claro desde o início do volume: "Castas Virgens da Grécia/Que os sacros bosques habitais do Pindo!"... "Guardai-os, sim, qu'eu hoje os renuncio/Adeus, ficções de Homero!" Ou nestes

outros versos: "Já nova musa/Meu canto inspira;/ Não mais empunho/Profana lira".

"Os Suspiros Poéticos quiseram ser a um tempo o nosso prefácio de Cromwell e o grito do Ipiranga da poesia". O comentário é de Sérgio Buarque de Holanda no prefácio da edição de 1939, comemorativa do centenário da obra. E acrescenta que "não há motivo do Romantismo europeu que não tenha explorado nosso primeiro romântico". Além dos temas mencionados, Magalhães aborda ainda, insistentemente, o aspecto fúnebre, "a sedução das ruínas", a abolição da escravidão e a revolução literária como fator complementar à revolução política, conforme destacou o autor de *Raízes do Brasil*.

Pode-se dizer, pois, que o principal mérito de Magalhães, além da beleza de muitos de seus versos e estrofes, foi o de sugerir os temas e motes que seriam glosados, posteriormente, por românticos como um Gonçalves Dias, um Álvares de Azevedo, um Casimiro de Abreu, um Fagundes Varela e um Castro Alves, por exemplo. A esse valor historicamente assegurado, a Editora Universidade de Brasília, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, imprime sua ratificação ao reeditar-lhe, cento e cinqüenta anos depois, em quinta edição, os seus *Suspiros Poéticos e Saudades*.

Os Ensaios de Montaigne

"Vivera para fazer o bem, tendo haurido suas virtudes nos Ensaios de Montaigne". Esta inscrição, encontrada por Emerson no túmulo de um homem desconhecido quando, de visita a Paris, em 1833, esteve no cemitério Père Lachaise é, sem dúvida, um dos maiores testemunhos da importância e permanência da obra do escritor francês. Na opinião de Sérgio Milliet, tradutor e autor das notas lingüísticas e interpretativas do texto, nenhum dos livros amontoados em torno dos Ensaios, que a Editora Universidade de Brasília está publicando em três volumes, poderá valer como a "homenagem tão modesta quanto a inscrição tumular de seu obscuro discípulo".

Michel Eyquem Montaigne nasceu no castelo de Montaigne, Périgord, em 28 de fevereiro de 1533 e morreu no mesmo local a 13 de setembro de 1592. Descendente de judeus originários da Espanha, há quem veja nisso, à semelhança de Marcel Proust, a agudeza de seu espírito, o seu olhar voltado para dentro de si mesmo. Mas, pela sua natureza, estrutura e estilo espontâneo e solto, os Ensaios podem muito bem ser inseridos dentro da tradição ibérica, de características telúricas e realistas, malgrado o saber livresco e universal que os informa. Todavia, eles iriam exercer notável influência na literatura inglesa, especificamente, embora tenha se feito sentir, igualmente, nos mais diversos países.

As três edições sucessivas dos Ensaios em vida do autor (1580, 1588 e 1595), representam bem o seu pensamento. Para Montaigne a verdade é ele-mesmo. E o que conta é a sua experiência humana, que ele transpõe para o que escreve. "Se se refere ao amor, é de suas aventuras que parte; se fala da amizade, é em função das que teve; se analisa o casamento, ao seu próprio se atém", comenta Sérgio Milliet no breve trabalho de introdução à obra. "Há que realçar como novidade, igualmente, o tom de absoluta sinceridade dos Ensaios. E também uma falta de pudor que talvez nos choque mais agora que no século de Rabelais. É de ver-se a desenvoltura com que descreve as menos apazíveis funções de seu organismo, atando-se a minúcias de muita cruzeza".

Que sei eu? – é a pergunta que sempre se faz e, neste sentido, sua obra constitui uma das expressões máximas do antidogmatismo característico do Espírito do Renascimento, em oposição ao pensamento dogmático medieval. Por sua vez, tudo o que Montaigne escreveu parece permeado de ceticismo, a dúvida pairando nas entrelinhas do que afirma. Não se observa no autor a adoção de um sistema filosófico ortodoxo, apesar de seu pre-

tenso catolicismo e de sua preferência pelo estoicismo de Sêneca, por exemplo. Não quer ser o proprietário da verdade, mas apenas de sua verdade pessoal. Passeia pelos seus trabalhos, farejando temas e assuntos, tudo porém submetido ao crivo da improvisação. Ele mesmo confessa que nunca refletiu sobre o que comentava, exceto quando se sentava para escrever, o que lhe valeu forte represália de Edgar Allan Poe.

Era especialmente um individualista, mas, através do exame de si mesmo, procurava atingir a essência da pessoa humana e queria ser vislumbrado em sua verdadeira fisionomia: "Não ergo aqui uma estátua para ser posta em alguma encruzilhada, igreja ou praça. É para se esconder em um recanto de biblioteca e divertir alguém com interesse particular em me conhecer. Não quero que fique alguma coisa por se adivinhar. Se tiverem um dia que falar de mim, que o façam com verdade e justiça; de bom grado voltarei de outro mundo para desmentir quem me fizer diferente do que sou, ainda que para me louvar".

Homem extremamente tolerante, Montaigne foi um grande admirador da sabedoria antiga. Apesar de não se considerar um escritor profissional, criou um estilo bastante peculiar. Daí a sua enorme influência como pensador e escritor. E a prova disso são as contínuas edições de suas obras, inclusive esta última pela Editora Universidade de Brasília, baseada na tradução da Globo, com 16 ilustrações base do texto e precedida do excelente ensaio de Pierre Moreau – Montaigne – O Homem e a Obra.

O Universo de Platão

Um estudo singular: é como se poderia denominar o livro *O Universo de Platão*, de Gregory Vlastos, professor de Filosofia da Universidade de Princeton. Nele o autor revela, com erudição e poder de síntese, suas análises a respeito da problemática cosmogônica de Platão, a partir do exame da matéria pelos pré-socráticos, a exemplo de Tales, Anaximandro, Anaximenes, incluindo o atomismo de Leucipo e Demócrito. Todos, sem dúvida, influenciados pelo orfismo ocultista de Pitágoras. O próprio Platão, ao que tudo indica, não se subtraiu à influência deste último em sua visão do Universo.

Assim é que, unificando essas contribuições fragmentadas, a concepção platônica do Cosmos redundou em sua verdadeira descoberta, tendo impregnado grande parte do pensamento filosófico e científico da cultura ocidental, sem esquecer o próprio cristianismo. Com efeito, a idéia de um Modelo, seguida de um criador e ordenador do Caos – o Demiurgo, e, finalmente, a Natureza como obra de arte, poderia ser adotada, no todo ou em parte, pelas crenças deístas subsequentes, inclusive as cristãs.

Vlastos – um especialista na obra do autor de *A República* – deteve-se, neste ensaio, no exame do diálogo *Timeu*, onde as principais idéias de Platão sobre o universo físico e metafísico estão como que compactadas, mostrando-se ainda as peculiaridades de seu estilo eminentemente poético, agora adaptado à expressão didática e científica.

Por conseguinte, a originalidade da análise do professor de Princeton consiste em colocar diante da modernidade um tema que constitui, também, uma das grandes interrogações antecipadas e respondidas pelos gregos (não será que eles já tenham feito todas possíveis?) e que, ainda hoje, deixam perplexos pensadores e homens de ciência, apesar da revolução operada pelos meios tecnológicos, que impelem a curiosidade humana a áreas ainda indecifráveis pelo saber e a experiência dos especialistas.

Na antiga Grécia, por entre a vaguidão dos contornos religiosos, o gênio filosófico tentou explicar a natureza e a substância do Universo através de cosmogonias que iriam servir, no futuro, de ponto de partida para concepções e hipóteses científicas. Uma das mais importantes é a visão cósmica de Platão que Vlastos estuda tão bem, demonstrando inclusive seus aspectos metafísicos, não se limitando aos meramente astronômicos ou físicos.

Lançado pela Editora Universidade de Brasília, *O Universo de Platão*, de Gregory Vlastos – que escreveu também os famosos *Platonic Studies*, agora inúmeros artigos e monografias sobre o autor de *O Banquete* – contribui para ampliar o patrimônio cultural do Ocidente, com mais este estudo analítico da mais extraordinária aventura especulativa do pensamento antigo acerca de nosso Universo macroscópico.

Tarcísio Meira César

Humanidades

GOULD Stephen Jay. *The Mismeasure of Man*. New York and London, W. W. Norton and Company, 1981.

Evolução cultural e preconceitos científicos

Se não estou errado, nenhum livro do geólogo e biólogo norte-americano Stephen Jay Gould foi ainda traduzido e editado no Brasil, o que é, a todos os títulos, lamentável. Geólogo de formação, o mais famoso dos "darwinistas" norte-americanos ensina essa disciplina, além de Biologia e História da Ciência, na Universidade de Harvard, detendo um currículo já impressionante de publicações. Os títulos de seus livros são por si só indicativos de sua preocupação em ultrapassar a estrita barreira da especialização científica para alcançar um público mais amplo e diversificado: *Ever Since Darwin*, *The Panda's Thumb*, *Hen's Teeth and Horse's Toes* e, mais recentemente, *The Flamingo Smile*. O livro que agora se sugere aos editores brasileiros foi publicado logo após que *The Panda's Thumb* foi agraciado com o American Book Award for Science de 1981 e dá continuidade aos esforços de Gould em ultrapassar as fronteiras da história natural e penetrar nas areias movediças da história social. Esse tipo de *bridge-building*, característico de todos os trabalhos de Gould, é particularmente ressaltado neste ensaio sobre a "má medida" do homem, ou seja, a tentativa de classificar os grupos humanos atra-

vés de pretensos critérios da objetividade científica.

A preocupação em hierarquizar os homens em função de características ditas "inatas", conformando uma espécie de "racismo científico", parece hoje ter assumido a vestimenta da Sociobiologia, cujos argumentos são facilmente desmontados por Gould. No passado, o "determinismo biológico" procurou medir a inteligência através de dois métodos que atingiram uma certa respeitabilidade em cada época. No século XIX, os "homens de ciência" desenvolveram a "craniometria", manipulando medições de cérebros e crânios humanos apenas para "provar" que os negros e outros grupos étnicos seriam naturalmente inferiores aos homens brancos. Alguns chegaram mesmo a ver na menor capacidade craniana da mulher, comparativamente à do homem, a justificativa natural de sua subordinação social. Já no século XX, o sistema classificatório assume a forma dos "testes de inteligência", que transformaram as medidas de QI em *marketing* de massa. Em ambos os casos, argumenta Gould, assistiu-se à abstração e à reificação da inteligência humana, transformando-a numa entidade

singularmente individualizada, localizada no cérebro.

A *mismeasure*, criticada no livro de Gould, é assim uma prática "científica" de medição da inteligência humana, através de critérios quantitativos pretensamente objetivos, e a utilização dos números então obtidos para classificar e hierarquizar grupos humanos segundo uma escala *valorativa*, tendente a "demonstrar" que grupos subalternos – em termos de raça, classe ou sexo – são inatamente inferiores e merecem o *status* que têm. Gould demonstra, por seu lado, a debilidade científica e o contexto claramente político e social dos argumentos deterministas em biologia, criticando ao mesmo tempo o mito da Ciência como um empreendimento objetivo. A ciência, nas palavras de Gould, tem de ser vista e compreendida como um fenômeno social, um empreendimento humano, e não uma obra de *robots* programados para coletar informação pura.

Ao contrário do que pretende a Sociobiologia, a biologia moderna provou, em notável refutação ao determinismo biológico, que o *estato* genético é muito pouco diferenciado para

Sugestões
aos
Editores

todos os grupos humanos. Mas este é um fato contingente da evolução natural e não uma verdade a priori ou necessária. Como afirma Gould, o mundo poderia ter conhecido uma ordem natural diferente: "Suponha, por exemplo, que uma das muitas espécies do nosso gênero ancestral *Australopithecus* tivesse sobrevivido – um cenário perfeitamente razoável teoricamente, já que as novas espécies emergem a partir da divisão das antigas (com as antecessoras normalmente sobrevivendo, pelo menos durante algum tempo), não pela transformação em massa dos ancestrais em seus descendentes. Nós – isto é, o *Homo sapiens* – teríamos então de nos defrontar com todos os dilemas morais decorrentes do relacionamento com espécies humanas de capacidade mental notoriamente inferior. O que teríamos feito com elas – escravidão? extinção? coexistência? trabalho doméstico? reservas? zoológicos? Da mesma forma, a nossa própria espécie, *Homo sapiens*, poderia ter incluído uma série de subespécies (raças) com capacidades genéticas compreensivelmente diferentes. Se as espécies humanas fossem velhas de milhões de anos (algumas são) e se suas raças tivessem estado geograficamente separadas durante a maior parte desse

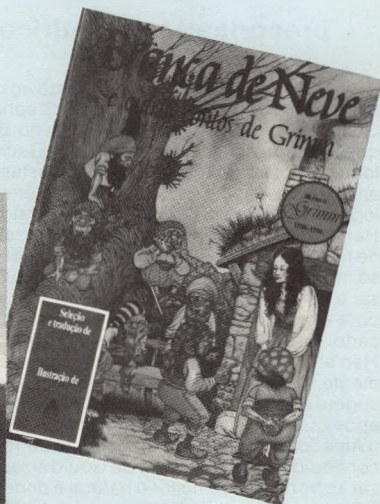
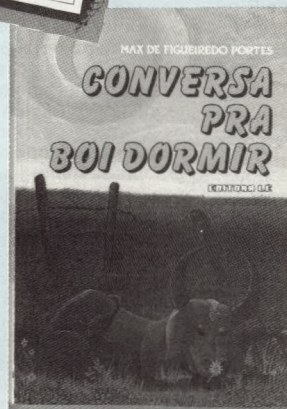
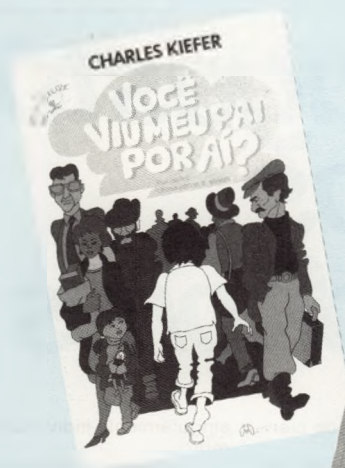
tempo sem um intercâmbio genético significativo, então grandes diferenças genéticas se teriam lentamente acumulado entre os grupos. Mas o *Homo sapiens* é velho de várias dezenas de milhares de anos, ou no máximo de algumas poucas centenas de milhares de anos, e todas as modernas raças humanas provavelmente se dividiram a partir de um ancestral comum há apenas algumas dezenas de milhares de anos atrás. Uns poucos traços significativos de diferenças externas nos levou ao julgamento subjetivo da existência de grandes diferenças entre elas. Mas os biólogos confirmaram recentemente que o conjunto das diferenças genéticas entre as raças humanas é incrivelmente pequeno. Apesar da frequência para diferentes estados de um gene diferir entre as raças, nós não encontramos "genes raciais" – isto é, características fixas em certas raças e ausentes em todas as outras" (pp. 322-3). A especificidade humana é primordialmente constituída pelo funcionamento do cérebro e as sociedades humanas mudam por evolução cultural e não como resultado da alteração biológica. Não há nenhuma evidência de uma mudança biológica na estrutura ou dimensão do cérebro desde que o *Homo sapiens* apareceu nos registros fósseis há

cerca de 50 mil anos atrás. Assim, "a evolução biológica (darwiniana) continua em nossa espécie, mas o seu ritmo, comparado com a evolução cultural, é tão incomparavelmente lento que o seu impacto na história do *Homo sapiens* tem sido pequeno" (324). A evolução cultural é assim a marca característica dos grupos humanos, e a transmissão cultural funda um novo tipo de evolução muito mais efetivo do que o darwiniano. Gould resume: "Os argumentos clássicos do determinismo biológico são deficientes porque as características que ele invoca para estabelecer distinções entre os grupos são na verdade o produto da evolução cultural" (325). O desmascaramento da Sociobiologia é feito, no livro de Gould, em tom sereno, próprio a um darwinista tranqüilo, em contraste com a atitude passional, enragée e pouco científica dos sociobiologistas. Trata-se, sem dúvida alguma, de um grande mergulho na história dos preconceitos "científicos" dos últimos dois séculos, uma leitura, portanto, indispensável a todos aqueles que se interessam por nosso humilde destino de *Homo sapiens*.

Paulo Roberto de Almeida
Depto. de Sociologia da UNB

Humanidades

Estante Infanto-Juvenil



Pretendemos, com esta seção, divulgar publicações infantis e juvenis, assim como livros sobre este difícil e pouco prestigiado gênero literário.

Quando o livro destinado às crianças e aos jovens alcança um destaque ainda não atingido em nosso país, possibilitando a existência e ampliação de editoras e livrarias atendendo somente o público infantil e juvenil, justifica-se a publicação de uma coluna especializada na revista Humanidades. Independente de todo o sucesso, infelizmente o livro infantil e juvenil carece de espaços para a divulgação de tantos bons trabalhos que saem mensalmente.

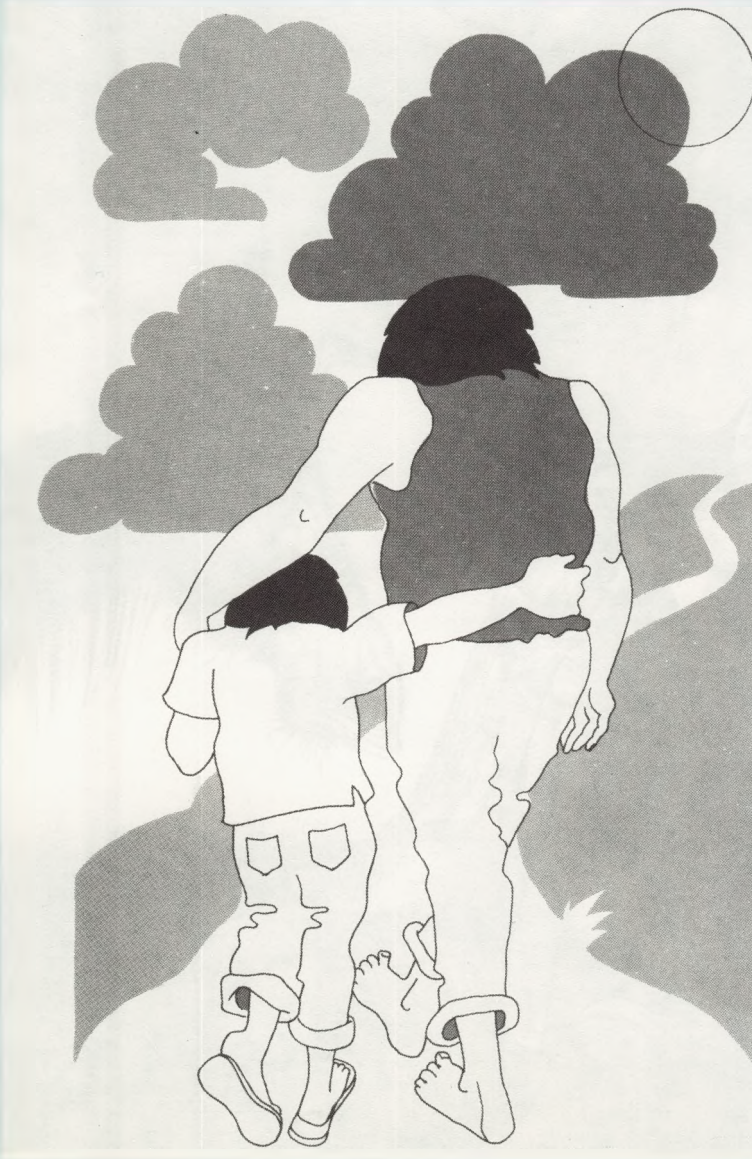
Você viu meu pai por aí? – De Charles Kiefer, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1986, 40 p.

José, o nome de um menino vivendo todas as lutas de uma Reserva Indígena. José, que não tem medos nem muitas certezas, criança indígena desenvolvendo a consciência da dupla marginalização: índio e criança. É José que sai à procura do pai, um dos líderes da Reserva, um fazedor de cestos de taquara que fora à vila de Pau-d'Arco vender seus produtos e não voltara para casa. O menino conhece na vila as crueldades de uma sociedade pouco sensível à causa indígena. José não quer ser tratado como um ser estranho, um animal curioso, e, apesar de sua pouca idade, mostra toda a altivez que sua cultura e luta de vida construíram. Não esconde que vê tevê, que ouve rádio, que é bom de bola. Não esconde que é um menino indígena à procura do pai.

As informações obtidas em um bar não correspondiam ao comportamento do pai de José,

com a do cacique Gabriel. Haviam visto um homem parecido com o pai dele, um índio bebendo até cair no chão. José lembrou das palavras que o pai sempre proferia nas reuniões na tribo: era para os índios evitarem a cachaça, já que esta amolecia a vontade. E agora? Como seria encontrar o pai tombado à margem de uma estrada, bêbado e sujo?

Charles Kiefer ao escrever *Você viu meu pai por aí?* mostra como é vasta a temática a ser explorada por nossos escritores mais sensíveis à cultura e problemas brasileiros. São estes escritores que devem responsabilizar-se por aproximar, de uma maneira criativa e inteligente, as crianças e jovens de aspectos marcantes da vida atual e de nosso passado histórico-cultural. O engajamento do autor com a causa indígena, com a luta pela posse da terra, é feito sem um divórcio com a literatura. A narrativa transcorre de maneira tal que o leitor tem sempre em mente de que aquilo é uma história. Mas, ao final, a construtiva inquietude provocada por um dos nossos sérios problemas sociais. A criança, o jovem atento, certamente não ficará apenas na leitura do livro. Levará sua inquietude além, com perguntas, pesquisas e informações jornalísticas que o ajudarão a compreender o país em que vive.



Contos de animais fantásticos. Coletânea. Co-edição Latino-Americana – Editora Ática, 1986. 108 p.

Em nossas lendas é freqüente a figura da Boitatá, personagem fantástica transitando em noturnas caminhadas pelos campos que protege contra as queimadas, assustando os possíveis predadores da natureza. Segundo a lenda, após um período de enchentes as águas foram baixando, deixando à vista a mortandade de inúmeros animais. A boiguaçu, cobra grande, por ser de água e de terra, saiu devorando os olhos dos animais mortos. E cada olho devorado ia iluminando a serpente por dentro, até ela transformar-se em Boitatá, ou seja, cobra de fogo. Os olhos ingeridos pela boiguaçu não a alimentaram, apenas a iluminaram. Por isso, ela morreu e passou a cumprir sua missão ecológica, aparecendo sempre no verão, como uma bola de fogo, protegendo campos, planícies, árvores, rios e lagos.

Coube a Mitsue Morissawa, baseando-se em narrativa corrente no Rio Grande do Sul, recriar a lenda de Boitatá, desenvolver uma situação onde os próprios índios interessam-se pela história desta fantástica figura da mitologia tupiniquim. Representando o Brasil na antologia *Contos de Animais Fantásticos*, a Boitatá vai juntar-se a outros personagens da nossa Latino América, como O homem-jacaré (Colômbia), As araras (Equador), O cavaleiro de sete cores, (Guatemala), O morcego (México), O lagarto de ouro (Nicarágua) e O Amaru (Peru).

Conhecer nossas lendas e de países próximos é viajar no lombo de fantásticos animais, voar em estranhas asas que a imaginação de vários povos criaram. Estas lendas têm o sabor aproximado das histórias ouvidas por quase toda criança brasileira, quando havia espaço para a oralidade de nossos costumes, de nossa cultura. No livro, um tipo de latinidade latente, presente e que precisa ser mais internalizada por nós, por nossas crianças e jovens.



Conversa pra boi dormir. Max de Figueiredo Portes. Belo Horizonte, Editora Lê, 1986. 44 p.

Merece uma pesquisa séria o notável volume de livros de poesias editados nos últimos anos e destinados ao público infantil e juvenil. Raras são as editoras brasileiras que não têm livros de poesias entre suas publicações destinadas às crianças e jovens. É inegável a aceitação da poesia pela criança, principalmente quando está bem construída, inteligente e fala de temas pertinentes ao mundo infantil. O humor na poesia é outro fator considerável nessa aceitação. Livros como *O boi da cara preta*, de Sérgio Capareli, ou *Caído na real*, de Ulisses Tavares, são alguns dos exemplos felizes da união do humor, atualidade da temática e poesia.

Conversa pra boi dormir é um livro de Max de Figueiredo Portes que faz do chão poético o esteio para sustentar a atenção do jovem leitor. Começando pelo título do livro, onde já está presente e patente a intenção do autor em mostrar uma narrativa poética simples, descomplicada. Como diz: "... são poemas contando os momentos de uma cidadezinha do interior, com a vida arrastando os chinelos do Tempo, e o silêncio ruminando coisas". A singeleza, no entanto, é exercida com competência e sensibilidade, sem se abrir mão da qualidade poética. Somam-se os sentimentos de um homem do interior (Caratinga) com as percepções interiores de um homem. O cotidiano não precisa, necessariamente, ser recriado para virar poesia: precisa ser sentido poeticamente. "O sapateiro conserta a sola./Só não conserta o asfalto./Recola o salto que saiu do prumo,/mas não conserta o rumo/que o sapato esfolia."

Conversa pra boi dormir mostra a competência de Max de Figueiredo Portes não só como um poeta (prêmio Cecília Meireles) e romancista (3ª Bienal Nestlé de Literatura), mas como um artista gráfico. O trabalho feito neste seu livro de poesias é uma outra poesia à parte. Enfim, o público infantil e juvenil tem um bom livro para ler e nós, os adultos, uma oportunidade para pegar carona nessa conversa.

Branca de Neve e outros contos de Grimm, seleção e tradução de Ana Maria Machado. Rio de Janeiro – Ed. Nova Fronteira, 1986.

Em 1986 comemorou-se o bicentenário do nascimento de Wilhelm e Jacob, mais conhecidos por Irmãos Grimm. Alemães da região de Hessen, eles prestaram um serviço extraordinário à literatura infantil, ao reunirem 211 contos tidos como de fadas, mas onde não faltam raposas, príncipes, bruxas, madrinhas perversas, etc. Inspirados nas histórias da antiga tradição germânica, Wilhelm e Jacob recriaram, transcreveram, ampliaram as narrativas ouvidas, permitindo que personagens como Chapeuzinho Vermelho e Branca de Neve chegassem até nossos dias.

Nesta edição comemorativa há que se destacar dois itens. Primeiro, os trabalhos de seleção e

tradução feitos pela Ana Maria Machado que, de tão primorosos, podem ser entendidos como uma homenagem aos Irmãos Grimm. Depois, a beleza do projeto gráfico desenvolvido por Ricardo Leite, a competência com que ilustrou o livro, dando vida visual a anões, fadas, reis e animais. Sendo o segundo volume da coleção (o primeiro foi encabeçado pelo conto *Chapeuzinho Vermelho*) este *Branca de Neve* é complementado por mais nove contos, muitos deles pouco conhecidos pela nossa criançada, como *O ganso de ouro*, *A serpente branca*, *Os sapatos dançarinos*, etc.

Apesar de ter sido distribuído ao apagar das luzes de 86, é válida a homenagem aos Irmãos Grimm, é oportuna a nova publicação desses contos de fada. Duzentos anos após, apesar de todo avanço tecnológico e modificações culturais, a magia ainda tem espaço na mente das crianças. A mídia eletrônica, apesar de distorcer, divulga criações dos contos escritos há tanto tempo. Mas o melhor mesmo não é ver uma Branca de Neve espacial nos desenhos animados de tevê ou a pasteurizada nos filmes de Walt Disney, e sim ler e imaginar, também recriar, como fizeram Wilhelm e Jacob. E isto, sabemos, só livro permite com mais amplitude e participação.



Nº CREDICARD	VALIDADE	ASSINATURA

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTA RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA DF

--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

COLE AQUI

COLE AQUI

COLE AQUI



A seguradora de toda a família.

SASSE
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 116 – 5º, 6º e 7º andares Rio de Janeiro-RJ – Telefone: (021) 275-4022

SUCURSAIS

ALAGOAS (AL) Praça dos Palmeiras, 11º and. salas 1105/1106 Ed. Delmiro Gouveia – Centro – Maceió – Tel.: (082) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 – 7º and. salas 71/72 Centro – Manaus Tel.: (092) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 – 7º and. salas 705/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes – Bairro da Sé – Salvador Tel.: (071) 241-5144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 396 Centro – Fortaleza Tels.: (085) 231-9655/226-2260
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. União – 10º and. Brasília-DF Tels.: (061) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jerônimo Monteiro, 130 – 1º and. Centro – Vitória – Tels.: (027) 223-6173/223-2639
GOIÁS (GO) Rua Quatro, 515 – 11º and. – salas 1113/1115 Ed. Perihanor Center Centro – Goiânia – Tel.: (062) 223-7306
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 – 8º and. Ed. Centro Comercial de São Luís Centro – São Luís – Tel.: (098) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Batista das Neves, 165 Centro – Cuiabá – Tel.: (065) 321-9823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Afonso Pena, 1864 Centro Campo Grande – Tel.: (067) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 – 10º and. conj. 1001 a 1010 Centro – Belo Horizonte – Tel.: (031) 201-3388/201-3509

PARÁ (PA) Av. Serzedelo Corrêa, 160 Centro – Belém – Tel.: (081) 224-1893
PARAÍBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro – João Pessoa – Tel.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 630 – 4º and. conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro – Curitiba – Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marquês de Herval, 167 – 5º and. Salas 501/510 S1º Antônio – Recife – Tel.: (081) 224-3139
PIAUÍ (PI) Rua Elizeu Martins, 1294 – 2º and. salas 204 Centro – Teresina – Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 – salas 902, 903 e 904 Edifício Canaçu – Centro – Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Andradas, 995 – 6º and. salas 601 e 602 Centro – Porto Alegre – Tel.: (051) 21-3344/21-3671
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 – 4º and. Centro – Rio de Janeiro – Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 – 5º e 6º andares Corqueira César – São Paulo – Tels.: (011) 289-7844/7563/7156/7695
SANTA CATARINA (SC) Av. Osmar Cunha, 15 – 4º and. – Bloco C conjuntos 401 e 402 – Florianópolis – Tels.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 186 – salas 321 e 332 Edifício Ovídio Teixeira – Centro – Aracaju – Tel.: (078) 221-1327



Além de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como B. Braginha, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Braginha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sergio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".

Cultura: a Shell Também Responde.

No Cinema, o impulso que a Shell dá se revela na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens, didáticos e culturais, à disposição para empréstimo gratuito ao público.

E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laerpe Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.

